

CULTURA  
ACADÊMICA   
*Editora*

CARLO JOSÉ NAPOLITANO  
MAXIMILIANO MARTÍN VICENTE  
MURILO CÉSAR SOARES  
[ ORGANIZADORES ]

COMUNICAÇÃO  
*e* CIDADANIA  
POLÍTICA



**COMUNICAÇÃO**  
*e* **CIDADANIA**  
**POLÍTICA**



CARLO JOSÉ NAPOLITANO  
MAXIMILIANO MARTÍN VICENTE  
MURILO CÉSAR SOARES  
[ ORGANIZADORES ]

COMUNICAÇÃO  
*e* CIDADANIA  
POLÍTICA

CULTURA  
ACADÊMICA   
*Editora*

1ª Edição - 2017  
São Paulo

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**  
*Editora*

*Comissão Editorial:*

Cristina González Oñate - Universitat Jaume I – Espanha  
Fernando Antonio Azevedo – Universidade Federal de São Carlos  
Fernando Oliveira Paulino – Universidade de Brasília  
Heloiza Helena Gomes de Matos – Universidade de São Paulo  
Juliano Mendonça Domingues da Silva – Universidade Católica de Pernambuco  
Venício Arthur de Lima – Universidade de Brasília

C741 Comunicação e cidadania política / Carlo José Napolitano, Maximiliano Martín Vicente e Murilo César Soares (organizadores). — São Paulo : Cultura Acadêmica, 2017  
330 p.

ISBN 978-85-7983-891-0

Inclui bibliografia

1. Comunicação e sociedade. 2. Cidadania política. 3. Meios de comunicação. I. Napolitano, Carlo José. II. Vicente, Maximiliano Martín. III. Soares, Murilo César. IV. Título

CDD: 302.23

Cultura Acadêmica / Editora Unesp

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo - SP

[www.editoraunesp.com.br](http://www.editoraunesp.com.br)

[feu@editora.unesp.br](mailto:feu@editora.unesp.br)

# Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
-------------------	---

## I – Aportes conceituais

Democracia, cidadania e tecnologias de comunicação e informação .....	15
<i>Othon Jambeiro</i>	
Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!) .....	33
<i>Fernando Lattman-Weltman</i>	

## II – *Impeachment* de Dilma Rousseff

O Supremo Tribunal Federal na crise do <i>impeachment</i> : o diálogo com a sociedade civil.....	63
<i>Carlo José Napolitano</i>	
O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff como evento mediático .....	81
<i>Murilo C. Soares</i> <i>Jefferson O. Goulart</i>	
“Nem Dilma nem Temer”: Um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos.....	101
<i>Francisco Paulo Jamil Marques</i> <i>Camila Mont’Alverne</i> <i>Isabele Batista Mitozo</i>	
Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente.....	127
<i>Sérgio Braga</i> <i>Edilson Montrose</i>	

## III - Protestos político-sociais

A política nas telas: os protestos de junho de 2013.....	161
<i>Claudio Bertolli Filho</i> <i>Vinicius Carrasco</i>	

Social media and the 2013 protests in Brazil: the contradictory nature of political mobilization in the digital era ..... 181

*Mauro P. Porto*

*João Brant*

Os protestos cidadãos na era das redes sociais: estratégias comunicativas e organizativas do ativismo político *on-line* ..... 205

*Andreu Casero-Ripollés*

#### **IV – Participação política, cidadania e internet**

Cidadania e participação na internet: experiências brasileiras ..... 229

*Caroline Kraus Luvizotto*

Cidadania Global: uma contribuição de Social Watch ..... 247

*Maximiliano Martín Vicente*

Troca de razões e mobilização política: explorando múltiplos espaços comunicativos da esfera pública ..... 265

*Rousiley C. M. Maia*

*Larissa M. O. Arantes*

*Thais Choucair*

#### **V – Jornalismo político**

As notícias e seus críticos: a complementaridade entre regulação e autorregulação como mecanismo de defesa ..... 289

*Danilo Rothberg*

*Bibiana Alcântara Garrido*

A Blogosfera Progressista e a reeleitura do modelo de jornalismo independente no Brasil ..... 305

*Eleonora de Magalhães Carvalho*

*Afonso de Albuquerque*

SOBRE OS AUTORES ..... 325

## Apresentação

As recentes crises políticas e sociais brasileiras, como foram os casos das jornadas de junho de 2013 e o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff (2015/2016), bem como as eleições presidenciais de 2014, evidenciaram as relações íntimas entre mídia e política nas sociedades democráticas, em especial, em momentos de crise.

Tendo como pano de fundo as crises e o processo eleitoral mencionados, o Grupo de Pesquisa “**Mídia e Sociedade**”, do Departamento de Ciências Humanas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Bauru, grupo consolidado e atuante desde 2002 com investigações relacionadas à sociabilidade contemporânea e sua relação com a cultura midiática, organiza a publicação deste livro temático sobre comunicação e cidadania política.

O livro apresenta trabalhos que ajudam a compreender o papel dos meios de comunicação em situações de crise política, no intuito de evidenciar o estado do conhecimento universal sobre a temática proposta, como também apresentar trabalhos de natureza empírica, focalizando a atual conjuntura política brasileira.

O livro está dividido em cinco seções que abordam aspectos teóricos e empíricos do tema, com o objetivo de divulgar e socializar o conhecimento produzido pelo grupo e por convidados externos, reconhecidos como referências em suas áreas de atuação.

A primeira seção apresenta aportes conceituais sobre a temática do livro.

**Othon Jambeiro** elabora as diversas relações entre as novas tecnologias, cidadania e democracia. Em rota de colisão com o potencial democrático das inovações tecnológicas, contrapõem-se os oligopólios econômicos na área da comunicação, cenário que salienta a necessidade de criação de instrumentos de regulação. Apesar de que, no Brasil, políticas de comunicação com objetivo regulatório não tenham avançado, para Jambeiro, a estrutura da sociedade brasileira começa a ser modificada, por meio do crescimento de categorias sociais instruídas e em condições de participar dos processos de democratização da comunicação.

**Fernando Latman-Weltmann** enfoca a questão da saturação de informação política pelos meios de comunicação, em especial na crise política da moderna democracia brasileira, da qual o *impeachment* de Dilma Rousseff é um exemplo. Essa espécie de “pan-óptico” contemporâneo nos permite saber cada vez mais sobre a política, mas, ao mesmo tempo, sabemos cada vez menos como interpretar o sentido das coisas. Agrava esse quadro a radicalização e sectarização políticas veiculadas pela Internet, numa nova revolução da esfera pública.

A seção dois trata especificamente da crise política relacionada ao processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

**Carlo José Napolitano** tem como objeto de investigação a cobertura do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo jornal Folha de S.Paulo no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O capítulo examina as diversas questões que envolvem o papel do STF na política brasileira, levantadas na bibliografia, para focalizar, ao final, como a Folha de S.Paulo reportou o papel do STF no *impeachment*, tema ao qual o jornal dedicou poucas matérias. O capítulo salienta o isolamento do STF frente à sociedade brasileira, criticando o fato de que o tribunal tenha de tomar decisões que caberiam às instâncias políticas.

**Jefferson Goulart e Murilo Soares** abordam no seu capítulo a espetacularização feita pela televisão sobre o processo de *impeachment*, examinando o cenário político brasileiro e o papel que as transmissões ao vivo de momentos de crise exercem sobre os acontecimentos e,

consequentemente, sobre os cidadãos. Argumentam que a televisão modificou nossa relação com os acontecimentos nacionais à medida que estes se tornaram mediáticos.

**Francisco Paulo Jamil Marques, Camila Mont’Alverne e Isabele B. Mitozo** examinam os editoriais dos diários O Estado de S. Paulo e Folha de S.Paulo sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, partindo da ideia de que jornais também são participantes do jogo político. Por isso mesmo, uma das hipóteses da pesquisa é de que os editoriais dos jornais estudados procuraram acionar as autoridades para o processo que acabou por afastar a presidente do cargo.

**Sérgio Braga e Edilson Montrose** focam em seu texto o setor empresarial, principalmente aquele que tem presença ativa no Facebook, priorizando o comportamento e a ação política desse importante setor da sociedade, tomando como recorte alguns segmentos e o período compreendido entre a eleição de Dilma Rousseff, em 2014 e o *impeachment* de 2016.

Na seção três, a abordagem diz respeito especificamente aos protestos políticos e sociais, em especial as manifestações ocorridas em meados de 2013, que ficaram conhecidas como as jornadas de junho.

**Claudio Bertolli Filho e Vinicius Carrasco**, tomando como referência o documentário *Junho, o mês que abalou o Brasil*, fazem uma análise minuciosa de como numa plataforma tradicional podem ser realizados registros importantes para, no futuro, podermos compreender o que aconteceu no calor da hora, no caso junho de 2013.

**Mauro Porto e João Brant** examinam as manifestações de protesto ocorridas no Brasil em junho de 2013, sob a perspectiva do uso das plataformas digitais. O capítulo contextualiza as manifestações e ressalta o papel dos meios digitais na sua eclosão. Por outro lado, no entanto, mostra que, ao longo do ciclo de protestos, os manifestantes se dispersaram em uma “multidão de indivíduos”, que dissolveu a identidade política e ideológica do movimento e marginalizou as entidades organizadoras, ilustrando a natureza contraditória da mobilização política da era digital.

**Andreu Casero Repollés** detalha as formas como os movimentos sociais se apropriam das redes sociais para se organizar e tomar as ruas. Dessa maneira se estaria construindo uma nova esfera pública, na qual os

movimentos consolidam e estruturam sua militância destinada a transformar, a partir de dentro, a política e a sociedade mais identificada com a mídia tradicional e as formas clássicas de representação e transformação.

A seção quatro traz textos que tratam da participação política, cidadania e internet.

**Caroline Kraus Luvizotto** procura interpretar e avaliar a utilização da internet na criação, organização e disseminação da participação político-social *on-line* no Brasil. Para isso, analisa dois sites, o Vote na Web e o Participatório, Observatório Participativo da Juventude. A autora considera que a internet, ao possibilitar participação e interação real entre seus usuários, constitui uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas ou temporais, na qual grupos político-sociais se articulam por meio da rede, configurando o ativismo social *on-line*.

**Maximiliano Martin Vicente** focaliza uma forma contemporânea de interação social em rede, com vistas à promoção da cidadania, ao fazer a análise dos boletins do site Social Watch. Preliminarmente, o autor reexamina o conceito de cidadania em seus desdobramentos históricos, até chegar ao conceito de cidadania global, que estaria por trás da iniciativa contra-hegemônica do Social Watch. O trabalho destaca as principais categorias de assuntos focalizados, mostrando que o site adota uma atitude crítica, consistindo em um canal de expressão de grupos marginalizados e excluídos, cujos problemas não são regularmente agendados pelos meios de comunicação convencionais.

**Rousiley Maia, Larissa Arantes e Thais Choucair**, na perspectiva da instauração da esfera pública democrática, examinam o papel que as chamadas mídias digitais desempenham num “ambiente híbrido e interconectado de mídia”, no qual os meios tradicionais convivem com as novas tecnologias. A investigação se dá em torno das diferentes formas de interação e linguagens adotadas pelo movimento social Tarifa Zero, em Belo Horizonte, focalizando a comunicação mediada pelos meios de massa, o Facebook e as assembleias do movimento.

O livro finaliza com dois textos na seção cinco que tratam especificamente do jornalismo político.

**Danilo Rothberg e Bibiana Alcântara Garrido** abordam a complexa questão da qualidade do texto jornalístico na política, contrastando as coberturas do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e do plebiscito que levou o Reino Unido à decisão de se separar da União Europeia, em 2016. O capítulo revisa as noções de regulação e autorregulação, defendendo esta última como caminho para o estabelecimento de boas práticas jornalísticas que garantam aos leitores coberturas plurais e equilibradas, necessárias ao exercício da cidadania.

**Eleonora de Magalhães Carvalho e Afonso de Albuquerque** examinam a chamada “blogosfera progressista” (BP), surgida em 2006, a partir da aliança entre blogueiros de esquerda, que se transformaria em uma rede de agentes mediáticos, envolvendo, além dos blogs, páginas e perfis do Facebook, Twitter e Instagram. As posições do jornalismo da BP rivalizam com as posições da grande imprensa ao trazerem apoio aos governos e políticas do PT. Para os autores, a BP é uma continuadora da tradição do jornalismo independente, agora munida com as facilidades das novas tecnologias digitais.

O grupo de pesquisa “**Mídia e Sociedade**” agradece ao Departamento de Ciências Humanas por ter viabilizado a realização deste livro, e aos autores colaboradores, por terem prontamente atendido ao convite para participarem desta coletânea, esperando que ele contribua para a interpretação do período recente vivenciado por nossa sociedade, além de fazer o registro histórico dos acontecimentos analisados.

*Os organizadores*



# I Aportes conceituais



# Democracia, cidadania e tecnologias de comunicação e informação

Othon Jambeiro

## Introdução

A educação, como processo social básico permanente, e a inclusão nesse processo de todos os cidadãos, inclusive dos indivíduos dele excluídos devido a deficiências na distribuição da riqueza, são peças-chave para se atingir a cidadania plena, em termos amplos. No entanto, ao serem introduzidas questões relativas às tecnologias avançadas de informação e comunicação (TIC), acesso a redes de computadores e habilidade ou não para se apropriar dos produtos decorrentes desses progressos técnicos, impõe-se definir a inclusão digital como fator de alta relevância para o exercício da cidadania. Isto porque, se a maior parte da população não domina os elementos essenciais para utilizar ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, o fosso social tende a se agravar. O círculo vicioso que se instala determina que as desigualdades anteriores não permitam a apropriação das tecnologias por aqueles que já eram excluídos antes de se iniciar o surgimento de uma sociedade em rede; e a não apropriação de novas tecnologias dificulta sua inserção social.

A primeira necessidade social, portanto – considerada a tendência à centralidade que caracteriza as tecnologias avançadas de informação e comunicação – é fazer com que o processo educacional se amplie e se aprofunde, já tendo em seu bojo o que se chama de inclusão digital, ou seja,

a habilitação do indivíduo para o uso dessas tecnologias avançadas, de tal modo que passe a ter maiores possibilidades de realizar-se social, cultural e economicamente. Isto é, além de adquirir o domínio dos símbolos tradicionais, que envolvem a capacidade de ler e escrever – no seu significado pleno, de saber analisar, interpretar e selecionar o que lê e o que escreve –, o cidadão deve tornar-se capaz de se beneficiar das TIC, podendo, pela utilização delas, adotar uma postura participativa e crítica, defender seus interesses como cidadão e membro de variados grupos da sociedade, aos quais referencia seu comportamento social, cultural, econômico, político e moral.

O equacionamento proativo dessa questão está na origem de políticas e ações afirmativas que buscam atender às expectativas sociais, no que se refere à existência de uma sociedade mais informada, com uma democracia mais participativa e indivíduos mais socialmente responsáveis, no exercício pleno da cidadania. Os programas de inclusão digital propõem-se a ser – embora nem sempre isto ocorra – exemplos dessas políticas. Nos anos recentes, inúmeros desses programas têm sido conduzidos com o objetivo de incluir distintas camadas da população no uso das tecnologias de informação e comunicação e, por meio delas, no acesso a informações e a ferramentas de socialização que lhes possibilitem maior participação na vida social e cultural, e melhor qualidade de vida.

Este capítulo analisa a relação existente entre democracia, cidadania e tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade, na qual uma das principais características é exatamente a presença dessas tecnologias avançadas e crescentemente aperfeiçoadas. Defende-se aqui que as políticas de inclusão dessas tecnologias na vida da população são essenciais para a evolução democrática da sociedade, inclusive porque a habilitação dos indivíduos para a busca e interpretação de informações possibilita a diversidade de fontes, que vão hoje muito além da mídia, e o acesso a opiniões divergentes das dos grupos dominantes, particularmente as emitidas por coletivos étnicos, culturais, socioeconômicos, de gênero e outros. Além disso permite ao incluído que emita informações e opiniões e assim se torne ativo membro da sociedade, ampliando suas possibilidades de exercício da cidadania.

## Inclusão Social, Participação e TIC

A tendência universal, conduzida pelo mundo dos negócios, organizações supranacionais e governos nacionais, é a de fazer os serviços de comunicação e informação convergirem completamente para as estruturas comerciais que as gerem. Isto assumiu, hoje, grande magnitude e é uma questão-chave para as corporações industriais, comerciais e financeiras. Mas o é também para o futuro de qualquer sociedade de caráter democrático, que se queira universal em seu alcance. Parece sensato admitir, portanto, que é necessário socializar os indivíduos dentro de uma concepção contemporânea de democracia e cidadania, com intensa e plena utilização das redes digitais, ao mesmo tempo conscientizando-os de que estão sendo inseridos em um campo de batalhas. Isto é, a universalização do acesso e uso dos serviços digitais de comunicação e informação pode permitir aos cidadãos a participação plena na vida social, cívica, política, econômica e cultural, em todas as suas dimensões, mas é preciso lutar permanentemente por isto. Essa disposição é válida inclusive para a compreensão e avaliação crítica dos processos econômico e político que conduzem os avanços científicos e tecnológicos em determinadas direções (geralmente favoráveis ao mundo dos negócios) e não em outras (o interesse público).

Esse contexto conflagrado vem evoluindo conceitualmente, sobretudo a partir dos anos 2000, e nessa evolução a meta do interesse público deixou de ser o domínio da técnica e seu uso intensivo: tornou-se obrigatório que o foco da inclusão mire a conquista do poder autônomo de acessar informações de toda natureza e de se comunicar universalmente por meio das TIC. Isto significa que o domínio dos sistemas operacionais e aplicativos é compreendido hoje como apenas o passo inicial na direção da inclusão. O passo seguinte, e essencial à democracia e ao exercício da cidadania, é o incremento, por meio do acesso e uso dessas tecnologias avançadas, da formação de cidadãos que se sintam capazes de gerar e, em consequência, credores de receber benefícios sociais, culturais, políticos e econômicos advindos da sociedade em que estão.

As TIC oferecem oportunidades sem precedentes para isto, pois são, ao mesmo tempo, expressão e portal de um “novo mundo” e de uma nova

forma de relacionamento entre as pessoas. Elas mudam o esquema clássico de comunicação na medida em que permitem a alteração de conteúdos e uma maior interação e transparência entre os indivíduos e entre governo e sociedade, ampliando o espaço para que o exercício democrático tenha lugar. O acesso e uso das informações e possibilidades de interações disponíveis na internet facilitam o exercício dos atributos da cidadania, abrindo a possibilidade de que o indivíduo possa ter participação plena na sociedade. Como afirma Bonilla (2001, p. 7), “inclusão (...) significa que aquele que está incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social, em todas as suas instâncias”.

A massificação do acesso à Internet é, neste sentido, vital para o sucesso pessoal e social, o desenvolvimento local e o bem-estar da população, porque o domínio no uso de computadores e da internet pode ter como consequência melhores oportunidades de emprego e renda e ascensão e flexibilidade na carreira dos que já estão empregados. Contudo, a incorporação, pela sociedade como um todo, dessas novas tecnologias, assim ampliando os espaços públicos e o exercício democrático, depende da disponibilidade de acesso fácil e barato à infraestrutura de telecomunicações e às redes de computadores.

Independentemente de resultados socioeconômicos, o dado básico é que os pobres não têm condições objetivas de acesso pleno e permanente à internet. Assim, o simples fato de serem incluídos digitalmente – ainda que uma inclusão primária, mais operacional que informacional e comunicacional – lhes cria a possibilidade de evitar, ainda que precariamente, que continuem a ter reduzido contato com os processos político, cultural e social e, portanto, menos chance de organizar suas vidas na sociedade.

Isto é verdadeiro. Mas é essencial que se compreenda a necessidade de dar um passo além, uma vez que a inclusão social está, hoje, conceitual e inapelavelmente atrelada à capacitação das pessoas para a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis em favor de seus interesses individuais e sociais. Há que considerar, portanto, que os conceitos de inclusão digital e de inclusão social estão associados: a primeira é, na contemporaneidade, instrumento e condicionamento da segunda. E mais: são ambos

efetivamente conceitos e não rótulos a serem aplicados indiscriminadamente. Exigem, em consequência, que sejam utilizados somente para marcar caminhos legítimos e efetivos de incorporação, à sociedade, de camadas sociais que passem a ter condições objetivas de exercer papel ativo nos seus processos político, econômico e cultural.

Políticas de inclusão devem estar relacionadas, portanto, também à organização social, à cultura e à política. Cidadania ativa, participação, emprego, moradia, educação, integração cultural, respeito e consideração sociais são palavras-chave para qualquer programa de inclusão. Mas isto só é verdadeiro para sociedades que se queiram mais inclusivas do que excludentes e que persigam o caminho de superação de meras políticas caritativas e assistencialistas voltadas para os pobres.

## **Democracia e Cidadania**

Para DaMatta (1991, p. 76),

o papel social de indivíduo e cidadão é uma entidade social de caráter nivelador e igualitário. Esta seria sua característica ideal e normativa, de modo que, como cidadão, eu só clamo direitos iguais aos de todos os outros homens.

Afirma ainda que esta é a forma como se estabeleceu a moderna luta contra os privilégios da nobreza e como se constituem os direitos nos países radicalmente democráticos, em que as normas sociais são feitas pelos cidadãos para a totalidade dos cidadãos. Estar de fora dessa totalidade é estar excluído da condição de cidadania.

Esse quadro conduz aos conceitos de cidadania ativa e passiva, de Rosanvallon (apud ZALUAR, 1995, p. 35), para quem a característica da cidadania passiva é afirmar e assegurar direitos em sociedade como forma de garantir o direito à vida; enquanto que na cidadania ativa “não se trata apenas do direito à vida, mas do direito à vida em sociedade, ou seja, à participação civil e política”.

Rosanvallon se opõe ao conceito de exclusão como relacionado aos pobres que se encontram abaixo da classe operária, que não têm acesso aos bens e serviços considerados mínimos (inclusive trabalho). Para ela, tal conceito vincula a noção social de exclusão a uma dimensão meramente econômica, de distribuição de benefícios, quando, na verdade, a exclusão vincula o econômico ao político, ao cultural e ao social.

Shklar, também citado por Zaluar (1995, p. 35), reforça o pensamento de Rosanvallon:

[...] as críticas às teorias meramente distributivas e utilitaristas de justiça social desembocam na crítica à ideia do cidadão como sujeito passivo, mero receptor do que é distribuído pelas agências públicas. As teorias distributivas desconsiderariam a justiça, o respeito e a consideração que os cidadãos se devem mutuamente na democracia da vida quotidiana e que, obviamente, não são coisas que o governo possa distribuir.

Cidadania pode ser conceituada, pois, como a conscientização do ser humano em relação à realidade em que vive, a efetiva capacidade de participar de sua construção e modificação e a possibilidade de partilhar dos benefícios dela decorrentes. Isto implica um processo contínuo de interação de direitos e deveres individuais e coletivos.

Rocha (2000, p. 43) e Vieira (2001, p.33) apontam três desses direitos como fundamentais ao exercício da cidadania:

- Direitos civis – que se referem à liberdade individual;
- Direitos políticos – assegurados pelo direito de participar do exercício do poder;
- Direitos sociais – relacionados com o usufruto do bem-estar social e econômico.

A grande questão, no entanto, é como a sociedade deve encaminhar os indivíduos para serem cidadãos e usufruírem dos seus direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo arcando com seus deveres. As visões são várias, mas concordam em que a democracia é um processo contínuo e aberto, pelo qual tanto forças consideradas “progressistas” quanto “conservadoras” podem alcançar o poder ou parcelas dele ou podem perdê-lo

ou jamais alcançá-lo. Não há, necessariamente, na democracia qualquer elemento dela constitutivo, um elemento natural, que assegure o poder político a forças consideradas – ou autoproclamadas – “progressistas” ou “conservadoras”. Ela não é, portanto, um instrumento necessariamente racionalizador, no curto ou médio prazo, da sociedade. Pelo contrário, ao invés de conduzir à razão, ela funciona muitas vezes como veículo de expressão e canalização de impulsos emocionais momentâneos.

Encarada como base sobre a qual se edifica a sociedade, a democracia se sustenta em princípios gerais, dos quais dois se destacam: (1) igualdade potencial de todos os membros individuais da sociedade; (2) inclusão de todos os membros nos processos sociais básicos, ainda que com possibilidades desiguais de apropriação dos benefícios desses processos. A democracia não pode nem deve impedir que indivíduos de maior talento tenham melhor desempenho nos vários setores da sociedade. Mas deve impedir que se conceda a alguns um *status* inicial mais favorável que a outros, sob a forma, por exemplo, de privilégios hereditários e acesso diferenciado aos serviços de saúde e ao sistema de educação.

Quanto ao primeiro princípio – o da igualdade potencial de todos – sua base está em que a democracia tem como postulado básico a afirmação da igualdade essencial de todos os seres humanos, sendo recusada a divisão da humanidade em seres superiores e inferiores. Nem sempre foi assim, contudo. Por milênios, houve estamentos sociais que isolavam de uma ínfima elite – religiosa, militar, nobiliárquica, econômica ou intelectual – a maioria esmagadora da população. Foram as crescentes conquistas das camadas sociais proclamadas inferiores – e o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico – que alteraram estruturalmente a sociedade humana e nos trouxeram o regime democrático, com esse primeiro princípio fundamental de igualdade potencial de todos os membros individuais da sociedade.

O segundo princípio se traduz na afirmação da democracia como o sistema que se realiza plenamente apenas quando todos os indivíduos alcançam a situação de serem centros de influência nos processos decisórios da sociedade. A vontade social, portanto, passa a ser expressão do contributo de todos, na medida da capacidade, vontade, preparo, domínio

dos meios necessários e disposição de cada um de participar em sua construção. Ela não pode ser determinada por uma classe social, ou camadas privilegiadas da sociedade, a partir apenas da compreensão e das vontades individuais dos que compõem aquela classe ou aquelas camadas sociais. Idealmente ela é o resultado da vontade de todos.

Ressalte-se, contudo, que, no mundo contemporâneo, os sistemas democráticos dos estados nacionais são dominados por elites, que se estabeleceram historicamente e que se capacitaram no exercício da democracia representativa, do estado de direito e da economia de mercado. A democracia não implica em que não existam elites, mas em muitas situações têm faltado – ou embora existentes não têm funcionado, dada a resistência de grupos dominantes – mecanismos de controle asseguradores da possibilidade de os cidadãos poderem remover seus líderes, forçá-los a tomar decisões no interesse da maioria, ou substituí-los por outros. Isto tem impedido que o exercício da democracia se mantenha em constante processo de aprofundamento e aperfeiçoamento, inclusive na direção de crescente nivelamento entre elite e cidadãos comuns, pela elevação e cultivo das potencialidades destes últimos.

## **Neoliberalismo, Cidadania e Regulação das TIC**

O neoliberalismo – como expressão renovada do liberalismo clássico – emergiu, nos anos 70 do século XX, como uma reação contra a interferência do Estado nos negócios, sob a alegação de que o crescimento do poder governamental estava afetando negativamente as liberdades individuais e a livre iniciativa. Seu postulado básico é o de que a liberdade econômica, com livre competição, leva à eficiência econômica. Esta, por sua vez, deve ser medida pelos preços reais, sem subsídios ou outros artifícios em sua configuração, porque a presença destes provoca distorção na justa distribuição da riqueza, além de desestímulo da iniciativa privada e do aperfeiçoamento individual para gerar ganhos materiais e simbólicos.

A não intervenção do Estado, portanto, deve ser vista como uma condição para o crescimento econômico. E isto seria uma coisa nova, uma

invenção e uma imposição dos controladores da nova ordem? Guy Sorman (1986, p. 50) destaca que “Na ordem econômica, a livre empresa, a livre troca, que estão na origem do crescimento, não foram decretadas, mas experimentadas”. E cita Hayek para afirmar:

Caímos na economia liberal e aí ficamos, porque constatamos que esse era o meio de escapar da penúria. Ninguém, nenhum governo jamais decidiu impor um sistema que seria arbitrariamente chamado de economia liberal. O crescimento é um acidente não programado, resultado aleatório e experimental das iniciativas individuais e da liberdade política que reinavam nas cidades europeias da Renascença. Desde então, o crescimento não cessou de se desenvolver segundo esse modelo inicial, tornando-se cada vez mais complexo; ele resulta, a partir de então, do agenciamento de milhões de atos isolados, que se organizam espontaneamente, como que guiados por uma mão invisível sobre um vasto mercado. (SORMAN, 1986, p. 50)

A doutrina liberal contemporânea estabelece, enfim, que é fundamental a liberdade de entrar e atuar no mercado e que é função do Estado, por meio de legislação e órgãos específicos, assegurar-lá, porque os direitos dos cidadãos, o desenvolvimento econômico e a prosperidade geral necessitam de normas, incentivos e garantias que somente o Estado pode prover. Nesse sentido, o mercado, em sua acepção plena, compreendendo produção, leis, fiscalização, impostos, distribuição, consumo, etc., é um produto de decisões políticas do Estado. É certo que algumas correntes menos radicais do liberalismo reconhecem aspectos negativos na liberdade do mercado, entre eles a marginalização econômica de setores da sociedade, o que pode afetar a estabilidade do sistema democrático e, conseqüentemente, do próprio Estado. Daí porque defendem que a performance do governo deve ter como componente de avaliação sua habilidade para garantir uma boa distribuição, evidentemente não igualitária, tanto da riqueza material e simbólica, quanto do poder político. Mas o dogma da doutrina liberal clássica – ou do neoliberalismo – é a crença de que o mercado é capaz de estabelecer o equilíbrio socioeconômico e, portanto, deve ser deixado livre, sujeito apenas a leis gerais que coíbam monopólios e oligopólios não naturais.

Nos dias que correm – vitorioso que tem sido o neoliberalismo –, a economia de mercado concentra a produção de bens. Isto não se origina da vontade de indivíduos e organizações e sim de um processo orgânico inerente ao funcionamento do regime capitalista. Contudo, esse mesmo processo orgânico deixa a cada dia mais evidente que competição no capitalismo é uma situação apenas tolerada, não propriamente desejada pelos empresários. A frequente ocorrência de concentração de propriedade, monopólios e oligopólios nega o argumento neoliberal de que a situação normal no capitalismo é a de um grande número de empresas competindo no mercado, com nenhuma delas detendo a capacidade de controlar os preços.

Na verdade, os conglomerados internacionais hoje regulam os mercados e manipulam preços dentro de cada nação e entre um país e outro. Na medida em que a produção se concentra e os mercados são manipulados, competição não é mais um fator capaz de assegurar um apropriado funcionamento das economias nacional e internacional. Por outro lado, o mercado por si só já demonstrou ser incapaz de organizar a economia de modo que ela combine eficiência, justiça e equidade social, até mesmo por que o mundo não é um grande mercado de concorrência perfeita, totalmente pulverizado e com chances igualitárias. Pelo contrário, são frequentes e universais as situações que favorecem monopólios ou oligopólios, ou situações de desigualdade na competição, com claras barreiras à entrada de novos agentes econômicos num dado mercado.

O problema torna-se mais relevante com o uso das TIC e, particularmente, com a mídia e as indústrias da cultura, por sua singularidade, no sentido de que são fontes das referências sociais por meio das quais os cidadãos conscientizam-se de sua situação e formulam seus projetos de vida. No dizer de Murdock:

Because they connect with people not only as purchasers and consumers of communications products and services but as members of political communities, they must be judged on their ability to underwrite the rights and responsibilities of citizenship as well as their business potential. Consequently, communications policies can never be decided on purely economic grounds. They

have to be seen in the context of debates about the future of democracy.<sup>1</sup> (1994, p. 6).

Defendendo a existência de fundos públicos para a diversidade informativa, Murdock afirma que num ambiente econômico, onde o poder cultural fica mais concentrado nas mãos de grandes corporações e onde o alcance social e geográfico destas torna-se mais extenso, é essencial a existência de fortes e independentes fontes de contraposição. Sem elas, afirma ele, é muito provável que a era da convergência, embora testemunhe uma explosão de pluralidade, termine por se caracterizar pela redução da diversidade. O que, conclui, erodiria as existentes instituições democráticas e causaria a perda de uma histórica oportunidade de usar as novas mídias para estender e aprofundar o processo de democratização entre indivíduos, organizações, instituições e estados nacionais (MURDOCK, 1999).

Para melhor compreender os entrelaçamentos desse contexto global com os estados nacionais e o setor de comunicação e informação, é necessário atentar para o fato de que um dos temas centrais nesse entrelaçamento gira em torno da relativa autonomia da mídia. Uma autonomia que se equilibra entre o grau de liberdade existente e os meios pelos quais os limites a essa liberdade devem ser estabelecidos e controlados pela sociedade. O que implica, necessariamente, o conceito das TIC, e da mídia em particular, como meio e ao mesmo tempo fim para o exercício da cidadania.

Os sistemas regulatórios desenvolvidos para governar as tecnologias de comunicação e informação derivaram diretamente dos instrumentos legais e aparatos burocráticos criados, através dos tempos, para tratar da publicação e circulação de livros, jornais e outros documentos, dos serviços postais, do telégrafo e da telefonia, da inteligência e contra inteligência. Na medida em que novas tecnologias deram origem a novos meios de

---

1 “Uma vez que elas se relacionam com as pessoas não apenas como compradores e consumidores de produtos e serviços de comunicações, mas também como membros de comunidades políticas, elas devem ser julgadas em sua habilidade de subscrever os direitos e responsabilidades dos cidadãos e também em seu potencial de negócio. Consequentemente, políticas de comunicação não podem jamais ser decididas exclusivamente no terreno da economia. Elas têm de ser vistas no contexto de debates sobre o futuro da democracia” (tradução livre do autor deste texto).

disseminação de informação e opinião – o cinema, o disco, o rádio, a TV, o vídeo, agora a internet –, aqueles instrumentos legais e aparatos foram adaptados para permitir a continuidade do controle.

Com a ascensão do neoliberalismo na década de 1970, mudanças estruturais inter-relacionadas passaram a direcionar fortemente os processos regulatórios relativos ao acesso e uso das tecnologias de comunicação e informação e a condicionar as negociações de interesses dos vários grupos econômicos, culturais e políticos. A saber:

I – formação de conglomerados de empresas, estimulada por desregulação e competição, num crescente mercado mundial, interligando numa mesma corporação desde empresas internacionais até pequenos negócios de caráter local;

II – globalização do mercado da produção intelectual, com grande número de produtos simbólicos marcados por uma cultura de consumo internacionalizada; e

III – privatização, caracterizada pela predominância de interesses privados – em detrimento do interesse público – controlando as empresas e instituições na área da comunicação e da informação.

A primeira mudança, a formação de conglomerados, levou as empresas que operam no setor a serem objeto de transações de compra e venda como quaisquer outras firmas comerciais ou industriais. Estimulado por leis e normas governamentais, um mercado mundial de firmas de TIC foi estabelecido. A primeira consequência disso foi o surgimento de conglomerados empresariais, controlando concomitantemente a propriedade de variadas e numerosas empresas. Emergiu, então, um crescente grau de integração de propriedade entre aquelas indústrias, sendo normal um único grupo econômico controlar, ao mesmo tempo, jornais, revistas, livros, provedores de internet, concessionárias de telefonia e transmissão de dados, companhias fonográficas e cinematográficas, TV aberta, à cabo e via satélite.

Quanto à segunda mudança – a globalização do mercado da produção intelectual –, é fato que a padronização da produção e consumo de bens materiais e simbólicos se expandiu fortemente. Tal situação se acentuou principalmente em função das necessidades de produção em escala para

atender os ditames da economia de mercado. Com isso, certos produtos passaram a ser concebidos e produzidos de maneira a atender as expectativas de mercados muito amplos. Em consequência, a globalização, como um processo de desenvolvimento de complexas interconexões entre sociedades, culturas, instituições e indivíduos, estimulou e favoreceu a ampliação dos nossos relacionamentos e de nossas referências de vida, ampliando nossa anterior visão de mundo a partir de contextos locais e nos levando a enxergar o local e o global a partir de contextos nacionais e internacionais.

E, finalmente, no que se refere à privatização, pode-se afirmar que o desequilíbrio mundial da riqueza, associado à crescente imprescindibilidade das tecnologias de comunicação e informação para os processos produtivos e a geração de empregos, tem fortalecido a posição das empresas. Nos dias de hoje, o acesso a avançados serviços e equipamentos de informática e telecomunicações de última geração tem vitais implicações econômicas para o desenvolvimento dos países. Por essa razão, a maioria deles tem estabelecido políticas para o favorecimento e estímulo à privatização desses serviços e equipamentos, sob a alegação de atrair capitais para a expansão e melhoria da qualidade do setor.

## **Conclusões**

O desenvolvimento convergente da eletrônica, da informática e das telecomunicações tem sido um fator decisivo para a expansão e a multiplicação de meios de comunicação e informação, particularmente por meio de produtos multimídia. A nova base tecnológica consolidou definitivamente esses meios como a ligação predominante entre o público e a produção simbólica da sociedade. Hoje, um massivo, crescente e diversificado conjunto de produtos é oferecido não apenas a uma massa informe de indivíduos, mas também a incontáveis fragmentos da audiência geral, de acordo com sua sensibilidade, preferência e aspiração.

O certo é que a ideologia dominante nos anos iniciais do século XXI foca a sociedade como mercado, e os cidadãos como consumidores, com necessidades a serem supridas mediante processos de compra e venda. A

chamada convergência tecnológica revelou-se ser muito mais que isto: ela é também convergência econômica, política e ideológica, com forte tendência ao oligopólio. O fortalecimento dos atores de porte mundial que atuam na infraestrutura e serviços de informação e comunicação é resultado dessa convergência. Esses atores assumiram tal grandeza que conduzem governos, parlamentos e tribunais muitas vezes em direção distante do interesse público. E abrangem hoje não só as corporações nacionais e multinacionais da mídia: estão a elas associadas organizações supranacionais como a Organização Mundial do Comércio e a União Internacional de Telecomunicações.

Em suma, a mídia e a Web e tudo o que as constitui, inclusive os softwares – sem os quais elas não sobrevivem – têm de ser submetidos à dinâmica de absorção social das TIC, que é controlada pelo mundo dos negócios e regulada pelos estados nacionais e pelas organizações supranacionais que atuam nos mercados. Viver no mundo atual, digitalizado, é, portanto, colocar-se nos fluxos dessa dinâmica.

Em decorrência, o contexto contemporâneo aponta para a continuidade da absorção dos meios de comunicação e sistemas de informação por conglomerados econômico-financeiros nacionais e internacionais. E também para a consolidação de um contexto industrial-comercial para o qual converge a relação entre provedores e usuários de informação e comunicação. Esses provedores caracterizam-se por serem entidades econômicas, que trabalham num contexto político-econômico, tendo como objetivo produzir e vender processos, tecnologia, serviços, produtos e conteúdos aos consumidores. E atuam como atores dos processos políticos, culturais e econômicos da sociedade, dos quais recebem influência e aos quais procuram influenciar, de acordo com seus interesses particulares.

Daí porque, embora a regulação seja um assunto relacionado à economia e à política, no que se refere ao campo da comunicação e da informação é também uma questão de cultura, de liberdade de expressão e de direito à informação. Por isso, a regulação desse campo é muito sensível ao regime político do país, à sua política econômica, ao grau de liberdade, organização e mobilização da sociedade civil, e à capacidade de formulação de propostas e influência dos grupos sociais envolvidos. O equilíbrio

de interesses dos vários grupos que atuam no setor é essencial para que a sociedade trilhe um caminho em que o resultado alcançado reflita as circunstâncias, prioridades e valores do país, inclusive porque políticas são sempre geradas por mobilização, articulação e confrontação de grupos de interesse. Mudanças nas políticas ou criação de novas ocorrem quando há alteração na influência relativa desses grupos. Políticas de comunicação são determinadas por processos políticos, sob influência econômica, nos quais grupos de interesse buscam impor, via negociação ou coerção, o atendimento de suas demandas.

No caso do Brasil, mesmo posteriormente ao Regime Militar, o processo de formulação de políticas para os serviços de comunicação e informação continuou controlado por elites econômicas e políticas mais ou menos homogêneas. Exímios manejadores do poder nas estruturas de governo sabem, através de longa familiaridade com a ação de governar, o que lhes convém política, econômica e culturalmente, e assim se mantêm no domínio do Estado.

Houve, é verdade, nas três últimas décadas, intensa modernização do país. Mas embora tenha conseguido taxas razoáveis de crescimento, o Brasil tornou-se um dos países com maior distância entre pobres e ricos. A renda nacional concentrou-se nas camadas abastadas da sociedade, ficando a maioria da população impedida de fruir plenamente os benefícios do crescimento. Na verdade, o que foi ganho em acumulação de capital foi perdido em equidade social.

De qualquer forma, a estratificação social mudou com o crescimento das classes médias, o surgimento de novas profissões, várias delas intelectual e tecnologicamente sofisticadas, e a redução do número de trabalhadores nas indústrias tradicionais. Foram introduzidos novos métodos de gestão pública e privada, novos modos de vida e novos padrões de consumo. Uma nova cultura emergiu, influenciada pelas tendências internacionais, subordinada a processos capitalistas de produção e integrada direta ou indiretamente no mercado internacional de bens culturais. O uso das leis de mercado tornou-se a cada dia mais imperativo em todas as atividades de que resultem produtos materiais ou simbólicos.

Mais e mais camadas sociais galgaram patamares superiores de participação social, sobretudo por meio da educação formal e, por consequência, aprofundaram a prática da cidadania dentro e fora dos círculos anteriormente restritos às elites políticas, econômicas e intelectuais. Emergentes estratos sociais começaram a representar novos papéis na construção da dimensão pública da sociedade, utilizando-se das tecnologias avançadas de comunicação e informação, da mídia, das artes, do esporte, caracterizando, com relativa nitidez, a ampliação da cidadania e da participação dos cidadãos nos diversos aspectos da sociedade brasileira. Isto levou a que camadas e grupos, cujo pensamento e ação se orientavam tradicionalmente para a manutenção de uma realidade não democrática, tivessem de começar a competir com pessoas e grupos que passaram a viver suas primeiras experiências políticas nos mesmos espaços institucionais e que traziam consigo forte e, por vezes, conceituado e propositivo anseio de democratização daquela realidade.

As mudanças têm sido lentas e penosas, exigindo dos grupos que discordam daqueles processos não democráticos de formulação e implementação das políticas de comunicação enorme e cotidiano esforço para conseguir acesso e influência nesses processos. O que tem se mostrado de difícil alcance, dada a resistência de seus tradicionais atores: eles sabem que a democratização das estruturas e espaços institucionais encarregados da formulação e execução de políticas de comunicação e informação no país poderá provocar significativa alteração na estrutura de poder da sociedade brasileira.

## Referências

BONILLA, M. H. O Brasil e a alfabetização digital. *Jornal da Ciência*, Rio de Janeiro, 13 de abr. 2001, p. 7.

DAMATTA, R. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

MURDOCK, G. Converging interests: cultural citizenship and digital capitalism. *Anais do Colóquio Brasil-Grã-Bretanha*, Rio de Janeiro: Intercom, 1999.

MURDOCK, G. The New Mogul Empires: Media Concentration and Control in the Age of Convergence. In *Media Development*, Londres, v. 1, n. 4, 1994, p. 6.

ROCHA, M. P. C. A questão cidadania na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/>>. Acesso em: 22 set. 2003.

SORMAN, G. *A Solução Liberal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

SMITH, A. *The Age of Behemoths - The Globalization of Mass Media Firms*. New York: Priority Press Publications, 1991.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 33-37.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 129, out. 1995.



# Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!)

Fernando Lattman-Weltman

“E não digo mais, pois à medida que avanço no estudo do antigo estado do mundo e que vejo com mais detalhes o mundo de nossos dias – quando considero a prodigiosa diversidade em que se encontra, não só no tocante às leis, mas também no que se refere aos princípios das leis [...] – sinto-me tentado a crer que o que se chama de ‘instituições necessárias’ não passam, em geral, de instituições às quais se está acostumado e que, em matéria de constituição social, o campo do possível é bem mais vasto do que imaginam os homens que vivem em qualquer sociedade”

(TOCQUEVILLE, 1991, p. 96)

## De crises e paradoxos

Já se tornou chavão dizer que vivemos numa era de crises e paradoxos.

Infelizmente, para quem não aprecia o valor sociológico dos chavões – ou apenas desdenha esteticamente dos mesmos –, também o objetivo deste capítulo será justamente o de tentar contribuir para o esclarecimento conceitual da atual conjuntura crítica e, em seu contexto, apontar para as implicações de determinados paradoxos. Particularmente, aqueles que dizem respeito aos efeitos políticos contraditórios da ação dos meios de comunicação contemporâneos. Sejam estes as chamadas mídias de massa tradicionais, ou as novas formas advindas da atual revolução tecnológica digital.

A crise a que fazemos referência é aquela que se abate sobre a democracia contemporânea, compreendida aqui, para efeitos de simplificação conceitual, nos termos econômicos da teoria poliárquica de Robert A. Dahl (DAHL, 1997). Ou seja, como um arranjo institucional caracterizado, ao mesmo tempo, por significativa institucionalização da competição política e pela incorporação mais ampla possível de participantes ao jogo – por meio de procedimentos de natureza universalista e de agregação indeterminada de vontades individuais, como o voto<sup>1</sup> –, e que, por uma série de razões históricas que não vêm ao caso relembrar aqui, vinha, desde meados do último quarto do século passado, constituindo-se no parâmetro hegemônico global de ordem política. Aplicando-se essa matriz conceitual à trajetória política e institucional brasileira, por exemplo, se poderia dizer que, a rigor, somente após a superação do Regime Militar inaugurado em 1964, e com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil pôde ser caracterizado sem sombra de dúvida como poliarquia, no sentido dahlsiano. Pois, somente a partir daí se teria observado desempenhos igualmente satisfatórios tanto no eixo da institucionalização quanto da participação política ampliada.<sup>2</sup> Do mesmo modo, seria perfeitamente válido argumentar que o processo de *impeachment* que conduziu à interrupção do mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2016, colocou em cheque o *status* da poliarquia brasileira contemporânea, na medida em que pode ser interpretado como ruptura do eixo dahlsiano da institucionalização, em função do evidente comprometimento das garantias mútuas que devem valer tanto para governantes eleitos quanto para seus opositores, segundo o modelo de Dahl.<sup>3</sup>

Ora, certamente não nos serve de consolo observar, entretanto, que a despeito de suas características e idiosincrasias locais próprias, a crise

---

1 A perfeita caracterização desses dois eixos fundamentais incorpora também, segundo o autor, cerca de oito requisitos clássicos (DAHL, 1997, p. 27).

2 O período que vai do fim do Estado Novo (1945) ao golpe de 31 de março de 1964, embora seja muitas vezes reconhecido na historiografia política brasileira como a nossa primeira experiência com democracia de massas, não atende os requisitos da teoria poliárquica na mesma dimensão que o regime pós-1988 teria alcançado.

3 E também, é claro, de acordo com toda a tradição liberal-democrata ocidental, dos últimos duzentos anos (ou um pouco mais), e que obviamente serviu de base a tal teoria.

institucional pela qual passou e passa – e certamente ainda por muito tempo passará – o Brasil apresenta características e possíveis determinantes que não são de modo algum exclusividade sua. Com efeito, basta olhar à nossa volta para encontrar se não exatamente os mesmos eventos, ou uma mesma evolução de circunstâncias, ao menos um grande e similar mal-estar diante das performances das campanhas e/ou dos resultados eleitorais, uma descrença recorrente na credibilidade e capacidade dos governos e parlamentos – e, cada vez mais, também dos sistemas de justiça – para lidar com todo tipo de problemas econômicos e sociais, uma carência de lideranças, pessoais ou institucionais, capazes de mobilizar as energias e as esperanças coletivas, uma profusão de denúncias e suspeitas sobre comportamentos desviantes de agentes públicos, enfim, uma percepção recorrente de falta de alternativas e de esgotamento de elementos normativos que possam legitimar tais instituições e garantir, ao menos, algum consenso mínimo, mesmo que tácito, ou pressuposto, em torno de procedimentos e interesses comuns a todos.

A rigor, há muito que se ouve falar, por todas as partes, em crise da democracia, ou coisa parecida. Para alguns – talvez a maioria – se trataria de uma crise moral, supostamente passível de resolução com a substituição de quadros dirigentes corruptos, irresponsáveis, e/ou ineficientes, por outros, de melhor “extração”. Como a obtenção e a certificação de tais reservas dirigentes humanas supostamente superiores, até hoje, não se mostrou minimamente factível, esse tipo de raciocínio infanto-juvenil costuma desembocar não em algum processo seletivo objetivamente mais eficaz de lideranças políticas – se tal coisa existisse –, mas sim na pura condenação e conseqüente restrição da participação popular nas escolhas dos seus mandatários. Pois, no limite, a culpa e a responsabilidade pelas más seleções de tais líderes, em regimes poliárquicos, não podem caber a mais ninguém senão ao próprio eleitorado. E, quanto mais democrático e aberto for o sistema eleitoral à participação de todas as classes, inclusive as mais desfavorecidas, maior a competição e o risco de que “demagogos” se beneficiem e de que não se elejam os candidatos mais “adequados” (segundo tais críticos, é claro). Tal “diagnóstico” sobre os males da democracia só pode, compreensivelmente, levar a dois resultados: primeiro à reiteração

de um círculo vicioso de ilusão, frustração, ressentimento, novas ilusões e assim por diante, que acomete infalivelmente aqueles que assim raciocinam sobre a vida política. Mas, em segundo lugar, e dependendo de oportunidades – e de oportunistas – conjunturais, pode impulsionar e legitimar aventuras perigosas, mais ou menos demagógicas e autoritárias, cujas resultantes só podem ser nefastas para a democracia, para o Estado de Direito e, conseqüentemente, para qualquer coisa que se possa entender seriamente como “ética na política”.

Mas há também, certamente, argumentos bem mais sofisticados e dignos de atenção a respeito de tal crise. Como já tive oportunidade de discutir (LATTMAN-WELTMAN, 2014), tendo por base a experiência contraditória da democracia nas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste, fenômenos como a relativa apatia política e a conseqüente redução do comparecimento eleitoral; a indistinção programática e os efeitos perversos da oligarquização michelsiana dos partidos, não só os mais experientes e longevos; mas também as transformações no mundo do trabalho e da identificação em torno de classes e clivagens socioeconômicas tradicionais, do lado da Sociedade Civil; assim como a perda de autonomia governativa dos Estados nacionais – frente à chamada globalização –; ao mesmo tempo em que, contudo, essa mesma democracia representativa e seu usual contraponto normativo econômico, o (neo)liberalismo, assumiam ares vitoriosos e hegemônicos<sup>4</sup>, a crítica às vicissitudes poliárquicas, como era de se esperar, passou a ser, por assim dizer, internalizada e erigida a partir das próprias promessas e premissas normativas da matriz liberal política<sup>5</sup>. Por isso, e não por acaso, a crise, ou as crises, da democracia passaram a ser predominantemente caracterizadas como crises de representação. Quer dizer: conforme a noção de que teriam deixado de operar satisfatoriamente a representação e a intermediação dos principais interesses em competição ou conflito na poliarquia, as quais supostamente já teriam funcionado razoavelmente no passado.

---

4 Diante do colapso da alternativa soviética, da crise do *welfare state* europeu, e das reformas pró-mercado na China.

5 E não mais a partir de um ponto de vista supostamente exterior e teleologicamente vocacionado à sua superação: o do socialismo.

As razões para tal divórcio entre representados e representantes poderiam ser endógenas aos sistemas políticos, ou advindas de transformações estruturais da sociedade, ou ainda por ambas as causas (“dialeticamente”). Conseqüentemente, a solução deveria ser buscada ou no aperfeiçoamento institucional do sistema, ou na promoção de formas alternativas de participação política, ou, novamente, em alguma forma de interação virtuosa entre tais “esferas”. E é claro que, numa perspectiva teórica mais abrangente, não haveria como se ignorar nesse processo o papel institucional, e/ou metainstitucional específico da mídia. Já que certamente todos esses mecanismos de (des)mobilização e (des)organização das forças coletivas da *polis* se encontravam submetidos a disputas e a conflitos narrativos e informacionais em torno de definições e ressignificação de agendas, identidades e princípios, cada vez mais mediados de modo privilegiado pelos meios de comunicação mais poderosos.

Tive então a oportunidade de questionar tanto o caráter “representativo” da crise, como suas premissas históricas e teóricas.

Mas não deixa de ser irônico perceber, agora, que, ao menos aparentemente, não parece mais sequer se tratar tal crise democrática, como se apresenta hoje, de uma crise de (falta ou falha de) representação (seja lá o que se entende por isso, e sobre como verificar ou mensurar tal representatividade). Absolutamente. Mas, sim, ao contrário, de uma crise de exacerbação, exclusivismo e fechamento identitários, e assim, na verdade, se trataria muito mais de problemas advindos do que se poderia até chamar de super-representação: formas talvez novas de militantismo, ativismo e participação radicalizada, ou tribalizada – *on-line* e *off-line* –, que não somente podem capturar de modo sufocante a própria “representação”, de par com o desnudamento irreversível da precariedade constitutiva dos elementos pseudoconsensuais que pretendiam embasar e garantir a experiência poliárquica e seu pluralismo.

Ou seja, embora nem no passado recente se tratasse propriamente de uma crise devida a instituições representativas que não funcionariam mais como antes, ou como deveriam, agora, porém, não se trata nem mesmo de se tentar lidar com eventuais desequilíbrios oriundos de desigualdades de acesso a recursos políticos, num contexto razoavelmente poliárquico de

institucionalização da competição e, portanto, respeito mínimo ou acomodação prática às regras do jogo e suas garantias mútuas (LATTMAN-WELTMAN, 2014). Mas, sim, com a afirmação autoenunciativa mais ou menos direta de grupos, entidades e identidades que creem prescindir de maiores mediações, nem muito menos de restrições e garantias de natureza ou pretensão universalista, para se por no mundo. Uma espécie de frenesi autopoiético, em que muitos podem ter voz – e se manifestar até de modo histórico – mas, com efeito, em que cada vez se escuta ou se entende menos o que é assim dito e manifestado. A rigor, talvez sequer se espere ser efetivamente ouvido, “reconhecido”, muito menos representado. Basta se fazer presente e manifesto.

Na verdade, se havia alguma representação efetiva nas poliarquias antes dessa crise e do contexto comunicativo e organizacional atual – no sentido preciso de “tornar presente o que por definição não poderia aí estar” –<sup>6</sup>, esta era justamente a das chamadas grandes majorias silenciosas (ou desorganizadas) que, mal ou bem, poderiam ainda ser contempladas, mesmo que indireta ou marginalmente, quando a competição poliárquica, através da operação razoável de seus procedimentos, facultasse a adoção de *policies* redistributivas de recursos políticos, econômicos ou sociais, agindo, pois, em benefício de interesses difusos, ou carentes de autonomia, não raro reduzindo importantes desigualdades. Assim, em contextos específicos, a institucionalização efetiva da competição – em geral apoiada e estimulada pela ampliação da participação indeterminada através do voto – poderia conduzir senão propriamente à representação “substantiva” dos interesses mais gerais, ou mesmo majoritários, “ao menos” à produção efetiva de políticas públicas direcionadas para tal objetivo (desde que, é claro, as condições macroeconômicas conjunturais assim o permitissem, e que o poder estivesse nas mãos de competidores de algum modo comprometidos estrategicamente com tal “clientela”). E, assim, também, a combinação de relativa estabilidade nas regras do jogo, com indeterminação igualmente relativa de resultados da competição, de certo modo,

---

6 Tal como num espetáculo de teatro, atores representam personagens que de outro modo estariam condenados ao mutismo eterno (sobre o conceito de representação) (PITKIN, 1967).

equalizava minimamente as condições de participação entre os “políticos”, os militantes e a massa de eleitores, no que diz respeito à sua dependência comum das mediações institucionais. Estabilidade e indeterminação que, em condições gerais mais favoráveis, sempre poderiam estimular a interdependência estratégica – ou simplesmente habitual – entre os diferentes atores do jogo “representativo”.

Ora, nesta nova era de bolhas ideológicas e identitárias autossuficientes, de grandes e súbitas “mobilizações espontâneas”, de *flash mobs* e ondas irascíveis de “indignados” e moralistas de ocasião, não parece haver mais lugar para a indeterminação ou ambiguidades, nem é preciso mais estabilidade de procedimentos de pretensa universalidade, muito menos de representação. A efetivação dessas novas formas cada vez mais exclusivistas de manifestação política direta prescinde e repele qualquer forma de mediação e, a rigor, pode mesmo inviabilizar a legitimação de qualquer coisa que possa ser caracterizado como “institucional”.

Do mesmo modo, tal produção exponencial de uma miríade de manifestações mais ou menos efêmeras ou recorrentes de pequenas apoteoses voluntaristas – fragmentários, porém intensos “triumfos da vontade” – não parece conter mais qualquer possibilidade de “representação” marginal de interesses mais difusos ou não aparelhados para a própria autodefesa (por mais majoritários que possam ser estatisticamente). De maneira que ou incluimos todos – digital e praticamente – nessa “esfera pública” virtual e autocentrada (fosse isto possível, ou realmente desejável), ou aquilo que fora saudado como uma ferramenta ou fórum de inclusão e empoderamento democrático poderá ser causa de uma nova forma de desigualdade: a do acesso diferenciado às arenas de enunciação e afirmação direta de identidades políticas e sociais irredutíveis (embora possivelmente efêmeras). Voltaremos ao ponto na parte final deste capítulo.

Observe-se, por hora, que não se trata, propriamente, de algo inédito. Contextos similares no passado, de colapso de paradigmas ideológicos e institucionais – para não utilizar a excessivamente forte e problemática noção de “civilização” – nos deram mostras do que ocorre quando a competição de interesses políticos sublunares, minimamente referendados a arenas e a regras institucionais comuns, mesmo que precárias, vê-se mais

ou menos subitamente substituída pela algazarra integrista de sumidades éticas e morais altissonantes e autoconsagradas, em confronto multiforme de convicções inconciliáveis. Guardadas as devidas proporções, não pareçamos estar muito distantes, não exatamente, de uma nova Idade Média – como se poderia escutar de vozes nostálgicas talvez de algum Iluminismo –, mas sim, muito mais, de um contexto mais equivalente ao das chamadas guerras de religião europeias, após a Reforma Protestante, nos séculos XVI e XVII, quando justamente o que ainda restava da velha e milenar ordem medieval caiu afinal por terra. Com o longo monopólio ideológico e jurisdicional de Roma irreversivelmente extinto – e não substituído –, sobreveio uma liberação caótica e revolucionária de forças e projetos alternativos de formas de vida ética e política cujas ondas contraditórias ainda parecem reverberar entre nós, mesmo depois de transcorridos quase quatro séculos e tantas outras reviravoltas e invenções institucionais e ideológicas.<sup>7</sup>

Também aqui o processo foi fortemente impactado por uma revolução tecnológica no campo da comunicação: a transformação provocada pelas oportunidades abertas com a proliferação das artes tipográficas no mundo pós-Gutenberg. Não somente por conta dos efeitos não previstos da fixação e reprodução em nova escala da palavra escrita<sup>8</sup>, mas, acima de tudo, em função do impacto inédito causado pela abertura exponencial de acesso aos textos sagrados na língua vernacular dos crentes. Da noite para o dia, por assim dizer, pôde-se ler e interpretar diretamente o que havia de mais venerado, que antes se encontrava inacessível, em idiomas idem, e cujo conteúdo – indireto – só era conhecido através da mediação sacerdotal e institucional da Igreja. Não pode mesmo surpreender o fato de que a Reforma não representou apenas um ataque concorrencial à autoridade papal, de modos que sua eventual vitória representasse apenas a substituição de uma interpretação, liderança ou instituição religiosa por outra, do

---

7 Das quais a mais importante e não menos problemática talvez seja esta coisa simultaneamente equívoca e dura que chamamos de Estado Moderno (sobre a gênese da ordem política moderna, seu “processo civilizatório”, e crises constitutivas, ver, por exemplo, Koselleck, 1999, e Elias, 1993).

8 Uma resenha bem didática desta revolução pode ser lida em Briggs & Burke (2004).

mesmo feitio. Muito mais do que isso, e até mesmo independentemente de seu sucesso geral, sua forma revolucionária de combate ideológico, com a ênfase no acesso direto às escrituras – e tendo como arma a tipografia – representou a inviabilização dos antigos monopólios hermenêuticos e proselitistas e a inevitável fragmentação do campo religioso da cristandade. E é claro que isto não poderia deixar de repercutir dramaticamente nas esferas da justiça e da política. Pois, a quem caberia agora julgar dos pleitos, dos direitos e das disputas dinásticas, numa era ainda tão fortemente dependente da sanção religiosa? Em pouco tempo, a divergência ou dissidência religiosa que antes poderia ser comparativamente mais fácil de controlar e eliminar – como heresia – agora se afirmava, em suas multiplicidade e variedade, como formas alternativas de crença e comportamento social autorreferidos e autolegitimados, e que passaram a contar também com o apoio e a sustentação política e militar de potentados, maiores ou menores, cujo fervor religioso – ou o interesse estratégico impossível de satisfação por meio de sujeição a Roma –, colocava-os a serviço das novas tendências. Vieram, então, as terríveis guerras de religião, civis e internacionais, e o mundo foi revirado de “ponta-cabeça”.

É claro que nem o passado era tão homogêneo como expressões do tipo “Idade Média”, ou “Antigo Regime” podem nos levar a crer, nem muito menos o advento da chamada Modernidade e a superação das grandes crises que a precederam significou a construção de uma nova ordem unívoca e facilmente definível. Nem que uma vez relativamente hegemônicos tanto o liberalismo quanto o secularismo, e tão enfaticamente celebrados como índices da evolução e emancipação inevitáveis da Humanidade, não se ouvissem, aqui e acolá, vozes dissonantes que ou questionavam e disputavam a verdade utópica de tais *constructos* ideológicos, ou denunciavam as correntes distópicas mais ou menos subterrâneas que se escondiam sob o “progresso” e a “ilustração”.

Mas, ainda assim – ou por isso mesmo –, foi possível o desenvolvimento histórico de uma forte e contraditória mitologia liberal, democrática – ou poliárquica, etc. – que, como veremos, tornou-se extremamente bem-sucedida em nos fornecer uma base ideológica – diríamos nós, burkeamente: um patrimônio ético comum – de valores normativos algo

confusos e indefiníveis, dos quais, não obstante, temos enorme dificuldade de abrir mão em nossas apreciações da realidade política e social efetiva. Expresso em *leitmotifs* como “igualdade”, “liberdade”, “justiça”, etc., de grande poder mobilizador, mas que naturalmente, ao mesmo tempo, e desde sempre, mostraram-se perfeitamente incapazes – como toda boa mitologia – de se efetivar sem contradições ou efeitos perversos, e sem deixar de gerar inevitáveis ressentimentos.

Hoje, não está bem claro se são exatamente crenças o que nos divide novamente, ou, ao contrário, a total falência das próprias. No que se refere especificamente às grandes construções narrativas modernas e universalistas, a crise já vem de longe, se é que não é mesmo, desde o começo, inerente e constitutiva de tal ordem mitológica.<sup>9</sup>

Por outro lado, levando-se em conta o fenômeno de revivescência religiosa que parece tão conspícuo e dramático, aqui e alhures, assim como o teor substantivista e excludente de tantas outras identidades laicas, mais ou menos “comunitárias”<sup>10</sup>, em busca por reconhecimento – ou, como sugerimos, em cada vez mais pura, autossuficiente e simples autoafirmação –, não resta dúvida de que se os tais *leitmotifs* da tradição moderna e democrática ainda seguem capazes de mobilizar, os sentidos e as consequências políticas de tais movimentos hoje parecem todos confluir, ou melhor, dispersar-se centrifugamente.

Ou seja: se não nos vemos agora exatamente diante de alguma nova “revelação” ou “heresia” pós-democrática, ou pós-liberal, consistente ou sistemática, capaz de assumir um caráter tão pretensamente homogêneo como as expressões “Reforma” ou “Contra-Reforma” podem ter equivocadamente assumido no passado, por outro lado, podemos, sim, estar diante de uma transformação de magnitude e significação similares, ou equivalentes, no sentido justamente da inviabilização de qualquer forma de sentido e pertencimento a qualquer “comunidade” mais ampla do que a de grupos – “clãs”, “tribos”, *coteries*, “bolhas” – identificáveis e contrapostos uns aos outros, e cujo único ponto (inútil) de convergência pode ser o repúdio à

---

9 Como propõe Koselleck (1999).

10 Sobre a dialética recorrente das relações entre liberalismo e comunitarismo, ver Walzer (2008).

ordem institucional, ao “Estado”, à “sociedade”, enfim, a “tudo isto que está aí”. O adeus definitivo a qualquer forma de ideal, *telos* ou utopia cosmopolita kantiana ou pós-kantiana.

E, assim, nem mesmo o venerando paradigma liberal-institucionalista minimalista – e relativamente pouco exigente em termos de dialogias e consensos efetivos, e mais afeito a contar, ceticamente, com freios, contrapesos, mecanismos de *accountability*, e em apostas sobre a produção de equilíbrios políticos – poderia se sustentar mais. Isto porque justamente qualquer resultado contingente de operação do sistema provoca necessariamente exclusão e derrotas políticas (como sempre), ao menos em suas margens. Mas agora se tornam tais derrotas cada vez mais dificilmente suportáveis, o que praticamente inviabiliza qualquer estabilidade mínima, em função das pressões identitárias e da parcialidade mais ou menos evidente que passa a deslegitimar toda a forma de arbitragem institucional. A rigor, nem mesmo as noções de equilíbrio ou de arbitragem legítima se sustentam em tal contexto de hiper-representação ou autoafirmação direta. Todo o equilíbrio conjuntural e toda pretensa normalidade passam a ser vistos como fraudes, destinadas a legitimar ou aprofundar configurações mais ou menos contingentes – mas invariavelmente injustas – do *status quo*, e a, assim, preservar ou reforçar interesses privilegiados explícitos ou ocultos.

E não se trata apenas de uma questão de percepção, como se pudéssemos apenas desenvolver ou escolher livremente outras lentes com as quais enxergar o mundo e nossa realidade. De modo algum. Estamos, na verdade, inseridos num contexto de fragmentação, polarização e radicalização que reduz drasticamente nossa margem de escolha e de autonomia reflexiva, ativado não somente por fortes pressões sociais e políticas, mas também alimentado por paradoxal opacidade – produzida talvez pela maior oferta historicamente conhecida de acessos à transparência pública – em que, a despeito de toda a aparente pluralidade de imagens e informações disponíveis, dificilmente deixamos de nos sentir inseguros, céticos e até cínicos diante de (quase) tudo e de todos.

Assim, também toda a forma de agência e arbitragem públicas passa a ser, de saída, parcial e comprometida, quando não pura e simplesmente suspeita de venalidade. Guardadas as devidas proporções, seria o mesmo

que esperar pela aquiescência dos competidores e o respeito ao chamado *fair play* num campeonato onde se parte invariavelmente do pressuposto de que todos os juizes escalados, ou a escalar, estão sempre, de um modo ou de outro, comprometidos, e são, por definição e sem exceção, ladrões.

Ora, pode-se então perguntar: como chegamos até aqui?

Examinemos antes um aspecto do problema que pode bem ser paradigmático do modo como a atuação política e institucional da mídia deixa de desempenhar um papel que poderia ser estratégico para o equilíbrio do sistema e passa a contribuir decisivamente para a superação problemática do marco histórico poliárquico moderno.

## ***Accountability* e transparência no desvirtuamento do pan-óptico**

Toda periodização histórica é passível de controvérsia e a dos períodos republicanos brasileiros não é exceção. O do atual contexto democrático – independentemente do seu confuso *status* pós-impeachment de Dilma Rousseff – sofre as consequências do caráter sabidamente gradual da transição pela qual deixamos para trás a última ditadura. De qualquer modo, não creio ser inexato dizer que, ao menos desde 1985, vivemos em regime de plena liberdade de expressão. De fato, ao menos no que diz respeito à possibilidade de se tornar públicas denúncias de corrupção e outros desvios, não temos do que nos queixar nos últimos 30 anos ou mais.

Igualmente importante ao longo de quase todo esse intervalo – mais precisamente após a promulgação da Constituição de 1988 – é, também, o fato de que nunca antes este país pareceu estar tão bem aparelhado institucionalmente para obter de seus mandatários públicos a tão falada e almejada *accountability*. Ou seja: nunca foram ativos tantos mecanismos para a responsabilização das pessoas públicas e a necessária prestação de contas de seus mandatos. A autonomia do Ministério Público, a efetivação dos órgãos de controle interno aos Poderes republicanos, os aperfeiçoamentos de ordem legal, e, por último, mas não menos importante, a intervenção pan-óptica dos meios de comunicação, são todos partes de um grande sistema que

deveria estar ou reduzindo a incidência de casos de corrupção e irresponsabilidade na condução dos negócios públicos, ou, inversamente, promovendo a redução drástica da impunidade para aqueles que fossem flagrados em desvio pelo pan-óptico.

Deveria, mas não parece estar funcionando muito bem.

Não que os alarmes de incêndio não estejam soando. Eles estão. Histericamente até.

Mas sua profusão sonora e sistemática, há mais de duas décadas em franca operação, não parece ter surtido o efeito principal que se deveria esperar do mecanismo como um todo. Pois a função primordial do pan-óptico não é punir – este é um recurso essencial ao seu bom funcionamento, mas não deve ser exercido de qualquer modo, indiscriminadamente, nem constitui seu objetivo maior. Absolutamente.

Como sabemos, a meta do sistema é reduzir drasticamente o desvio através da internalização do controle na mente dos “internos”. O desenho original do pan-óptico por Jeremy Bentham (2000) previa a disposição do mesmo, de tal modo que aqueles sujeitos à sua vigilância saberiam que, a qualquer momento, poderiam estar sendo vigiados, mas nunca exatamente quando. Desse modo, o sucesso do sistema, como bem o demonstrou Michel Foucault (1991), se daria quando o interno, temendo a punição, exerceria ele próprio o controle sobre si mesmo. No limite, o vigia poderia simplesmente abandonar o seu posto quando bem entendesse, pois o vigiado jamais saberia quando exatamente estaria ou não sob escrutínio. A eficácia do pan-óptico dependeria, portanto, do processo de internalização do controle exterior incerto pelo próprio vigiado. É ele mesmo que se controla, por se sentir sempre, potencial, mas permanentemente, sob o olhar do pan-óptico.<sup>11</sup>

Assim, quando nos referimos anteriormente (LATTMAN-WELTMAN, 2003) a certo “efeito pan-óptico” produzido pelos meios de comunicação contemporâneos, queríamos chamar justamente a atenção para o potencial de alteração no comportamento das pessoas públicas implicado, ao mesmo tempo, pela verdadeira onipresença midiática atual, de par com a evolução

---

11 Não muito diferente do que sucederia num processo de socialização efetivo, em que o indivíduo em maturação cultural e psicológica internaliza regras de conduta aceitas e esperadas em seu contexto sociocultural específico.

e o crescimento das demandas dos cidadãos por transparência, visibilidade e controle do comportamento daqueles mesmos atores no exercício de seus mandatos.

Ora, se ambas as variáveis mencionadas não parecem ter recuado, de modo algum, ao longo das últimas décadas – tanto a ampliação do (des)controle midiático quanto a aparente demanda por mais e maior *accountability* –, ou seja, se o pan-óptico parece mais ativo do que nunca, por que então os resultados não parecem se materializar, uma vez que a profusão de casos de corrupção também não parece ter diminuído nem um pouco nesse mesmo contexto? Será que mesmo diante dos alarmes pan-ópticos em funcionamento, e das eventuais, mas consequentes, punições efetivadas a partir daí – às quais, inclusive, também não tem faltado a devida visibilidade (muito pelo contrário) –, por que seguimos tendo a impressão, ou percepção, de que a internalização da norma não se dá como poderia?

Certamente, não pretendo aqui perscrutar as mentes de nossos mandatários públicos e atestar até que ponto tais normas se encontram neles devidamente “internalizadas”. Nem, por outro lado, desdenho da hipótese de que a evolução recente de nosso aparato institucional de *accountability* vem sem dúvida provocando consideráveis mudanças de comportamento entre os agentes públicos neste país (com resultados, em certos casos, porém, bastante contraditórios e diversos do que idealmente se poderia esperar). Quero apenas desenvolver algumas hipóteses sobre possíveis disfunções do grande pan-óptico em funcionamento nas democracias contemporâneas e explorar alguns de seus riscos e possibilidades. E não exatamente no sentido da promoção e aperfeiçoamento da própria *accountability*, mas, sim, no que diz respeito aos efeitos mais globais da possível reiteração midiática das promessas de redenção da moralidade pública, em estrita conexão com sua negação cotidiana, por via das mesmas mídias, em seu show diário de denunciamento mais ou menos inconsequente.

Nesse sentido, é preciso retornar aos requisitos para a eficácia da internalização. O ponto inicial é que, obviamente, não basta submeter os “internos” à estrutura do pan-óptico, nem simplesmente puni-los indiscriminadamente: teria de haver também correspondência, regularidade e consistência entre desvio e sanção.

Não se poderia utilizar dois pesos e duas medidas, punindo diversos “internos” seletiva e diferentemente pelos mesmos desvios, ou reincidir na punição – ou na omissão, ou na recompensa – a alguns deles, a despeito das variações de seus comportamentos em relação à regra. Comportamentos inconsistentes por parte dos “vigias” inviabilizariam a internalização, pois incongruências na punição, omissão ou recompensa induziriam à indefinição sobre a validade das regras e seus limites. Inversamente, punições, omissões e recompensas uniformes, a despeito de eventual variação comportamental do “interno”, estimulariam a indiferença diante do controle.

Por outro lado, não adianta esperar que um pan-óptico recém-submetido a alguma alteração significativa de sua arquitetura, ou modificação de seu código de desvios tipificados e respectivas punições, seja capaz de influenciar positivamente um comportamento caracterizado justa e previamente por incidir em conduta que só agora constitui desvio e passa a se encontrar à mercê do sistema. Ou seja: a retroatividade da pena é outra forma de arbitrariedade que, como tal, não produz nem autocontrole nem pode induzir ao comportamento submisso à norma, mas, sim, muito mais ao seu contrário: à reincidência ocasional no desvio, ou mesmo o desafio frontal à legitimidade da “nova” regra.

Seja qual for a razão, ou razões, da inconsistência, o fato é que, desse modo, o efeito pan-óptico não se produziria, e a transparência acerca do comportamento se tornaria inútil.

Assim, poderíamos ser levados a crer que o cerne de um eventual insucesso do sistema de *accountability* atual, em contextos como o brasileiro, deve-se em parte a disfunções do nosso pan-óptico – na medida em que ele detona seus alarmes e enquadra os nossos “internos” de modo incongruente e parcial –, mas que a responsabilidade maior deveria ser creditada às instituições responsáveis pela punição propriamente dita. No caso, especificamente, o sistema de justiça (cujas instituições principais, no contexto brasileiro pós-1988, por exemplo, seriam o Poder Judiciário, em suas diversas instâncias, o Ministério Público, idem, e as várias polícias).<sup>12</sup>

---

12 Mas que podem incorporar também, além de outros órgãos e controladorias dos poderes Executivo e Judiciário, o próprio Legislativo (assim como seus tribunais de contas) e, de certo modo, a própria mídia; na medida em que está também pode punir através de

Mas, embora certamente se possa atribuir ao mau funcionamento de tal sistema de justiça grande parte da responsabilidade pelas disfunções ou até pelo desvirtuamento do pan-óptico, não é somente aí que parecem se encontrar os maiores problemas: é a pressuposta relação necessária entre transparência e visibilidade – e, portanto, de seus impactos positivos sobre o exercício da cidadania – o que também precisa ser revisto. Pois a rigor, o verdadeiro excesso contemporâneo de visibilidade midiática parece produzir tudo, menos transparência. Quer dizer: vemos cada vez mais o que acontece – em nossa “sociedade aberta”, paradoxalmente cada vez mais semelhante a uma gigantesca instituição “fechada”. Mas cada vez sabemos menos como interpretar o que acontece diante de nossos olhos, ou câmeras; qual o significado do visível. E nem mesmo o esforço hercúleo – e frequentemente pouco sutil – de inúmeros produtores e reprodutores de “informação” em nos conduzir e estimular a extrair senão uma única e unívoca interpretação dos “fatos”, pela reiteração abusiva dos mesmos e simplórios enfoques e enquadramentos, parece produzir outro efeito maior, ou final, que não a desconfiança e o tédio diante do noticiário.

O pan-óptico pode, portanto, até estar operando seu controle sobre os “internos”. De um jeito ou de outro, e provocando as mais diversas reações. E, até mesmo, em certos casos, a internalização da norma (ou de outros desvios).

Mas, a não ser que passemos a nos servir da oferta de informações somente, ou predominantemente, como argumento para nos fechar em torno de nossas convicções, reiterar nossas posições prévias, arregimentar os correligionários e fustigar nossos inimigos, aquilo que vemos nós – em última instância, os “vigias” definitivos – torna-se cada vez menos claro e inequívoco. Cada vez menos transparente em seus sentidos e, portanto, crescentemente opaco. E os efeitos perversos desse estado de coisas podem não apenas tornar todo o esforço por *accountability* pouco mais do que irrelevante. Podem também ampliar exponencialmente os déficits de legitimidade, já precários, da ordem poliárquica.

---

linchamentos morais e destruição mais ou menos irreversível de imagens e reputações (THOMPSON, 2002).

Pois os efeitos teoricamente positivos da transparência e da consequente *accountability* para o equilíbrio político e para o suposto consenso mínimo necessário à institucionalização da competição política poliárquica só poderiam se fazer notar na medida em que pudessem se referir a determinados bens públicos – no caso, em primeiro lugar, a integridade e a salvaguarda do erário e do patrimônio públicos (mas não só isso) –, de cujo benefício, como exige tal conceito, ninguém poderia ser excluído. Tais objetivos remetem, portanto, a um plano ideal comum, de interesses públicos que a todos diriam respeito, sem exceção, pressupondo se não exatamente um consenso mínimo, ao menos alguma acomodação em torno, minimamente, da possibilidade de uma identidade coletiva mais ampla e genérica, que pudesse ainda nos permitir a percepção de fazermos todos parte de uma mesma comunidade, a despeito de nossas muitas outras diferenças. Convenhamos que mesmo se algum dia muitos de nós possam ter gozado de tal espécie de vínculo, já estamos todos, ou quase, há anos-luz de distância de tal sentimento.<sup>13</sup>

Nesse sentido, se estamos corretos em nossa interpretação do contexto atual de produção da economia simbólica prevalecente, nossa preocupação original com a *accountability* foi, há muito, superada pela inviabilização do próprio sentido de pertencimento a um público comum e pela problemática, talvez ainda mais grave, da crescente opacidade ou perda de valor de uso da informação, da consequente e progressiva inutilidade da transparência da experiência coletiva e suas representações.

Como foi possível, afinal, tal obsolescência do pan-óptico e de suas promessas?

Qual o papel específico da mídia nesta síndrome?

---

13 De fato, não pode surpreender que aqueles que ainda advogam a suprema defesa de tais patrimônios hoje não cessam de acusar seus adversários de serem coniventes com a corrupção e de, assim, simplesmente trair a própria pátria, excluindo-os irremediavelmente de qualquer forma de comunalidade.

## A mídia: de mal necessário a necessidade insaciável

Em grande medida, tal autêntica “espiral de cinismo” é inerente ao funcionamento da ordem poliárquica – e à já mencionada dimensão mítica dos fundamentos normativos do moderno Estado de Direito –, mas, com certeza, tanto as mídias tradicionais quanto as novas redes sociais não cansam de dar suas contribuições para esse estado de coisas.<sup>14</sup>

Vimos anteriormente que, como toda ordem social humana, também a democracia moderna não prescinde de seus mitos fundadores e basilares. E, como tais, estes mitos – o da soberania popular, do progresso, das teleologias revolucionárias ou evolutivas, por exemplo –, embora possivelmente indispensáveis, estão sempre sujeitos ao teste da experiência das crises e conflitos e à reprodução de expectativas que raramente podem ser satisfeitas (afinal, se pudessem, não se trataria propriamente de mitos).

Mas trata-se de fenômeno político e ideológico de outra magnitude quando tais mitos não conseguem mais se reproduzir positivamente, ou seja, mantendo suas propriedades utópicas e gerando expectativas de melhoria – ainda que, é claro, sob novas formas e personagens –, mantendo-se plenamente ativo, porém, apenas o seu potencial gerador de ressentimentos. Não mais oferecendo nenhum horizonte de superação ética e simplesmente alimentando e justificando retaliações e demandas por reparações (quando não a pura e simples vingança). Quer dizer, não teríamos mais qualquer expectativa de efetivação dos valores e ideais prescritos por tais mitos, mas, ainda assim, continuaríamos a querer compensações por tal frustração, e/ou que se encontre e se responsabilize os culpados por isso, e mesmo que não adiante rigorosamente nada (ou que assim se consiga apenas piorar ainda mais a situação geral).

---

14 “Espiral de cinismo” é o título do livro de Cappella & Jamieson (1997) sobre alguns dos efeitos perversos da cobertura jornalística da política na América e algures. Já sobre os mitos democráticos, pude explorar o tema em Lattman-Weltman (2007), tendo como fontes imediatas argumentos filosóficos de Rorty (1991) e o trabalho sobre mitologias políticas de Girardet (1987).

Certamente, estamos aqui diante de processo muito complexo, para o qual concorrem muitas outras causas e fatores históricos, ideológicos, políticos, econômicos e socioculturais.

Não há dúvida, entretanto, que se pode creditar muito da síndrome à ação dos meios de comunicação e das redes sociais.

Em linhas gerais, as mídias interferem diretamente sobre tudo isso, porque, em primeiro lugar, ao incorporar as funções e prerrogativas pan-ópticas que mencionamos acima, elas expõem tudo aquilo que lhes interessa, em especial o que possa atrair atenção e gerar escândalo<sup>15</sup>. Particularmente, o desmascaro e o desnudamento. Entronizam o sagrado para, ao mesmo tempo, manipular mais apropriadamente o profano – e nada mais “sagrado” e facilmente sujeito à “profanação” do que tudo aquilo que pretenda se revestir de uma aura institucional, eticamente valorizada, ou simplesmente incontornável: em nosso contexto, em especial, o Estado, a religião, a família, a honra, o *status*, o prestígio, e, por último, mas não menos sintomático, toda a forma mais ou menos sacrossanta de comportamento dito e tido como “ético”, etc.

Mas, como também é notório, elas aceleram o tempo histórico, ao submeter a realidade ali enquadrada e reprocessada ao ritmo da produção e do descarte industrial de massa, ao consagrar preferencialmente o imediato, o novo, o “jovem”, e toda a espécie de moda e tendência passageira. O habitual é explorar todo e qualquer objeto cultural e recurso econômico ao máximo e impor a tudo uma obsolescência vertiginosa e abrangente. E, assim, não é apenas o chamado consumismo ou a superficialização da experiência cultural coletiva o que se produz<sup>16</sup>, mas também a rápida superação e a nulificação da memória histórica coletiva. Menos por meio de qualquer censura, “apagamento” ou revisionismo, do que pela simples saturação e banalização de conteúdos variados ofertados (em geral, igualmente superficiais e descartáveis).

Por fim, as mídias fornecem elementos cognitivos e argumentativos de toda espécie e que podem ser apropriados de várias maneiras. Mas este

15 A dinâmica é inerente ao tráfico midiático com as esferas do Público e do Privado (THOMPSON, 2002), do cotidiano e do extraordinário (CAVELL, 1982).

16 Tal como já fora irritantemente exposto desde a veneranda Escola de Frankfurt.

é um terreno onde não existe termo de comparação entre as novas mídias digitais e as mais tradicionais. E, talvez até por imposição da concorrência desestabilizadora que as primeiras impõem sobre as segundas, estas últimas tendem a buscar cada vez mais controlar a recepção de seus enunciados. Certamente, no universo da internet, qualquer tentativa nesse sentido parece inteiramente fadada ao fracasso.

De qualquer modo, o fato é que, independentemente das vontades e intenções da infinidade de produtores e difusores de informação em atividade, principalmente em função das novas mídias digitais, parece ser simplesmente impossível a todos nós deixarmos de contribuir, de um modo ou de outro, para a reprodução de uma situação paradoxal, em que o excesso e a pluralidade de conteúdos e canais gerem qualquer outro efeito maior que não apenas mais ceticismo e cinismo.

Até certo ponto, estamos diante de um fenômeno já conhecido na história dos meios. Como sugerimos anteriormente, a atual revolução tecnológica reproduz – certamente numa escala de proporções sem precedentes – fenômenos já observados antes de ampliação exponencial da oportunidade para a produção, fixação e difusão de visões, versões, interpretações e enquadramentos alternativos para qualquer fato, narrativa ou argumento. O que se, por um lado, representa inegável e importantíssima democratização de acesso produtivo plural ao que chamamos de mercado de discursos públicos<sup>17</sup>, por outro tende a inflacionar os custos de legitimação da informação assim veiculada e a gerar mais desconfiança e ceticismo.

Assim, a rigor, quanto mais vemos e ouvimos, menos enxergamos e escutamos. E não porque eventualmente nos falte até (boa) vontade ou disposição. E sim porque se torna cada vez mais flagrante que, para cada fato pode haver e se produzir vieses e interpretações rigorosamente antagônicas. E não parece haver nada de intrínseco ao conteúdo ou à forma da informação, nenhuma “objetividade”, que lhe assegure maior ou menor verossimilhança ou univocidade de sentido. Tudo depende do contexto de recepção e de como nele se insere o próprio receptor.

É claro que não há exatamente grande novidade aqui.

---

17 Versão mais atualizada do conceito pode ser vista em Lattman-Weltman & Chagas (2016).

Mas a partir do momento em que tais contextos – e sua reprodução midiática, agora também revolucionada pela Rede – se caracterizam primordialmente pela desconstrução e desqualificação sistemáticas, prévias (mesmo que superficiais) e rigorosamente impermeáveis do Outro, a negação mútua sequer da possibilidade de alguma ou mesmo parcial verdade alheia e oposta torna tendencialmente precário o estatuto de validade ontológica de qualquer fragmento de realidade testemunhado e narrado jornalisticamente, de qualquer fonte passível de apropriação noticiosa ou historiográfica. Tudo o que se sabe ou pode se dar a conhecer acaba por se tornar subitamente suspeito e indigno de confiança, uma vez que todo e qualquer emissor pode ser questionado em sua honestidade e lealdade. Na melhor das hipóteses, seus erros ou vieses serão creditáveis à ingenuidade, ao desconhecimento dos arcanos mais profundos da manipulação ideológica ou da pura e simples lavagem cerebral. Na verdade, nem mesmo a plausibilidade, a probabilidade ou a razoabilidade dos pleitos de reconhecimento de validade possivelmente intrínsecos e flagrantes que alguma notícia ou narrativa dada possa aparentemente conter serão suficientes para dar a esta um mínimo de crédito ou maior publicidade se estes últimos representarem, no entanto, qualquer ameaça a identidades, interesses e posições antagônicas já consolidadas. O critério soberano e definitivo de noticiabilidade e de reprodutibilidade da informação passa a ser o de seu valor de troca para a afirmação, ou consagração do viés e da construção narrativa previamente determinada sobre o enredo jornalístico (ou novelesco) em questão.

A situação se complica ainda mais, obviamente, quando nem mesmo os códigos, mecanismos e rituais que procuravam revestir a produção jornalística de sua especificidade e valor de uso tradicionais são mais respeitados por seus próprios artífices. Tal como a experiência contemporânea do chamado jornalismo brasileiro de opinião não deixa de demonstrar – com seu hábito cada vez mais conspícuo, por exemplo, de elaboração de manchetes e chamadas facilmente desmentidas pelo conteúdo das próprias matérias –, o que antes poderia ser assumido e explicitado sem maiores prejuízos e efeitos perversos – ou seja, o claro, legítimo e editorialmente delimitado posicionamento dos veículos em favor deste ou daquele

candidato, partido, ou plataforma política – agora contamina irremediavelmente o valor de todo o noticiário que, de um modo ou de outro, possa dizer respeito à vida política e ideológica.

Nesse caso, o que se arrisca são a continuidade e vigência dos próprios contratos mais ou menos tácitos de leitura, que vinculavam emissores e receptores e que garantiam a chamada credibilidade mínima do jornalismo.

E no que diz respeito, em particular, à cobertura midiática da vida política e institucional, o que se observa é a redução moralista e hipócrita da sua complexidade ontológica – e, portanto, em grande medida, de sua representação social hegemônica – ao gênero mais rastaquera e superficial de crônica policial. O foco quase que exclusivo na cobertura e na reverberação via redes de supostos ilícitos e atos de corrupção, sem o mínimo de cuidado com os limites problemáticos da zona cinzenta que, em toda e qualquer ordem política moderna, medeia entre a separação ideologicamente indispensável – mas igualmente mitológica – das esferas do Público e do Privado, acaba por minar a ambas, relegando-nos, então, ao pior de dois mundos: aqueles em que nem um mínimo de privacidade é respeitada, nem bens públicos possam mais ser reconhecidos ou (re) produzidos como tais. Mesmo quando se poderia abordar e repercutir o noticiário político com outras ênfases e enquadramentos – com base, por exemplo, na exposição e explicitação mínimas das razões históricas e institucionais impessoais subjacentes às escolhas dos personagens, ou seja, de seus contextos concretos de tomada de decisão – é praticamente impossível ultrapassar o “círculo de ferro” imposto pela obsessão paranoica com qualquer coisa que possa se insinuar como sendo desvio de conduta e lesão aos cofres públicos. E tudo sempre acaba na consequente uniformização e redução final do complexo universo político, institucional, partidário ou informal, a uma noite em que todos os gatos são pardos. Chegando-se ao ponto previsível em que toda e qualquer prática e instituição política consequentes são deslegitimadas, e a porta se escancara para apostas messiânicas e certamente autoritárias em algum ou alguns salvadores da pátria, supostamente não “contaminados” pelo “jogo sujo” da política.

Em terceiro lugar, não é de espantar que tal combinação viciosa de insegurança cognitiva, provocada pela opacidade crescente do noticiário e pela

perda de credibilidade da notícia, seus produtores e reprodutores, de um lado, e toda a espécie de estímulos para uma autoidentificação excludente e maniqueísta, de outro, leve-nos a consumir e a reproduzir, ainda mais avidamente, toda e qualquer informação que nos assegure da verdade exclusiva de nosso ponto de vista, de nossa própria superioridade ética, ideológica ou política, e, de preferência, não por acaso, permita também uma apropriação instrumental mais imediata nas arenas de confronto. Descartando-se todo o resto. Principalmente, o que possa colocar em cheque ou gerar dúvidas sobre a consistência e exclusividade moral de nossas posições.

Sem dúvida, aqui estamos provavelmente diante de tendências mais amplas ou profundas de transformação dos meios de comunicação e de seus contratos de interação com mercados, fontes, públicos e instituições, em contexto de revolução tecnológica e de grandes turbulências econômicas, sociais e políticas, tanto na escala local quanto global<sup>18</sup>. Mas, o fato primordial é que nos encontramos numa nova situação em que uma desvalorização crescente do tradicional valor de uso da informação – sua capacidade de descrição narrativa do que se passa à nossa volta, da “realidade” fenomênica imediata e mais cotidiana – corresponde uma inflação de seus valores de troca, ou seja, do peso estratégico da notícia como recurso para a obtenção ou produção de alguma outra coisa, em especial adesão, aquiescência, intimidação, submissão, etc. Trata-se, portanto, de uma exacerbação da pura instrumentalidade particularista da informação, com a consequente perda, novamente, do caráter de bem público da oferta midiática, que desde o advento da Era Moderna garantiu à mídia uma série de privilégios de caráter institucional.<sup>19</sup>

Sem dúvida que, também aqui, estamos diante de ambiguidades constitutivas do estatuto político e social das mídias e de mitologias democráticas. Mas parece ser efetivamente inédito o momento atual em que os desafios colocados pela evolução e massificação dos novos meios digitais

---

18 Como pudemos exemplificar com relação às transformações econômicas mais recentes do mercado de jornais no Brasil (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016).

19 A despeito, inclusive, de suas claras vinculações e comprometimentos de natureza privada, como sucede em contextos de organização midiática predominantemente comercial, como é o caso histórico do Brasil.

ameaçam a própria viabilidade comercial dos veículos anteriores. A ponto destes se mostrarem tão prontos a abrir mão muito facilmente de seus “anéis” de qualidade, prestígio e credibilidade no esforço angustiado pela preservação dos “dedos”, sejam estes mais propriamente econômicos e/ou políticos.

Assim, se, nos primórdios da proliferação e institucionalização da imprensa moderna, autores como Tocqueville podiam se referir à novidade como uma espécie de mal necessário – na medida em que, ao mesmo tempo, conectava ideológica e programaticamente indivíduos dispersos e isolados no espaço, ampliando sua força e capacidade política democrática e democratizante; ao custo, porém, do reforço de tendências facciosas intelectualmente simplórias, maniqueístas, medíocres e homogeneizantes –, no contexto atual, de crise das chamadas mídias tradicionais, de par com a massificação e revolução comunicacional das novas mídias digitais e suas redes sociais, amplifica-se assim em progressão geométrica tal paradoxo. Tanto em seus possíveis efeitos democratizantes e seu enorme potencial de empoderamento de inúmeros novos agentes, individuais e coletivos, quanto no que diz respeito às formas inéditas de facciosismo excludente que também parece estimular.

Desse modo, as tendências que observamos no transe atual dos grandes meios e seus veículos, jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão – ou seja: uma busca sôfrega por inovação, entronização e obsolescência igualmente súbitas de fórmulas e estratégias editoriais, ansiedade em busca de novos modelos de negócio e sustentabilidade, reengenharias duvidosas, etc., mas também partidarização, sacrifício de velhos ideais e rituais de objetividade em prol da fidelização imediata do público-alvo, e consequente perda de credibilidade – assumem outras proporções no novo universo midiático digital.

E, talvez por isso mesmo, aqui se observe ainda maior vitalidade, mais criatividade, simultaneamente ao fato de que nas redes sociais o panorama da politização pode, paradoxalmente, ser muito mais estimulante, ou, visto por outro ângulo, tão ou mais deprimente.

Por um lado, é inegável o quanto a atual revolução tecnológica representou de descentralização e democratização de acesso a milhares de

produtores, ao tornar irrelevantes os custos de difusão da informação e, simplesmente, eliminar os de impressão. E, mesmo levando-se em conta o prestígio e a influência que os portais dos grandes veículos e conglomerados midiáticos da era anterior ainda desfrutam na internet, não há dúvidas de que é também a Rede o principal foco de diversidade jornalística e pluralidade de vozes e perspectivas. Apesar de todas as ressalvas que já fizemos acerca dos riscos potenciais da fragmentação de perspectivas e da saturação informacional potencializada pelos novos meios, não há dúvida do quanto esse novo ambiente representa em termos de oportunidades e de possibilidade de renovação tanto em termos de ação quanto de reflexão para forças emergentes ou desfavorecidas. Trata-se, de fato, de uma configuração inteiramente nova e imprevisível do “mercado de discursos públicos”. E, certamente, já impõe seus novos custos e variáveis a todo o debate sobre políticas públicas relativas à comunicação social e sua (des)regulação.

Por outro lado, o ativismo de internet<sup>20</sup>, parece ser particularmente bem adaptado à propagação de maniqueísmos proto-fascistoides, que demonizam grupos, partidos e correntes ideológicas legítimas e inevitáveis. Graças, porém, aos recursos inéditos de interação customizada, mas, simultaneamente, massificável, propiciados pela Rede, é possível, agora, converter vínculos “comunitários” em mobilizações “societárias”, em escala e velocidade inimagináveis há até bem pouco tempo<sup>21</sup>. Ou seja, as redes sociais conectam indivíduos pelas mais diferentes razões ou motivos iniciais: de vínculos afetivos, mais ou menos superficiais, originados no passado, a interesses profissionais dos mais específicos, incluindo nesse *continuum* desde a pura e simples curiosidade momentânea, passando, por exemplo, ao lazer e ao esporte, e indo até o mais intenso engajamento político e ideológico, etc. Chegada, contudo, a devida oportunidade, todos e quaisquer laços como os citados acima podem servir à mobilização coletiva imediata, em prol de seja qual for a causa ou bandeira.<sup>22</sup>

---

20 Como o define Danilo Martuccelli (2015), distinguindo-o de outras formas mais tradicionais de ativismo.

21 A distinção conceitual clássica entre vínculos comunitários e societários é de Tönnies (2001).

22 Ou mesmo sem algo que possa ser assim bem definido. Coisa do gênero certamente ocor-

Imagine, então, quando tais identidades são devidamente reforçadas em seu radicalismo e intolerância e estimuladas de um lado pela operação de algoritmos de inteligência artificial, que aprendem rapidamente como direcionar para nosso consumo sempre os mesmos conteúdos e vozes que já demonstramos tender a ouvir. Ou, quando, por outro lado, somos igualmente estimulados em nosso solipsismo político e ideológico pela partidarização crescente dos meios de massa mais tradicionais e (ainda) poderosos que teimamos em consumir.

Nesse sentido, estamos diante, como previra Habermas, de uma verdadeira “mudança estrutural da esfera pública”. Mas talvez não exatamente a que ele denunciou há meio século e para a qual não creio que suas teorias – e muitas outras, tanto à esquerda quanto à direita – tragam qualquer solução viável. E menos por falhas e deficiências inerentes a estas ou quaisquer outras teorias, do que pelo fato de que a solução minimamente razoável para certas crises ou situações simplesmente não existe ou não se encontra (ainda) ao alcance de simples mortais.

Talvez possamos começar agora a, pelo menos, imaginar o caminho de tais saídas, no futuro.

Mas tatear no escuro sempre inclui o risco considerável de pavimentar com nossas boas intenções a velha estrada que conduz ao inferno.

## Referências

BENNET, W. L.; SEGERBERG, A. The Logic of Connective Action. In: *Information, Communication and Society*, vol. 15, n. 5, 2012.

BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. *Spyral of cynicism*. New York: Oxford University Press, 1997.

---

reu de modo surpreendente entre nós – em junho de 2013, é claro – tal como já vinha sucedendo, de várias formas, em todo o planeta (LATTMAN-WELTMAN, 2015). Alguns autores inclusive cunharam um novo conceito de ação política – “conectiva” – para tentar caracterizar melhor esse tipo de mobilização (BENNET; SEGERBERG, 2008).

- CAVELL, S. The fact of television. In: *Daedalus*, vol. 111, n. 4, 1982.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999.
- LATTMAN-WELTMAN, F.; CHAGAS, V. Mercado Futuro: a economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n. 2, 2016.
- LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M. A. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- \_\_\_\_\_. Controles, recursos e expectativas: poder e institucionalização na democracia. *Paper* apresentado ao XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.
- \_\_\_\_\_. Mídia e democracia: indeterminação e representatividade da representação. *Revista Compolitica*, vol. 2, n. 4, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/144/105>>.
- \_\_\_\_\_. Brazilian Spring or Brazilian Autumn? First impressions of the June days of 2013. In: NEEDELL, J. D. (Ed.). *Emergent Brazil: Key perspectives on a New Global Power*. Gainesville: University Press of Florida, 2015.
- MARTUCCELLI, D. Esfera pública, movimentos sociais e juventude. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. (orgs.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática/KAS, 2015.
- PITKIN, H. *The concept of representation*. Los Angeles: University of California Press, 1967.
- RORTY, R. *Philosophical papers: Objectivity, relativism and truth*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TOCQUEVILLE, A. *Lembranças de 1848*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- TÖNNIES, F. *Community and Civil Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- WALZER, M. *Política e paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



II

*Impeachment de*  
Dilma Rousseff



# O Supremo Tribunal Federal na crise do *impeachment*: o diálogo com a sociedade civil

Carlo José Napolitano

## Introdução

O presente capítulo objetiva investigar a cobertura da Folha de S.Paulo acerca da participação do Supremo Tribunal Federal no processo de *impeachment* que resultou no afastamento em definitivo da presidente Dilma Rousseff.

Essa análise se justifica tendo em vista algumas premissas. A primeira, pelo fato de o presidente do STF exercer a presidência do julgamento do processo de *impeachment* no Senado Federal, conforme artigo 52, parágrafo único da Constituição<sup>1</sup>. A segunda, considerando que o Supremo foi diversas vezes acionado, tanto pela situação quanto pela oposição, para a impugnação de decisões levadas a cabo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durante o curso do processo<sup>2</sup>, fatos que potencialmente

---

1 Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

2 Até o dia 2 de setembro de 2016, dois dias após o afastamento em definitivo da ex-presi-

podem ter impactado na cobertura do jornal Folha de S.Paulo sobre o *impeachment*, em especial vinculando a participação do próprio STF no processo. Também é objetivo do presente capítulo evidenciar as relações entre a mídia e o Supremo Tribunal Federal neste momento de grave crise institucional.

A exposição do STF na mídia parece ser uma crescente desde a criação da TV Justiça em 2002 e sendo potencializada pela cobertura massiva do julgamento da Ação Penal 470, conhecida como o processo do “mensalão”, com início em 2 de agosto de 2012.

De acordo com Novelino (2013, p. 266/267), o processo do mensalão

despertou grande interesse do público e foi objeto de uma cobertura jamais vista no país, com matérias e reportagens veiculadas diariamente em jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão. Dois mil e doze ficou conhecido como o “ano pop” do STF. No período do julgamento, o Supremo foi citado 91.839 vezes nos veículos de comunicação impressa, um expressivo aumento de 170% em relação ao mesmo período de 2011. A exposição midiática foi de tal monta que alguns dos Ministros se tornaram personagens conhecidos de grande parte dos cidadãos brasileiros. Toda esta atenção da imprensa traduz o imenso interesse social despertado.

No mesmo sentido, Falcão e Oliveira (2013, p. 430) indicam que

As relações entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a sociedade têm se intensificado à medida que o tribunal passa a decidir cada vez mais sobre questões relevantes ao dia a dia dos cidadãos. Com a criação da TV Justiça e a expansão das redes sociais, a garantia das liberdades de expressão e de informação e a criação do

---

dente Dilma Rousseff, os meios de comunicação noticiavam que 11 ações judiciais questionavam o processo de *impeachment* junto ao Supremo Tribunal Federal, conforme TV SENADO (2016). Com o fim do julgamento no Senado, houve uma avalanche de ações no Supremo questionando o resultado e o desmembramento do julgamento que afastou a ex-presidente, mas manteve os seus direitos políticos. Dentre os procedimentos judiciais, podem ser citados a impetração de várias dezenas de Mandados de Segurança, inúmeros *Habeas Corpus* e até mesmo Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental, conforme STF (2016).

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), intensificaram-se o interesse e o conhecimento de segmentos da população acerca do STF, assim como a presença deste na mídia.

Continuam os autores (FALCÃO; OLIVEIRA, 2013, p. 430/431) apontando que

Analisando as páginas eletrônicas de notícias, assim como o jornal impresso *Folha de S. Paulo*, constatamos que, do período de 2004-2007 para 2008-2011, o número total de notícias sobre o tribunal quase dobrou, aumentando em 89%. E se considerarmos apenas o ano de 2012, o volume de notícias é ainda maior, sendo 1.603 na página eletrônica da Folha e 3.338 em O Globo, volume que se deve em grande parte ao julgamento da Ação Penal 470 (conhecida como o caso “mensalão”).

Esses dados e considerações apontadas também corroboram a hipótese de que a participação do STF durante o *impeachment* foi amplamente coberta pelo Jornal Folha de S.Paulo.

O trabalho considera ainda que a participação do STF nesse processo pode ser observada e analisada sob diversas perspectivas, como será visto na primeira seção. A segunda tratará da relação entre o Supremo e os meios de comunicação<sup>3</sup>. A cobertura da Folha de S.Paulo acerca da participação do Supremo na crise do *impeachment* será apresentada na seção três, juntamente com a cronologia da crise e com alguns dados acerca da produção de notícias do próprio STF sobre o processo. Na sequência serão apresentados alguns comentários e considerações acerca da cobertura midiática em sede de conclusão, antecipando-se, que a cobertura ficou bem aquém do que se imaginava inicialmente.

---

3 Essa seção integrou pesquisa denominada “Políticas públicas de comunicação no Supremo Tribunal Federal: a liberdade de expressão em julgamento”, realizada em estágio de pós-doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob supervisão do Prof. Titular Elival da Silva Ramos, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito e do Departamento de Direito do Estado. O projeto de pesquisa foi contemplado na Chamada Universal – MCTI/CNPq n. 1/2016 – Faixa A, bem como foi contemplado com bolsa de Pós-Doutorado Sênior – PDS pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Processo n. 145663/2016-7.

## A participação do Supremo no processo de *impeachment*: justificativas e questionamentos teóricos

A atuação do Supremo Tribunal Federal no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff pode ser analisada por ao menos três perspectivas. Pode ser verificada como “um fenômeno social” existente “no plano fático, independentemente, do juízo de valor que se possa fazer a seu respeito” (RAMOS, 2015, p. 31), tratando-se de uma abordagem relacionada à Sociologia do Direito e com aproximação ao que se convencionou chamar de judicialização da política<sup>4</sup>, considerada aqui no sentido do acesso aos tribunais pelas oposições ou por grupos de interesses para contestar decisões tomadas no âmbito Legislativo e Executivo. Trata-se de uma análise quantitativa, de dados da realidade, de fatos, em uma “perspectiva que facilita a compreensão de alguns dos fatores desencadeadores” do fenômeno (RAMOS, 2015, p. 32). Também pode ser analisada sob o prisma da legitimidade da jurisdição constitucional, em uma perspectiva política e axiológica, próxima à Filosofia do Direito, relacionada à legitimidade democrática dessa atuação. E, por fim, sob o prisma dogmático, que tem o intuito de examinar se, quando da sua atuação, o STF viola o direito e se afasta “dos limites de sua competência para aplicar a Constituição” (RAMOS, 2015, p. 34), ocorrendo, nesse caso, o denominado ativismo judicial, definido como uma atuação do Judiciário contrária à Constituição e ao direito, sendo “uma disfunção no exercício da função jurisdicional” (RAMOS, 2015, p. 109).

A essa tipologia apresentada por Ramos (2015) pode ser acrescida também a análise comunicacional, dialógica do STF, investigando-se como o Supremo se comunica com a sociedade civil e com os meios de comunicação, em especial, em momentos de crise como foi o caso do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o que será feito na seção três do presente trabalho.

Questionamentos podem surgir sobre duas das perspectivas apresentadas inicialmente, na política-axiológica e na dogmática, considerando

---

4 Desenvolvi melhor este e outros conceitos relacionados à judicialização da política em Napolitano (2010).

que a análise sociológica é uma análise factual, sem juízo de valor, o mesmo acontecendo, considera-se aqui, com a análise comunicacional.

No que concerne à legitimação democrática, há também várias perspectivas de análise. Essa discussão pode ser desenvolvida pela chave da relação entre constitucionalismo e democracia<sup>5</sup>.

O Judiciário, como guardião das regras constitucionais, estaria, em alguns momentos, decidindo contrariamente ou em desacordo com as maiorias democráticas. É a ideia da função contramajoritária do Judiciário, em especial, das cortes.

Essa atuação do Judiciário seria uma ameaça à democracia. Alinham-se a essa perspectiva autores como Vianna et al. (1999), Garapon (2001), Habermas (2003a e 2003b) e Maus (2000).

De outra banda, existem autores que defendem essa atuação do Poder Judiciário, inclusive no que diz respeito à possibilidade desse Poder ser um agente de criação do Direito, refutando-se a ideia de um Poder contramajoritário, até mesmo porque o Legislativo e o Executivo nem sempre representam a vontade da maioria, mas sim a de grupos de interesses bem definidos, bem como pela ideia de que a alta rotatividade dos membros das Cortes Supremas seria uma forma de representação democrática. Como exemplos de autores que defendem a atuação do Judiciário, podem ser citados Dworkin (1999, 2002) e Cappelletti (1993).

Na visão de Dworkin (1999), não haveria motivos para considerar os juízes menos competentes para tomar decisões se relacionados aos legisladores, e essa tarefa ficaria na incumbência de um juiz, construído idealmente pelo próprio Dworkin (2002, p. 165), como um Hércules, e que teria “capacidade, sabedoria, paciência e sagacidade” para enfrentar determinadas questões.

Habermas (2003a) critica esse juiz hercúleo dworkiniano, pois os juízes são seres de carne e osso, ficando aquém desse ideal, que pressupõe um juiz com alta qualificação profissional e virtudes pessoais que são, na prática, irrealizáveis.

---

5 Mendes (2011), Barroso (2015) e Novelino (2013) tratam dessas diferenças. Também trabalhei essas questões em Napolitano (2010).

Michelman, citado por Habermas (2003a), critica a teoria do direito de Dworkin tendo em vista a decisão judicial. Para Michelman, o que falta na teoria de Dworkin é o diálogo. Hércules é um solitário e é muito heroico, suas construções narrativas são verdadeiros monólogos, ele não conversa com ninguém, à exceção dos livros, ele não tem encontros, conflitos, não encontra ninguém, ninguém lhe sacode, não há interlocutor violando o insulamento de suas experiências e perspectivas, afinal de contas, ele é um homem e nenhum homem ou mulher pode ser isso.

Para Habermas (2003a, p. 266), a teoria de Dworkin é solipsista, sendo a única realidade do mundo o eu do juiz. Essas questões serão melhor desenvolvidas na seção três.

Além dessas questões apontadas, há um outro problema, a alegada falta de legitimidade das cortes: trata-se da investidura dos ministros e está relacionado à falta do debate livre, público e amplo sobre as indicações.

No Brasil esse assunto não é tratado em campanhas presidenciais e é pouco abordado pela mídia, que também tem sua parcela de responsabilidade na ausência de um amplo debate público sobre essa questão.

Os únicos grandes debates públicos recentes e que se tem notícia foram as indicações para o STF dos ministros Luiz Edson Fachin e Alexandre de Moraes, ainda que por motivos tortos, pois na minha impressão as indicações e nomeações foram embaralhadas pela mídia e pelas oposições com as crises políticas retratadas nesta coletânea.

Ademais, considera-se aqui que a legitimidade do STF decorre do processo eleitoral e é representativa, não de forma direta, é óbvio, mas indiretamente. Quando os eleitores escolhem um presidente, delegam ao eleito a indicação e nomeação dos ministros do STF e de outros agentes políticos, e essa escolha é sim majoritária, representada pelos votos obtidos pelo eleito. Infelizmente isso não é de conhecimento dos eleitores em geral, não é tratado durante o processo eleitoral e sequer é agendado pela mídia.

Logo, a investidura dos ministros tem caráter eleitoral, representativo e majoritário, no entanto, como dito, indireto. A questão é que aqui no Brasil isso não aparece nas campanhas presidenciais e muito menos nos meios de comunicação. Muito embora também se considere que nas eleições de 2014 esse tema veio à baila, justamente pela possibilidade da então

presidente eleita Dilma Rousseff nomear até 2018 vários ministros para o STF considerando-se a aposentadoria compulsória aos 70 anos, condição esta alterada com nítido caráter casuístico para os 75 anos pela Emenda Constitucional n. 88, de 2015. São essas, portanto, algumas questões de legitimidade democrática em relação à atuação das Cortes Superiores.

Por sua vez, na perspectiva dogmática, Ramos (2015) indica alguns parâmetros a serem observados para que a atuação judicial não extrapole os limites da legalidade da função jurisdicional. Para Ramos (2015, p. 326), “O primeiro e principal dos parâmetros fornecidos pelo próprio ordenamento jurídico diz respeito à exigência de que toda e qualquer interpretação constitucional seja compatível com a amplitude de sentidos projetada pelo texto da norma (limite da textualidade)”.

Outra exigência dogmática é a “percepção do direito como um sistema, axiologicamente orientado”, sendo que princípios, regras, conceitos, institutos jurídicos possuem “vínculos funcionais que a correta operação do sistema jurídico pressupõe”. (RAMOS, 2015, p. 326).

Ademais, o desdobramento dos princípios constitucionais deve ser formulado pelo Poder Legislativo, bem como o Poder Judiciário não pode discricionariamente atribuir “efeitos às normas concretizadas, devendo o juiz se ater aos elementos hermenêuticos que, objetivamente, indiquem o seu enquadramento na categoria das normas de eficácia plena ou na das normas de eficácia limitada.” (RAMOS, 2015, p. 327).

A grande polêmica envolvendo o Supremo Tribunal Federal no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff se deu quando o presidente da Corte Ricardo Lewandowski, que exercia cumulativamente a presidência do julgamento perante o Senado Federal, chancelou o desmembramento da pena, o que, segundo alguns intérpretes, forças políticas e entidades da sociedade civil, teria contrariado a textualidade da norma constitucional que prevê no artigo 52, Parágrafo Único, a penalidade de “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”. Esse entendimento, no entanto, é discutível até mesmo porque o próprio STF, em julgamento de Mandado de Segurança que analisava a perda dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em votação

majoritária à época, também endossou a tese da possibilidade de desmembramento das penas<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a atuação do STF no processo de *impeachment* pode ser questionada sob essas duas perspectivas, axiológica e dogmática, quanto à sua legitimidade na revisão das decisões proferidas pelos poderes políticos, ou quanto a sua legalidade, pautando-se pelos limites que a Constituição e leis lhe atribuíram para atuação durante o processo de *impeachment*. No entanto, como será visto, mesmo essas questões polêmicas não foram destacadas pelo veículo investigado.

A atuação comunicacional, dialógica, tratada aqui como um fato, fenomenológica, sem grandes questionamentos, será objeto da próxima seção.

## **Supremo Tribunal Federal e meios de comunicação: diálogo com a sociedade e deliberação externa**

A preocupação central da presente seção é verificar as relações entre os meios de comunicação e a participação do Supremo Tribunal Federal no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, considerando-se que “os atos da Corte são atos retóricos de comunicação política, na medida em que buscam convencer um público” (FARIAS, 1996, p. 178).

Nesse sentido, o presente trabalho está relacionado com o que já foi denominado de “diálogo externo” do STF com a sociedade civil organizada e, em especial, com os meios de comunicação social, ou em outros termos com a “deliberação externa do STF”, que, de acordo com Silva (2009, p. 210), trata-se de um esforço de convencimento de “atores externos ao grupo” e, sobretudo, teria o papel “de chamar a atenção da sociedade civil, ou pelo menos da comunidade acadêmica e jornalística, para questões fundamentais no cenário político-jurídico de um país” (SILVA, 2009, p.

---

6 Trata-se do Mandado de Segurança n. 21.689 impetrado por Fernando Affonso Collor de Mello, disponível em STF (1993).

211/212), como foi o caso do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

Esse diálogo ou deliberação, por sua vez, pode focalizar o diálogo das cortes com os demais poderes (diálogo institucional) ou com a sociedade civil (diálogo social) (SOUZA, 2016). Este último é o objetivo específico desta seção, ou seja, relacionar decisões do STF aos meios de comunicação social.

Essa perspectiva dialógica indica que a sociedade civil e o Supremo “estão inseridos numa relação, além de jurídica e política, também comunicativa” (FALCÃO; OLIVEIRA, 2013, p. 432). Por esse motivo, entendem Falcão e Oliveira, o “STF, cidadãos e a sociedade em geral como sujeitos que emitem mensagens, agem e reagem a mútuos estímulos comunicativos (FERRAZ JÚNIOR, 1990)”.

Ainda de acordo com Falcão e Oliveira (2013, p. 434),

A relação comunicativa do STF com os cidadãos é um processo contínuo. Para fins analíticos, pode iniciar, por exemplo, quando o STF, como sujeito-emissor, envia mensagens aos cidadãos que, como sujeitos-receptores, as captam. Em seguida, os cidadãos reagem, enviam mensagens e passam a ser sujeitos emissores. O STF capta tais mensagens como sujeito receptor. Não se trata, pois, de relação de mão única, nem estática. A relação comunicativa é um processo interativo e temporal, isto é, histórico, de múltiplas ações e reações, sequenciais ou concomitantes. Um diálogo de perguntas e respostas, como preferiria Ferraz Júnior (2010).<sup>7</sup>

Conforme indica Friedman, expoente da literatura norte-americana sobre as relações das cortes com a sociedade civil, esse diálogo se dá por interação contínua entre cortes e a sociedade civil, pois as “Cortes, como descrito aqui, não ficam afastadas da sociedade e declaram direitos. Ao invés disso, elas interagem cotidianamente com a sociedade, tomando parte em um diálogo interpretativo” (FRIEDMAN, 1993, p. 585, tradução minha)<sup>8</sup>.

7 Sobre a evolução das estratégias de comunicação do Supremo Tribunal Federal, ver Russi (2010), bem como Vanzini (2014).

8 No original: “Courts, as described here, do not stand aloof from society and declare rights.

Nesse sentido, as cortes podem ser facilitadoras ou limitadoras do diálogo (FRIEDMAN, 1993). Além disso,

Juízes não vivem em um casulo; eles são deste mundo. Não é crível pensar que juízes carecem de informações sobre o modo como seus julgamentos serão recepcionados. Naturalmente, quanto mais dividida a política, mais difícil será para um juiz acertar, e em alguns casos juízes podem errar o alvo. (FRIEDMAN, 2004, p. 2610, tradução minha).<sup>9</sup>

Na mais moderna literatura brasileira acerca das cortes constitucionais e da deliberação democrática, essa percepção também está presente. Para Mendes (2011, p. 141), “Juízes são produtos da sociedade em que vivem e são influenciados pelos jogos de forças políticas e ideológicas dessa sociedade”, logo as cortes e juízes não estão isolados da sociedade e da política.

Ainda para Friedman, “o fato de que as decisões judiciais são escritas para uma audiência pública não pode ser ignorado” (FRIEDMAN, 1993, p. 599, tradução minha)<sup>10</sup>.

Para Falcão e Oliveira (2013, p. 435), as decisões escritas são as mais importantes formas de comunicação com a sociedade civil, nos seguintes termos: “A mais importante mensagem-ação do STF, embora não única, é a decisão jurisdicional. A mais importante mensagem-reação dos cidadãos, embora não única, é a legitimação da decisão.” (FALCÃO; OLIVEIRA, 2013, p. 435)<sup>11</sup>.

---

Rather, they interact on a daily basis with society, taking part in an interpretative dialogue.” (FRIEDMAN, 1993, p. 585).

9 No original: “Judges do not live in a cocoon; they are of this world. It is not credible to think that judges lack information about the way their judgments might be received. Of course, the more divided the polity, the more difficult it will be for a judge to be certain, and in some cases judges may miss the mark”. (FRIEDMAN, 2004, p. 2610).

10 No original: “cannot ignore the fact that judicial decisions are written for a public audience”. (FRIEDMAN, 1993, p. 599).

11 Como outras formas de mensagem-reação da sociedade civil podem ser indicadas aqui a participação em audiências públicas e como amigos da corte em processos judiciais.

No mesmo sentido, Mendes (2013, p. 173, tradução minha) menciona que “a sentença é o principal instrumento com a qual a corte se comunica com o público”<sup>12</sup>. No entanto, a comunicação das cortes não se restringe à decisão escrita. A corte também pode se comunicar divulgando a sua agenda antecipadamente (SOUZA, 2016).

Russi (2010) em trabalho que trata da influência da assessoria de comunicação do Supremo, através da mídia das fontes, no agendamento da mídia comercial e da produção de notícias sobre o STF por esses veículos, indica pormenorizadamente a estrutura de comunicação do Supremo, incluindo nessa estrutura a TV Justiça, a Rádio Justiça, o Portal do STF, que segundo a autora exerce a função de agência de notícias do órgão<sup>13</sup>, o Twitter e o YouTube e que seriam as formas de o STF influenciar a mídia comercial na produção de notícias.

Trata-se aqui da *agenda setting*, que na comunicação social é entendida como sendo a agenda da mídia tornando-se “conversa do dia a dia” (FERREIRA, 2015, p. 111) das pessoas, ou ainda, como ações alteradoras da “estrutura cognitiva das pessoas” em que o “modo de cada indivíduo conhecer o mundo que é modificado a partir da ação dos meios de comunicação de massa – ação esta que passa a ser compreendida como um ‘agendamento’, isto é, a colocação de temas e assuntos na sociedade” ao longo do tempo. (ARAÚJO, 2015, p. 129).

Hohlfeldt (2015, p. 192/193) menciona que na sociedade atual há a “necessidade da mediação dos meios de comunicação” para a transmissão do fluxo informacional; desse modo, o cidadão não pode ser testemunha ocular “das decisões do Palácio do Planalto ou do Congresso Nacional”, e também, acrescento aqui, do Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, uma “sociedade urbana complexa” é dependente da mídia, que inclui “em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda”.

12 No original: “The written decision is the main instrument through which the court communicates with the public”. (MENDES, 2013, p. 173).

13 De acordo com Russi (2010), no período por ela investigado, foram produzidas em média dez notícias ao dia.

Na próxima seção serão apresentados alguns dados acerca da cobertura da Folha de S.Paulo sobre a participação do STF no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, bem como serão apresentados alguns dados sobre a produção de notícias do próprio STF sobre o processo em questão no intuito de verificar se houve essa relação dialógica entre STF e meios de comunicação. Também serão apresentados os principais fatos ocorridos durante a cronologia da crise.

## **A cronologia da crise, a cobertura da Folha de S.Paulo acerca da participação do STF no processo de *impeachment* e a agenda do Supremo**

Nesta seção serão apresentados os principais fatos e ocorrências no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, indicados cronologicamente<sup>14</sup>, bem como será apresentada a cobertura da Folha de S.Paulo sobre a participação do Supremo Tribunal Federal nesse processo, analisando-se as manchetes e as respectivas matérias das capas do jornal, entre os dias 21 de outubro de 2015 e 1º de setembro de 2016, respectivamente o dia do protocolo do pedido de *impeachment* e o dia imediatamente subsequente ao fim do julgamento, totalizando 315 edições no período investigado. Além disso, apresenta alguns dados coletados no site do STF acerca de notícias produzidas pela corte sobre o processo de *impeachment*.

As matérias foram pesquisadas no site da empresa jornalística: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp>, nos fac-símiles das capas nos dias mencionados. A escolha do veículo de comunicação se justificou por se tratar de importante jornal, de grande circulação diária, conforme dados obtidos junto à Associação Nacional de Jornais (<http://www.anj.org.br/>) e ao Instituto Verificador de Circulação (<http://www.ivcbrasil.org.br/>). A Folha ocupa atualmente o segundo lugar em circulação diária.

---

14 A cronologia da crise foi extraída de G1 (2016).

## Cronologia da crise

- 21/10/2015 – pedido de *impeachment* assinado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal é protocolado na Câmara dos Deputados;
- 02/12/2015 – Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, autoriza a abertura do processo de *impeachment*;
- 08/12/2015 – início do processo na Câmara dos Deputados com a escolha, em votação secreta, dos membros da casa para compor a comissão especial para analisar o pedido de *impeachment*. No mesmo dia, o ministro do STF Luiz Edson Fachin decide em liminar pela suspensão do processo até que o pleno do Supremo defina as regras para o processo. Pedido apresentado pelo PCdoB;
- 17/12/2015 – plenário do STF anula a primeira eleição dos membros da comissão especial e determina regras para o prosseguimento do processo;
- 01/02/2016 – a Câmara dos Deputados recorre ao STF contra o rito estabelecido pelo pleno;
- 16/03/2016 – STF rejeita o recurso da Câmara e mantém as regras anteriormente definidas para o processamento do pedido de *impeachment*;<sup>15</sup>
- 17/03/2016 – Câmara elege os membros para compor a comissão especial;
- 14/04/2016 – Advocacia Geral da União ajuíza mandado de segurança no Supremo para tentar barrar o processo de *impeachment*;
- 17/04/2016 – aprovação do processo na Câmara;
- 25/04/2016 – comissão especial no Senado Federal é definida;
- 12/05/2016 – plenário do Senado Federal decide pelo afastamento de Dilma Rousseff;
- 10/05/2016 – Senado aprova relatório da comissão especial e recomenda o julgamento da presidente;

---

15 “No mesmo dia, Lula é anunciado como ministro-chefe da Casa Civil. O juiz Sergio Moro derruba sigilo do processo a que ele responde na Lava Jato e divulga áudio de grampo entre ele e Dilma” (G1, 2016).

- 25/08/2016 – início do julgamento no Senado Federal;
- 31/08/2016 – termina o processo.

### **Manchetes da Folha de S.Paulo sobre o STF no período analisado**

- 06/12/2015: “STF deve decidir o cronograma do impeachment”;
- 18/12/2015: “Dilma obtém vitória no STF sobre rito de impeachment”;
- 22/03/2016: “Dilma já prepara ação no STF contra impeachment”;
- 15/04/2016: “Dilma perde no STF, e impeachment será votado pela Câmara no domingo”;
- 19/04/2016: “Dilma compara impeachment a tortura e indica que vai ao STF”;
- 23/04/2016: “Dilma repreende ministros do STF críticos à tese de golpe”;
- 11/05/2016: “Senado deve afastar Dilma; governo recorre ao Supremo”;

### **Notícias produzidas pelo Supremo Tribunal Federal**

No site do Supremo, há um mecanismo de busca de notícias produzidas pela corte (STF, 2017). Pesquisou-se no mecanismo com o argumento “*impeachment*”, no período de 21 de outubro de 2015 a 1º de setembro de 2016, e foram localizadas 108 notícias relacionadas à expressão.

### **Comentários sobre a cobertura da Folha de S.Paulo e a produção de notícias pelo STF em sede de conclusão**

No domingo, dia 6 de dezembro de 2015, a Folha de S.Paulo menciona em manchete principal a possível interferência do STF na duração do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. A matéria trata da vontade do governo de agilizar o processo, prevendo a votação para o

mês de janeiro, período geralmente de recesso parlamentar, e da intenção dos opositores e do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de prolongar o processo na casa esperando o aumento das manifestações populares e o agravamento da crise econômica.

Manchete e matéria do dia 18 de dezembro de 2015, sexta-feira, mencionam vitória de Dilma Rousseff no Supremo relacionada ao rito do processo de *impeachment*. A decisão do STF anulou a escolha da comissão especial pela Câmara ocorrida no dia 8, conforme mencionado acima na cronologia da crise.

A matéria da terça-feira, dia 22 de março de 2016, trata da previsão do governo de derrota na Câmara dos Deputados e da intenção da presidente de judicializar o processo de *impeachment*, alegando falta de base legal para o mesmo e cerceamento de defesa.

Em 15 de abril de 2016, sexta-feira, a Folha de S.Paulo noticia derrota de Dilma no STF que mantém a votação no plenário da Câmara para o domingo, dia 17.

Na edição da terça-feira, dia 19 de abril de 2016, o jornal indica que Dilma recorreria ao STF, dessa vez para questionar o mérito da denúncia, ou seja, a questão das “pedaladas fiscais”.

No sábado, dia 23 de abril de 2016, durante evento climático realizado na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, Dilma Rousseff discursa alegando que o Brasil passava por uma grave crise e que não entender o processo de *impeachment* como golpe seria como “tampar o sol com a peneira”.

Na edição de 11 de maio de 2016, quarta-feira, a Folha trata da tentativa do Planalto de anular o processo de *impeachment* junto ao Supremo Tribunal Federal.

Verifica-se com esses dados empíricos um baixo nível de cobertura a despeito da repercussão e importância da atuação do STF no processo de *impeachment*. Foram apenas sete manchetes ao longo de 315 dias de cobertura, o que representa tão somente 0,02% do total de manchetes no período, o que corresponde a uma manchete em média a cada 45 dias. Em sentido contrário, o STF, através de sua assessoria de imprensa, divulgou no mesmo período 108 notícias, conforme relatado acima, o que

corresponde a uma notícia a cada três dias aproximadamente. Esses dados e fatos desmentem o que foi apontado por Novelino (2013) e Falcão e Oliveira (2013) acerca do aumento da cobertura dos veículos de comunicação sobre o Supremo Tribunal Federal.

Considera-se também que, muito embora a assessoria de comunicação do STF tenha produzido uma quantidade razoável de notícias relacionadas ao *impeachment*, esse fato não serviu para se estabelecer um diálogo com os meios de comunicação, considerando a quantidade mínima de matérias destacadas em manchetes do jornal Folha de S.Paulo no período analisado. O STF, mesmo com todo o arsenal informativo conforme indicado por Russi (2010), não é capaz de pautar a mídia comercial sobre suas ações.

Também verifica-se que fatos importantes ocorridos no processo de *impeachment* e com a participação do STF não foram destacados nas manchetes da Folha de S.Paulo, em especial, as ocorrências mencionadas acima, respectivamente, nos dias 8 de dezembro, quando o ministro Luiz Edson Fachin decidiu em liminar pela suspensão do processo até que o pleno do Supremo definisse as regras para o processo, e no dia 1º de fevereiro de 2016, quando a Câmara dos Deputados recorre ao STF contra o rito estabelecido pelo plenário da corte.

Considera-se que o diálogo do STF com a sociedade civil ainda é embrionário, estando essa interação mais próxima ao pensamento de Habermas e Michelman, que indicam um isolamento dos juízes e em consequência do Judiciário, do que com as teorias de Friedman e de Mendes, que compreendem esses atores como sendo desse mundo. Os dados coletados indicam o contrário, a absoluta falta de diálogo entre o Supremo Tribunal Federal e o meio de comunicação investigado, atestando o isolamento da mais alta corte judicial brasileira.

Por fim, considera-se que o acionamento do Supremo para resolver as questões sobre a crise política do *impeachment* demonstra cabalmente uma falha em nossa democracia, pois os sujeitos e as instituições envolvidas não encontraram alternativas endógenas e próprias para solucionar a crise, delegando a sua autonomia e, conseqüentemente, a sua liberdade decisória para um corpo burocratizado, elitista, aristocrático, solipsista e fechado, como é o Supremo Tribunal Federal. No entanto, o aprofundamento dessas questões ficará para um outro trabalho.

## Referências

- ARAÚJO, C. A. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópoles: Vozes, 2015.
- BARROSO, L. R. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, número especial, 2015, p. 23-50.
- CAPPELLETTI, M. *Juízes legisladores?* Porto Alegre: SAFE, 1993.
- DWORKIN, R. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FALCÃO, J.; OLIVEIRA, F. L. de. O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista? *Lua Nova*, São Paulo, n. 88, p. 429-469, 2013.
- FARIAS, P. J. L. A dimensão comunicativa da Suprema Corte. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 33, n. 131, p. 175-196, jul./set. 1996.
- FERREIRA, G. M. As origens recentes: meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópoles: Vozes, 2015.
- FRIEDMAN, B. Dialogue and judicial review. *Michigan Law Review*, v. 91, p. 577-682, 1993.
- \_\_\_\_\_. Mediated popular constitutionalism. *Michigan Law Review*, v. 101, p. 2595-2632, 2004.
- G1. Processo de impeachment de Dilma. *G1*, 2016. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-a-votacao-do-impeachment/>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- GARAPON, A. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003a. v. 1.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003b. v. 2.
- HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópoles: Vozes, 2015.
- MAUS, I. Judiciário como superego da sociedade. O papel da atividade jurisprudencial na sociedade órfã. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 58, p. 183-202, nov. 2000.
- MENDES, C. H. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. *Constitutional courts and deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

NAPOLITANO, C. J. Judicialização da política: direitos humanos, democracia e cidadania. In: VICENTE, M. M.; ROTHBERG, D. (Orgs.). *Meios de comunicação e cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

NOVELINO, M. A influência da opinião pública no comportamento judicial dos membros do STF. In: NOVELINO, M.; FELLETT, A. (Org.). *Constitucionalismo e democracia*. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2013. v. 1. p. 265-328. Disponível em <<<http://www.osconstitucionalistas.com.br/wp-content/uploads/A-influ%C3%Aancia-da-opini%C3%A3o-p%C3%BAblica-no-comportamento-judicial-dos-membros-do-STF.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

RAMOS, E. da S. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RUSSI, J. M. M. *Assessoria de comunicação, agendamento e newsmaking: um estudo sobre a evolução da comunicação no Supremo Tribunal Federal*. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, 2010.

SILVA, V. A. da. O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública. *RDA*, v. 250, p. 197-227, 2009.

SOUZA, R. R. M. de. *STF em evidência: deliberação, publicidade e sociedade sob a perspectiva dialógica*. Curitiba: Juruá, 2016.

STF. Mandado de Segurança nº 21.689 – DF. *Supremo Tribunal Federal*, 1993. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobrestfconhecstfjulgamentohistorico/anexo/ms21689.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

STF. Pesquisa de Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*, 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j5pwqzu>>. Acesso em: 8 set. 2017.

STF. Notícias STF. *Supremo Tribunal Federal*, 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/pesquisarNoticiaAvancado.asp>>. Acesso em: 10 set. 2017.

TV SENADO. Onze ações questionam o julgamento do impeachment de Dilma Rousseff no STF. *Senado Notícias*, 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/09/onze-aco-es-questionam-o-julgamento-do-impeachment-de-dilma-rousseff-no-stf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

VANZINI, K. V. da S. *Governo eletrônico, democracia digital e comunicação pública: a presença do poder judiciário na internet*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Bauru, 2014.

VIANNA, L. W. et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

# ***O impeachment de Dilma Rousseff* como evento mediático**

Murilo C. Soares  
Jefferson O. Goulart

## **Introdução**

Este capítulo examina o cenário político brasileiro atual e o papel que as transmissões ao vivo de momentos de crise exercem sobre os próprios acontecimentos, especulando sobre a influência que eles possam ter na sociedade. Dada a extensão do tema, o foco recairá sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, cujos aspectos serão discutidos de forma interpretativa à luz da teoria dos eventos mediáticos de Daniel Dayan e Elihy Katz (1992). Esses autores argumentam que as transmissões ao vivo transferem o espaço público para o ambiente doméstico das casas, correspondendo a um eco da “estetização da política”, sendo um convite para as pessoas suspenderem a normalidade da rotina de suas vidas para participarem como testemunhas de um acontecimento histórico.

A morte e os funerais de Tancredo Neves, em 1985, momento de decepção e de purgação coletiva, inaugurou uma série de momentos de crise que seriam vividos em conjunto pela sociedade brasileira, dia após dia, devido à cobertura pelas redes de televisão, com destaque para a Rede Globo. Foi assim no escândalo do orçamento, no congelamento das aplicações bancárias do Plano Collor, no *impeachment* do presidente Collor, no julgamento do mensalão, nas comunicações públicas de procuradores da

Operação Lava Jato, no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e, por fim, ironicamente, na cassação do mandato do próprio deputado Eduardo Cunha, condutor desse último processo como presidente da Câmara dos Deputados.

## Democracia e sistema político

O sistema político que emergiu na transição democrática brasileira foi nomeado como “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988). A tal conceito, amplamente acolhido, corresponde a necessidade de o presidente governar mediante coalizões que transcendem critérios partidários em razão de algumas causas principais: presidente sem maioria de seu partido/coalizão no Parlamento; elementos federativos com forte interferência dos governadores na pauta do Congresso; e uma agenda dominada por complexas reformas institucionais. Nessa acepção, o sistema político estaria condenado à instabilidade política e à paralisia decisória pela dependência de arranjos extrapartidários, de tal forma que o multipartidarismo não seria seu principal problema.

Outros estudos sobre o processo decisório consagrado pelo marco institucional da Constituição de 1988 sustentam, diversamente, que o sistema político seria estável e previsível, ancorado por alianças partidárias, comparável a outras democracias, inclusive as parlamentaristas. Nessa interpretação, o Executivo concentra poderes e dispõe de instrumentos decisivos para impor sua agenda, destacadamente o monopólio da iniciativa legislativa em matérias fundamentais (orçamentárias, por exemplo) e o uso de medidas provisórias. Em síntese, “nada autoriza tratar o sistema político brasileiro como singular. Coalizões obedecem e são regidas pelo princípio partidário” (LIMONGI, 2006, p. 17).

Desde o estabelecimento do voto popular para a presidência, consolidou-se um sistema decisório de coalizões, em governos de diferentes orientações ideológicas, que teve outro traço comum: quase todos (Itamar, FHC, Lula e Dilma) contaram com a sustentação decisiva do centro por meio de maiorias partidárias. À semelhança do que ocorre no Parlamentarismo

e, em razão da autonomia das disputas para o Executivo e o Legislativo – posto que a maioria presidencial não se reproduz em eleições parlamentares –, esses governos se formaram após os pleitos, logrando êxito no desafio de obter governabilidade, demonstrando capacidade de impor seus programas<sup>1</sup>. A exceção foi o governo Collor, e essa distinção – somada ao estilo imperial do presidente e ao seu desprezo pelo Parlamento – é valiosa para entender o desfecho do *impeachment*, determinado por uma conjunção de fatores que incluem a corrosão de sua já precária base de sustentação parlamentar, o protagonismo de uma coalizão parlamentar de centro-esquerda oposicionista, o apoio mediático e as mobilizações sociais.

Diferente do que enfatiza a narrativa hegemônica, Collor não foi destituído por seu reformismo liberal antipopular, ou mesmo pelas fartas acusações de corrupção que lhe foram imputadas com fartas evidências comprobatórias, e sim porque seu governo foi identificado pelas elites políticas e econômicas como fonte da crise, ou seja, “um Executivo que não dispõe de maioria parlamentar estável, baseada em negociações partidárias, tem poucas chances de implementar seu programa e corre maior risco de ser abalado seriamente por crises políticas” (SALLUM JR., 2015, p. 407). Nesse sentido, a tese original do “presidencialismo de coalizão” é discutível pela constatação de que o ingrediente decisivo é precisamente a coalizão partidária.

A propósito dos dilemas político-institucionais dos governos e dos paradoxos entre estes e as demandas sociais, Nobre (2013) analisa as contradições que têm marcado o sistema político e a sociedade nas últimas décadas, identificando no “peemedebismo” uma dupla função: é o movimento que permite avançar em reformas democratizantes, mas, simultaneamente, também é o freio que obstaculiza a modernização política e social. Esse *imobilismo* não se limita partidariamente ao PMDB e pronunciou-se em momentos críticos: na coalizão com a Frente Liberal para alçar a chapa Tancredo Neves/José Sarney à presidência; no *impeachment* de Collor para

---

1 Merece registro a mudança comportamental do governo Lula logo após a “crise do mensalão”, na metade de seu primeiro mandato, quando abandona a estratégia de formação de maiorias *ad hoc* e sucumbe ao imperativo da governabilidade incorporando o PMDB e outros partidos políticos ao governo.

superar a crise de governabilidade; junto ao governo FHC para permitir reformas liberalizantes; no governo Lula para sustentar uma agenda social. Em todos esses momentos o “peemedebismo” se colocou do lado vencedor, como fiador do processo decisório: “assim o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações” (NOBRE, 2013, p. 12).

As elites políticas perceberam as vulnerabilidades e as frestas desse sistema (“presidencialismo de coalizão”) e, assim, ampliaram seu poder de fogo por meio da multiplicação de legendas partidárias e da pressão para obtenção de contrapartidas: nomeações em cargos de diversos escalões, controle de políticas públicas, acesso a fatias do orçamento da União e de empresas estatais, etc., sinecuras que, longe de serem estranhas ao mundo político, permitem a própria sobrevivência desses atores. Não há política desinteressada, ensina Weber. Esse percurso foi facilitado pela permissividade dos sistemas político e eleitoral e culminou com a existência de 35 partidos políticos registrados na Justiça Eleitoral, dos quais 28 têm assento na Câmara dos Deputados. Essa tendência levou o multipartidarismo brasileiro ao extremo, o que ampliou as dificuldades para obtenção de maiorias parlamentares e, portanto, de governabilidade.

Os governos petistas não escaparam dessa “fatalidade”, e cultivaram a expectativa de que poderiam “se valer da ordem institucional para beneficiar os pobres sem prejudicar os ricos – e até mesmo contando com a ajuda deles. E, de fato, houve benefícios aos pobres... Mas, uma vez aceito o preço de entrar num sistema político moribundo, a porta para voltarem atrás fechou-se” (ANDERSON, 2016, p. 22). Essa contradição se radicalizou nas eleições de 2014, quando Dilma Rousseff venceu por pequena margem e, antes mesmo da posse, adotou o discurso econômico de seu opositor, acuada por um cenário adverso que sinalizava uma rota recessiva. Os dilemas petistas se anunciaram antes e não é casual que o subtítulo da obra de SINGER (2012) já os sintetizasse: “reforma gradual e pacto conservador”. Para este autor, o *lulismo* forjou-se combinando elementos de direita (a inclusão pelo consumo e a ideologia que lhe subjaz) e de esquerda (o ideário de justiça social e suas correspondentes políticas públicas), o que

o remeteria ao desafio de superar um reformismo fraco, incapaz de promover transformações sociais, políticas e ideológicas fecundas.

Instabilidade e crise foram marcas do breve segundo governo de Dilma Rousseff, acuada por uma aversão implacável da oposição política, dos grandes grupos mediáticos e de amplas parcelas da sociedade. Cenário agravado pela desagregação de sua base parlamentar e pela eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados. Completa essa conjuntura a famigerada inépcia da chefe de governo para promover negociações com sua própria base e com os partidos políticos no Parlamento.

A radicalidade, a forma e a velocidade que marcaram a destituição de Dilma Rousseff recolocaram o sistema político brasileiro na berlinda, incluindo a análise sobre os limites do exercício da oposição, do “presidencialismo de coalizão” (em suas diferentes interpretações), da participação política e do combate à corrupção (AVRITZER, 2016), agenda ainda mais problemática se se adicionar a judicialização das disputas políticas e o largo impacto da ação mediática na política. Em síntese, o modelo de democracia e suas instituições estão em questão no Brasil.

Qualquer exame sério sobre esses acontecimentos não pode ignorar a influência mediática. Reportando-se à trajetória de Assis Chateaubriand (*Chatô*), “as empresas de comunicação são o melhor modo de se ganhar dinheiro por conta da possibilidade de ‘chantagear a política’ de modo sistemático” (SOUZA, 2016, p. 133). Nossa hipótese é que, para além da tradicional extorsão ante o sistema político para obter benefícios materiais, a ação mediática assumiu um papel ainda mais proeminente, confundindo-se inclusive com os partidos políticos na medida em que sintetizou e formulou um programa que combinou (i) moralização da política (apoio incondicional à operação Lava Jato, defesa do poder ilimitado do Ministério Público, pressão maciça sobre a atividade jurisdicional do Judiciário, criminalização de atos políticos como nomeações para cargos públicos), (ii) uma agenda econômica abertamente liberal (centralidade do ajuste fiscal, reformas trabalhista e previdenciária, desestatização) e (iii) aberta partidarização da cobertura política que não se restringiu à *media* impressa (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016). Assim fundamentou

ideologicamente sua crítica no ataque ao que chamou de “populismo de esquerda”. Explique-se: “a razão para toda essa apoteose é simples: a presidência de Cardoso administrou no Brasil uma generosa dose de administração pró-mercado, um remédio que parecia ser mais urgente do que nunca diante do escárnio populista do PT” (ANDERSON, 2016, p. 13).

Esse fenômeno de partidarização mediática não se limitou à chantage e à escolha de um lado da disputa política – como fez historicamente –, mas assumiu um papel que tradicionalmente é dos partidos políticos, qual seja, o de organizar parcelas da sociedade e apresentar um conteúdo programático de governo. E é notável que esse movimento tenha transcorrido na América Latina ao tempo em que emergiram governos populares e progressistas de diferentes matrizes político-ideológicas (Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela). Em um cenário no qual as elites políticas e os partidos tradicionais do campo conservador perderam a capacidade de mobilização social e de cumprir sua missão de oposição política, a ação mediática ocupou rapidamente esse espaço como “partido” do conservadorismo.<sup>2</sup> Exemplos notáveis dessa inflexão se consumaram nas condutas dos grupos *Clarín* (Argentina) e *Globo* (Brasil).

Nesses termos, o *impeachment* de Dilma Rousseff teria sido um “tropeço da democracia” ou apenas um passo a mais na tentativa de estabilizar o sistema político? O exame da cobertura televisiva oferece pistas valiosas a esse respeito.

## A teoria dos eventos mediáticos, de Katz e Dayan

A discussão sobre a mediatização da sociedade contemporânea foi antecipada por Daniel Dayan e Elihu Katz, no livro *Media Events: the live broadcasting of History* (KATZ; DAYAN, 1992), no qual argumentam que a televisão modificou nossa relação com os acontecimentos nacionais à medida que estes se tornaram mediáticos, o que trouxe consequências

---

2 Para uma abordagem crítica da “imprensa como partido político”, ver Souza (2016, p. 106-116).

para os próprios eventos, instituições e pessoas da audiência de massa. Como este ensaio se propõe a empregar as categorias analíticas desses autores no exame do *impeachment* de Dilma Rousseff, é preciso apresentá-las sinteticamente para fundamentar teoricamente o texto.

Os autores constroem sua abordagem de modo a trazer a sociologia dos rituais para o estudo da comunicação de massa: o que marca os eventos mediáticos e os distingue dos gêneros habituais da televisão é que eles interrompem a rotina e intervêm no curso habitual das transmissões e também da vida das pessoas, trazendo situações excepcionais a serem pensadas e testemunhadas. Mais recentemente, Holmes (2005) denominou essa perspectiva de integração social, fazendo a distinção da interação social. Ele escreve que, enquanto a interação trabalha com a ideia de comunicação como transporte ou mediação, a integração traz a visão de comunicação como ritual e como base de comunidade de audiência.

Eventos mediáticos são necessariamente ao vivo, seu desenrolar contém certa imprevisibilidade (como no caso de um torneio, por exemplo, do qual não se sabe o resultado antecipadamente) e, geralmente, são organizados por instituições fora da televisão, as quais atuam como canal de difusão. Os eventos mediáticos, contudo, são planejados levando em conta a transmissão pela TV.

Tais eventos são envolvidos em reverência e cerimônia e podem abranger toda uma nação ou, em alguns casos, o mundo todo, como ocorre na Copa do Mundo ou nas Olimpíadas. Há toda uma ritualidade que os envolve, como presença de autoridades, liturgia ou reverência de acordo com as diferentes circunstâncias. As audiências se preparam para acompanhar a transmissão desses eventos, organizando-se em grupos e ansiosas para assistir a um acontecimento histórico. Por isso, considera-se que esses eventos, mais do que simples transmissões, são verdadeiras celebrações cívicas que desempenham o papel de integração da sociedade, renovando lealdades e legitimando autoridades.

Dayan e Katz (1992) ressaltam as características mais relevantes dos eventos mediáticos: atraem as maiores audiências da História; realizam o potencial máximo das tecnologias de comunicação; as redes de TV adquirem o poder de inserir mensagens nas redes sociais e até mesmo de

criá-las; o poder de instaurar um “feriado” confere aos meios um papel na religião civil; eventos mediáticos desenraizam a realidade, deslocando-a para um lugar e um tempo virtuais, instaurados pela transmissão; o processo de criar esses eventos e contá-los acaba por relacionar entre si a arte da televisão, o jornalismo e a narrativa; eventos mediáticos possuem um potencial “manipulativo” que precisa ser contrabalançado; quando dizem respeito a uma crise, há uma conexão clara com a formação da opinião pública; são um chamado ao reexame da situação e uma lembrança da norma social; podem ser uma expressão do desejo de uma ação heroica de grandes personagens a serem seguidos pelas massas; são ocasiões de persuasão, em busca de apoio das massas; transformam os lares em espaços políticos ou espaços públicos; eventos mediáticos são, finalmente, formas de integração nacional e internacional por meio de redes de TV, sinalizando para o futuro da televisão, num ambiente em que os demais meios tendem ao direcionamento para audiências específicas. Tanto por suspenderem os programas previstos, quanto pela convergência das redes na transmissão, comunicam à sociedade um sentido de grandeza do evento.

O significado peculiar de cada evento mediático, porém, varia dentro de um repertório de gêneros, classificados em três grandes categorias: *contenda*, *coroação* e *conquista*. Destes gêneros, vamos nos ater àquele que inclui o objeto deste ensaio: a competição ou contenda (*contest*). Originalmente, a contenda diz respeito às competições esportivas, mas também inclui os julgamentos políticos, debates entre candidatos presidenciais, votações parlamentares, como o próprio *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Contendas judiciais e políticas seguem um ritual, com regras racionais que precisam ser seguidas. A audiência inclui dois grupos contraditórios: os militantes e os que vão decidir quem vence, como juízes, sendo que ambos os papéis incluem escolhas. O grupo dos militantes é particularista, enquanto os juízes invocam critérios universais (a lei).

Dayan e Katz observam que a televisão sobrepõe sua própria linguagem ao acontecimento, através da tomada de diversas imagens, editadas em tempo real, submetendo o espectador à sua atuação, de tal modo que ela não apenas transmite os eventos públicos, mas promove transformações

qualitativas na própria natureza dos eventos. A televisão oferece uma “interpretação instantânea” do acontecimento, atribui a ele um sentido, seja pelas imagens, seja pelo tom, cadência e pausas da narração. A transmissão pela TV destaca reações que a audiência deve ter ao selecionar as imagens das reações dos presentes ao evento, as quais passam a ser vistas como unânimes. Por meio dessas “pistas” ou sugestões visuais, “a televisão ‘naturaliza’ o evento; autentica sua mensagem implícita, transformando aspectos performativos das cerimônias (expressões emanadas das figuras do poder) em historietas visuais” (DAYAN; KATZ, 1992, p. 88). Assim, ao invés de simplesmente transmitir o evento, a televisão o encena, o faz existir. As imagens da televisão “remodelam e estilizam as situações que representam. Frequentemente, o evento é usado como matéria prima...” (idem, p. 112). Isso é realizado por meio de uma estética sutil, de uma edição invisível, que não chama a atenção para si mesma, de modo a provocar uma sensação de participação no espectador, como se ele estivesse dentro do acontecimento, como se o testemunhasse presencialmente. No caso dos eventos do tipo contenda, a televisão convida o espectador a tomar partido de um dos lados em disputa ou a atuar como membro de um júri (idem, p. 136).

Mas eventos mediáticos não são meras encenações públicas, tendo um caráter performativo pelo qual os organizadores (por exemplo, um Parlamento) têm uma investidura que torna concretas as decisões, enquanto a televisão tem um papel expositivo; ressaltam que as audiências não necessariamente aderem à exposição ou versão hegemônica do evento, podendo realizar uma leitura alternativa à dominante ou opositiva: um processo judicial pode ser visto como a execução do devido processo legal ou uma cerimônia de degradação.

Apesar disso, eventos mediáticos podem ter o mesmo papel das cerimônias tradicionais, de reforçadores da hegemonia, embora alguns possam ser precursores de mudanças. Salienta-se, além disso, que as cerimônias aparecem como respostas a eventos externos, sejam rotineiros, sejam graves crises, ou mesmo para amaciar ou “transições desejadas ou impostas”. Cerimônias originadas de situações problemáticas resultam em eventos restaurativos ou transformativos.

Eventos transformativos se voltam para conflitos latentes e encenam uma reorganização de tempo e espaço, de modo a tornar imagináveis soluções impensáveis. Nesse sentido, o evento transformativo é um ponto de virada que convida a sociedade a considerar caminhos alternativos. Um dos exemplos apresentados é o das audiências no Congresso norte-americano do caso Watergate, a partir das quais começa o fim da “presidência imperial” de Nixon, um retorno do país ao compromisso e à reconciliação nacional. A partir do evento transformativo, a sociedade como que “renasce para um novo mundo” e se remodela em torno dela (DAYAN; KATS, 1992, p. 165).

Dayan e Katz propõem um modelo de “eventos transformadores desembaraçadores”, baseados na teoria antropológica e que se daria em cinco etapas. Na primeira, o cerimonial é montado em meio a um problema. Na segunda, anuncia-se o evento para tratar do problema e sugerir uma mudança. A terceira etapa, já em presença da televisão, é um gesto expressivo, uma dramatização, na qual se apresenta o instrumento para resolver o problema. A quarta etapa é um tipo de xamanização moderna, desempenhada pelos líderes cerimoniais, quando os atores desempenham seus papéis e manipulam o repertório cultural. A última fase corresponde ao pós-evento, modulando seus efeitos e avaliando os resultados. Mas a crise latente continua, de modo que os eventos mediáticos não dissolvem problemas imediatos, embora catalisem um consenso, renovando valores com grande aceitação popular porque correspondem aos fundamentos do contrato social (DAYAN; KATZ, 1992, p. 169).

## **O *impeachment* de Dilma como evento mediático**

O impedimento de um chefe de governo é um evento traumático no presidencialismo, porque o Parlamento, ao substituir a manifestação da soberania popular, interrompe um mandato legitimado nas urnas<sup>3</sup>. Isso

---

3 A cronologia institucional do *impeachment* teve três datas marcantes: em 2/12/2015, o dep. Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, determinou a aber-

envolve consequências complementares: a transição de um governo para outro e a entronização deste, cujas liturgias são repletas de simbolismos. Como esses processos são disputados renhidamente por vários atores (políticos e mediáticos, dentre outros) por meio da construção de diferentes narrativas e da tentativa de torná-las hegemônicas, o uso do gênero da contenda (*contest*) (DAYAN; KATZ, 1992) é apropriado para a abordagem analítica do tema. Trata-se, portanto, de uma análise interpretativa das narrativas que se antepuseram ao *impeachment* que postula uma leitura de sua dimensão simbólica, considerando a intensidade dramática e a transcendência do evento, bem como o apelo que este desperta na audiência nacional.

Como em uma competição esportiva, protagonistas e espectadores se alinham e tomam partido, escolhem um dos lados da disputa e se colocam na condição de juízes quando decisões extremas assim o exigem. A cobertura televisiva do *impeachment* reproduziu esse enredo, sugerindo aos cidadãos se verem em um tribunal no qual tomariam decisões projetando-se nos interlocutores com os quais se identificavam.<sup>4</sup> Eventos mediáticos reforçam as normas institucionais ao lhe darem visibilidade e estimularem a sensação de que mesmo os mais longínquos observadores também fazem parte do mesmo processo, dispensando intermediários. No caso do julgamento Dilma, cultivou-se a crença de que seu impedimento era resultado

---

tura do processo contra a presidente Dilma Rousseff (dia em que a bancada petista anunciou a decisão de votar pela continuidade do processo de cassação de Cunha no Conselho de Ética); em 17/4/2016, o plenário da Câmara votou pela admissibilidade do processo, tendo como consequências o imediato afastamento da presidente de suas funções e o encaminhamento do processo ao Senado; em 31/8/2016, o plenário do Senado decidiu afastar Dilma definitivamente.

- 4 Embora os episódios mais cruciais do *impeachment* não tenham sido transmitidos integralmente ao vivo pelas TVs abertas (como no caso de Collor), a grande mídia pautou ostensivamente os temas da corrupção e do impedimento de Dilma Rousseff em todo esse período. Sobre a cobertura da imprensa, ver especialmente Lattman-Weltman; Chagas (2016) e Manchetômetro (2017), *website* mantido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Notável observar o “Índice de Viés” relativamente ao governo Dilma e ao PT, variável suficiente para se constatar a partidização dos meios analisados (Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo, e Jornal Nacional, da TV Globo).

da mobilização social e, portanto, os juízes que lá estavam (os parlamentares) traduziam essa demanda de restabelecer a ordem institucional.

A dimensão dramática do evento televisual foi levada ao extremo durante a votação final na Câmara dos Deputados, quando, por imposição regimental, os parlamentares declinaram seus votos performativamente dedicando suas preferências aos filhos, aos cônjuges, aos eleitores e assim sucessivamente. Pretendiam dialogar com os cidadãos, trazê-los à cena, potencializar os efeitos televisivos, enfim, amalgamar o plenário do Parlamento aos lugares anônimos de onde se acompanhava a votação em tempo real em uma noite de domingo. A bizarrice dos pronunciamentos sintetizou a ideia do rito de passagem, pois se tratava de justificar essa transição como espécie de sacrifício necessário ao restabelecimento da ordem.

Para os deputados que decidiram pelo impedimento de Dilma Rousseff, o raciocínio consistia em oferecer um sacrifício: para purificar um sistema político reconhecidamente corrompido e desacreditado e recuperar sua credibilidade, o sacrifício foi precisamente o do governo petista. Tanto que o aspecto formalmente tomado como motivo da destituição – a prática das “pedaladas” fiscais – foi superado pelo argumento do “conjunto da obra”, representado pela crise econômica associada ao governo Dilma. O fundamental era livrar-se do mal que alegadamente contaminara o sistema, daí de essa percepção se traduzir nos repetidos bordões “tchau, querida” e “fora PT” que se deslocaram das ruas para os pronunciamentos dos parlamentares.

Eventos mediáticos têm natureza transformadora e afetam até mesmo o sentido de lugar dos que os observam e são afetados por eles, pois é como se “os membros da sociedade renascessem em um mundo diferente” (DAYAN; KATZ, 1992, p. 165), ou seja, o mundo em torno deles se remodela precisamente porque interfere na “geografia simbólica” e afirma a percepção de que se está renascendo. A sensação que se reforça é a de que o “lugar” no qual se renasce é outro, foi purificado, e já não reproduz os vícios e máculas do antigo. Os discursos dos parlamentares e sua veiculação pela TV tiveram exatamente esse sentido de redefinir a identidade social dos que interagiam com os acontecimentos. Enfim, uma ampla

transformação sintetizada na mudança de governantes. Tal evento cerimonial celebrou os sentimentos de ordem e de restauração.

Ritos de passagem são irremediavelmente dolorosos em qualquer circunstância, porque implicam perdas: em mudanças etárias, transformações profissionais, câmbios afetivos e assim sucessivamente. Na política não é diferente, e a ascensão de um governo implica a queda de outro. A TV explora essa dimensão, não obstante o caráter austero das imagens geradas pelas TVs Câmara e Senado. As transmissões focalizam rostos alegres no Congresso, além de faces sombrias e corpos enrijecidos pela tensão. Os “torcedores” não aparecem, estão em suas casas ou em locais públicos que retransmitem a grande contenda. Vibrações, sorrisos e comemorações de um lado, angústia e consternação de outro. Mas é como se a audiência estivesse no plenário, tanto porque tecnologicamente é possível ouvir os sons e ver suas imagens, quanto porque as reações de alegria e de tristeza são comuns a ambos os cenários, o interno e o externo. A catarse da sociedade se dá em cada cena da liturgia institucional.

Toda contenda assenta na legitimidade de certas normas – “contendas são um campo de formação para a construção de instituições sociais baseadas em regras” (DAYAN; KATZ, 1992, p. 28) –, razão pela qual a abordagem mediática do *impeachment* reproduziu reiteradamente a narrativa de que o processo obedecia aos preceitos constitucionais e a outras normas legais, incluindo a longa liturgia de votações, comissões especiais na Câmara e no Senado, depoimentos de testemunhas, etc. Procedimentos regimentais foram respeitados, com efeito, mas em nenhum momento, exceto pela retórica da acusação e da defesa, a cobertura televisiva dedicou atenção a dois aspectos nevrálgicos: as “pedaladas” fiscais constituem crime de responsabilidade? Mais: se de fato se consumaram, houve responsabilidade da chefe de governo?

Nesse caso, importavam menos os fundamentos jurídicos e mais as escolhas políticas e simbólicas. Nas imagens televisivas, ênfase à gestualidade, à retórica inflamada e ao caráter performático das atuações. Isso não equivale a dizer que se tratava de encenação em sentido estrito, mesmo porque, sobretudo nas votações decisivas, mediante o imperativo de veicular imagens em tempo real, não seria possível efetivar edições bruscas.

Mas, ao não problematizar questões-chaves como as assinaladas e privilegiar determinadas imagens e ângulos, na prática a cobertura televisiva chancelava um dos lados da disputa.

Para realçar a legitimidade do processo e enfatizar a dimensão transformadora de seus desfechos, era preciso também explorar e maximizar o caráter cerimonial do evento e, para tanto, Dayan e Katz observam que há etapas cujas origens se situam nos estudos antropológicos, a saber: (1) a cerimônia precisa incidir necessariamente sobre um problema que se demonstre insolúvel (o governo petista e a presidência de Dilma, no caso); (2) o anúncio e a realização da cerimônia devem despertar “aspirações silenciadas”, de sorte que “uma onda de expectativa e excitação pública é assim criada, culminando no próprio evento cerimonial” (DAYAN; KATZ, 1992, p. 167). Tal descrição se materializa empiricamente durante a tramitação do *impeachment* no Senado, tanto na cerimonialização que exigia que a direção dos trabalhos fosse conduzida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal – um autêntico magistrado, do qual emanavam as percepções simbólicas de imparcialidade, independência política e sobriedade –, quanto nos diferentes procedimentos regimentais que impunham que as partes litigantes se submetessem às normas impessoais do julgamento: “implícito no papel jurídico está a atitude reflexiva. A audiência é convidada a agir como um crítico, a julgar não só o vencedor, mas o correr do jogo, com referência à sabedoria e beleza das regras” (DAYAN; KATZ, 1992, p. 41). Os autores lembram que o caráter racional das regras é um critério de legitimação do poder político, como frisou Weber, sendo resultado de negociações políticas das partes interessadas. Ademais, o rito de passagem requeria um cerimonial correspondente, seja para lhe conferir credibilidade, seja para prenunciar a iminência do novo governo.

Parte fundamental dessa liturgia foi o momento em que a presidente acusada se dispôs a enfrentar seus inquisidores no plenário do Senado. Em pouco mais de cinco anos de presidência, esta foi provavelmente a melhor *performance* política e mediática de Dilma Rousseff: encarou seus acusadores, resgatou sua biografia e o trauma da tortura, evidenciou a ausência de crime de responsabilidade, realçou ser uma mulher pública de mãos limpas, enfim, dispôs-se ao debate mesmo acuada pelas elites políticas e

já divorciada da maior parte dos eleitores que a elegeram em outubro de 2014. Dirigia a palavra aos senadores, mas na verdade – sob a cobertura mediática – procurava falar aos seus concidadãos, buscando neles mais do que compaixão para uma governante encurralada, enfim perseguia alento e cumplicidade.

Mesmo os mais ácidos críticos e adversários da presidente, incluindo as redes de TV, reconheceram seu bom desempenho. Paradoxalmente, seu gesto selou o destino que já se anunciava: ao decidir se submeter ao ambiente hostil do Senado, Dilma fez uma aposta política que acabou por fragilizar sua própria defesa, isto é, ao reconhecer a autoridade política da instituição também sinalizou a legitimidade do processo. Tal percepção foi largamente explorada pela cobertura mediática; era o ingrediente que faltava para legitimar o rito de passagem. Já não se tratava mais de depositar fé em seus argumentos ou provas, a simbologia que triunfava pelas telas era a de que cada qual dos atores (governo e oposição) havia cumprido seu papel. Assim, Dilma assegurou seu lugar entre “organizadores politicamente vulneráveis” do evento mediático (DAYAN; KATZ, 1992, p. 190).

Dada sua dramaticidade, o *impeachment* transcende suas implicações mais óbvias de substituir a presidente eleita pelo seu vice, remete a uma dimensão simbólica de regeneração do país e mesmo de refundação da República. Portanto, havendo ou não crime de responsabilidade, o mais importante a destacar seria a legitimação de um recomeço. E é justamente essa esperança de renovação que foi cultivada na cobertura televisiva, como se a dolorosa purgação experimentada tivesse a capacidade de “virar a página da história”. Esse foi o caminho pelo qual a nação se reconciliava com o governo.

Restaria, ainda, uma dimensão derradeira e fundamental do processo: a entronização do novo governo. Michel Temer, o vice-presidente, já exercia a presidência interinamente desde 18 de abril de 2016. Até então seus atos de governo eram sóbrios, precisamente em razão da interinidade. A posse definitiva de Temer ocorre no mesmo dia de proclamação do resultado no Senado, 31 de agosto de 2016, mas foi uma cerimônia austera, brevíssima, sem qualquer pronunciamento. Mais do que falar publicamente, o agora presidente “em pleno exercício de suas funções” demonstra

preocupação maior em se sentir legitimado no cargo, e o gesto simbólico marcante foi embarcar no mesmo dia com sua comitiva para o encontro do G-20, na China. Nada mais protocolar do que o *status* formal de chefe de Estado e de governo no plano das relações internacionais: representava o país. Já não era um interino, e assim poderia demonstrar mais desenvoltura, o que voltaria a fazer quando falou na assembleia da ONU. A cobertura televisiva enfatizou exatamente essa legitimação e a autoridade de que passava a desfrutar.

Quanto aos efeitos dos espetáculos mediáticos sobre pessoas e instituições, Dayan e Katz destacam algumas consequências. Primeira: eventos mediáticos socializam os cidadãos na estrutura política da sociedade, e isso foi feito precisamente por meio da audiência televisiva, como se os espectadores, de seu próprio ambiente, fossem participantes ativos do processo e das decisões tomadas; segunda: reforçam o *status* dos líderes, o que pode ser constatado pelo reconhecimento da autoridade política dos principais personagens envolvidos, especialmente daqueles do campo vencedor; terceira: enfraquecem o papel dos intermediários e subordinados, aspecto que pode ser mensurado pela relação direta que se estabeleceu entre espectadores e juízes (parlamentares); quarta: as formas de organização da política são afetadas pelos eventos mediáticos, cujos exemplos mais fortes, a partir dos efeitos da operação Lava Jato, foram as reformas dos métodos de escolha de governantes e de financiamento eleitoral, materializados nas normas vigentes nas eleições municipais de 2016; quinta: alguns eventos mediáticos conduzem diretamente à mudança política e alimentam a expectativa de abertura na política ou na diplomacia, consequência sintetizada pela própria mudança de governo e nos métodos negociados que esta ensejou, respeitando a liturgia imposta pelo arcabouço legal.

Não houve grandes manifestações públicas na sequência das votações decisivas do *impeachment* na Câmara e no Senado, o que parece confirmar a hipótese de Dayan e Katz de que os eventos mediáticos, além de promoverem o congraçamento entre os atores sociais e seus representantes por meio da transmissão televisiva, provocam a mudança de lugar da liturgia festiva (*cerimoniality*), que passa das ruas ou praças públicas para espaços fechados e privados, como o ambiente doméstico. Assim, emerge

um novo padrão de sociabilidade que deixa de ser presencial e assume caráter virtual.

Longe de esgotar um tema que merece estudos mais aprofundados sob múltiplas abordagens, este ensaio procurou seguir pistas analíticas que enfatizaram alguns aspectos: os acontecimentos políticos como eventos mediáticos; o funcionamento do sistema político-institucional e os arranjos que dele derivam; os impasses da democracia brasileira; o papel ritualístico dos meios de comunicação relativamente a esses dilemas; os efeitos dos eventos mediáticos na sociabilidade dos que o acompanham. O exame analítico revela que o *impeachment* de Dilma Rousseff, com efeito, mudou os lugares cerimoniais e foi uma tentativa de estabilização do sistema político por meio de um desvio de rota, ou seja, efetivamente um “tropeço da democracia”. Tudo com notável participação mediática.

Uma das propriedades que observamos no *impeachment* pela televisão é o que chamaremos, com base nas ideias de Dayan e Katz, de *cerimônia televisual*, ou seja, uma resultante peculiar ao meio, que influi na própria construção do acontecimento. A televisão tem tido um papel importante como meio, ou espaço virtual, em que se dão eventos políticos decisivos no Brasil pós-autoritário, não apenas pela capacidade de congregar audiências grandes, mas audiências muito focadas, formando um público da cerimônia cívico-política. Assim foi no funeral de Tancredo Neves, no *impeachment* de Collor, na posse de Lula, apenas para lembrar alguns momentos mais destacados.

A transmissão ao vivo é um recurso tecnológico muito particular, que conferiu aos cidadãos que acompanharam o *impeachment* uma condição de espectadores-participantes vicários privilegiados, por assistirem aos acontecimentos em casa e tendo acesso às tomadas mais intensas. A transmissão ao vivo, ainda que pela TV por assinatura e não na TV aberta, instaurava uma assistência simultânea em âmbito nacional, além de sinalizar a relevância do evento em si, aumentando a sensação do espectador de participar de um evento histórico, envolvendo a transmissão em uma aura emocional.

Ademais, a transmissão ao vivo ofereceu a essa audiência uma enenação da política como drama. Trata-se, nesse caso, de uma circunstância

em que a comunicação social não se refere apenas à transmissão, mas à integração num cerimonial cívico de âmbito nacional.

Além de transmitir o evento, a transmissão ao vivo do *impeachment* teria instaurado um ritual cívico-político, dramático, litúrgico, de que as pessoas tomaram parte, imbuídas de suas crenças políticas e com a sensação de estarem partilhando aqueles fatos como um momento da história nacional. Trata-se de um efeito de integração social, de reiteração da legitimidade das instituições políticas, dos sentimentos de pertencimento e de participação.

Em síntese, a transmissão ao vivo propiciou à sociedade uma demonstração de que o rito do julgamento estava sendo seguido à risca, sob a presidência do presidente do STF, uma garantia de sua legitimidade e correção. Ou seja, os cidadãos eram testemunhas oculares ou participantes a distância dos acontecimentos, via televisão, não havendo dúvida sobre a lisura dos atos.

Esta análise não faz um julgamento do mérito político intrínseco da acusação ou da defesa, procurando ressaltar como a dramatização de decisões políticas cruciais, encenadas nos eventos mediáticos, envolve a sociedade nessas decisões, na qualidade de testemunhas e de partidários, submetidos aos trâmites e protocolos, ritos, de modo a integrar os cidadãos nas decisões, conferir legitimidade a elas e torná-las consensuais, como o resultado de uma competição justa, que seja mais fácil aceitar. No entanto, é de supor que as circunstâncias políticas que antecedem esse evento dramático e a construção de seus elementos, as quais sinalizam o seu desfecho, não são fortuitas, mas resultantes do protagonismo dos atores e do destaque que recebem na agenda dos meios de comunicação. Mas esta é outra análise, que ainda precisa ser feita.

## Referências

- ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988.
- ANDERSON, P. A crise no Brasil. *London Review of Books*, v. 38, n. 8, abr. 2016.
- AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DAYAN, D.; KATZ, E. *Media Events: the live broadcasting of history*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1992.
- HOLMES, D. *Communication: theory, media, technology*. London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage, 2005.
- LATTMAN-WELTMAN, F.; CHAGAS, V. Mercado Futuro: A Economia Política da (Re)Partidarização da Imprensa no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, 2016.
- LIMONGI, F.P. A democracia no Brasil. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 76, 2006.
- MANCHETÔMETRO, 2017. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- NOBRE, M. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SALLUM JR., B. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Ed. 34, 2015.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.



# **“Nem Dilma nem Temer”:** Um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos<sup>1</sup>

Francisco Paulo Jamil Marques  
Camila Mont’Alverne  
Isabele Batista Mitozo

## **Introdução**

Sabe-se que o Jornalismo, ao selecionar, organizar e processar os acontecimentos a serem relatados (e que, conseqüentemente, vão adquirir visibilidade pública), acaba por oferecer indícios acerca de suas preferências por determinadas agendas, enquadramentos, atores e, naturalmente, posições políticas (EBERWEIN et al., 2015). Este capítulo, assim, parte da premissa de que as instituições jornalísticas atuam como *player* fundamental no jogo político. Isso implica defender a perspectiva de que as empresas do referido ramo não podem ser confundidas com meros meios ou veículos, uma vez que não cabe a elas simplesmente transmitir, de maneira instrumental, informações de natureza diversa.

Parte da literatura defende que, uma vez reconhecidas como agentes interessados nos debates e decisões que têm abrigo no campo político, as instituições jornalísticas devem, necessariamente, prestar contas a fim

---

1 O título deste trabalho se refere ao editorial publicado na capa do jornal Folha de S.Paulo no dia 3 de abril de 2016. Os autores agradecem a Ester Athanásio pela revisão e pelas sugestões para aprimorar o capítulo. A pesquisa que deu origem ao texto conta com financiamento do CNPq por meio da Chamada “CNPq/ MCTI Nº 25/2015 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas” (processo 444493/2015-8).

de fundamentar e legitimar as escolhas que fazem (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013; TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1978). Em outras palavras, demanda-se alguma forma de esclarecimento acerca dos motivos que levam jornalistas e jornais a concederem visibilidade – positiva ou negativa – a alguém ou a algum tema, já que a imprensa reivindica a posição de representante do interesse público. Pressionar autoridades em nome da esfera da cidadania, assim, implicaria convencer os cidadãos acerca da importância das abordagens e dos posicionamentos adotados.

É curioso, aliás, constatar a existência de uma disputa entre vários agentes, oriundos de campos diversos, que reivindicam agir em nome da esfera da cidadania – e, justamente por isso, são compelidos a prestarem contas sobre seus posicionamentos e decisões. Representantes políticos eleitos ou integrantes do Ministério Público, por exemplo, fazem parte da estrutura formal do Estado – e, mesmo assim, devem satisfação, seja em ocasiões eleitorais, seja por meio de conselhos e corregedorias. Com o Jornalismo, mesmo que tal atividade normativamente ocorra fora do arcabouço previsto no desenho dos estados democráticos modernos, o processo de *accountability* e de aquisição de legitimidade acaba por exigir um conjunto singular de providências que envolvem a utilização de técnicas para que a audiência reconheça a diferença, por exemplo, entre um panfleto partidário e um caderno ligado à editoria de política.

Um dos aspectos cruciais da construção do contrato com o leitor e da credibilidade dos periódicos junto à audiência é a separação entre notícia e opinião que marca o Jornalismo comercial (BUCCI, 2000; CHAPARRO, 2003). É para reforçar essa delimitação que o treinamento ao qual os jornalistas são submetidos desde cedo nas universidades implica o aprendizado de códigos redacionais (como a elaboração do *lead*) acerca dos gêneros e subgêneros (notícia e opinião; nota, reportagem, resenha, artigo, coluna) ou relativo às dinâmicas de produção (a postura que se espera quando da elaboração de um editorial, por exemplo, é distinta daquela estabelecida no que concerne à redação de matérias sobre “cotidiano”) (BREED, 1955; CORREIA, 2011; TRAQUINA, 2005).

Em poucas linhas, então, já foi possível apontar uma série de distinções que precisam ser consideradas em um trabalho que propõe tratar,

especificamente, de Jornalismo Político: tal atividade adota princípios deontológicos distintos daqueles que marcam outras especialidades do campo da Comunicação (seja a Publicidade ou as Relações Públicas); além disso, internamente a cada jornal, é possível apontar a necessidade de separar notícia e opinião de forma clara; também são diferentes as expectativas acerca do trabalho do profissional, de um lado, e da empresa, de outro (isto evita, por exemplo, que a emissão de opiniões por meio de um artigo seja confundida com o posicionamento publicado em espaço editorial).

É justamente a instância do texto editorial que interessa ao trabalho ora proposto. Os editoriais são elementos responsáveis por dar vazão às opiniões e interpretações das próprias empresas jornalísticas. Ou seja, a voz é conferida a um “eu” institucional, a fim de endereçar argumentos a agentes públicos e à audiência (BELTRÃO, 1980; HALLOCK, 2007). Trata-se de um espaço livre para chamar a atenção dos leitores sobre determinado problema, agenda ou demanda; o objetivo de tal peça, enfim, é persuadir (ESSARY, 2007). Logo, sustenta-se que o editorial é capaz de evidenciar o papel de *player* político das instituições do Jornalismo.

Tendo em vista a importância de um exame cuidadoso dos editoriais como ferramenta de expressão política, este trabalho tem o objetivo de examinar, por meio de análise quantitativa comparada, os editoriais publicados pelos jornais Folha de S.Paulo (FSP) e O Estado de S. Paulo (OESP), no período compreendido entre janeiro de 2015 e setembro de 2016. Integram a amostra unidades textuais que trataram do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, procurando-se identificar padrões de cobertura. O *corpus* da pesquisa é composto por 467 textos que, no intervalo mencionado, trouxeram os termos “*impeachment*” ou “impedimento”.

O trabalho investigou as seguintes hipóteses, a serem esmiuçadas em momento oportuno: H1) *Quanto mais o processo de impeachment avança em esferas institucionais, maior é a recorrência de cobertura editorial sobre o tema. Assim, existe uma sincronia entre agenda política e agenda dos editoriais*; H2) *Os jornais se preocupam em acionar diversas instâncias oficiais nos textos em questão, enfatizando a atuação tanto de órgãos do Estado quanto de autoridades relacionadas ao processo de*

*impedimento; no universo de agentes e órgãos institucionais mencionados, aqueles representantes diretamente ligados ao processo de impeachment, como “Presidente da República”, “Presidente da Câmara”, “Presidente do Senado” e “Presidente do STF”, são priorizados. H3) Os dois jornais apresentam tendências de cobertura semelhantes em relação ao impeachment, uma vez que disputam o mesmo público; existe, assim, uma sincronia entre os periódicos no que concerne à frequência de agendamento do tema.*

Quanto ao itinerário, a seção teórica aborda a relação que o Jornalismo comercial se esforça para construir com a audiência, destacando o espaço editorial e suas peculiaridades. Em seguida, o tópico relativo às estratégias metodológicas detalha os procedimentos de coleta e análise do material, enfatizando a dimensão quantitativa da cobertura. Por fim, o capítulo elabora uma reflexão que, com base nos dados apresentados, coteja os achados da investigação com a literatura pertinente a fim de explorar semelhanças, diferenças e lacunas percebidas nos estudos sobre editoriais.

## **O texto editorial em meio à polêmica “notícia vs. opinião”**

Ao refletir acerca do papel do Jornalismo, Bennett (1988, p. 120) argumenta que o profissional de tal área tem a função de atuar como um “adversário politicamente neutro, examinando de forma crítica todos os lados de uma questão, garantindo, conseqüentemente, a cobertura imparcial do mais amplo leque de matérias”<sup>2</sup>. O mesmo autor, todavia, afirma, também, que mesmo os relatos pretensamente objetivos da seção noticiosa dos jornais teriam o poder de atuar como elementos definidores da realidade social. O trabalho desse pesquisador, em sintonia com a virada construcionista que se revelou contrária aos princípios da chamada “Teoria do Espelho” (TRAQUINA, 2005), ilustra uma noção largamente compartilhada de que mesmo a separação entre as seções de notícia e de

---

2 Todas as traduções de trechos cujos originais foram publicados em língua estrangeira são de responsabilidade dos autores.

opinião não seria suficiente para impedir direcionamentos na cobertura (BARROS FILHO, 1995; CHAPARRO, 2003; MELO, 1985).

Ainda assim, não foi inventado mecanismo mais claro do que a separação entre notícia e opinião para dar consistência ao contrato estabelecido entre Jornalismo comercial e audiência (MARQUES; MIOLO; SIEBRA, 2014).

Um dos elementos essenciais de uma imprensa imparcial é a parede impenetrável entre as páginas editoriais e aquelas dedicadas às notícias. [...] Enquanto as crenças políticas dos donos e editores de jornais são claramente articuladas nas páginas opinativas, suas visões não devem se infiltrar nas notícias. [...] De acordo com o editor executivo do *Washington Post*, Leonard Downie, Jr., o departamento de notícias no *Post* segue as políticas éticas de um artigo, em que “a separação entre colunas noticiosas e páginas editoriais é solene e plena” (Seib 1994, 119) (KAHN; KENNEY, 2002, p. 381)

A manutenção do editorial – definido como texto não assinado, escrito por profissionais diretamente designados pela direção do jornal com o intuito de representar o posicionamento da empresa (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996; BELTRÃO, 1980; MORAES, 2007) – está à parte das demais seções do jornal, portanto, responde à meta de conservar tal distinção entre o relato de fatos, de um lado, e as opiniões, de outro.

Ou seja, o editorial é um gênero que adota regras distintas daquelas observadas quando da elaboração de materiais noticiosos. Eilders (1999), por exemplo, aponta que, por meio dos editoriais, os jornais estão publicamente autorizados a expressarem suas opiniões, comportando-se como agentes autônomos na arena pública.

Alves Filho (2006), por sua vez, destaca a “autoria institucional” que marca os editoriais. Para ele,

[...] [nos editoriais] a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos. (ALVES FILHO, 2006, p. 81)

A esta altura, é preciso discutir, de maneira mais aprofundada, a função político-mercadológica dos editoriais. Em primeiro lugar, ressalte-se que, por meio de tais textos, o periódico tem a oportunidade de exercer uma autonomia concernente não apenas ao posicionamento de sua preferência, mas também quanto às amarras impostas pela agenda noticiosa cotidiana. Caso determinado tema ainda não tenha sido adequadamente tratado pela seção noticiosa, o editorial pode adotar uma postura de vanguarda e provocar a discussão fora do ritmo noticioso (EILDERS, 1999). Isto não significa, naturalmente, que os jornais podem agendar os assuntos livremente em seus editoriais, desconsiderando constrangimentos concernentes a eventos extraordinários (ESPINOSA, 2003; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015, 2016).

Desse modo, a agenda dos editoriais responde a estímulos de diferentes origens. Em consonância com a literatura sobre *agenda-setting* (MCCOMBS, 2005; MCCOMBS; SHAW, 1972; SHAW, 1979), é possível argumentar, portanto, que os editoriais sinalizam quais questões o jornal julga prioritárias, oferecendo à audiência um leque de preocupações.

Ademais, os textos de opinião institucional ajudam a diferenciar os jornais entre si. Isto é, em um processo de padronização da seção noticiosa identificado há décadas (BREED, 1955), o tom da opinião da empresa jornalística influencia: (a) a relação da instituição com sua audiência; (b) a interação entre o jornal e seus profissionais, à medida que pode exercer controle direto ou indireto sobre a rotina de trabalho dos jornalistas; (c) a negociação da empresa jornalística com agentes do campo político e econômico (que podem considerar um jornal hostil ou aliado).

Assim, o editorial também tem a prerrogativa de destacar a empresa como líder de opinião – seja para seus leitores, para políticos, para agentes econômicos ou, mesmo, para jornais de menor porte, que costumam se espelhar nos *quality papers* (BREED, 1955).

## Estudos empíricos sobre editoriais jornalísticos

A literatura na área de Teorias do Jornalismo e em Comunicação e Política reconhece diferentes trabalhos que se debruçam sobre o exame de editoriais. Kerrick, Anderson e Swales (1964), por exemplo, elaboraram um dos poucos artigos que examinam de que forma o processo de confecção das notícias e de editoriais afeta o comportamento dos próprios agentes responsáveis pela comunicação. De acordo com o que pode ser inferido a partir da contribuição de tais investigadores, por mais que os cursos de Jornalismo ensinem os estudantes a elaborarem tanto materiais noticiosos quanto opinativos, o treinamento relacionado à escrita dos editoriais demanda conhecimento não somente dos códigos profissionais, mas também dos interesses e orientações da empresa. Os autores ajudam a compreender, ademais, a cautela dos proprietários das empresas jornalísticas quanto estes confiam a expressão do posicionamento público do jornal a um redator (ou grupo de redatores) específico.

Há, ainda, pesquisas que propõem uma análise longitudinal e qualitativa sobre as posturas editoriais das empresas (EILDERS, 1999; PRATTE; WHITING, 1986). Outros estudos buscam não apenas examinar a inclinação dos editoriais por determinados candidatos, mas se esforçam em compreender os efeitos de tais textos sobre o comportamento eleitoral da audiência (DRUCKMAN; PARKIN, 2005). Kahn e Kenney (2002) concluíram que o viés dos editoriais tende a exercer maior influência sobre aqueles leitores mais frequentes. Ou seja, os editoriais afetam a audiência de forma distinta, sobretudo no que concerne ao alcance: deve-se observar a parcela de leitores que se interessa por tal tipo de texto e qual o grau de sintonia mantido entre a postura expressa no texto e aquela adotada pelo consumidor.

No caso brasileiro, há trabalhos que estudam como os editoriais constroem a imagem pública de um ou de mais agentes do campo político (COSTA, 2009; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013); ou a imagem pública de instituições do Estado (AZEVEDO, 2005; AZEVEDO; CHAIA, 2008; MONT'ALVERNE, 2016); ou as narrativas elaboradas por textos de tal natureza acerca de determinado tema (MIGUEL; COUTINHO, 2007;

NUNES NETO, 2012; PEREIRA, 2011). No caso deste capítulo, a intenção é examinar padrões de cobertura nos editoriais que tratam do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

## Estratégias metodológicas

Em dezembro de 2015, apenas no nono mês do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a Câmara dos Deputados aceitou avaliar o pedido de *impeachment* assinado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Pascoal e Miguel Reale Junior – cuja principal alegação se referia a crime de responsabilidade. Da abertura do processo de investigação até a aprovação do afastamento no Senado (ocorrida em agosto de 2016), passou-se menos de um ano.

Tendo em vista esse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar como os jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo pautaram, a partir de seus editoriais, o processo de *impeachment* da ex-presidente da República. Parte-se das seguintes hipóteses:

- H1: Quanto mais o processo de *impeachment* avança em esferas institucionais, maior é a recorrência de cobertura editorial sobre o tema. Assim, existe uma sincronia entre agenda política e agenda dos editoriais.
- H2: Os jornais se preocupam em acionar diversas instâncias oficiais nos textos em questão, enfatizando a atuação tanto de órgãos do Estado quanto de autoridades relacionadas ao processo de impedimento; no universo de agentes e órgãos institucionais mencionados, aqueles representantes diretamente ligados ao processo de *impeachment*, como “Presidente da República”, “Presidente da Câmara”, “Presidente do Senado” e “Presidente do STF”, são priorizados.
- H3: Os dois jornais apresentam tendências de cobertura semelhantes em relação ao *impeachment*, uma vez que disputam o

mesmo público; existe, assim, uma sincronia entre os periódicos no que concerne à frequência de agendamento do tema.

O *corpus* empírico é constituído pelos textos editoriais da Folha de S.Paulo (FSP) (n=146) e O Estado de S. Paulo (OESP) (n=321)<sup>3</sup> que mencionaram os termos “*impeachment*” ou “impedimento” entre janeiro de 2015 e setembro de 2016, tempo que engloba o intervalo compreendido entre o início do segundo mandato de Dilma Rousseff e o mês seguinte ao seu desligamento definitivo da Presidência da República. A opção por investigar tais periódicos leva em conta a relevância que eles possuem do ponto de vista da circulação nacional, além de serem considerados *quality papers* (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2013) que disputam fatia de mercado semelhante, permitindo-se comparar suas respectivas estratégias de cobertura<sup>4</sup>.

A coleta do material foi realizada a partir do *website*<sup>5</sup> de cada veículo: as páginas da versão impressa foram salvas em formato PDF a fim de se confeccionar um banco de dados à disposição do grupo de pesquisa envolvido na elaboração desta investigação. Em seguida, foi realizada, em tais documentos, a busca pelas palavras-chave mencionadas anteriormente.

Destaque-se que a unidade de análise é o texto editorial, no qual se observam as variáveis a partir de uma análise quantitativa. A variável dependente da pesquisa é a variação da frequência da cobertura, nos editoriais, do processo de *impeachment*. Desse modo, a variável independente,

---

3 O Estado de S. Paulo publica, na página A3, três editoriais por dia. Há, ainda, um editorial econômico, que não dispõe da mesma visibilidade dos outros, sendo publicado no caderno de Economia, de terça a domingo. Para este capítulo, analisam-se apenas editoriais publicados na página A3. A Folha de S.Paulo traz dois editoriais diariamente, na página A2 – a quantidade de textos pode ser alterada em casos excepcionais, nos quais o jornal sai com um só editorial mais longo.

4 FSP e OESP são apontados como os jornais preferidos dos parlamentares brasileiros (FSB PESQUISA, 2016).

5 Os autores agradecem aos demais integrantes do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologias (PONTE) pela contribuição na cuidadosa coleta e catalogação dos textos a partir do *website* de cada jornal.

estabelecida para a compreensão de influência sobre a dependente neste caso, refere-se ao desenvolvimento do processo nas esferas institucionais.

A fim de testar as hipóteses, a análise acontece em três momentos distintos, a saber:

- 1) Apresenta-se o volume das publicações em escala temporal, por jornal. Nesse procedimento, mais descritivo, os dados gerais (frequências e médias mensais) serão enfatizados;
- 2) Em seguida, aplica-se um teste de regressão linear, cálculo que tem por objetivo identificar a força da relação entre as variáveis, expressada pelo valor do coeficiente gerado (quanto mais próximo de 1 for o índice, mais forte a dependência entre as variáveis). Realiza-se, então, o cruzamento entre o volume de editoriais e os acontecimentos em âmbito institucional relacionados ao processo de impedimento da presidente (a análise foi realizada a partir do *software* de análise estatística para Ciências Sociais, o SPSS). Sublinhe-se que a linha do tempo desses acontecimentos foi montada pelos pesquisadores a partir de notícias institucionais, provenientes dos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como de peças e infográficos jornalísticos. As matérias e suas datas de publicação foram triplamente checadas e, então, ordenadas;
- 3) Tendo sido realizado um mapeamento de atores (funções ocupadas por determinadas pessoas ligadas ao processo) e instituições vinculados ao contexto burocrático do processo (tais como Ministério Público e Câmara dos Deputados), passou-se à observação da frequência de utilização desses termos por parte de cada jornal, a fim de testar a hipótese 2. Do ponto de vista metodológico, vale destacar o que se segue:
  - A lista de atores/instituições foi definida a partir de leitura prévia do material, momento em que cada um dos três autores leu 20 editoriais (um total de 60 textos contemplando todos os semestres em observação), dez de cada veículo, para verificar ocorrências terminológicas, o que representa mais de 10% do *corpus* total.

- Não foram inseridos nomes pessoais (ex. “Eduardo Cunha”), e sim a função que esses sujeitos exercem/exerciam (“presidente da Câmara”). As derivações de gênero e número das funções na lista também foram consideradas na classificação (ex. Juiz, Juíza, Juízes, Juízas).
- Cada ocorrência foi contabilizada por editorial, i.e., mesmo que um agente tenha sido citado diversas vezes em um mesmo texto, a contagem foi única. Sendo assim, se um termo tem frequência “5” significa dizer que ele aparece em cinco editoriais. Alguns termos foram agrupados por se referirem ao mesmo agente e por aparecerem como elementos anafóricos uns dos outros, como foi o caso de “Supremo Tribunal Federal”, “STF” e “Suprema Corte”. As ocorrências foram mapeadas a partir da busca de palavras do software Nvivo.

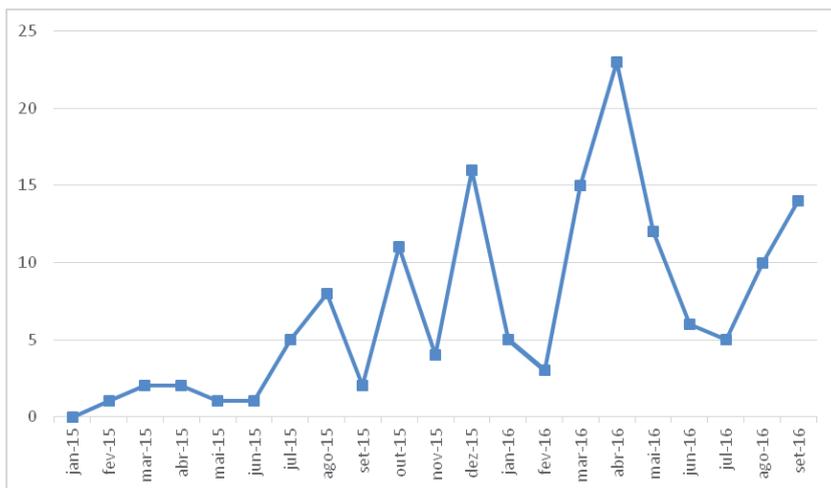
Os resultados da análise são discutidos mais adiante, de forma comparativa, a fim de perceber como os dois jornais se comportaram em relação a tema de tamanha relevância para o cenário político nacional.

## **Análise**

### **Sobre a frequência de publicação de editoriais que abordam o *impeachment***

Tendo em vista a discussão teórica realizada e a estrutura metodológica anteriormente definida, a análise se inicia pela observação da frequência de publicações nos editoriais, verificando-se a presença temática do “*impeachment*” em cada jornal. A partir do Gráfico 1, percebe-se que a FSP segue um movimento oscilante, mas com picos crescentes de utilização dos termos com o passar do tempo.

Gráfico 1 – Volume mensal de editoriais mencionando “*impeachment*” ou “impedimento” – FSP



Fonte: Elaboração dos autores

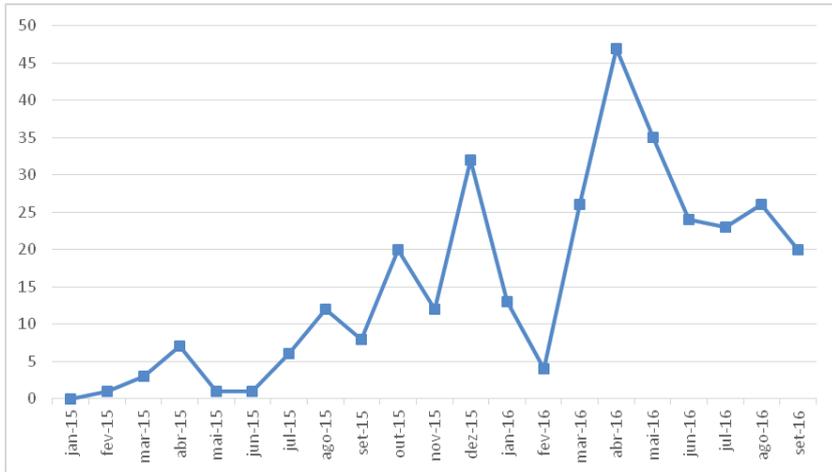
Verifica-se, ainda, pelo Gráfico 1 acima, que o tema começa a surgir nos editoriais do referido jornal já no mês de fevereiro de 2015, pouco tempo após Dilma ser empossada para o segundo mandato. Todavia, há picos de publicações concentrados nos meses de agosto, outubro e dezembro de 2015, e abril e setembro de 2016.

Conforme a expectativa, a votação do processo na Câmara dos Deputados implicou alta frequência de publicação de editoriais entre os meses de março e maio de 2016, quando a FSP publicou 50 editoriais dedicados ao tema. No geral, a FSP apresentou uma média de sete editoriais por mês mencionando o impedimento da então presidente. Por último, aponta-se que os editoriais que trazem as palavras-chave “*impeachment*” ou “impedimento” representam 11,42% do total de editoriais publicados pelo jornal durante o período aqui analisado.

Observando a dinâmica de publicação editorial de OESP, vê-se, pelo Gráfico 2, que tal periódico seguiu, de modo geral, o mesmo caminho da FSP: ao menos entre junho de 2015 e agosto de 2016, observa-se alguma similaridade entre os gráficos – não obstante a diferença em valores

absolutos, já que OESP publica três editoriais diariamente, enquanto a FSP elabora dois textos.

Gráfico 2 – Volume mensal de editoriais mencionando “*impeachment*” ou “impedimento” – OESP



Fonte: Elaboração dos autores

Apesar de ambos os periódicos começarem a tratar do assunto em fevereiro de 2015 e apresentarem picos nos mesmos meses, OESP tem queda no número de editoriais sobre o *impeachment* em setembro de 2016 (um movimento contrário àquele do jornal concorrente).

Por último, a média de editoriais trazendo as palavras-chave em OESP foi de 15,28 textos por mês, mais que o dobro registrado na FSP – novamente, o fato de o Estadão publicar um editorial a mais que a Folha todos os dias influencia tal resultado. A quantidade de editoriais mencionando o processo corresponde a 16,74% do total de peças publicadas por OESP durante o período analisado neste capítulo.

## A relação entre o ritmo de publicação dos editoriais e a cronologia do processo institucional de *impeachment*

A fim de perceber se houve alguma relação entre o ritmo de publicação dos editoriais e o avanço institucional do processo de *impeachment* no âmbito do Poder Legislativo Federal, fez-se um levantamento cronológico dos acontecimentos oficiais, conforme quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Cronologia do processo institucional de *impeachment*

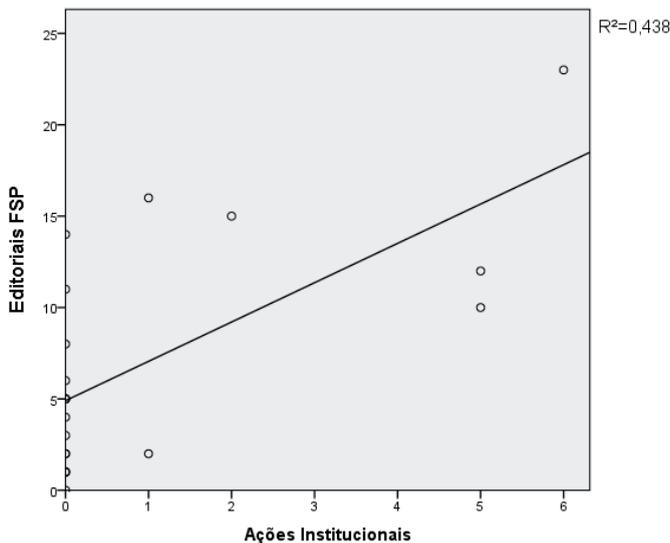
Mês	Acontecimento
Setembro/15	Formalização do pedido de <i>impeachment</i> por juristas
Dezembro/15	Aceitação do pedido de <i>impeachment</i> pelo então Presidente da Câmara Eduardo Cunha
Março/16	Definição do rito do <i>impeachment</i> pelo STF
Março/16	Formação da Comissão Especial para analisar o pedido de <i>impeachment</i> na Câmara
Abril/16	O relator Jovair Arantes apresenta parecer favorável ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff
Abril/16	Comissão Especial vota favorável a parecer do <i>impeachment</i>
Abril/16	Plenário da Câmara aprova o prosseguimento do processo de <i>impeachment</i>
Abril/16	Entrega do processo ao Senado
Abril/16	Formação da Comissão Especial para analisar o pedido de <i>impeachment</i> no Senado
Abril/16	Instalação da Comissão Especial
Maió/16	O relator Antonio Anastasia apresenta parecer favorável à continuidade do processo de <i>impeachment</i>
Maió/16	Comissão Especial vota favorável a parecer do <i>impeachment</i>
Maió/16	Senado autoriza a abertura do processo de <i>impeachment</i>
Maió/16	Dilma é afastada do cargo de presidente por 180 dias
Maió/16	Michel Temer assume o cargo de presidente interino

Mês	Acontecimento
Agosto/16	O relator Antonio Anastasia apresenta parecer favorável ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff
Agosto/16	Relatório é aprovado pela Comissão Especial do Senado
Agosto/16	Plenário do Senado aprova o parecer elaborado pela Comissão
Agosto/16	Início da etapa final do julgamento
Agosto/16	Plenário do Senado aprova o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff

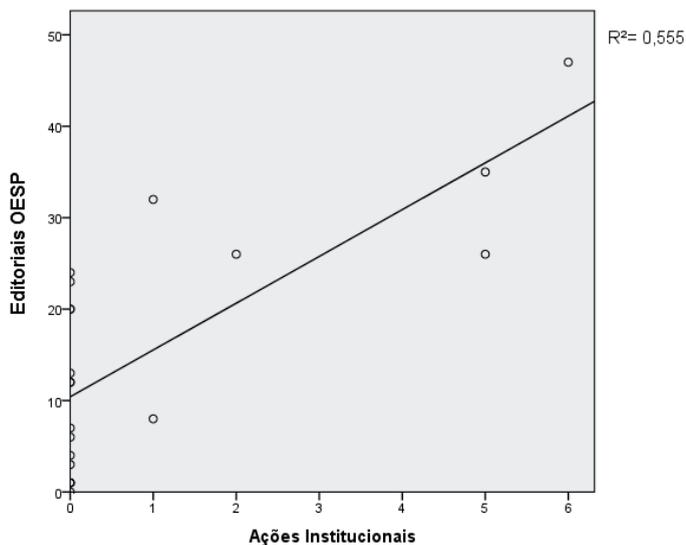
Fonte: Elaboração dos autores.

Tendo em vista os acontecimentos acima indicados, decidiu-se por calcular uma regressão linear a fim de depreender a força da relação entre (a) o volume de editoriais publicados e (b) o andamento institucional do processo. Aplicou-se o teste a cada um dos jornais.

Gráficos 3 e 4 – Regressão linear entre cada jornal e a *timeline* dos acontecimentos institucionais



Sig= 0,000



Sig= 0,000

Fonte: Elaboração dos autores

As análises individuais mostram que os jornais cobriram o tema “*impeachment*”, a partir de seus editoriais, mesmo quando não havia qualquer movimento oficial no Congresso, o que é apontado pelo início do eixo vertical que indica pelo menos cinco editoriais, no caso da FSP, e dez, em OESP. Os dois periódicos intensificam esse tipo de publicação, todavia, quando há maior incidência de eventos, número apontado pelo eixo horizontal<sup>6</sup>. Isto contribui para uma relação positiva entre os dois veículos e o avanço do processo em âmbito institucional, de força média e bastante significativa. A relação é especialmente forte para estudos do campo das Ciências Sociais: 43,8% para FSP e 55,5% para OESP, conforme coeficiente  $R^2$ , apontado nos gráficos.

Em suma, se for isolado o período anterior ao encaminhamento da denúncia à Câmara por parte dos juristas, descobre-se que houve editoriais

6 O eixo horizontal vai de 0 a 6 porque a maior incidência registrada em um mês (abril de 2016) foi de seis acontecimentos/passos do processo institucional.

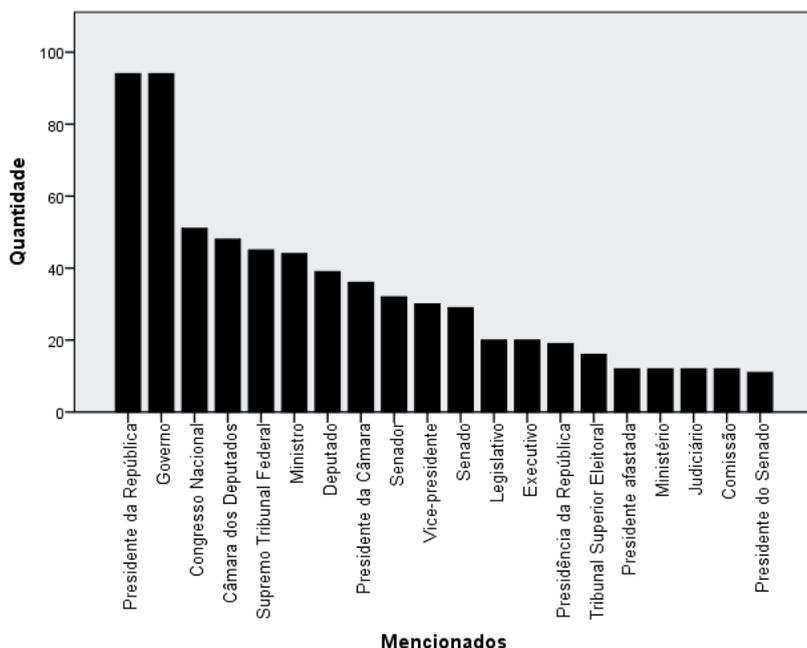
que trataram do assunto desde fevereiro de 2015, com pico em agosto de 2015 (21 editoriais, somando os textos dos dois jornais).

## **Mapeamento dos atores institucionais**

O terceiro passo da análise foi o mapeamento dos atores ligados ao contexto institucional do processo. Devido à quantidade de agentes mapeados (73 na FSP e 88 em OESP), optou-se por apresentar somente os 20 mais citados por parte de cada um dos jornais.

No Gráfico 5, observam-se as menções a diversos atores e instituições feitas pela Folha de S.Paulo. “Presidente da República” e “Governo” lideram a recorrência nos editoriais desse jornal, com 94 menções a cada um deles. “Congresso Nacional”, “Câmara dos Deputados” e “Supremo Tribunal Federal” aparecem em seguida: eles foram mencionados em 51, 48 e 45 editoriais da FSP, respectivamente. O primeiro agente político a ser mencionado, após “Presidente da República”, foi “Ministro”, com 44 menções, seguido por “Deputado” (39), “Presidente da Câmara” (36), “Senador” (32) e “Vice-presidente” (30).

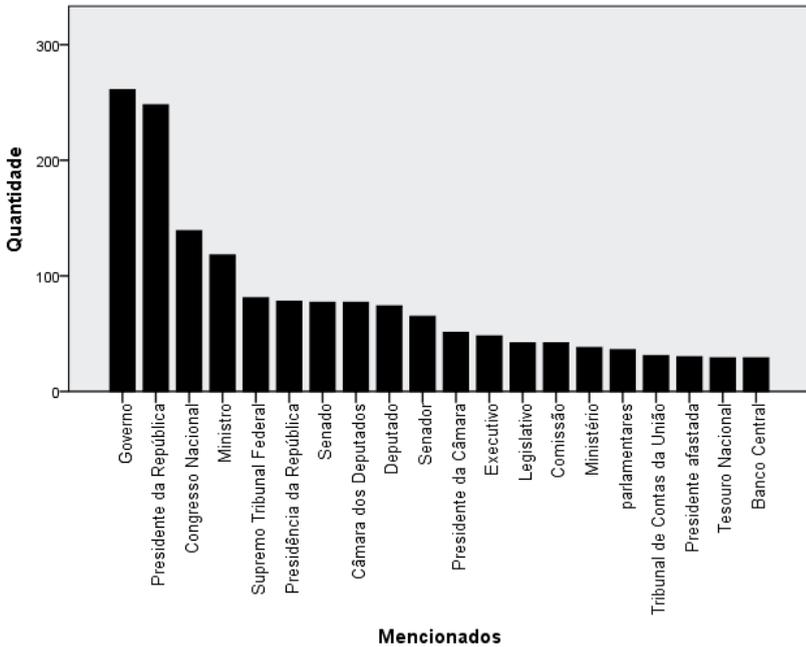
Gráfico 5 – Menções a atores institucionais na FSP



Fonte: Elaboração dos autores

No Gráfico 6, são apresentadas as menções feitas por OESP. De maneira semelhante à FSP, “Governo” e “Presidente da República” aparecem próximos entre si na quantidade de menções e com considerável diferença em relação aos outros pares. “Governo” foi citado por OESP em 261 editoriais, enquanto “Presidente da República” surgiu em 248 peças. O terceiro mais citado no Estadão, assim como ocorreu na Folha, foi “Congresso Nacional”, com 139 menções, seguido por “Ministro”, com 118. OESP mencionou o “Supremo Tribunal Federal” em 81 editoriais. A “Presidência da República”, “Câmara dos Deputados” e “Senado” aparecem próximos, com 78, 77 e 77 menções, respectivamente. Após “Presidente da República” e “Ministro”, os primeiros agentes mencionados são “Deputado” (74), “Senador” (65) e “Presidente da Câmara” (51).

Gráfico 6 – Menções a atores institucionais em OESP



Fonte: Elaboração dos autores

## Discussão

Tendo em vista os dados apresentados na seção anterior, a hipótese 1, atinente à relação positiva entre volume de editoriais e avanço do processo de *impeachment* em esferas institucionais, foi parcialmente comprovada. De fato, o desenvolvimento do processo é um fator importante para o assunto figurar na agenda dos jornais. As regressões apontam, entretanto, que os jornais têm agendas próprias, considerando que as duas empresas se adiantaram ao início da tramitação formal do processo de *impeachment* para pautar a temática em seus editoriais. Já existem picos de cobertura, nos dois periódicos, antes mesmo da abertura do processo na Câmara dos Deputados – de forma lógica, o volume de editoriais referindo-se ao

afastamento de Dilma cresce consideravelmente quando a denúncia é aceita pelo então Presidente da Câmara, em dezembro de 2015.

Assim, o fato de antecipar a cobertura sobre o *impeachment* indica a tentativa, por parte dos jornais, de estabelecer uma agenda pública de preocupações. Nesse sentido, o impedimento de Dilma se apresenta um momento privilegiado para que o jornal desempenhe o papel de ator político, o que está em consonância com a literatura da área: “[...] é durante momentos de crise, quando um maior número de cidadãos volta sua atenção à política e à cobertura jornalística, que as elites exercem sua grande influência sobre essa cobertura e, enfim, sobre a opinião pública” (BILLEAUDEAUX et al., 2003, p. 2).

Paralelamente, uma vez que as discussões políticas sobre a possibilidade de Dilma sofrer *impeachment* já existiam desde o início de seu segundo mandato (com maior ou menor intensidade), fica difícil atribuir a responsabilidade do agendamento editorial do tema a uma escolha feita pelos periódicos de forma aleatória ou descolada da realidade. Ademais, agendas “coadjuvantes” – como os desdobramentos da Operação Lava-Jato e as manifestações contra o governo Dilma – podem colaborar para colocar determinado tema em pauta. Essa análise, todavia, foge do escopo desta investigação.

A segunda hipótese, sobre o acionamento de agentes institucionais nos editoriais que se referiram ao processo, é parcialmente comprovada pelos dados: os jornais se preocupam em, de forma constante, acionar atores e entidades do Estado, mas nem sempre os mais recorrentes são aqueles diretamente ligados ao processo de *impeachment*. Chama atenção que, em ambos os periódicos, menções a “Presidente da República” e ao “Governo” lideram a quantidade de menções com distância considerável em relação a “Congresso Nacional” ou a “Presidente da Câmara”.

Em alguma medida, as características das menções podem apontar para uma tendência já identificada na literatura de que a cobertura política enfatiza o Poder Executivo (AZEVEDO, 2005). No caso do *impeachment*, é esperado que menções à então chefe do Executivo fossem recorrentes – afinal, ela é o alvo do processo. Todavia, o Congresso e seus integrantes – e os mandatários das duas Casas, em especial – também são

cruciais ao desenrolar do impedimento de Dilma; porém, são significativamente mencionados em menor escala em relação à própria presidente e às instituições do Estado.

Os dados também corroboram a terceira hipótese, sobre a sintonia entre os dois periódicos em relação ao agendamento do tema. Em tempo: ressalte-se que a sintonia no que concerne ao agendamento não significa que o teor da cobertura e dos posicionamentos assumidos pelos jornais seja o mesmo – tendo em vista que só seria possível fazer afirmações sobre o conteúdo dos textos caso a análise deste fosse o objetivo.

O que se descobriu foi que o padrão de cobertura da FSP e de OESP é semelhante, na medida em que esses jornais seguem uma agenda próxima e dirigem-se a atores similares. É plausível afirmar, inclusive, que os constrangimentos típicos das rotinas de produção jornalística colaboram para um padrão de cobertura convergente. De acordo com a literatura, as diretrizes que conformam o trabalho dos jornalistas tendem a priorizar aspectos e fontes específicas (COOK, 2005; MIGUEL; COUTINHO, 2007), gerando certa homogeneidade na cobertura. Ainda que isso não se aplique totalmente ao caso dos editoriais – devido às peculiaridades do gênero – deve-se levar em conta a possibilidade de agendamento intermediário (McCOMBS, 2005), especialmente tratando-se de assunto de interesse geral.

Cabe enfatizar, ainda, que fatores contextuais também podem influenciar o posicionamento e as escolhas adotadas pelos jornais: o cenário político ou o momento econômico afetam o humor dos textos editoriais. Se for tomado apenas o período eleitoral, por exemplo, pode-se verificar que itens como o perfil dos concorrentes, o endosso do jornal a determinada candidatura, o grau de acirramento da campanha ou a pressão dos eleitores (sobretudo, da audiência cativa do periódico) compelem a empresa a adotar certos posicionamentos. No caso dos editoriais sobre o *impeachment*, é provável que, além dos próprios interesses das empresas sobre o assunto, houvesse uma tentativa de corresponder às expectativas do leitor, pautando-se a discussão recorrentemente.

## Conclusões

O objetivo do capítulo foi investigar os padrões de cobertura nos editoriais de Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo sobre o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Argumenta-se, com base na literatura da área, que as avaliações e as interpretações oferecidas à audiência por meio desses textos têm a função de expressar a tomada de posição por parte dos periódicos e também de convencer os leitores (sejam eles cidadãos comuns ou elites intelectuais, econômicas e políticas) a aderirem a determinadas visões de mundo de interesse das empresas jornalísticas.

No caso em tela, os dados suportam, em parte, a afirmação de que os jornais seguem a agenda das esferas institucionais, tendo em vista que OESP e FSP começam a discutir o *impeachment* em seus editoriais antes mesmo de o processo ser aceito na Câmara dos Deputados. Isto indica que, em alguma medida, os periódicos têm uma agenda própria – embora a agenda do campo político também seja levada em conta. O achado colabora para reforçar, portanto, o argumento de que as empresas jornalísticas se comportam como *players* do jogo político, mesmo que não possam desconsiderar eventos, instituições e agentes relevantes para a cobertura.

Os resultados das menções apontam para uma cobertura mais recorrente de órgãos e agentes do Executivo – não obstante o Legislativo ser crucial para o desenvolvimento do processo de *impeachment*. O Supremo Tribunal Federal também aparece entre os cinco atores mais mencionados pelos dois periódicos, o que pode indicar certa preocupação com o estabelecimento das regras do processo, logo, com a legitimidade do afastamento de Dilma. As menções também demonstram quais autoridades os jornais reconhecem como sendo as mais relevantes ao tratar do *impeachment*.

Verificou-se, ainda, que os dois jornais apresentam padrões de cobertura similares, embora o editorial se trate de um gênero jornalístico que não está submetido aos mesmos critérios de produção que o material noticioso. Isto aponta para duas possibilidades: a) os interesses das duas publicações são semelhantes; b) mesmo que o assunto não seja prioridade para a empresa, é necessário opinar sobre ele devido às pressões geradas pelas repercussões sociais e políticas. O padrão de cobertura similar pode

ser, ademais, uma estratégia de legitimação dos jornais, que oferecem aos leitores uma opinião que acreditam ser demandada pela audiência – ao mesmo tempo em que se dirigem ao campo político e pressionam pelas providências que julgam adequadas.

Registre-se, antes de encerrar, que as descobertas aqui indicadas apontam para a necessidade de se avançar em uma agenda de estudos sobre editoriais políticos de *quality papers* brasileiros. São diferentes as possibilidades de investigação sobre um tema que ainda carece de reflexão, sobretudo no caso brasileiro. Por exemplo, explorar a ideia de “critérios de editorialidade” poderia contribuir para esclarecer parte das descobertas aqui reveladas. Quando cobrem determinado acontecimento ou encampam uma agenda, os editoriais fazem opções que nem sempre são claras aos leitores; isto é, destacam alguns eventos e interpretações e, desse modo, acabam construindo imagens públicas de forma peculiar, com a finalidade de influenciar a audiência. Mas quais seriam os principais fatores que levam um jornal a preferir certo tema ou abordagem? A literatura da área ainda é relativamente omissa quanto a tal questão e a uma outra agenda de pesquisa diretamente ligada a ela: a rotina de produção e as idiossincrasias ideológicas que marcam o trabalho dos autores dos editoriais. Apenas entrevistas em profundidade serão capazes de revelar as particularidades do complexo processo que demarca a confecção do posicionamento editorial das instituições jornalísticas.

Por fim, uma ressalva: o exame quantitativo do padrão de cobertura não oferece subsídios para afirmações sobre o conteúdo dos editoriais. É preciso ter em mente que apenas examinar as frequências e os agentes não é procedimento suficiente para perceber em que medida os jornais construíram posições a respeito do tema. Apenas um estudo qualitativo poderá dar resposta a tal questionamento – é o que se pretende realizar nos próximos passos do projeto que deu origem a este capítulo.

## Referências

- ALVES FILHO, F. A. Autoria Institucional nos Editoriais de Jornais. *Alfa*, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.
- ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. *Periodismo y argumentación: Géneros de opinión*. [s.l.]: Universidad del País Vasco, 1996.
- AZEVEDO, F. A. *Imprensa e Legislativo: os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004)*. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_793.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_793.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2017.
- AZEVEDO, F.; CHAIA, V. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 173-204, 2008.
- BARROS FILHO, C. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENNETT, W. L. *News: The politics of illusion*. New York: Longman, 1988.
- BILLEAUDEAUX, A. et al. Newspaper editorials follow lead of Bush administration. *Newspaper Research Journal*, v. 24, n. 1, p. 166, 2003.
- BREED, W. Newspaper “opinion leaders” and processes of standardization. *Journalism Quarterly*, v. 35, n. 3, p. 277-284, 1955.
- BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHAPARRO, M. C. *Jornalismo não se divide em opinião e informação*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ak362mk>>. Acesso em: 25 nov. 2016.
- COOK, T. E. *Governing with the news*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- CORREIA, J. C. *O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã: LabCom Books, 2011.
- COSTA, I. C. G. Quem fará a nossa Perestroika? Imagens de Mikhail Gorbatchev no jornal O Globo. *Tempo*, v. 13, n. 25, p. 139-164, 2009.
- DRUCKMAN, J.; PARKIN, M. The Impact of Media Bias: How Editorial Slant Affects Voters. *Journal of Politics*, v. 67, n. 4, p. 1030-1049, 2005.
- EILDERS, C. Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany. *The International Journal of Communications Research*, v. 24, n. 3, p. 301-328, 1999.
- ESPINOSA, P. M. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. *Ámbitos*, n. 10, p. 225-238, 2003.
- FSB PESQUISA. *Mídia e Política 2016*. Disponível em: <<http://www.jornalistasecia.com.br/edicoes/midiaepolitica2016.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.
- HALLOCK, S. M. *Editorial and Opinion*. Praeger: Westport, 2007.

KAHN, K. F.; KENNEY, P. J. The Slant of the News: How Editorial Endorsements Influence Campaign Coverage and Citizens Views of Candidates. *American Political Science Review*, v. 96, n. 2, p. 381-394, 2002.

KERRICK J.; ANDERSON T.; SWALES, L. Balance and the writer's attitude in news stories and editorials. *Journalism Quarterly*, v. 41, p. 207-215, 1964.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E.; SIEBRA, N. Jornalismo, Assessoria de Imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo. *Revista Animus*, v. 13, n. 25, p. 145-166, 2014.

MCCOMBS, M. A Look at Agenda-setting: past, present and future. *Journalism Studies*, v. 6, n. 4, p. 543-557, 2005.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda- setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MELO, J. M. DE. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, p. 97-123, jun. 2007.

MONT'ALVERNE, C. "Pródigo em decisões contra o interesse público": imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A pauta do dia: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo. *Brazilian Journalism Research*, v. 12, n. 2, p. 120-147, 2016.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. *Contracampo*, v. 28, n. 3, p. 1-27, 2013.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MORAES, C. H. DE. Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. *Anais do XI Colóquio da Celacom*, p. 9, 2007.

NUNES NETO, C. A. *O Mercosul na visão retórico-discursiva dos editoriais dos jornais Gazeta do Iguazu (BR) e Vanguardia (PY)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

PEREIRA, I. M. *Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PRATTE, A.; WHITING, G. What Newspaper Editorials Have Said About Deregulation of Broadcasting. *Journalism Quarterly*, v. 63, p. 497-502, 1986.

SHAW, E. F. Agenda-Setting and Mass Communication Theory. *International Communication Gazette*, v. 25, n. 2, p. 96-105, 1979.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. *Making news: A study in the Construction of Reality*. Free Press, 1978.

# **Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente<sup>1</sup>**

Sérgio Braga  
Edilson Montrose

## **Introdução: o problema**

Embora já existam diversos estudos sobre a atuação política do empresariado no novo ciclo democrático brasileiro iniciado com a promulgação da Constituição de 1988, esses estudos enfatizam mais a presença desses atores em instâncias tradicionais de atuação política, tais como órgãos parlamentares e legislativos, grupos de pressão, conselhos e câmaras setoriais e órgãos de representação de interesses no interior no aparelho de Estado. Por outro lado, com algumas exceções, esses estudos geralmente examinam a ação de um segmento isolado do empresariado, não buscando analisar as relações dos diferentes segmentos empresariais entre si, bem como as eventuais semelhanças e diferenças de sua atuação na cena política.

Assim, dentro do contexto de novos campos de investigação abertos pelas recentes abordagens sobre as relações entre empresariado e sistema político (MANCUSO, 2007; MANCUSO et. al., 2010; COSTA; PONT, 2015), é indispensável que sejam realizadas pesquisas sobre essas novas

---

1 Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada no X Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, realizado em Porto Alegre entre os dias 9 e 11 de novembro de 2016. Agradecemos aos editores do presente livro as sugestões feitas à versão original, que contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade do texto. Entretanto, eventuais erros remanescentes são de responsabilidade exclusiva dos autores deste texto.

arenas de atuação política do empresariado e de sua interação com outros atores. Nesse sentido, uma importante contribuição da literatura mais recente foi demonstrar que o empresariado brasileiro, especialmente o empresariado industrial, engajou-se num crescente processo de organização e mobilização desde a redemocratização de 1988, transcendendo os limites dos arranjos corporativos tradicionais, e que tem nas instituições de representação política um importante espaço de atuação.

Como mostram estudos anteriores, com a difusão da internet, as plataformas digitais das associações de classe passam a ser um veículo adicional de expressão dos pontos de vista dos empresários (BRAGA; NICOLÁS, 2009; BRAGA; GRIEBELER, 2010; MINELLA, 2013). A esses recursos agregaram-se em tempos mais recentes as mídias sociais tais como Facebook e Twitter, que também têm servido como recurso para a expressão dos pontos de vista de representantes de diversos atores, tais como “*think thanks*”, lideranças corporativas empresariais, entidades de classe e associações diversas. Neste capítulo, dando continuidade a estudos anteriores onde procuramos analisar a atuação de segmentos do empresariado na internet, bem como refletir sobre seu potencial para apreender aspectos relevantes de sua atuação no mundo *off-line*, procuraremos examinar o padrão de comportamento e de ação política de frações empresariais numa rede social específica (o Facebook) durante o período compreendido entre a eleição de Dilma Rousseff, em 28 de outubro de 2014, e a aprovação do *impeachment* pelo Senado Federal em 31 de agosto de 2016. Procuraremos observar o padrão de comportamento nas redes de quatro grandes segmentos empresariais: (1) O primeiro, representativo de um setor que podemos considerar como “burguesia associada”, é ilustrado pela atuação do Instituto Millenium; (2) O segundo segmento podemos considerar representativo da “burguesia interna” (Paulo Skaf, CNI/Confederação Nacional da Indústria, Fiesp/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo); (3) O terceiro, do agronegócio, representado basicamente pela CNA/Confederação Nacional da Agricultura; (4) E, por fim, a *timeline* de setores do pequeno e médio empresariado, representado pela ACSP/Associação Comercial de São Paulo e Fiep/Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Esclareça-se que se trata de um estudo exploratório

inicial na medida em que procuraremos agregar outros atores à nossa análise em fases subsequentes da presente pesquisa<sup>2</sup>.

As seguintes questões gerais orientarão nosso enfoque: (1) Quais os padrões de uso do Facebook por essas frações empresariais para divulgar seus pontos de vista sobre questões políticas ao longo do mandato de Dilma Rousseff? Esses grupos usaram as mídias sociais para debater políticas gerais (tais como a política econômica governamental, políticas públicas diversas ou mesmo a crise política), ou usaram-nas apenas para outras funções, tais como gerenciamento de imagem das associações, políticas corporativas, divulgação de eventos, etc.?; (2) Qual o posicionamento desses segmentos empresariais em relação às questões mais candentes do governo Dilma, especialmente a política econômica implementada por seu governo, a crise política, e as manifestações que redundaram no processo de *impeachment*? É possível apreender algo da ação desses segmentos empresariais e de sua dinâmica a partir da análise de suas postagens das redes?; (3) Por fim, e mais importante: pode-se, a partir da análise de conteúdo das postagens *on-line*, inferir algo acerca do *fracionamento* das classes e setores dominantes atuantes durante esse período e de seu posicionamento em relação ao governo a partir do conteúdo de suas postagens no Facebook?

O referencial analítico mais geral adotado para abordar essas questões consiste nas contribuições daqueles autores que detectam não apenas a diferenciação e a existência de conflitos entre segmentos das classes dominantes nas sociedades capitalistas, mas também a *existência de uma disputa pela hegemonia política entre eles*, vale dizer, de uma luta pela preponderância da influência de cada segmento empresarial (e respectivos aliados políticos) no processo de elaboração das políticas estatais de uma maneira global, assim como a existência de uma relação de *predomínio e*

---

2 Para o Instituto Millenium como representativo de segmentos sociais (altas camadas, médias e empresariado) que professam um liberalismo de cunho mais internacionalizante, cf. o trabalho de Luciana Silveira (2013); para a distinção entre o empresariado "nacional-dependente", ou burguesia interna, e seus conflitos com os setores associados ao longo do processo de industrialização brasileira, cf. os trabalhos de Bresser-Pereira (2015), Boito Jr. (2010) e Décio Saes (2014); para a CNA como principal representante do agronegócio, cf. o trabalho de Wagner Iglesias (2007); para a ACSP e Fiep como representativo do pequeno e médio empresariado, cf. o trabalho de Griebeler & Braga (2014).

*subordinação* entre subgrupos da classe dominante ao longo desse processo. Essa luta pela hegemonia, por sua vez, envolve a mobilização de múltiplas estratégias políticas e discursivas, das quais as mídias sociais são apenas a mais visível e recente<sup>3</sup>. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é efetuar uma análise de como os principais setores empresariais brasileiros usaram as redes sociais, especialmente o Facebook, para manifestar seus pontos de vista em relação à política econômica do governo Dilma e à campanha pelo *impeachment*. A metodologia empregada será uma análise de conteúdo das postagens durante o período citado a partir da aplicação do programa Netvizz.

Trabalharemos com as seguintes proposições básicas:

- (1) As mídias sociais foram um importante espaço para as associações empresariais divulgarem seus posicionamentos políticos, ao lado de assuntos corporativos e divulgação de eventos, na conjuntura examinada;
- (2) Setores empresariais diferentes apresentaram diferentes padrões de atuação política nas mídias sociais, conforme seus objetivos políticos e estratégicos na luta pela hegemonia no interior dos setores dominantes;
- (3) As diferenças observadas entre o comportamento dos diferentes atores no período nos permite caracterizar diversas *frações de classe* atuando na cena política brasileira;
- (4) A análise nos permite identificar quatro grandes subgrupos empresariais atuantes na conjuntura brasileira recente: (i) um segmento empresarial que podemos caracterizar como *burguesia associada* (ou internacionalizante) representada basicamente na cena política pelo Instituto Millenium e os atores que gravitam em seu entorno, que desenvolveu intensa atuação na internet no

---

3 Diversos autores operam com os conceitos de hegemonia e bloco do poder para caracterizar estas relações políticas entre os diferentes segmentos, subgrupos ou frações das classes dominantes em sua luta por maior influência nas políticas governamentais e pela obtenção ou conquista de uma posição de predomínio no *sistema de posições relativas* que as hierarquizam entre si. Apenas a título de exemplo, conferir os trabalhos de Saes (2014), Boito Jr. (2012), Martuscelli (2015), Farias (2009), Braga (2002), Aguiar Jr. (2015), dentre outros.

período; (ii) uma outra fração que, seguindo outros autores, podemos caracterizar como *grande burguesia interna* ou burguesia interior, integrada basicamente por atores representativos do grande empresariado industrial paulista (Fiesp e Paulo Skaf) e nacional (CNI); (iii) uma terceira fração de classe do *agronegócio* representada basicamente na cena política pela CNA; (iv) e uma quarta fração que podemos designar como *pequeno e médio empresariado*, representada pela ACSP e pela Fiep.

Esclareça-se, por fim, que examinaremos a ação política desses atores em uma mídia digital específica (o Facebook), e não em outras plataformas digitais, por questões de espaço. Em fases posteriores da presente pesquisa, pretendemos ampliar o campo de abrangência de nossa análise.

## A abordagem

Para apreender esses padrões de comportamento político das diferentes frações de classe ao longo do período examinado, nosso método foi o de efetuar uma *análise de conteúdo* de todas as postagens efetuadas pelos atores empresariais analisados ao longo das diferentes *fases* da gestão de Dilma Rousseff. Analisamos as *timelines* de sete atores empresariais e lideranças vinculadas a empresários, num total de 5.488 postagens no período de 28 de outubro de 2014 (data da vitória eleitoral de Dilma) até 29 de outubro de 2016, dois meses após a aprovação do *impeachment* no Senado e a posse definitiva de Michel Temer na presidência da República em 31 de agosto de 2016. Os atores examinados foram os seguintes, cada um representativo de um segmento empresarial: (i) O Instituto Millenium, representativo de setores empresariais (banqueiros, agências financeiras e grandes industriais exportadores) vinculados a um desenvolvimento “associado” e com menor regulação estatal na economia (um “neoliberalismo associado”, para simplificar); (ii) a Fiesp e Paulo Skaf, representativos da fração que denominamos acima de “burguesia interna”; (iii) a CNA, representativa da postura do agronegócio; (iv) a Fiep e a ACSP, representativas de pequenos e médios empresários.

No tocante à *análise de conteúdo*, adotamos inicialmente uma codificação por **Tema Geral**, que subdividimos em “postagens políticas” (i. e., que tratam de medidas que se referem a processos decisórios que ocorrem na esfera pública) e “postagens não políticas” (que tratam de diversas questões referentes à vida associativa particular dos atores examinados). Em seguida, subdividimos as postagens políticas nos seguintes **sub-temas**: (1) política econômica; (2) trabalho (terceirização, desoneração da folha); (3) ajuste fiscal e tributos; (4) CPMF; Não Vou Pagar o Pato; (5) inserção internacional, política externa e comércio exterior; (6) política regional; (7) *impeachment*, Lava Jato, Petrobrás, corrupção; (8) política institucional, reforma política; (9) crise política e econômica; (10) outros assuntos. No tocante aos **subtemas não políticos**, estabelecemos a seguinte classificação: (1) datas comemorativas e eventos; (2) atividades corporativas e de interesse das associações; (3) empreendedorismo e inovação; (4) outros. Por fim, codificamos as postagens segundo suas diferentes **posturas**: (1) postura crítica; (2) neutra; (3) propositiva. Nosso primeiro procedimento é verificar o padrão de postagens de cada entidade no Facebook e a frequência das postagens políticas no total de postagens. Em seguida, verificaremos que tipo de assuntos são tratados nas postagens políticas. Em terceiro lugar, é verificar a postura de cada postagem (crítica; neutra; propositiva). Por fim, efetuaremos uma análise qualitativa do conteúdo de cada postagem e do padrão de variação delas ao longo do tempo.

No tocante à **periodização da cena política** ao longo do governo Dilma, subdividimos a conjuntura em **quatro fases**, a fim de apreender as eventuais dinâmicas da ação dos atores empresariais estudados em suas respectivas *timelines* no Facebook ao longo do período estudado.

*Fase 1: Da vitória eleitoral de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições até a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados no início da legislatura (28/10/2014 a 01/02/2015).* Nesse período ocorrem importantes eventos, tais como o protocolo de recurso do PSDB contestando a legitimidade da chapa Dilma-Temer no TSE, o anúncio da nomeação de Joaquim Levy para o ministério da Fazenda e a formação da nova equipe ministerial. Num primeiro momento, ao procurar se aproximar de setores empresariais que defendiam um maior controle das

contas públicas, o governo parecia ter iniciado a formação de uma base parlamentar sólida e obtido alguma iniciativa política.

*Fase 2: Da eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara até o seu anúncio de ruptura com o governo (01-02-2015 a 17-07-2015).* Nesse período, começam as primeiras dificuldades para o governo, tais como a instalação da CPI da Petrobrás (em 25 de fevereiro de 2015), as primeiras grandes manifestações oposicionistas organizadas pelo MBL em abril de 2015 em cerca de 160 cidades no país. O governo tenta recuperar a ofensiva política com a nomeação de Michel Temer para a coordenação política do governo, mas não é bem-sucedido, intensificando os conflitos com o PMDB e a base governista. Em 26 de maio, o MBL protocola o pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, no contexto de uma rebelião da base governista no Congresso que iria culminar com o anúncio por Cunha de sua ruptura com o governo em julho de 2015.

*Fase 3: Da ruptura de Cunha com o governo às grandes manifestações de março de 2016 (17-07-2015 a 13-03-2016).* Nessa fase, o governo entra na defensiva, com a prisão de José Dirceu em 3 de agosto de 2015, uma acentuada queda de popularidade de Dilma e um novo ciclo de manifestações em 291 cidades brasileiras em agosto. O *impeachment* deixa de ser um instrumento de chantagem política para ser uma possibilidade tangível. O governo declara guerra aberta à Eduardo Cunha, que é denunciado pela procuradoria da República. Em 2 de outubro de 2015, Dilma anuncia uma reforma ministerial tentando recuperar a iniciativa e aproximando-se do PMDB. Em 1º de dezembro de 2015, pressionada pelas bases do partido, a bancada do PT vota pela continuidade do processo contra Cunha na CCJ, agravando ainda mais a crise política e a ruptura com o PMDB. Em represália, Cunha acolhe o processo de *impeachment*, e o vice Michel Temer sinaliza um rompimento do PMDB ao divulgar carta em 2 de dezembro de 2015 queixando-se do tratamento dado ao partido pela presidente eleita.

*Fase 4: Crise final do governo. Das grandes manifestações de março de 2016 à aprovação do impedimento pelo Senado (13-03-2016 a 31-08-2016).* Por fim, o período da crise final de governo. O clímax da crise final do governo é o vazamento por Sérgio Moro em 16 de março de 2016 das gravações feitas pela Polícia Federal no contexto da Lava Jato, que foram

amplamente reproduzidas em rede nacional pela mídia oposicionista. Esses fatos levaram à ruptura do PMDB e de outros partidos da base governista com o governo no final de março, com a subsequente aprovação da admissibilidade do processo de *impeachment* em 17 de abril de 2016 em sessão dominical da Câmara dos Deputados.

## **Análise**

Procuramos verificar a postura dos atores empresariais analisados nessas várias fases da conjuntura política. Assim, nosso primeiro procedimento foi o de verificar se os atores mencionados se mantiveram ativos nas mídias sociais durante as diferentes etapas da conjuntura. Em segundo lugar, fizemos uma análise quantitativa a fim de verificar qual o padrão de postagens dos diferentes atores, definidas a partir dos seguintes critérios: (i) frequência das postagens políticas; (ii) relação de proximidade entre temas políticos e associações; (iii) postura das entidades em relação ao governo central; (iv) padrão de postagem por fase política. Em terceiro lugar, efetuamos uma análise qualitativa a fim de ilustrar os principais tipos de postagem por atores políticos, bem como extrair algumas inferências de tais padrões. Por fim, efetuaremos algumas considerações finais sobre os padrões de postagem de cada ator político examinado e o que podemos inferir a partir de tais padrões.

### **Análise quantitativa do padrão de postagens**

Inicialmente, examinamos a evolução das postagens por grandes temas (políticos e não políticos) por fase em cada uma das *fanpages* dos atores empresariais. Essa informação nos é fornecida pela Tabela 1.



		ACSP	CNA	CNI	Fiep	Fiesp	Millenium	Skaf	Total	
<b>Total</b>	<b>Não político</b>	N	360	713	903	711	914	757	410	4.757
		%	91,4	92,6	89,1	89,2	83,1	81,3	84,9	86,9
		R	1,0	1,7	,8	,7	-1,3	-1,8	-,5	
	<b>Político</b>	N	34	57	110	86	186	174	73	731
		%	8,6	7,4	10,9	10,8	16,9	18,7	15,1	13,1
		R	-2,5	-4,4	-2,0	-1,8	3,5	4,7	1,2	
		N	394	770	1.013	797	1.100	931	483	5.488
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1 nos fornece uma primeira aproximação ao padrão de postagens dos atores políticos analisados. Do total de 5.488 postagens, somente 731 (13,1%) trataram de assuntos especificamente políticos, conforme codificação acima, o que é um número baixo, mas não irrelevante se levarmos em consideração que as *timelines* dessas entidades comportam uma série de outras funções, tais como comunicação aos associados, divulgação de eventos, informações sobre assuntos rotineiros das entidades, etc. Por essa tabela, podemos observar que todos os atores políticos se mantiveram ativos nas redes sociais no período em tela. Os atores com mais postagens foram a Fiep (1.100 postagens ao todo) e a CNI (1.013). Entretanto, sob o aspecto político, os atores mais ativos politicamente foram o Instituto Millenium (com 18,7% de postagens políticas), a Fiesp (16,9%) e Paulo Skaf (15,1%). Os menos ativos politicamente foram a CNA e a ACSP.

Examinando a dinâmica das postagens por fases, podemos observar que a Fiesp e o Instituto Millenium (doravante referido como IMIL) se mantiveram ativos desde o início do governo Dilma, enquanto entidades como a ACSP e a CNA foram proporcionalmente mais ativas na fase final do *impeachment*. A Fiesp e Paulo Skaf foram bastante ativos politicamente na terceira fase do mandato, quando se intensificaram as críticas do empresariado (especialmente da grande burguesia interna) à política econômica e fiscal do governo e à gestão Levy, e também quando foi organizada a campanha Não Vou Pagar o Pato pela Fiesp, que teve grande impacto nas mídias empresariais e junto à opinião pública. O IMIL também foi muito ativo nessa fase, intensificando as críticas ao modelo de desenvolvimento

econômico implementado por Dilma e a chamada “nova matriz econômica”. Outro dado interessante é a ocorrência de uma politização crescente do conjunto das associações de classe ao longo das diferentes fases, com um aumento do número absoluto de postagens políticas ao longo do tempo.

Outro dado interessante é o padrão de postagens de cada ator por subtema político. Como dissemos anteriormente, definimos 10 áreas temáticas para assuntos políticos. A distribuição das postagens por subtema com os testes de resíduos padronizados é dada pela Tabela 2, que nos informa os assuntos políticos mais abordados por cada segmento empresarial no Facebook.

Tabela 2 – Postagem por subtema político

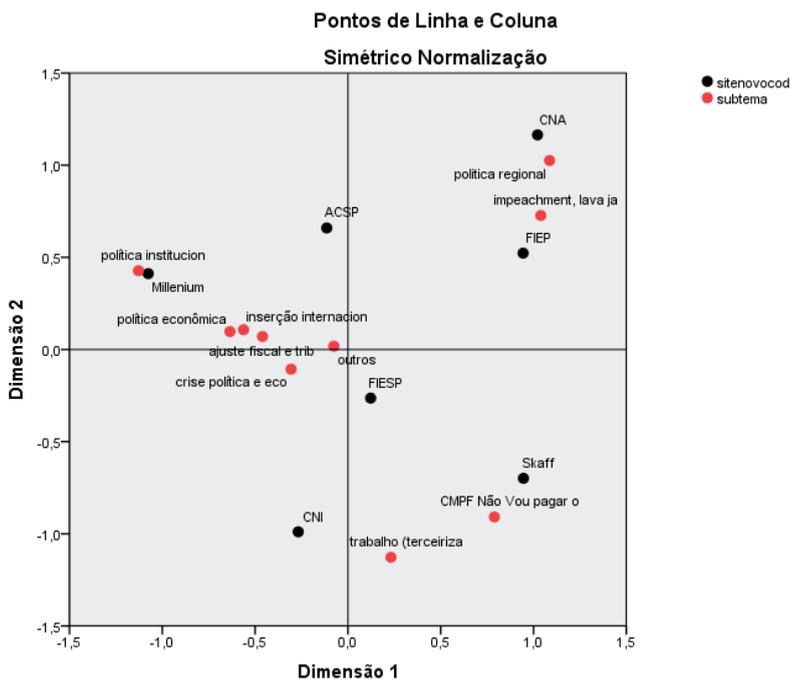
		ACSP	CNA	CNI	Fiep	Fiesp	IMIL	Skaf	TOTAL
Política econômica	N	6	5	21	7	33	55	2	129
	%	17,6	8,8	19,1	8,1	17,6	29,7	2,7	17,6
	R	,0	-1,6	,4	-2,1	,0	3,9	-3,1	
Trabalho (terceirização, desoneração da folha)	N	0	3	44	12	28	4	13	104
	%	0,0	5,3	40,0	14,0	15,0	2,2	17,6	14,2
	R	-2,2	-1,8	7,2	-,1	,3	-4,3	,8	
Ajuste fiscal e tributos	N	8	2	8	1	16	17	2	54
	%	23,5	3,5	7,3	1,2	8,6	9,2	2,7	7,4
	R	3,5	-1,1	,0	-2,1	,6	,9	-1,5	
CMPE, Não Vou Pagar o Pato	N	1	0	4	6	28	2	27	68
	%	2,9	0,0	3,6	7,0	15,0	1,1	36,5	9,3
	R	-1,2	-2,3	-1,9	-,7	2,6	-3,7	7,7	
Inserção internacional, política externa e comércio exterior	N	0	3	7	2	6	13	0	31
	%	0,0	5,3	6,4	2,3	3,2	7,0	0,0	4,2
	R	-1,2	,4	1,1	-,9	-,7	1,9	-1,8	
Política regional	N	2	4	1	5	2	0	1	15
	%	5,9	7,0	,9	5,8	1,1	0,0	1,4	2,0
	R	1,6	2,6	-,8	2,4	-,9	-1,9	-,4	
Impeachment, Lava Jato, Petrobras, corrupção	N	8	35	2	43	35	7	21	151
	%	23,5	61,4	1,8	50,0	18,7	3,8	28,4	20,6
	R	,4	6,8	-4,3	6,0	-,6	-5,0	1,5	

		ACSP	CNA	CNI	Fiep	Fiesp	IMIL	Skaf	TOTAL
Política institucional, reforma política, corrupção	N	4	1	8	2	14	62	3	94
	%	11,8	1,8	7,3	2,3	7,5	33,5	4,1	12,8
	R	-2	-2,3	-1,6	-2,7	-2,0	7,9	-2,1	
Crise política e econômica	N	5	1	11	6	19	17	2	61
	%	14,7	1,8	10,0	7,0	10,2	9,2	2,7	8,3
	R	1,3	-1,7	,6	-,4	,9	,4	-1,7	
Outros	N	0	3	4	2	6	8	3	26
	%	0,0	5,3	3,6	2,3	3,2	4,3	4,1	3,5
	R	-1,1	,7	,0	-,6	-,2	,6	,2	
Total	N	34	57	110	86	187	185	74	731
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Pela Tabela 2, observamos que associações mais vinculadas à “burguesia associada” se concentraram na análise da política econômica, na inserção internacional do Brasil e em temas relacionados à reforma política, políticas institucionais e controle da corrupção. Atores empresariais vinculados ao grande empresariado industrial ou grande “burguesia interna” concentraram-se em temas referentes à questão trabalhista e às campanhas contra a CPMF e Não Vou Pagar o Pato. Setores vinculados ao agronegócio se concentraram na política regional e na campanha pelo afastamento da presidente eleita, especialmente na fase final do governo. Setores vinculados à pequena e média empresa, tais como a ACSP e a Fiep, concentraram-se em temas relacionados a questões fiscais e tributárias e também na campanha pelo *impeachment*. A análise de correspondência abaixo ilustra as relações de proximidade existentes entre os subtemas das postagens políticas e cada um dos atores ao longo do período examinado.

Gráfico 1 - Análise de correspondência entre tema político e ator empresarial



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 nos permite visualizar com mais precisão os dados apresentados na Tabela 2. Com efeito, podemos destacar alguns blocos temáticos distintos:

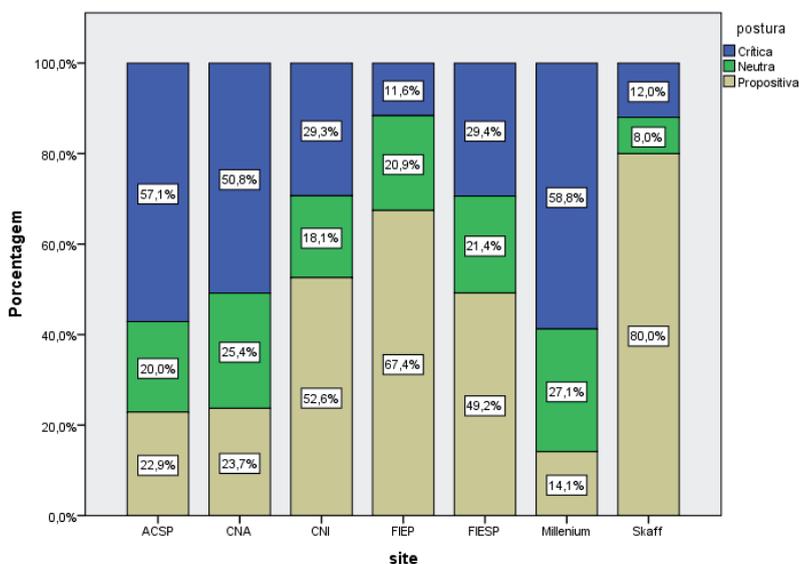
- (1) Em primeiro lugar, um bloco formado pelas associações de pequenos e médios empresários (ACSP e Fiep) e pelo agronegócio (CNA), que usaram pouco as mídias sociais para se manifestar sobre temas políticos e, quando o fizeram, concentraram-se em política regional, tributária e, especialmente, com o agravamento da desaceleração da economia, no engajamento na campanha pelo afastamento da presidente eleita. Esses dados, a nosso ver, ilustram dois fenômenos: (i) em primeiro lugar, o forte apoio político que as manifestações contra os governos do PT tinham entre os pequenos e médios empresários, ilustrando o acentuado

- descontentamento existente nesse setor em relação aos resultados da política econômica do governo; (ii) em segundo lugar, o forte engajamento da CNA na campanha pelo *impeachment* de Dilma, apesar do apoio da presidenta afastada da entidade (a senadora pelo PMDB de Tocantins, Kátia Abreu, também ministra da agricultura e uma das principais defensoras do governo até o final do processo de impedimento) ao governo Dilma. A nosso ver, trata-se de um caso clássico de ruptura dos laços de representação entre lideranças políticas reconhecidas de um segmento empresarial (no caso, Kátia Abreu, uma das principais líderes do agronegócio brasileiro) e sua base social de origem, tendo o fato inclusive gerado ampla repercussão no Facebook da CNA, com alguns comentários defendendo inclusive a expulsão de Kátia Abreu da entidade.
- (2) Um segundo grupo temático é integrado por setores do grande empresariado industrial (Fiesp, CNI e Paulo Skaf), que se concentrou em questões trabalhistas e em protestos contra o aumento de impostos. Entretanto, apesar dessas semelhanças, esses atores apresentam algumas singularidades entre si. A CNI, por exemplo, é a associação que esteve mais distante da campanha pelo *impeachment*, efetuando poucas postagens sobre o tema e apoiando o governo até sua fase final. Já a Fiesp teve uma posição de maior centralidade no diagrama, indicando uma maior proximidade com outros temas, tais como política econômica, inserção internacional do Brasil e crise. Por fim, temos o presidente da Fiesp Paulo Skaf, que transitou de uma crítica acirrada à política econômica do governo (especialmente à política de aumento de tributos e de volta da CPMF defendida por Levy) ao forte engajamento na campanha pelo *impeachment*, tendo efetuado diversas postagens sobre esses assuntos.
  - (3) Por fim, observamos um terceiro *cluster* temático formado pelo IMIL, que concentrou-se na crítica ao sistema político brasileiro, ao Congresso Nacional, e a múltiplos aspectos da política econômica governamental, especialmente sua inserção externa. Nas postagens no IMIL, são frequentes as críticas à ineficiência do setor público e do sistema político brasileiro e a aspectos da política

externa dos governos do PT, especialmente sua aproximação de países latino-americanos, tais como Cuba, Venezuela e Argentina, defendendo um alinhamento econômico externo especialmente com os EUA, numa postura típica de “burguesia associada”.

Essa postura mais crítica ou oposicionista do IMIL em comparação com outros atores empresariais pode ser ilustrada pelo Gráfico 2, que resume o tipo de postura manifestado por cada ator examinado em suas postagens políticas (crítica, geralmente às políticas do governo e ao congresso nacional; informativa ou neutra; propositiva, quando propõe alternativas concretas às políticas criticadas).

Gráfico 2 – Tipo de postura por associação (n =731)



Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que o IMIL e a ACSP foram os que mais se opuseram ao *status quo* em suas postagens. Entretanto, fazendo uma análise mais fina de conteúdo das postagens, observamos que as críticas das duas entidades obedeciam a padrões distintos. Enquanto a ACSP criticava medidas tomadas

pelos governos locais, especialmente de aumento de tributos tais como IPTU e outros, o IMIL usava o Facebook para se opor a elementos estratégicos da chamada “nova matriz econômica” implementada pelo governo Dilma, especialmente a política fiscal expansionista e sua política de inserção externa, ao se aproximar de parceiros comerciais latino-americanos<sup>4</sup>. Setores vinculados à grande burguesia industrial interna e ao agronegócio revelaram uma postura mais tolerante em relação ao *status quo*, geralmente articulando as críticas ao governo com algum tipo de proposta positiva, tal como no caso do projeto de lei da terceirização, da defesa da abolição da CPMF, ou da defesa de um acentuado corte nos gastos públicos do governo.

Feita essa breve análise quantitativa do padrão de postagens dos diferentes atores empresariais, podemos partir para uma avaliação mais qualitativa das postagens. Agrupamos os atores empresariais de acordo com as frações definidas anteriormente, ou seja: a) pequenos e médios empresários (ACSP, Fiep); b) agronegócio (CNA, ou grande burguesia agrária); c) grande burguesia industrial interna (CNI; Fiesp; Paulo Skaf); d) o liberalismo internacionalizante ou “burguesia associada” (Instituto Millenium). Destacaremos também as postagens mais relevantes e com maior grau de engajamento. Um resumo da análise efetuada no item seguinte está nas considerações finais deste artigo.

## **As estratégias de comunicação digital das frações empresariais**

### **A) O pequeno e médio empresariado (ACSP, Fiep)**

No tocante a essas associações empresariais que agrupam os pequenos e médios empresários, podemos observar uma variação ao longo da evolução das diferentes fases do governo Dilma. Nas fases 1 e 2, esses setores

---

4 Para uma análise de como essa clivagem entre os diferentes segmentos da classe dominante repercute na geração de distintas propostas de inserção externa do Brasil, expressando os interesses e preferências, respectivamente, da grande burguesia interna brasileira e da burguesia associada, conferir as sugestivas análises de Tatiane Berringer (2015).

se manifestaram pouco politicamente, apenas efetuando críticas tópicas aos governos estaduais e federal em suas propostas de aumento de imposto (IPTU, e “pacotaço” do governo Richa, no caso da Fiep). Na fase 3, a oposição desses setores ao governo federal se intensifica, devido à continuidade da crise política e, especialmente, da proposta “ortodoxa” do governo de fazer o ajuste fiscal a partir do aumento de tributos. A Associação Comercial de São Paulo chega a lançar pelo Facebook um *Manifesto das Associações Comerciais do Sudeste contra o aumento de tributos* em 21 de março de 2015 (postagem) e, logo em seguida, a partir do início de março de 2016, passa a participar ativamente da campanha pelo impedimento da presidente eleita, inclusive convocando diversas manifestações na Avenida Paulista<sup>5</sup>. Na última fase do processo, há um engajamento intenso na derrubada da presidente, articulando essa campanha com a defesa da reforma tributária e do programa Ponte para o Futuro, divulgado por Michel Temer quando ainda vice-presidente em 29 de outubro de 2015. Também a Fiep se concentrou nas críticas à política tributária e fiscal, seguiu um padrão de comportamento nas redes um pouco distinto, tendo efetuado várias postagens apoiando a Frente Nacional contra a Tributação e também na linha de frente da campanha Não Vou Pagar o Pato. Também nesse caso a crítica da política econômica está estritamente relacionada ao engajamento na campanha pelo impedimento, especialmente após o vazamento das gravações pelo juiz Sérgio Moro em 16 de março de 2016. Nas vésperas do vazamento dos grampos realizados pela PF, a Fiep chegou inclusive a realizar um grande ato de homenagem ao juiz paranaense, que foi objeto de um *post* poucos dias antes do vazamento, em 10 de março de 2016, como podemos ilustrar na Figura 1.

---

5 Cf. um vídeo contendo manifesto público com quatro pontos principais elaborado diante do atual momento em que vive o Brasil, postado em 21 de março de 2016 (FIEP, 2016b).

Figura 1 – Homenagem da Fiep a Sérgio Moro, pouco antes do vazamento das gravações



Fonte: Fiep (2016a).

## B) As manifestações da burguesia interna (CNI, Fiesp, Paulo Skaf)

No caso das associações e lideranças empresariais representativas da grande burguesia interna paulista e brasileira, a fase 1 contém várias postagens endereçando críticas que podemos considerar como moderadas ao governo, especialmente à sua política de aumento de juros e recusa em fazer um ajuste fiscal mais duro. Além disso, logo após a vitória eleitoral da presidenta Dilma, vários líderes empresarias concederam entrevistas à imprensa exigindo medidas mais duras de ajuste fiscal e a aprovação de medidas de interesse da indústria.

Representativa dessa primeira fase é a postagem na Figura 2.

Figura 2 – Banner da Fiesp criticando o aumento da Selic



Fonte: Fiesp (2014a).

Com exceção de Paulo Skaf, que foi pouco atuante no Facebook após sua derrota nas eleições ao governo de São Paulo em outubro de 2014, são constantes as críticas à decisão governamental de aumentar os juros embora as associações industriais mantivessem uma postura prudente em relação ao novo ministério, com postagens de várias lideranças industriais reconhecidas, tais como o presidente do Conselho Superior de Economia da Fiesp, Delfim Netto (cf. *link* para a postagem em Fiesp, 2014b) e o vice-presidente da associação, Benjamim Steinbruch, apresentando as reivindicações da indústria paulista e tecendo críticas à política econômica do início do governo. Na fase 2 também são feitas várias críticas à política econômica do governo e intervenções sobre propostas em tramitação no Congresso, revelando um crescente descontentamento do empresariado industrial, especialmente da Fiesp, no tocante à ausência de políticas de estímulo ao investimento privado por parte do governo, bem como defendendo o ajuste fiscal pela via do corte de gastos governamentais e não

pelo aumento da taxa de juros. Apesar da postura crítica, a grande burguesia interna ensaiava ainda uma aproximação com o governo e o legislativo, engajando-se na campanha pela aprovação do PL da terceirização e divulgando *Manifestos pela Governabilidade* em pleno Jornal Nacional, da TV Globo, em 7 de agosto de 2015, num vídeo que teve cerca de 100 mil visualizações na internet (cf. *link* para a entrevista de Paulo Skaf no Jornal Nacional em Fiesp, 2015). Entretanto, já no final da fase 2, com o agravamento da crise econômica e dificuldades na bancada governista, aparecem também as primeiras postagens com críticas mais veementes do empresariado ao governo, com a relutância deste em fazer um ajuste fiscal forte e na insistência no anúncio do aumento de tributos, especialmente a restauração da CPMF, como já observamos.

Mesmo no início da fase 3 os industriais evitam romper com o governo, lançando sucessivos apelos pela governabilidade e aproximando-se de Cunha e do vice Michel Temer. Intensificam também sua campanha pelo ajuste fiscal, rejeitando qualquer aumento da carga tributária. Após a proposição da CPMF, a Fiesp inicia a campanha Não Vou Pagar o Pato, através de dezenas de postagens em seu *website* e nas mídias sociais, mas ainda sem romper abertamente com o governo. Em dezembro, há a convocação de um ciclo de protestos, e parecia que o governo finalmente retomaria a iniciativa política com a reforma ministerial e a nomeação de Lula para a chefia da Casa Civil. Entretanto, o vazamento ilegal das gravações por Moro e o trabalho de edição da mídia de tais entrevistas eleva a temperatura política, provocando a ruptura definitiva do conjunto do empresariado com o governo Dilma e a entrada dos atores da grande burguesia interna paulista na vanguarda do processo de *impeachment*.

Com efeito, a fase 4 é marcada por sucessivas postagens convocando atos pelo afastamento ou renúncia da presidenta em São Paulo. A conexão entre a campanha contra o aumento de juros e tributos, especialmente a recriação da CPMF, e a decisão de setores do empresariado de engajar-se na campanha pela deposição de Dilma fica evidente no *post* da Figura 3, divulgado logo após a aprovação da admissibilidade do *impeachment*, em 17 de abril de 2016, o qual teve 21.488 curtidas, 1.675 comentários, 10.966 compartilhamentos, num total de 35.798 engajamentos.

Figura 3 – Comemoração da aprovação da admissibilidade do *impeachment* pela Fiesp



Fonte: Fiesp (2016b).

Um indício adicional do comprometimento da Fiesp no afastamento do PT e da presidenta eleita é o vídeo postado com a manifestação na Paulista (Figura 4), que foi o que obteve maior engajamento no período, com 950.000 visualizações, 31.324 curtidas, 1.314 comentários, e 24.210 compartilhamentos, num total de 58.390 engajamentos.

Figura 4 – Postagem mais popular da *timeline* da Fiesp

Fonte: Fiesp (2016a).

### C) O agronegócio e a CNA

No tocante ao agronegócio, tal como representado pelo CNA, nas primeiras fases do governo Dilma, essa associação evitou posicionar-se politicamente, inexistindo críticas de monta às políticas governamentais, nem posicionamento explícito sobre temas políticos. Com a evolução da crise econômica e política, passa a haver um maior engajamento nas redes, com postagens de críticas ao MST, à política de comércio exterior e à incapacidade do governo de resolver a crise política. A emergência de uma política de oposição ferrenha ao governo federal vem na última fase de governo, com o forte engajamento na campanha pelo afastamento de Dilma, inclusive com o chamado de “tratoações” e críticas diretas à ministra da Agricultura de Dilma, Kátia Abreu, por não se afastar do governo. Assim, menos do que resultante de uma oposição sistemática à política econômica do governo, o engajamento da CNA na campanha pelo *impeachment* advém do descontentamento com

o prolongamento da crise política e da incapacidade do governo de resolvê-la e conter os movimentos sociais que o apoiavam.

As sucessivas postagens da CNA defendendo o afastamento da presidenta provocaram inclusive fortes reações nos internautas, favoráveis e contrários à postura da entidade. Um indício das tensões existentes na entidade durante o processo da crise do *impeachment* está nos comentários à postagem que teve maior engajamento na *timeline* da CNA, em 4 de abril de 2016, em que a entidade divulga uma nota oficial favorável ao afastamento de Dilma.

Figura 5 – Debates na CNA sobre o *impeachment*



Fonte: CNA Brasil (2016).

## D) Instituto Millenium e a “burguesia associada”

Por fim, temos o IMIL, um *think thank* representativo do setor “liberal-internacionalizante” do empresariado e que mais se aproxima de uma postura que consideramos ser de “burguesia associada”, na conjuntura. Essa entidade foi a que apresentou as críticas mais abrangentes à política econômica governamental, e não apenas a setores específicos, nas várias

fases do governo. Sua atuação nas mídias sociais concentrou-se no compartilhamento de *links* para a página do Instituto com análises de vários economistas e cientistas sociais efetuando críticas abrangentes a vários aspectos do funcionamento da economia brasileira e a política institucional, concentrando-se na inserção internacional do Brasil e em sua relação com os demais países da América Latina. Essas críticas se acentuam progressivamente à medida que a situação econômica se deteriora e as manifestações de rua se encorpam. Entretanto, ao contrário de nossa expectativa inicial, não houve um engajamento explícito e intenso do IMIL na campanha pelo *impeachment*, ao menos no Facebook. O instituto, embora apoiasse o afastamento de Dilma da presidência da República, limitou-se a divulgar várias postagens de cientistas políticos contestando a tese de “golpe” e defendendo a legitimidade institucional do afastamento da chefe de governo. Não há chamadas para manifestações contra o governo nem postagem de *links* com transmissão ao vivo da Paulista, por exemplo, como o fizeram Paulo Skaf, a Fiesp ou a Fiep. A única manifestação política mais direta do instituto ocorreu quando o novo presidente da Câmara, após o afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), resolveu anular o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. O IMIL lançou então um *post* protestando veementemente contra tal decisão e posicionando-se com maior veemência a favor do processo de *impeachment*.

De uma maneira geral, as postagens do IMIL tiveram pouco impacto nas mídias sociais. Por exemplo, o *post* de maior engajamento foi um *link* para um artigo do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, criticando os empréstimos subsidiados do BNDES, que teve um total de 2.466 engajamentos (1.555 curtidas, 63 comentários e 848 compartilhamentos). Esse fato é bastante ilustrativo do público-alvo do Instituto, assim como das preferências ideológicas daqueles que navegam em suas páginas.

Figura 6 – Postagem de maior impacto no IMIL



Fonte: Instituto Millenium (2015).

## Considerações finais: as frações de classe e a crise de governo

Consolidando a análise efetuada anteriormente, podemos recapitular algumas das indagações centrais que nortearam a presente análise.

Verificamos inicialmente que as mídias sociais foram veículos relevantes de divulgação dos pontos de vista políticos dos vários atores empresariais examinados, embora as mensagens políticas tenham ocupado um reduzido percentual do total de postagens efetuadas nas páginas, que se constituíram mais em veículos de divulgação das atividades associativas e econômico-corporativas dos atores do que de organização propriamente política das frações. Entretanto, como observamos, os posicionamentos políticos não estão ausentes dessas páginas, o que nos permite fazer algumas

inferências acerca do comportamento político desses atores ao longo do governo Dilma. Apuramos em seguida que os diferentes atores possuem semelhanças e diferenças de pontos de vista entre si. Como exemplo de semelhanças, vimos que todos eles demonstraram preocupação com a evolução de crise política e econômica, criticando com intensidade crescente a incapacidade do governo Dilma de gerenciar ambas as crises. Verificamos também que todos os atores empresariais examinados usaram suas páginas no Facebook para fazer campanha pelo *impeachment*, especialmente segmentos vinculados ao agronegócio, ao pequeno e médio empresariado e à grande burguesia interna brasileira. Mesmo a CNI e o IMIL, que se engajaram com menos intensidade na campanha do *impeachment*, também efetuaram postagens defendendo a legitimidade do processo e/ou convocando para manifestações de rua pelo afastamento da presidenta, o que indica haver uma ampla adesão de várias frações empresariais ao afastamento de Dilma e do PT do governo, e a subsequente posse do vice, Michel Temer.

Em terceiro lugar, temos uma indagação mais complexa que é a referente ao *fracionamento* dos diferentes setores empresariais. Com efeito, o diagrama de correspondência sugere haver uma certa relação de proximidade entre atores empresariais e ênfases temática, indicando haver um certo princípio de agregação dos pontos de vista empresariais que nos permite falar em frações de classe atuantes na conjuntura, não obstante a singularidade dos atores examinados. Assim, atores representativos da burguesia interna (CNI, Fiesp, Paulo Skaf), fizeram críticas setoriais ao governo, especialmente à política fiscal e trabalhista, que resultaram num afastamento progressivo desses segmentos do governo à medida que a crise se prolongava. Setores mais próximos ao que denominamos “burguesia associada” concentraram-se na crítica programática abrangente a vários aspectos da “nova matriz econômica” implementada pelo governo Dilma, especialmente à inserção internacional do Brasil, defendendo uma maior abertura da economia brasileira para o exterior, caracterizando a existência de um projeto hegemônico e abrangente de oposição às forças sociais então governistas. No tocante às frações do agronegócio e do pequeno e médio empresariado, observamos uma postura mais tímida em relação à crítica à política econômica governamental, que, no entanto, foi se radicalizando

à medida que as crises política e econômica se agravaram e que o governo perdia o controle da situação, culminando num engajamento claro na campanha pelo *impeachment*. Isso inclusive provocou uma autêntica “crise de representação” no seio da entidade representativa do agronegócio, com as bases da CNA se afastando politicamente da principal liderança política do setor, que permaneceu no apoio ao governo Dilma até o seu final.

Por fim, para encerrar esta análise, agregamos um “quadro-síntese” contendo um resumo do posicionamento dos diferentes atores políticos examinados nas diversas fases da crise política que acompanhou todo o governo Dilma. Esse quadro nos permite visualizar melhor, de uma perspectiva *dinâmica*, e não apenas estática, os padrões de comportamento político das diferentes frações de classe analisadas neste capítulo, ilustrando nossa tese mais geral de que a percepção da incapacidade do governo Dilma de gerenciar adequadamente a crise política, somada à intervenção de atores externos ao processo, intensificaram a crise política, provocando o afastamento progressivo das diferentes frações empresariais em relação ao governo Dilma, em uma trajetória que evoluiu de um *fracionamento de classe* na formulação de diversos tipos de questionamento às políticas do governo, até uma *unidade de classe* no apoio ao golpe político que sacramentou sua derrubada.

Quadro-síntese: Resumo da evolução da ação política dos atores empresariais no Facebook nas diferentes fases do governo Dilma

	Fase 1: da eleição de Dilma à vitória de Cunha (28-10-14 a 01-02-15)	Fase 2: da eleição do presidente da Câmara até o anúncio de sua ruptura com o governo (01-02-16 a 16-07-16)	Fase 3: Da ruptura de Cunha até as grandes manifestações de março (17-07-15 a 13-03-16)	Fase 4: das manifestações de março à aprovação do <i>impeachment</i> no Senado (13-03-16 a 31-08-2016)
ACSP	- Crítica ao aumento da taxa de juros e aumento de impostos.	- Defesa da reforma tributária e crítica aos altos impostos.w	- Manifesto das Associações Comerciais do Sudeste contra o aumento de tributos;  - Convocação para a manifestação da Paulista em 9 de março de 2016.	- Engajamento pelo <i>impeachment</i> , defesa da reforma tributária e do programa Ponte para o Futuro.

	<b>Fase 1: da eleição de Dilma à vitória de Cunha (28-10-14 a 01-02-15)</b>	<b>Fase 2: da eleição do presidente da Câmara até o anúncio de sua ruptura com o governo (01-02-16 a 16-07-16)</b>	<b>Fase 3: Da ruptura de Cunha até as grandes manifestações de março (17-07-15 a 13-03-16)</b>	<b>Fase 4: das manifestações de março à aprovação do impeachment no Senado (13-03-16 a 31-08-2016)</b>
<b>Fiep</b>	- Sem atuação política nacional. Manifesta-se apenas sobre questões regionais e contra o pacote do Governo Beto Richa.	- Apoio ao projeto da terceirização. Apoio à operação Lava Jato, intensificando a oposição ao governo central;  - Crítica ao projeto de desoneração e elogio a aprovação da terceirização.	- Pressiona pela solução da crise política. Em 7 de agosto de 2015, lança o <i>Manifesto pela Governabilidade</i> em rede nacional;  - Campanha contra a CPMF e lançamento da Frente Nacional contra a Tributação;  - Intensificam-se as críticas ao governo e adere-se à campanha Não Vou Pagar o Pato.	- Após a divulgação das gravações de Lula, apoio explícito ao <i>impeachment</i> e à Lava Jato. Oposição veemente à posse de Lula no ministério;  - Organiza uma reunião de cem empresários na Fiep para se posicionar sobre o <i>impeachment</i> ;  - Intensifica-se a ação nas redes com várias postagens apoiando o <i>impeachment</i> ;  - Forte engajamento na campanha do <i>impeachment</i> , divulgando o Mapa do <i>Impeachment</i> e várias outras iniciativas.
<b>CNI</b>	- Apoio ao governo e ao ministro Armando Monteiro;  - Dados sobre crise econômica e defesa da reforma trabalhista.	- Primeiras críticas mais sistemáticas ao governo. Defesa do ajuste nas contas públicas;  - Engajamento intenso da campanha pelo PL da terceirização e do ajuste fiscal. Diversas postagens positivas defendendo a terceirização, numa verdadeira campanha <i>on-line</i> .	- Críticas à situação fiscal do país e da volta da CPMF. Defesa de reformas institucionais.	- Defesa de modernização em infraestrutura. Não há engajamento explícito na campanha pelo <i>impeachment</i> .

	<b>Fase 1: da eleição de Dilma à vitória de Cunha (28-10-14 a 01-02-15)</b>	<b>Fase 2: da eleição do presidente da Câmara até o anúncio de sua ruptura com o governo (01-02-16 a 16-07-16)</b>	<b>Fase 3: Da ruptura de Cunha até as grandes manifestações de março (17-07-15 a 13-03-16)</b>	<b>Fase 4: das manifestações de março à aprovação do impeachment no Senado (13-03-16 a 31-08-2016)</b>
<b>Fiesp</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inicia o período com críticas veementes à política econômica, especialmente a decisão do Copom de aumentar os juros para 11,25%;</li> <li>- Várias entrevistas de lideranças da Fiesp, tais como Delfim Netto, Paulo Skaf e Benjamin Steinbruch, manifestando preocupação com a política econômica e os rumos da economia brasileira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adota-se uma postura mais propositiva com uma veemente campanha de apoio ao projeto de terceirização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressiona pela solução da crise política. Em 7 de agosto de 2015, lança o <i>Manifesto pela Governabilidade</i> em rede nacional;</li> <li>- Campanha contra a CPMF e lançamento da Frente Nacional contra o Aumento de Imposto;</li> <li>- A recusa do governo em fazer um ajuste fiscal intensifica as divergências entre o governo e a Fiesp;</li> <li>- Em 13 de dezembro de 2015, a Fiesp e o CIEP anunciam apoio formal ao processo de <i>impeachment</i>, anunciando o rompimento com o governo;</li> <li>- Organização de um evento com a presença de Sérgio Moro em 10 de março de 2016, que apoia explicitamente as manifestações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O período começa com várias postagens apoiando as manifestações na paulista pelo <i>impeachment</i>. Total engajamento na campanha pelo <i>impeachment</i>.</li> </ul>
<b>Paulo Skaf</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nessa primeira fase, após a derrota nas eleições para o governo de São Paulo, Skaf praticamente não se manifestou nas redes sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Críticas moderadas a gestão Levy, defesa do ajuste fiscal e campanha pela aprovação do PL regulando a terceirização da mão de obra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As críticas à política econômica se intensificam com vários posts contra o aumento de impostos e uma verdadeira campanha contra a tentativa de recriação da CPMF;</li> <li>- Lançamento da campanha Não Vou Pagar o Pato em 22 de setembro de 2015.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Após estar na vanguarda da campanha Não Vou Pagar o Pato, Skaf engaja-se fortemente na campanha pelo <i>impeachment</i>;</li> <li>- Defende veementemente o rompimento do PMDB com o governo em 24 de março de 2016;</li> <li>- A Fiesp esteve na vanguarda do processo de <i>impeachment</i>.</li> </ul>

	Fase 1: da eleição de Dilma à vitória de Cunha (28-10-14 a 01-02-15)	Fase 2: da eleição do presidente da Câmara até o anúncio de sua ruptura com o governo (01-02-16 a 16-07-16)	Fase 3: Da ruptura de Cunha até as grandes manifestações de março (17-07-15 a 13-03-16)	Fase 4: das manifestações de março à aprovação do impeachment no Senado (13-03-16 a 31-08-2016)
CNA	- Pouca atuação política e ausência de críticas ao governo.	- Interesses corporativos da agricultura. Ausência de críticas ao governo.	- Críticas ao MST e à política de tributação do comércio exterior.	- Engajamento na campanha pelo <i>impeachment</i> . Organização de um tratoração contra Dilma Rousseff;  - Diversas postagens defendendo o <i>impeachment</i> e críticas a Kátia Abreu;  - Intensificação da atuação política nas redes sociais.
Instituto Millenium	- Várias críticas gerais a políticas do governo central, tais como excesso de gastos, corrupção e ineficiência;  - Muitas postagens críticas ao funcionamento do sistema político em geral também.	- Apoio às políticas de Levy e ao ajuste fiscal. Continua a linha de publicar artigos e análise de cientistas sociais criticando diversos aspectos da gestão governamental.	- Continua as críticas a várias políticas governamentais, especialmente a política econômica e externa;  - Defesa de uma economia aberta e críticas ao desenvolvimentismo e à política internacional do governo;  - Sucessivas postagens efetuando críticas a diversos aspectos da política econômica governamental.	- O Instituto Millenium não fez de seu Facebook uma plataforma de propagação pelo <i>impeachment</i> . Apenas publicou algumas postagens de matérias com cientistas políticos defendendo a legitimidade das medidas e criticando a decisão do novo presidente da Câmara, Waldir Maranhão, de suspender o processo.

## Referências

- AGUIAR JR., E. M. *Os interesses da fração bancário-financeira no Congresso Nacional (2003-2015)*. Dissertação (mestrado) PUC-SP, 2015.
- BERRINGER, T. (2015). Frações de classe, hegemonia e política externa. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 6, p. 5-21, 2015.
- BOITO JR., A.; GALVAO, A. (Org.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. 1. ed. São Paulo-SP: Alameda, 2012. 427p.

BRAGA, Sérgio. (2002). Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo: ABPHE/Hucitec, v. 2, p. 75-106.

BRAGA, S.; GRIEBELER, J. B. Ação empresarial e NTIC: um estudo comparado sobre as agendas legislativas nos portais das associações industriais do Brasil e da Argentina. In: VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, 2010, Florianópolis. *Anais do VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade*, 2010.

BRAGA, S.; NICOLÁS, M. Os empresários, a política e a web: mapeando as atividades políticas nos portais das federações de indústrias brasileiras. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 24, p. 439-490, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A Construção Política do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2015.

CNA BRASIL. *Facebook*, 4 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/284952238207283/posts/1006565409379292>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COSTA, P. R. N. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 22, p. 47-57, 2014.

COSTA, P. R. N.; PONT, J. V. (Org.). *Empresários, desenvolvimento, cultura e democracia*. Curitiba: Editora Ufrpr, 2015.

FARIAS, F. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 28, 2009.

FIEP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Facebook*, 10 mar. 2016a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/278308425548085/posts/1029398850439035>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FIEP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. Manifesto Transforme o Brasil. *Facebook*, 21 mar. 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fiepr/videos/vb.278308425548085/1036918793020374/?type=2&theater>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FIESP. *Facebook*, 29 out. 2014a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/196613427043958/posts/785743518130943>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FIESP. *Facebook*, 4 nov. 2014b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/196613427043958/posts/788508444521117>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FIESP. *Facebook*, 7 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/196613427043958/posts/920393247999302>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FIESP. *Facebook*, 16 mar. 2016a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/196613427043958/posts/1025082837530342>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FIESP. *Facebook*, 17 abr. 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fiesp/photos/a.205516089487025.49186.196613427043958/1047831358588823/?type=3>>. Acesso em: 20 set. 2017.

GRIEBELER, J.; BRAGA, S. Ação empresarial em escala regional: um estudo da permeabilidade do Legislativo do Paraná à ação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) na 16ª legislatura (2007-2011). *Sociedade & Estado*, [online], vol. 29, n. 3, p. 895-919, 2014.

IGLECIAS, W. T. O Empresariado do Agronegócio no Brasil: Ação coletiva e formas de atuação política: Estudo de caso das batalhas do açúcar e do algodão na Organização Mundial do Comércio? *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 195-217, 2007.

INSTITUTO MILLENIUM. *Facebook*, 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/121670431240090/posts/831840260223100>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MANCUSO, W. P.; LEOPOLDI, M. A. P.; IGLECIAS, W. T. (Orgs.). *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias*. 1. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2010. v. 1.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 131-145, 2007.

MARTUSCELLI, D. Poulantzas e o conceito de “burguesia interna”. *Demarcaciones - Revista latinoamericana de estudios althusserianos*, v. 1, p. 118-129, 2014.

MARTUSCELLI, D. *Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

MINELLA, A. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, n. 83, 2013.

SABENÇA, M. As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma. 38 o Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <<http://portal.anpocs.org/portal>>. Acesso em: 3 set. 2015.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 105-118.

SILVEIRA, L. *Fabricação de idéias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013.



# Protestos político-sociais



## **A política nas telas: os protestos de junho de 2013**

Claudio Bertolli Filho  
Vinicius Carrasco

Em junho de 2013 teve início uma série de demonstrações públicas que apontava para o desacordo de uma parcela significativa da população em relação à ética e às políticas adotadas pelo Estado brasileiro. Esse fato não se constituiu em fato isolado, pois, em escala planetária, desde 2011 passou a chamar a atenção as legiões de indignados que tomaram as ruas e praças públicas com o objetivo de protestar contra os governos nacionais e exigiram urgentes transformações políticas, econômicas e sociais. Insuflados por questões locais combinadas com determinantes globais, do Oriente Médio e do Norte da África, os movimentos disseminaram-se pelas empobrecidas Grécia, Espanha e Portugal e também pelas nações caracterizadas por melhor equilíbrio econômico e políticas sociais fortemente ativas, como Islândia, Inglaterra e França. Dessas áreas, os protestos ganharam as ruas na América do Norte, tendo como primeiro palco os Estados Unidos, e, em seguida, na América Latina, incluindo o Chile e o Brasil.

Avaliados em conjunto, tais movimentos condenam ao parcial fracasso as análises acadêmicas que têm buscado causas gerais para um fenômeno de amplitude praticamente mundial. Afinal, como inserir numa mesma equação movimentos que tiveram início devido à existência de governos declaradamente ou muito próximos de posturas ditatoriais, outro que defendia em um primeiro instante a conservação de um parque

público, outro que se opunha ao alto custo da educação e ainda outro que lutava contra o aumento da tarifa do transporte coletivo?<sup>1</sup>

Frente a isto, a mídia empenhou-se, a partir do segundo semestre de 2013, a oferecer versões próprias para o que estava acontecendo. Além de textos produzidos no calor da hora, jornalistas, cineastas e *videomakers* elaboraram documentários que objetivam apresentar os protestos e os personagens sociais que os integraram.

A partir desse cenário, o objetivo deste capítulo é analisar como os principais protagonistas dos movimentos de junho de 2013 foram representados no documentário intitulado *Junho, o mês que abalou o Brasil*. A opção por essa peça cinematográfica deve-se ao fato de o documentário, desde o seu lançamento, ter sido assumido como referência obrigatória nos debates realizados em torno do movimento iniciado em 2013.

## O documentário e suas vozes

Narrar em 72 minutos as manifestações contra o aumento da tarifa de transporte público que ocorreram em junho de 2013 e levaram mais de um milhão de pessoas às ruas em protestos que se ampliaram para pautas relacionadas às demandas básicas não atendidas pelo Estado como saúde, educação, ou críticas à corrupção e aos gastos para a realização da Copa do Mundo de Futebol realizada no ano seguinte. Esta é a proposta do primeiro documentário produzido pela Folha de S.Paulo em parceria com a O2 Play, distribuidora da O2 Filmes. Sob a direção de João Wainer, que assina o roteiro com César Gananian, *Junho* foi lançado simultaneamente em circuito nacional e no iTunes; os produtores escolheram o formato “*Day and Date*”, estabelecendo o dia 5 de junho de 2014 para sua estreia no cinema e *on demand* (em banda larga).

A estrutura narrativa do filme procura seguir uma ordem cronológica e temática ao apresentar os fatos e os desdobramentos ato a ato dos

---

1 As explicações acadêmicas sobre o tema foram analisadas em Carrasco e Bertolli Filho (no prelo).

protestos. O documentário começa com a informação: “Este filme foi produzido sem a utilização de recursos públicos”, na tentativa de mostrar certa isenção. O passo seguinte é descrever o cenário do mês que abalou o Brasil. Para isso, são utilizadas narrações de programas jornalísticos que tratam da umidade relativa do ar e áudio da declaração da então presidente Dilma Rousseff declarando aberta a Copa das Confederações.

O documentário escala diversas vozes para tentar (re)apresentar o que foram os levantes de junho. Sob as perspectivas das massas, da polícia, dos políticos, de intelectuais, jornalistas e representantes dos movimentos sociais que protagonizaram tais protestos, emerge também o som das cidades sinestesticamente carentes de mudanças e cuidados. Tal abordagem remete ao conceito de representação social sugerido por Moscovici, que valendo-se de Lévy Bruhl, Simmel e Weber (quadros de referência) e Durkheim (representações coletivas), parte do princípio de que não há uma realidade única, mas sim um conjunto de operações simbólicas que, em certa medida, apontam para percepções contraditórias ao movimento e seus resultados políticos e sociais.

No jargão jornalístico, as fontes têm o poder de fornecer informações com credibilidade sobre os fatos. Teoricamente constituem-se no que George Gerbner (1956) chama de representação subjetiva da realidade, na qual cada personagem entende a realidade conforme o próprio contexto e memória. O *Manual de redação da Folha*, instrumento de orientação para o fazer jornalístico dos profissionais que trabalham no grupo noticioso, destaca que “hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística”. O texto destaca que “cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes e que uso fazer das informações que lhe passam” (FOLHA DE S.PAULO, 2001). Por esses graus de credibilidade ou por suas características ou papel, as fontes são passíveis de classificação não apenas pelo próprio jornal (LAGE, 2006; 2002; ERBOLATO, 2008). Elas legitimam o discurso, fazendo com que suas leituras ou versões se cristalizem depois do narrar dos fatos como sua (re)apresentação.

## Os representantes e os analistas dos movimentos sociais

A descrição de um dos protagonistas dos protestos, o Movimento Passe Livre (MPL), é feita por representantes do Movimento, como Nina Capello. Em sua primeira fala, ela se encarrega de contextualizar o que é o MPL, faz um histórico e apresenta as características do movimento:

É um movimento social, horizontal, autônomo e apartidário que luta por transporte verdadeiramente público. O MPL se formou a partir das revoltas populares que aconteceram principalmente em Salvador e Florianópolis contra o aumento das tarifas de ônibus. As revoltas que aconteceram em Florianópolis e ficaram conhecidas como guerra das tarifas foram vitoriosas, nos 2 anos seguidos revogaram o aumento de tarifa com a população e as ruas. E em 2005, no Fórum Social Mundial, diversas cidades que estavam impulsionando lutas por um transporte Público, se encontraram no Fórum Social Mundial e resolveram criar um movimento social para abarcar todas essas lutas que foi o Movimento Passe Livre.

Nina aparece pelo menos oito vezes ao longo do documentário. Suas falas estão atreladas às seguintes temáticas: violência, descrição do conflito com a Polícia Militar, tentativa de negociação com a Polícia Militar, abuso de poder dos policiais.

O MPL também é representado no documentário pelo depoimento de Lucas Monteiro. O integrante do movimento fala sobre a amplitude do movimento e sua disseminação por outras cidades e capitais. “São Paulo é a principal economia do país”, afirma. “Dentro do Movimento Passe Livre a gente sempre teve relativa clareza que se um dia a gente fizesse uma revolta em São Paulo como fizeram em outras cidades, isso ia se espalhar pelo Brasil”.

A ativista e socióloga Elena Judensnaider Knijnik também é convidada a dar depoimento sobre as manifestações. Ela entra creditada como manifestante, e suas falas são destinadas a descrever os momentos que venceu e da mudança da opinião pública com relação aos manifestantes, sua identidade e o ser manifestante.

Eu vejo assim, pessoas do meu convívio, por exemplo, pessoas do meu trabalho que até então só falavam do vandalismo e pras quais eu não podia falar que eu estava indo nos atos, eu ia depois do trabalho ou então eu dava um jeito de ir, então eu não podia falar. Depois do dia 13 eu falei que eu tinha ido em algum ato e nossa aquilo virou uma coisa legal.

Outro depoimento de Elena trata da virada da cobertura da mídia.

A mídia ela aceitou que ela mesma não podia mais negar que as manifestações estavam tomando uma proporção muito grande. Não tinha mais como se colocar contra aquilo, então já que vamos apoiar vamos fazer de um jeito que aja menos contra os nossos interesses. E o Arnaldo Jabor fez exatamente isso, de um dia falar que era vandalismo execrável e que era abominável.

Especialistas como o cientista político Marcos Nobre e o sociólogo Demétrio Magnoli fazem uma análise desses movimentos. Nobre destaca o caráter inovador ao afirmar que organizações como o Movimento Passe Livre “não são movimentos dirigidos primariamente ao Estado”, porque “fala da sociedade para a sociedade”. Ele também trata da tática *black bloc*, a qual define como “não é um grupo político”, cujas ações são legitimadas pela “violência contra a pessoa que é praticada pela polícia ou a destruição de propriedade público-privada”.

Ora a ação dos manifestantes é caracterizada como violenta, como ao associar os manifestantes à tática *black bloc*, que segundo o cientista Marcos Nobre prega que “a violência contra a pessoa que é praticada pela polícia ou a destruição de propriedade público-privada”. Ora negando essa associação, como no depoimento da repórter da TV Folha, Giuliana Vallone, que afirma que “boa parte dos manifestantes não estava a fim de violência e não agrediu a polícia em nenhum momento” e que a violência se associava a “uma pequena parte que estava ali puxando um confronto, um conflito com a polícia”.

Nessa composição identitária dos manifestantes também aparece um trecho de uma entrevista do governador Geraldo Alckmin dada em Paris, no dia 13 de junho, na qual ele os classifica pejorativamente como “um

grupinho de vândalos com uma ação evidentemente criminosa”. Nesse sentido, o jornalista Leonardo Sakamoto lembra que em São Paulo houve uma “criminalização violenta contra o movimento” e o define como “uma manifestação pacífica, os jornalistas e o movimento apanharam loucamente da polícia, a população viu aquilo. Aquilo correu as redes sociais”.

A pauta difusa também é criticada em depoimentos do vídeo dos participantes dos protestos, tais como o de um cidadão que afirma que “Tá sem direção, tá todo mundo querendo uma coisa, um quer educação, outro é corrupção, outro é a PEC 37... Se todo mundo quer abordar tudo de uma vez só, não dá certo, acho que é meio sem rumo isso aqui”.

### **Os manifestantes anônimos**

Para além dos líderes do movimento, dos jornalistas e dos intelectuais que teceram considerações sobre o período de protestos, a população anônima constitui-se na principal personagem do documentário analisado. A representação dos manifestantes não se afastou do modelo clássico de enfoque da massa, o qual preconiza a fluência no tecido coletivo de um certo grau de irracionalidade, em que os adeptos de um movimento de massa, com frequência, “são violentamente opostos à razão e à sua autopreservação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 79).

Nessa rota, o documentário apresentou os manifestantes a partir de vozes provenientes de diferentes agrupamentos sociais, enfatizando a presença e as posturas de jovens da classe média, especialmente estudantes universitários, colocando em um plano de menor destaque membros das camadas subalternas. Se em um primeiro momento a ênfase recaiu para as ponderações sobre o aumento do preço do transporte coletivo contrastante com a baixa qualidade de tais serviços, bastaram poucos minutos para que, na tela, os motivos dos protestos ganhassem novo rumo, expandindo-se para um grande número de fatores, da péssima qualidade do atendimento à educação e saúde à corrupção da administração pública e o repúdio aos conchavos políticos. Enfim, bradava-se contra a irracionalidade de um sistema que perdera os objetivos de um governo democrático

e buscava-se protestar em nome de um futuro melhor não só para os manifestantes, como também e especialmente para seus filhos.

A primeira versão do protesto foi a de um movimento pacífico incorporado por gente que fora às ruas para clamar por mudanças na esfera político-administrativa, uma massa esperançosa por reformas capacitadas para (re)colocar o país no caminho da ética e da democracia. Nesse ritmo, registram-se críticas populares cada vez mais intensas, inclusive em relação à grande mídia que, nos primeiros dias dos protestos, esposou a ideia de que o que estava acontecendo era algo tramado por grupos de “arrua-ceiros” que precisavam ser contidos pelas forças policiais. Além dos políticos, nesse momento a população também elege seus inimigos midiáticos: a TV Globo e a TV Bandeirantes, que mais do que quaisquer outros bradaram pela ilegitimidade do movimento e pela intervenção policial para, na sequência, incorporarem as manifestações como um fato positivo.

A multiplicação das imagens expostas pelo documentário apontava para o protesto como uma espécie de festa cívica que a cada dia ganhava mais adeptos. A repetição coletiva de palavras de ordem ditadas por líderes do movimento mesclava-se com cantos cujas letras invocavam a situação nacional e com demonstrações de solidariedade para com os mais pobres, vistos como as principais vítimas do desmando governamental e da crise econômica que se anunciava. A dimensão favorável ao movimento adotada pelo documentário contava com limites, explicitado mediante o questionamento de um dos manifestantes de classe média que não sabia explicar com o mínimo de clareza algumas das posturas governamentais que estavam sendo então criticadas.

A circunstância de “a sociedade estar falando para a sociedade”, sem a intermediação de instituições tradicionais, como os partidos políticos, sindicatos e igrejas, é destacada como algo positivo, e as ações que remetiam à depredação do patrimônio público e privado, assim como os confrontos iniciais com as forças de repressão, são creditados a agrupamentos que, apesar de constitutivo do coletivo dos manifestantes, não espelhava sua tática de luta, especialmente os *black blocs*.

Os primeiros confrontos mais intensos com as forças repressoras, ocorridos a partir de 13 de junho, quando se completava uma semana

desde o início dos protestos, permitiu que o documentário assumisse de vez a perspectiva dos manifestantes como uma “massa” injustamente agredida por policiais e que pouco a pouco se deixara tomar por uma irracionalidade explicitada tanto pelo sentimento de medo e pânico, quanto uma multidão que, ferida em seus brios, ousava se confrontar com os policiais. A partir desse momento, o documentário adota como princípio a exposição de imagens que contrapunham os manifestantes às forças policiais, enfatizando a truculência dos soldados frente a uma população desarmada e, pelo menos em princípio, avessa à violência. Como que para provar tal assertiva, deu-se destaque à entrevista com uma mulher de 67 anos, ferida no rosto por uma bala de borracha disparada por um policial, que, visivelmente aturdida, balbucia sobre a agressão da qual fora vítima, acrescentando que iria a uma delegacia para dar queixa do sucedido.

O tom dos protestos populares ganhou a partir do dia 13 novos contornos, os quais foram registrados pelos documentaristas. Além da reiteração das críticas e das palavras de ordem que vinham sendo recitadas desde o início dos protestos, somaram-se os brados contra os policiais, invariavelmente taxados de assassinos, covardes e filhos da puta. Acusados de fomentadores de uma violência injustificada, as forças repressoras foram também responsabilizadas como perpetradoras de um “massacre” que estava sendo cancelado pelo governador paulista.

A irracionalidade dos policiais teve como resposta atos também pautados pela irracionalidade por parte dos manifestantes. Imagens que beiram ao grotesco de grupos tentando invadir as sedes do governo estadual e da prefeitura municipal privilegiaram indivíduos tentando escalar portões e muros e arrombar as portas de edifícios públicos, circunstâncias que são registradas primeiramente em São Paulo e, em seguida, em várias cidades do Estado e de todo o país, inclusive em Brasília.

No final do mês, os protestos massivos começaram a rarear nas áreas centrais da capital paulistana, e se constata as consequências do movimento, inclusive com falas reticentes e atemorizadas de políticos que reconhecem a legitimidade do clamor popular. Somente então o documentário volta suas atenções para a periferia da cidade, momento em que concede maior destaque às vozes até então pouco contempladas. Somente então

sabe-se, mediante a fala de Sérgio Vaz, poeta e promotor cultural identificado com os grupos subalternos, que a violência policial experimentada pelos manifestantes constitui-se algo corriqueiro nas áreas mais afastadas da cidade. Mais do que isto, em longo depoimento, Vaz põe às claras alguns traços identitários dos brasileiros:

[os políticos] nunca negaram que são bandidos, cara! A gente é covarde, cara! A gente... eu acho que a gente deveria ser açoitado às seis horas da tarde por eles. Todos nós, todos os trabalhadores, todas as pessoas honestas desse país deviam se curvar pra eles e apanhar porque a gente deixa eles fazer; de alguma forma eu consenti que esses caras se perpetuassem no poder, que esses caras deixassem o povo na miséria... de alguma forma, ou através do meu silêncio. (...) somos muito covardes, muito canalhas, nós somos uma sociedade hipócrita pra caralho! A gente dá um real pro mendigo, mas não quer saber quem transformou esse cara no mendigo.

### **As forças da repressão**

A Tropa de Choque e o Batalhão da Cavalaria da Polícia Militar de São Paulo foram as unidades militares que atuaram na repressão aos manifestantes. No entanto, fala-se também na ação de um número significativo de militares à paisana, que tiveram como missão se infiltrar entre os manifestantes não só para identificar possíveis insufladores da violência, como também para gerar motivos para a intervenção das forças repressivas.

Em um primeiro momento, os agentes policiais são focados como presenças amedrontadoras e promotores de violência simbólica, como a de marchar em direção a grupos de manifestantes batendo os cassetetes contra os escudos, como que alertando a possibilidade iminente de a ação transitar para a violência física. Somente quando isto realmente se efetivou, no já mencionado confronto datado de 13 de junho, resultando em um número significativo de feridos e de manifestantes presos, é que as forças repressoras passaram a ser focadas como não preparadas para lidar pacificamente com a massa rebelde. Nesse sentido, o documentário adotou a perspectiva dominante na mídia, especialmente a partir do golpe de

1964, segundo a qual a subcultura policial tem como princípio o suposto que somente mediante a prática da violência é que a sociedade se submete à ordem (SOUZA; OLIVEIRA, 2009, p. 72).

A maior parte do filme, quando se reporta a ação policial, expõe cenas que atestam a truculência exercida pela Polícia Militar. Pessoas que protestavam não só foram feridas com balas de borracha e golpes de cassetete, mas também receberam socos e chutes, mesmo quando estavam caídas no chão. Foram essas ações testemunhadas pelos presentes e também difundidas pelas redes sociais que definiram não só a incorporação dos militares como objeto de crítica, como também coagiram o documentário a ocupar uma parte de suas imagens na denúncia dos policiais como parte integrante do Estado que estava sendo rejeitado nas ruas.

A ausência de postura democrática dos soldados foi registrada por diferentes ângulos. Além do exercício da violência física contra os cidadãos, uma cena que ganhou destaque no documentário é a tentativa de diálogo entre um manifestante e um comandante militar. O policial não parou para responder ao questionamento realizado por um rapaz sobre a truculência dos seus comandados, e a conversa só se prolonga por alguns instantes porque o manifestante acompanha o militar, que se mostrou pouco compromissado em explicar as ações das forças repressoras.

Reagindo à imposição militar, os manifestantes atacaram alguns policiais, sobretudo quando estes se encontravam desacompanhados de seus pares, situações que ocorreram nas áreas centrais da cidade, como a Praça da Sé e a estação São Bento do metrô. Porque essas cenas foram celebradas pela população, Conte Lopes, ex-capitão da PM e vereador na cidade de São Paulo, ganha espaço no documentário para explicar:

É mais fácil às vezes você colocar a pessoa para chorar um pouco com o gás lacrimogênio do que ficar numa situação daquela que todo mundo viu na própria Folha, o policial poder matar alguém [nesse momento, o documentário expõe na tela a imagem de um policial ferido na cabeça, empunhando uma arma] porque ele é atacado por um monte de gente com uma “ponto quarenta” que não é a arma ideal. Ele nem devia estar sozinho naquele local.

Outro comandante militar justificou os atos de seus subordinados como sendo a execução de uma ordem ditada pelo governador do Estado. Acrescentou, ainda, que a autoridade política havia permitido a ação repressora porque os manifestantes estavam colocando em risco a ordem na cidade.

Não só porque a mídia e a sociedade se colocaram contra a violência exercida pelos policiais, mas também porque os próprios soldados passaram a experimentar o medo que eles estavam impondo aos manifestantes, em poucos dias a Polícia Militar passou a desenvolver ações limitadas durante as reuniões populares. Aventa-se também que o próprio governo estadual, percebendo que os protestos se dirigiam sobretudo à presidente e aos políticos atuantes em Brasília, determinou que a PM abandonasse a prática de ações violentas para diminuir a possibilidade de críticas ao governo estadual.

Quando um grupo de manifestantes tenta invadir a sede da prefeitura municipal e, paralelamente, saqueia e depreda lojas localizadas no centro velho paulistano, a polícia permanece ausente e somente duas horas após o prefeito Haddad ter pedido socorro à polícia é que esta chegou ao local para dispersar os manifestantes e saqueadores. A partir dessa situação, o documentário momentaneamente altera o tom com que vinha condenando a ação militar, dando voz a um depoente que conclui que a violência popular ocorreu porque ocorreu a “total ausência policial” durante a maior parte do tempo.

A peça analisada guarda também marcas do jornalismo praticado pela empresa que produziu o documentário. A polícia e a truculência policial foram enfatizadas nos protestos que ocorreram no centro da cidade e atingiram as camadas médias que protestavam. No entanto, quando o enfoque se volta para a periferia, além do depoimento de um residente da localidade, nenhuma outra menção ou cena buscou registrar a truculência militar nos protestos que lá ocorreram.

## **Jornalistas e imprensa**

A imprensa e os jornalistas estão representados no documentário. Em determinado momento assumem o papel de protagonistas da construção narrativa, em outros fazem as vezes de analistas do fato.

A Folha soube capitanear no documentário o episódio que envolveu a repórter Giuliana Vallone, de 26 anos, atingida na região do olho direito, no dia 13 de junho, por uma bala de borracha disparada por um PM nas imediações da rua Augusta, durante um dos protestos. Os depoimentos com a repórter foram colhidos no hospital Sírio Libanês onde ela estava internada. Ela narra que começou a cobrir os protestos no primeiro dia e descreve como narradora observadora suas percepções, que ajudam a caracterizar os atos e os atores nele envolvidos.

O que eu vi era uma composição bem heterogênea de gente. Tinham alguns movimentos ligados a partidos políticos e gente que estava lá pra protestar porque se identificava com a causa.

O depoimento intercala descrição de ações violentas da PM com imagens da agressão narrada. É o caso do trecho em que a jornalista descreve a prisão de um ciclista “jogado no canteiro central por cerca de seis policiais”. A repórter afirma que “boa parte dos manifestantes não estava a fim de violência e não agrediu a polícia em nenhum momento, mas tinha uma pequena parte que ‘tava’ ali na frente e que ‘tava’ puxando um confronto, um conflito com a polícia”.

Coincidentemente, no dia anterior às agressões à jornalista, 12 de junho, os editoriais dos dois maiores jornais paulistas, Folha e Estado de S. Paulo, pediam mais repressão por parte da polícia. A narrativa que era trazida pela mídia ao representar os manifestantes como violentos, baderneiros e vândalos começa a se inverter, e o episódio envolvendo Giuliana Vallone é um dos pontos de virada da narrativa. A própria contratada da Folha afirma que “o cenário mudou completamente” depois de “ler uma declaração da Polícia Militar que disse que os manifestantes não ficariam mais à vontade para protestar da forma que eles queriam”. A agressão à Giuliana Vallone representou uma agressão à liberdade de imprensa e do trabalho jornalístico na ocasião, e a angulação dos fatos, por esse próprio envolvimento dos mesmos, foi alterada. De mero narrador observador, a jornalista passa a narradora participante e personagem, mesmo quando hospitalizada.

Quando a gente tava subindo a (rua) Augusta, a gente deu de cara com o Choque (Tropa de) e eu fiquei parada... tava com o crachá da Folha, sem o celular porque meu celular tinha acabado a bateria, sem falar nenhuma palavra pra nenhum deles, foi quando um desses policiais do choque veio um pouco mais pra frente de onde tavam as pessoas com escudo e ele apontou a arma pra mim. Aquilo tinha acontecido algumas vezes naquele dia e então eu não imaginava que aquilo fosse acontecer (ou que ele fosse atirar em mim), mas ele disparou. Vi, vi ele mirando em mim, mas eu jamais pensei que ele fosse atirar porque já tinham mirado em mim outras vezes naquela noite, ninguém tinha atirado. Eu tava fazendo o meu trabalho, eu sou mulher, enfim, você não imagina que um cara fardado com uma arma vai atirar na tua cara.

Também são convocados a analisar os fatos outros jornalistas da própria Folha ou que já passaram pelo grupo, como Jânio de Freitas, Mônica Bérghamo, Gilberto Dimenstein, Leonardo Sakamoto, Juca Kfourri, além de profissionais da mídia considerada independente, como Bruno Tortura, do Mídia Ninja<sup>2</sup>.

Essa virada é destacada pelo jornalista Bruno Tortura, que destaca os editoriais da Folha e do Estado de S. Paulo como “históricos”, demandando basicamente mais repressão, falando que o Estado ainda estava sendo frouxo e falando que a Paulista estava sendo retomada.

Outro depoimento de Elena Jundensnaider Knijnik, trata da virada da cobertura da mídia:

A mídia, ela aceitou que ela mesma não podia mais negar que as manifestações estavam tomando uma proporção muito grande. Não tinha mais como se colocar contra aquilo, então já que vamos apoiar, vamos fazer de um jeito que haja menos contra os nossos interesses. E o Arnaldo Jabor fez exatamente isso, de um dia falar que era vandalismo execrável e que era abominável.

---

2 O Mídia Ninja ganhou espaço, como outro ator na construção das manifestações de junho. A sigla Ninja vem de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação e remete a um tipo de jornalismo colaborativo que se classifica como independente.

O documentário também utiliza trechos dos comentários feitos pelo jornalista Arnaldo Jabor, do *Jornal da Globo*, que em um dia classifica as manifestações como “caricatura violenta de esquerda” e os manifestantes como “esses revoltosos de classe média, não valem nem 20 centavos” e seu *mea culpa* seis dias após: “À primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu”.<sup>3</sup>

A mídia também é ilustrada com trechos dos programas dos jornalistas com forte apelo junto à opinião pública como Marcelo Rezende, apresentador do *Cidade Alerta*, da TV Record, e José Luiz Datena, do *Brasil Urgente*, da TV Bandeirantes. Datena, por exemplo, questiona os telespectadores se eles são a favor de protestos com baderna enquanto o trecho de Marcelo Rezende traz o jornalista mostrando o carro da emissora para a qual trabalha sendo queimado durante as manifestações.

Na avaliação de Bruno Tortura, essa mudança foi fundamental para o avanço dos protestos, mas outro fator também merece destaque: a utilização de redes sociais e dispositivos móveis por parte dos cidadãos que conseguiram construir narrativas paralelas às que eram veiculadas pelas mídias tradicionais.

Quem quebrou a narrativa do fato, né? Foram os cidadãos que tiveram seus celulares, suas câmeras distribuindo de maneira independente... A qualidade do material e a relevância dele era suficiente para que esse material fosse largamente difundido. Naquele instante, tudo foi catalisado no país, inclusive a importância do jornalismo cidadão... [...] As redes sociais se tornaram cruciais, aí sim, mais importante do que dar a sua própria opinião é virar o canal por onde isso é escoado.

Essas afirmativas se relacionam com o pensamento otimista de Manuel Castells (2013) com relação ao empoderamento dos manifestantes e movimentos em rede. O autor destaca um efeito importante da presença dos movimentos em rede sugerido por Maytha Alhassen ao se referir aos levantes da Síria: a criatividade político-artística.

---

3 Sobre a mudança de postura de Arnaldo Jabor, consulte Jabor (2013).

O poder das imagens, assim como das emoções criativas provocadas pelas narrativas, ao mesmo tempo mobilizadoras e tranquilizantes, produziram um ambiente virtual de arte e significado no qual os ativistas do movimento podiam confiar para se conectar com a população jovem em geral, transformando assim a cultura em instrumento de mudança política. (CASTELLS, 2013, p. 85).

Dadas características peculiares aos movimentos em rede e nas redes ao redor do globo, tal observação também se aplica ou pode ser transposta para as manifestações brasileiras.

## Políticos

Outros personagens que compõem a narrativa do documentário são as figuras dos políticos. Principais alvos das manifestações e responsáveis pelo aumento da tarifa e pelo deterioramento das condições de vidas da população no que tange às condições básicas que em tese deveriam ser dever do Estado e foram terceirizadas, loteadas em esquemas de corrupção para os mais variados fins de vantagem política ou perderam o devido investimento que garantisse seu nível de excelência ou mesmo uma regularidade de atendimento (saúde, educação, segurança, etc.). De modo geral, suas identidades ou representações se constroem como “entidades” ou “personas” com a credibilidade abalada, “instituição falida” ou distante da finalidade de atenção ou ao diálogo com as demandas populares.

Tais aspectos se evidenciam na construção do discurso. Manifestantes aparecem fazendo críticas verbais ou por meio de cartazes e faixas à classe política como Renan Calheiros (PMDB-AL), José Sarney, Marco Feliciano (PSC-SP), entre outros. Um exemplo disto é o manifestante que traz a seguinte mensagem: “Renan, Sarney, sua corja, fora desse país”. O termo “corja” desqualifica tais representantes populares. Percebe-se uma indignação generalizada a tais personagens do cenário nacional.

Os políticos são retratados ou personificados através de trechos de depoimentos dados à imprensa a respeito das manifestações, pronunciamentos ou votações no Congresso Nacional. A figura da então presidente Dilma aparece em certos recortes em pronunciamentos oficiais, nos quais

ela legitima os protestos e a voz das ruas. Em algumas declarações do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), reforça-se a tentativa dos dois últimos em resolver as questões através do diálogo, como no depoimento de Alckmin que vem com áudio coberto, no qual o tucano afirma que “tem conversado” com o petista “para que a cidade funcione” e comunica a revogação da tarifa. Já Haddad destaca os esforços de discussão das “consequências dessa decisão [...] para o futuro”.

Ainda sobre a classe política, um exemplo interessante é o recorte do depoimento do Senador Pedro Simon (PMDB-RS), que em plenário afirma que as manifestações são “uma bofetada em nós (políticos) do tamanho que nós merecemos”. No depoimento de TV do senador Cristóvão Buarque (PDT-DF), mais uma autocrítica:

Os meninos se anteciparam a nós. Os meninos foram pra rua e demonstraram a fragilidade das instituições. Eles são democratas e estão preocupados com a fragilidade das instituições provocadas por erros nossos, por erros do Supremo, por erros do Executivo, pela incapacidade de convivermos bem dentro de regras que mostrem a independência de cada poder. Nós estamos ameaçados, e a prova disso é que o povo cansado, cansado de esperar por nós foi pra rua.

Outro discurso que se destaca é o do deputado federal Ronaldo Fonseca (PR-SP) em que o parlamentar afirma que “não dá mais para enganar o povo” e questiona o próprio papel dos representantes “Chega 2014 tamos todos nós na rua dizendo: votem em mim que eu serei o seu representante na Câmara dos Deputados. Representante aonde?”.

Ironias também ajudam a compor o perfil dos políticos, como o trecho da jornalista Maria Cristina Poli, então apresentadora do Jornal da Cultura. O áudio ressalta “Mais um dia de eficiência inédita no Congresso Nacional: Senadores aprovaram projeto que transforma em crime hediondo o crime de corrupção”.

Os especialistas ouvidos no documentário fazem sua análise dos políticos e do cenário que os envolve. O filósofo Vladimir Safatle destaca a tomada do Congresso e do Palácio do Itamaraty, no dia 20 de junho,

afirmando que em nenhuma situação da história brasileira você tem uma grande massa de pessoas que vão em direção ao Congresso Nacional quebrar o Congresso Nacional, e a polícia não consegue fazer mais nada a não ser desviá-los para o paço do Itamaraty. O jornalista Clóvis Rossi afirma que as pessoas podem não gostar dos políticos (da Dilma, do Alckmin, do Haddad), “mas infelizmente não se inventou ainda outra forma de fazer a intermediação entre o Estado e a sociedade que não seja pela política e pelos partidos políticos”. Já na avaliação do cientista político Marcos Nobre, tem-se

um sistema político que se blindou contra a sociedade, que se fechou sobre si mesmo. Não tem mais polarização de posições que você veja de fato que você seja oposição e situação, então o que você tem é um descompasso (movimento de câmera ilustrando isso), então o que você tem é um sistema político que funciona nesse acórdão da governabilidade e as ruas como uma pluralidade de opiniões políticas que não vem refletindo no sistema político.

O sociólogo Demétrio Magnoli sintetiza a opinião popular com relação aos políticos ao afirmar: “a reação dos manifestantes é a reação de alguém que diz, ‘mas que cínicos, que cínicos, essa manifestação é contra vocês’”. O descontentamento é evidente e ilustrado nos exemplos mencionados.

## Considerações finais

O documentário analisado reapresenta uma leitura dos protestos de junho de 2013, no sentido de sistematizar sua complexidade enquanto fato relevante na história nacional. O registro procura trazer múltiplos olhares, pontos de vistas sobre os protestos, amparando-se na pluralidade de vozes. Tais perspectivas se alinham nesse recorte em torno do fio condutor e da angulação que o próprio veículo e seus coprodutores concebem como a mais adequada para contar o fato. Ressalta-se o aspecto positivo da iniciativa de tal empreitada ao procurar documentar ou registrá-lo para posteridade, trazendo um rico mosaico composto por imagens, depoimentos e

análises sobre o que se vivenciou naquele junho de 2013, no aspecto jornalístico que o mesmo adquire.

Utilizado para oferecer uma versão dos acontecimentos e a inserção da mídia no processo de repensar as circunstâncias nacionais, o documentário analisado ganha ainda mais significado a partir do momento que o jornal Folha de S.Paulo, da mesma empresa proprietária da TV Folha, assumiu nos primeiros momentos dos protestos o posicionamento que foi adotado pela grande mídia, isto é, reclamar a repressão policial para o que então foi denominado de “grupos de arruaceiros” que estavam tomando conta das principais ruas da cidade.

O destaque conferido aos principais protagonistas do movimento deixa claro que a representação adotada pelo documentário é de ausência de uma articulação mais consistente entre os diferentes personagens, o que possibilitou a inserção de imagens de confronto não só entre manifestantes e políticos, que inclusive davam ordem às forças policiais de intervir nos protestos, mas também entre os próprios manifestantes, que em certo momento foram flagrados conflitando entre si.

Em resultado, a polifonia adotada pela peça dirigida por Wainer não só foi objeto de elogios e prêmios, mas também tornou-se um dos principais instrumentos para a constituição da memória de tudo aquilo que ocorreu no mês de julho de 2013.

## Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: EDUSP; Cultrix, 1973.
- CARRASCO, V.; BERTOLLI FILHO, C. *#descontent@mento*: O que comunicam os protestos brasileiros de 2013. São Paulo: Cultura Acadêmica, (no prelo).
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- ERBOLATO, M. L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 2008.
- FOLHA DE S.PAULO. *Manual de Redação*. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 37-38.
- GERBNER, G. Toward a general model of communication. *Audio Visual Communication Review*, vol. 4, n. 3, p. 171-199; 1956.

JABOR, A. Arnaldo Jabor muda de opinião sobre manifestações: “Amigos, eu errei”. *Comunique-se*. Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/index.php/11-editorias/comunicacao/72080-amigos-eu-errei-arnaldo-jabor-muda-de-opinio-sobre-manifestacoes>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

LAGE, N. *A reportagem: A teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da notícia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, R. B. M. de; OLIVEIRA, A. L. de. Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais. *Pesquisa e práticas psicossociais*, São João Del-Rey, vol. 4, n. 1, p. 72-93, dez. 2009.

## Filmografia

JUNHO: o mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. Brasil: TV Folha; O2 Play, 2014. DVD (72 min.), color.



# **Social media and the 2013 protests in Brazil: the contradictory nature of political mobilization in the digital era**

Mauro P. Porto  
João Brant

On June 2013, a wave of massive street demonstrations took place in Brazil, establishing the country's largest protest movement in more than two decades. The first demonstrations emerged in opposition to a 20 cents (about 9 cents of the US dollar) rise in public transportation fares. There was also widespread discontent with the economic and social costs of Brazil's decision to host the 2014 World Cup. These first protests faced violent police repression and negative media coverage. Despite of this, the movement grew very quickly. At the peak of the protests, on 20 June 2013, more than 1.4 million people in at least 140 cities went to the streets bearing a profusion of agendas. By then, the initial focus on public transportation fares and on the impact of mega sport events had been replaced by a much more diversified and complex agenda and set of demands.

The rise of this mass movement was a remarkable and quite unexpected development in Brazil's recent history. Among its many features, the intense use of digital platforms -- including Facebook, Twitter and YouTube -- figured prominently. The goal of this chapter is to advance a critical analysis of the role of social media in the emergence and development of the 2013 protests in Brazil. While evidence suggests that online platforms played significant roles in calling and facilitating street mobilizations in Brazil and elsewhere, the contradictory nature of internet-based political activism has received less attention. We are still

a long way from more consistent theorizations about the relationship between online forms of political contestation and the broader political context. We also need analytical frameworks that consider how strategies of self-presentation deployed by social media users affect the development of political subjectivities and agendas within protest movements.

This chapter examines key features of the political context that are essential to understand the scope and significance of the demonstrations, including Brazil's recent political history and the role of political actors, civil society organizations and the mainstream media. The chapter also highlights the contradictory effects of political contestation by "individualized publics" (BENNETT; SEGERBERG, 2013) in the digital era, arguing that the fragmentation of the movement's agenda was related to the structure of communication processes held within social networks and to online strategies adopted by some key players. These and other factors help explain why initial progressive and critical actors and demands that were central in the first demonstrations became less influential as the movement grew in scope and strength.

## **Social media and protest: a contextualist approach**

The role of social media in shaping collective action and political protest has been the object of intensive scholarly debate. Much of the early literature on the relationship between internet and political mobilization was characterized by a dichotomy between "cyber-enthusiasts" and "cyber-skeptics" (see JOSEPH, 2012; WOLFSFELD; SEGEV; SHEAFER, 2013). Enthusiasts often express optimism about the ability of new media to empower individuals and political organizations. In one of the most sophisticated and insightful works in this line, Benkler (2006) emphasizes the internet's "liberalizing effects" in providing anyone with an outlet to speak and in creating decentralized approaches to political debate and organization that establish a unique "networked public sphere". Skeptics, on the other hand, tend to downplay the significance of the impact of new technologies. Gladwell (2010), for example, argues that social media

connections promote weak ties and low-risk activism, creating loose and leaderless networks that lack political efficacy.

More recently, several scholars have insisted on the need for more nuanced perspectives that can move beyond this basic dichotomy (BENNETT; SEGERBERG, 2013; JURIS, 2012; WOLFSFELD et al., 2013). The dramatic events of the so-called “Arab Spring” offer a good illustration of major controversies about the political role of social media. For some, new digital technologies played a major role in the wave of protests that spread over the Middle East, offering activists coordination tools that were already embedded in networks of family and friends (e.g. HOWARD; HUSSAIN, 2011). Other scholars question the view that the massive wave of protests of the Arab Spring can be interpreted in terms of social media impact. Wolfsfeld, Segev and Sheafer (2013) argue that it is a mistake to attempt to understand the role of any media in any political process without consideration of the surrounding political environment. The authors note, however, that both “cyber-enthusiasts” and “cyber-skeptics” generally fail to integrate political variables into the analysis of the role of social media in political mobilization and protest. To overcome this lacuna in the literature, Wolfsfeld and his associates propose a third approach that they label “contextualism”. According to this perspective, it is essential to emphasize the impact of political, social and economic variables when examining the role of social media in collective action (WOLFSFELD et al., 2013). Similarly, James Curran (2012) insists on the importance of the external context in enabling or disabling the realization of the technological potential of the internet.

This chapter seeks to advance this line of inquiry by contextualizing the 2013 protests in Brazil in relation to broader political, social and economic environments. More specifically, we identify seven variables of the political context that are essential to understanding the recent wave of street demonstrations and the role played social media in them. We argue that such “contextualist” approach is essential to avoid overestimating or misunderstanding the role of digital platforms in processes of political mobilization.

## Contradictions in online mobilizations of individualized publics

Besides emphasizing the importance of contextualizing social media in relation to the broader political environment, recent scholarship also offers valuable tools to examine the different logics of distinct forms of online political mobilization. In his ethnographic analysis of the dynamics of the #occupy movement in Boston, Juris (2012) stresses that different networking tools produce varying effects given their distinct sociotechnical affordances. For example, social media platforms like Facebook and Twitter allow individuals to quickly, cheaply and effectively disseminate vast amounts of information and coordinate protests in person-to-person networks, producing a sense of connectedness and copresence that has the potential of strengthening political mobilization. However, social media are far less effective than other online tools, such as listservs, for facilitating complex, interactive discussions regarding politics, identity, strategy and tactics. Thus, while Facebook and Twitter facilitate mass aggregation of individuals within concrete locations through viral communication flows, they are less suitable to generate stable organizational networks. As a result, rather than establishing a “logic of networks”, the use of Facebook and Twitter within social movements is characterized by a “logic of aggregation” that tends to generate “crowds of individuals” (JURIS, 2012, p. 267).

In their insightful analysis of economic justice and climate change movements in the postindustrial world, Bennett and Segerberg (2013) develop a similar approach.<sup>1</sup> The authors argue that the new forms of contentious action that have emerged since the late 1990s are associated with the rise of more highly “individualized publics”. According to them, such publics are made up of large number of concerned citizens who are not inclined or able to join formal political organizations and

---

1 As Bennett and Segerberg (2013, p. 205) themselves recognize, their concepts of “organizationally enabled” and “crowd-enabled” connective action is similar to Juris’ concepts of “logic of networks” and “logic of aggregation”.

whose political engagement is characterized instead by simple, everyday discourses anchored in lifestyles and shared with social networks. Bennett and Segerberg (2013) identify two main types of connective action. In “organizationally enabled” connective action, loosely tied networks of organizations sponsor multiple actions and causes around a general set of issues in which followers are invited to personalize their engagement on their own terms. In “crowd-enabled” connective action, dense networks of individuals deploy digital platforms to establish dynamic organizations in which crowds allocate resources and respond to external events (BENNETT; SEGERBERG, 2013). While NGOs and social movements play a more significant leadership role in the first type of connective action, there is a high level of personalization and decentralization in the second.

Bennett and Segerberg praise organizations forming loose networks for allowing citizens to personalize their involvement with issues in creative and interactive ways. According to them, this type of personalized connective action has several advantages when compared to more conventional protest movements, including their ability to: scale up quickly; produce large and sometimes record-breaking mobilizations; display unusual flexibility in tracking targets and bridging different issues; build up adaptive protest repertoires, share open-source software development and embrace an ethos of inclusiveness (BENNETT; SEGERBERG, 2013, p. 25).

Questions remain, however, about the nature and political consequences of connective action, especially in its more individualized, crowd-enabled form. Bennett and Segerberg (2013, pp. 191-192) recognize that organizationally enabled networks seem to have a better performance in sustaining focused messages and efforts in the long term, while crowd-enabled networks show a stronger adaptive capacity, enabled by technologies, to aggregate and filter huge volumes of individual inputs. However, the authors do not fully theorize the contradictory aspects of highly individualized forms of online mobilization that compromise the networks’ ability to keep agenda consistency and ensure sustainability.

Several authors identify problematic political outcomes that are associated to personalized forms of online mobilization that rely heavily on social media. Juris (2012) argues that the individualized nature

of participation in movements such as #occupy presents a particular challenge in terms of developing common proposals. Such forms of collective action often mobilize actors with little previous experience or with diverse ideological orientations, making it more difficult to establish a uniform set of demands (JURIS, 2012, pp. 272-273). When examining academic discourses about the Arab Spring, Markham (2014) notes a tendency to value individual creativity and expression, while ignoring the fact that individualized engagements with social media can undermine of a movement's sense of collective identity. For example, social media can lead movements to lose their ability to constrain and direct members' attention, communication and interaction (see also FENTON; BARASSI, 2011). Thus, creative acts of individuation do not always deliver substantive political change, since co-presence in digital rituals and communication does not necessarily mean that participants are working together to build a common political subjectivity.

These and other critics highlight the contradictory nature of online political mobilizations, especially those that rely more heavily on social media platforms. We argue that the 2013 protests in Brazil illustrate these contradictions. As discussed in more detail below, platforms like Facebook and Twitter were instrumental in producing large record-breaking mobilizations in a short period of time and in creating and disseminating alternative political discourses and information. However, such platforms also played a significant role in fragmenting the agenda of the protests, diluting the political and ideological identity of participants, and in marginalizing the organizations that had played a leading role in the initial demonstrations. But before developing a more detailed analysis of the 2013 protests in Brazil, it is worth presenting a brief overview of the main events.

## **The political context of the protests**

One of the central arguments of this chapter is that the role of social media in political protest cannot be understood without careful and

systematic consideration of the broader political, economic and social context. While not pretending to exhaust all the relevant variables that played a central role in the 2013 political mobilizations, we present seven factors that should be taken into account when explaining the dramatic events of June 2013. But before presenting the contextual factors, we introduce a basic timeline of the main events.

The demonstrations had specificities in each city and developed in direct connection with local contexts. Moreover, although the chronology presented below emphasizes protests that took place in June, especially in São Paulo, it is important to stress that the Free Fare Movement (MPL by its Portuguese acronym) had organized previous mobilizations in several other cities. Considering these caveats, we highlight the following events:

- The MPL organized the first major demonstration against the rise of bus fares in São Paulo on June 6. Demonstrations were then held successively, with a few days interval between them.
- From June 6 to June 11, demonstrations gathered relatively small crowds, from 2 to 5 thousand participants each.
- On June 13, a demonstration in São Paulo faced severe police repression, with several cases of aggression against protesters and journalists.
- On June 15, the Confederations Cup started with the soccer match between Brazil and Japan, in Brasília, Brazil's capital. The match takes place under strong protests.
- On June 17, large demonstrations took place in several cities, including São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte and Belém. On this day, the broadening of the scope of protests becomes clear. Bus fares and the World Cup now share posters and slogans with many other themes, such as the fight against corruption and the demand for improvements in healthcare and education systems.
- On June 13, the mayor of Goiânia is the first one to revoke the fare increase. On June 18, authorities in Cuiabá, Porto Alegre, Recife and João Pessoa did the same. In the following day, officials in São

Paulo and Rio de Janeiro, Brazil's largest metropolitan areas, also announced the return to the previous bus fare value.

- On June 20, the protests reached their peak, even though mayors had already revoked the bus fare increases. According to conservative estimates, over 1.4 million people protested in more than 140 cities, with about 200 thousand taking the streets in São Paulo and 300 thousand in Rio de Janeiro, Brazil's largest metropolitan areas (ROMAN, 2013, p. 9).
- On June 21, President Dilma Rousseff used a prime time televised address to discuss the movement publicly for the first time.
- From June 22 on, attendance to protests starts to decline and the movement becomes more pulverized, although the scenario of public agitation begins.

Taking into consideration this dramatic chain of events, we identify seven factors of the political context within which the 2013 protests took place. We begin highlighting *timing as political opportunity*. In Brazil, public transportation fares are the responsibility of state and municipal governments<sup>2</sup> and increases usually take place in January. In 2013, however, President Dilma Rousseff requested other public officials to postpone the increase in order to contain the threat of rising inflation. As a result, several municipal and state administrations planned the rise of fares for May. Unlike the month of January, when students and a significant part of the work force are on vacation, the country was in full speed by May. The postponement of bus fare increases for the months of May and June offered these groups an unusual opportunity for political mobilization.

The period of the protests also coincided with the beginning of the Confederations Cup. The tournament was organized by the International Federation of Association Football – FIFA and was held in six Brazilian cities between June 14 and 30. FIFA organized the event in preparation for

---

2 Buses are a responsibility of the municipalities, but in the case of metropolitan transportation systems, the responsibility rests with state governments. In São Paulo, for example, the subway is a state responsibility, while buses are a municipal one.

the World Cup, which Brazil was scheduled to host the following year. The tournament became the stage for protests organized by the World Cup Popular Committees, which emerged in opposition to forced evictions of mostly low-income communities, as well to the misuse of public funds in construction works of stadiums and urban infrastructure related to the 2014 World Cup.

The second contextual factor was *discontent with traditional mechanisms of political representation*. The political scenario in Brazil at the time of the outbreak of the demonstrations did not suggest that a mass protest movement could emerge. Unlike other countries that witnessed similar protests, Brazil was not experiencing significant economic problems or facing political tensions (CONDE; JAZEEL, 2013; FONSÊCA, 2013; ROMAN, 2013). However, trends in the country's recent political history contributed to set the stage for the mobilizations. It is impossible to explain the events of June without considering the growing discontent with traditional mechanisms of political representation. Indeed, a survey with protesters from eight capital cities on June 20 revealed that 89% of them did not feel represented by politicians and 83% did not feel represented by political parties.<sup>3</sup> Some episodes in 2013 point to an intensification of clientelistic practices in the political system, which contributed to further disseminate dissatisfaction among key publics. On February, the Federal Senate elected Renan Calheiros as its new president. Senator Calheiros had been involved in several political scandals and was seen by many as an unethical politician. His appointment was opposed by a mass mobilization demanding his impeachment, which included an online petition that by February 11, had more than 1.3 million signatures, or 1% of the electorate.<sup>4</sup> In March, the Committee on Human and Minority Rights of the Chamber of Deputies elected conservative Congressman Marco Feliciano as its new Chairman. Congressman Feliciano is an evangelical pastor that has expressed intolerant views against gays and other stigmatized groups. In

---

3 <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>

4 "Brazil's zombie politicians: Unstoppable?", *The Economist*, February 16, 2003.

both cases, civil society groups and concerned citizens mobilized to oppose clientelistic and authoritarian tendencies in representative institutions.

*The influence of global protest networks* is another relevant contextual factor. International protest movements affected the development of the June 2013 events in Brazil in at least two important ways. Firstly, the creation of the Free Fare Movement - MPL, the organization that called and led the initial demonstrations against the bus fare increase, was heavily influenced by the anti-globalization movement of the late 1990s and early 2000s. The MPL emerged in 2005 when activists from all over the country gathered in the city of Porto Alegre for the World Social Forum. Secondly, the global wave of mass demonstrations that swept several regions of the world since 2010 offered local activists new models of political protest. The events of the so-called “Arab spring” in the Middle East and different types of political and social protest in other regions of the world became important “repertoires of political action” that inspired local groups.

We emphasize the *recent history of mobilizations about public transportation* as a fourth contextual factor. Since the first half of the twentieth century, public transport fare increases have sparked significant processes of popular mobilization. In the last 15 years, however, protests around for this issue have increased in scope and strength (see FONSÊCA, 2013). In 2003, students from the Northeastern capital city of Salvador revolted against the bus fare increase and paralyzed the city for three weeks. They failed to force authorities to cancel the rise, but the movement demonstrated the ability of the cause to mobilize concerned citizens, especially young people. In 2004 and 2005, similar demonstrations took place in the Southern city of Florianópolis. This time, protestors succeeded in cancelling the increase. In January 2011, the Free Fare Movement – MPL led street mobilizations against the rise in public transportation fares in São Paulo. There were at least seven major rallies in that period, which gathered between 3,000 and 5,000 demonstrators each. São Paulo’s City Hall did not give in and the movement eventually lost steam. It is therefore important to recognize that the 2013 protests did not emerge in a vacuum. There was already a significant history of political mobilization around public transportation in some key urban areas.

*Public discontent with the World Cup* is another significant variable. The decision of Brazilian authorities to host the 2014 World Cup and other mega sports events, such as the 2016 summer Olympics, created popular discontent and stimulated protests. Significant sectors of the population became outraged with the excessive costs and mismanagement of public funds related to construction projects for the World Cup. There was also significant indignation about the eviction of entire neighborhoods (mostly low-income) to open way for these projects and about stringent rules and obligations imposed by FIFA. As a part of the resistance to these mega events, “World Cup Popular Committees” were organized in twelve cities that hosted games for the World Cup. Taking the opportunity of the Confederations Cup, activists in six of these cities organized protests that gained visibility and gave momentum to the street protests.

Another decisive factor that helps explain the growth of the 2013 protest movement was *police violence against protesters and journalists*. This was particularly relevant in the city of São Paulo, location of the first demonstrations. During the June 13 demonstration, police violence increased, with unrestricted use of rubber bullets, tear gas and “moral effect grenades” that disperse gas and release splinters. On that day, police officers purposely stroke journalists covering the events, including reporter Giuliana Vallone from the newspaper *Folha de S.Paulo*. The images of the black-eyed reporter published the next day caused public outcry and contributed to increase public opinion support for the demonstrations.<sup>5</sup> It also forced the news media to review its stand pro-police violence and the governor of the state to review orders given to the police force.<sup>6</sup> Similarly to developments in the #occupy movement in Boston (JURIS, 2012, p. 259), videos of aggressive police response which circulated widely on via

---

5 PAULISTANOS aprovam protestos, mas rejeitam vandalismo e tarifa zero. Datafolha, 2013. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1295431-paulistanos-aprovam-protestos-mas-rejeitam-vandalismo-e-tarifa-zero.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2017.

6 It is important to remind that repression and law enforcement in Brazil are exercised by the Military Police, a corporation that is controlled by state governors, not by the Federal Executive Branch.

social and mainstream media generated widespread sympathy for the movement.

Finally, we emphasize the role played by *shifts in the attitude of the mainstream media*. From June 6 to June 13, most newspapers and television networks covered the movement in a restricted and biased way, focusing on vandalism and on the difficulties that demonstrations caused to city traffic. However, police violence against protesters and journalists on June 13 and the realization that the population was becoming more aware and supportive of the movement and its demands led to a significant change in media coverage. After June 13, the news media started to downplay vandalism, offering widespread support for the protests and their demands. The change in coverage was an adaptation of the media to the political context, especially in relation to an increase of public opinion support for the protests.<sup>7</sup> Moreover, there was also a dialectic element in the process, in which changes in media coverage contributed to reinforce positive public perceptions about the movement and to increase participation in the protests. Finally, positive media coverage after June 13 also reinforced the broadening of the movement's agenda, especially through a stronger emphasis on political corruption. For example, there was a significant media sympathy for the movement against proposed Constitutional Amendment 37, which intended to remove the investigative powers of the Public Prosecutor's Office - MP.

## **Social media, political mobilization and alternative communication**

In the remaining sections of this chapter, we examine the role of social media in the 2013 protests, with a focus on Twitter and Facebook. Prior to the rise of the 2013 protest movement, there was a significant growth

---

7 PAULISTANOS aprovam protestos, mas rejeitam vandalismo e tarifa zero. Datafolha, 2013. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1295431-paulistanos-aprovam-protestos-mas-rejeitam-vandalismo-e-tarifa-zero.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2017.

in the user base and in use frequency of both platforms. In 2012, Twitter grew 23% in Brazil, achieving more than 41 million users.<sup>8</sup> Facebook penetration also increased dramatically. In 2013, there were 76 million registered users in Brazil, with 47 million people reporting that they used the platform every day.<sup>9</sup>

The June protests demonstrated the mobilization capacity of social media. Platforms like Facebook and Twitter facilitated the mass aggregation of individuals within concrete locations through viral communication, creating a “swarming effect”. A public opinion survey conducted in eight capital cities with 2,002 individuals that participated in the demonstrations showed that 62% of them found out about the demonstrations via Facebook and 75% used Facebook to invite friends to participate in the protests.<sup>10</sup>

The internet also became a relevant alternative source of political discourse and information. Widespread availability of mobile phones with cameras and internet access allowed a significant number of protesters to disseminate videos and messages in extended networks. Though initially dialoguing only with immediate networks, materials posted by some individuals gained high levels of visibility in online flows of communication. For example, when a military police officer was caught breaking the glass of his own car during a demonstration in São Paulo on June 13, allegedly to blame it on protesters, a video of the scene posted by an ordinary citizen reached hundreds of thousands of views in a matter of hours.

During the protests, the online channel *Ninja Media* became a significant form of alternative media. The channel was established by the collective *Fora do Eixo* and became known for its “straight from the

---

8 <http://pt.kioskea.net/faq/12500-twitter-atinge-o-meio-milhao-de-usuarios-o-brasil- chega-na-segunda-posicao>

9 GOMES, H. S. Brasil é o 2º país com mais usuários que entram diariamente no Facebook. G1, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2- pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

10 <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>

frontline” coverage, with live and permanent broadcasts of the rallies and interviews with protestors, police officers and government officials. The rapid and significant impact of *Ninja Media* was facilitated by *Fora do Eixo*’s own network of activists and by wide dissemination in social media platforms. These networks allowed *Ninja Media* to compete with traditional media for the status of “relevant source of information”, an unusual feat for an alternative media outlet. Moreover, the mainstream media often used *Ninja Media*’s videos and photographs in their own coverage of the protests.

## **Social media, individualized publics and agenda fragmentation**

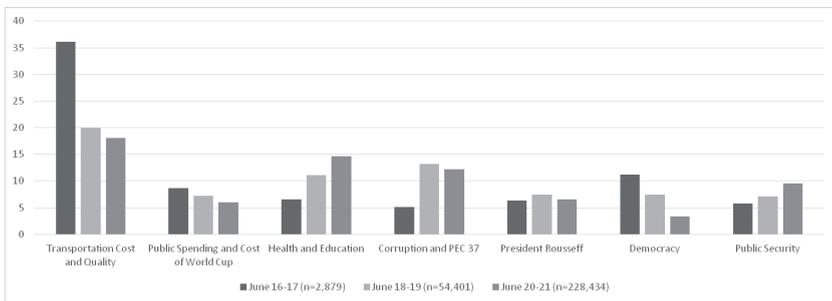
Social media were instrumental in the mobilization that led to the 2013 street protests and in establishing alternative sources of political discourse and information. However, they played a more ambiguous and contradictory role in terms of sustaining a coherent political platform. To examine this issue, we look at the evolution of the agenda of social media discussions related to the protests. We use data from the online platform *Causa Brasil*, which monitors discussions related to the protests in Facebook, Twitter, Instagram, Youtube and Google (see Appendix for details). The platform identifies “mentions” to the protests in social media based on a list of hashtags and more than 100 keywords directly related to the protests.

One of the limitations of the platform is that its data collection starts only on June 16, ten days after the first demonstration in São Paulo against the increase of transportation fares. Despite the fact that the platform does not include the initial phase of the movement, it reveals important trends in social media discussions about the protests.

Figure 1 below presents the results of the classification of mentions to the protests in social media for three points in time: June 16-17, June 18-19 and June 20-21. Since the number and size of street demonstrations decrease significantly after June 22, the period between June 16 and

June 21 includes the largest and most intense demonstrations. A first noteworthy aspect about the data is the difference in the volume of social media discussions identified by the platform: 2,879 mentions in June 16-17; 54,401 mentions in June 18-19; and 228,434 mentions in June 20-21. The huge difference in the number of social media mentions to the protests in the three periods suggests that we should be careful when comparing them, since there is significant variation in sample size.

Figure 1: Evolution of topics of social media discussions related to the protests – June 16-21, 2013 (Percentage of the total number of mentions in each period) \*



\* Data from <http://www.causabrasil.com.br> (assessed June 3, 2014) reorganized by the authors. See the Appendix for details.

Figure 1 also shows important shifts in the agenda of social media discussions across time. The subject heading “Transportation Quality and Cost” faced a 50% decline in the period, from 36.1% of all mentions in June 16-17 to 18.1% in June 20-21. Although not facing the same dramatic decrease, the subject heading “Public spending and World Cup cost” also declines over time, from 8.7% of mentions to 6.0%. Thus, the more the movement grew in scope and strength, the more marginal its original agenda became. At the same time, discussions about public services (Health and Education) and about corruption (Corruption and Constitutional Amendment 37) gradually started to dominate social media discussions.

These significant shifts in the movement’s agenda can be interpreted as a natural outcome of the political process. By June 19, on the eve of

the largest demonstrations and right before the last data period of Figure 1, government officials in all significant metropolitan areas had already cancelled public transportation fare increases. One of the protestors' central goals had been achieved and it seemed only natural that the movement would move on to incorporate other causes.

We argue, however, that social media played a major role in causing the shift in the movement's agenda. We highlight two mechanisms by which platforms like Facebook and Twitter affected the 2013 protests: the dissemination of individualized forms of self-expression by middle-class publics and the online strategies of key political actors.

### **Social media and individualized self-expression**

Both in the streets and in social media platforms, individualized forms of expression predominated and they gradually replaced collective forms of discourse and political organization. Individual posters, more than large and collective banners, marked the environment of the rallies. One of the main target audiences of these individual posters were not other participants in the demonstration or bystanders, but rather the social media networks of family and friends that would see photographs and often validate the individual's creativity.

To understand the forms of individualized self-expression that came to dominate the movement, it is important to consider the specific demographics that took to the streets. Public opinion surveys show that protestors were much younger, considerably richer and better educated than the average citizen (ROMAN, 2013, p. 11). This profile suggests that most individuals who joined the movement, especially after it grew in scope, had never occupied the streets before. Protestors also did not share a common ideological orientation. A survey with 551 protestors in the city of São Paulo on June 20, day of the largest demonstrations, shows that 36.1% of them identified their political orientation as "Left", 30.7% as "Center", 20.7% as "Right", while 12.5% did not know. As Conde and Jazeel (2013, p. 443) note, protestors were not united by a common ideology or political belief. The same survey also showed a significant hostility to organized

social movements and to political parties: only 34.3% considered trade unions important to defend workers' rights and only 24.6% identified with one of the political parties.<sup>11</sup>

The 2013 protests were therefore characterized by a strong participation of young and more affluent people with diverse ideological orientations, little previous political experience and a hostile attitude toward political parties and traditional social movements. One of the most common slogans in the streets, "The giant has awoken", illustrates this common character of protestors. The overconfident expression suggests that society was dormant before the protests, endorsing a frame that effectively erases the history of intense political mobilization by civil society groups and social movements.

The hostility of the movement toward political parties became particularly controversial. During the largest demonstrations on June 20, protestors attacked participants holding banners and flags of leftist political parties and trade unions, arguing that they were trying to hijack the movement and proclaiming slogans like "My party is my country" (CONDE; JAZEEL, 2013, p. 443). In response, the Free Pass Movement - MPL, the organization that had called and organized the first demonstrations, announced that they would stop participating in the protests.

Thus, the larger masses of protestors that joined the movement had little in common with the leftist vanguard organizations that led the first rallies and which had succeeded in putting the cost and quality of public transportation, as well as human rights violations related to the World Cup, at the center of the national agenda. These new participants emphasized instead general, unspecific and less controversial demands for better education and health systems, while endorsing populist calls for the end of corruption.

These general demands for better social services were not simply the result of protestors' personal experiences with Brazil's problematic education and health systems. They are a reflection instead of the movement's middle and upper class perspective. Take for example public

---

11 Encarte Tendências, *Opinião Pública*, vol. 19, n. 2, p.475-485, nov. 2013.

perceptions about Brazil's public health system, known as Unified Health System or SUS. The problems and deficiencies of the system are well documented, but a national survey that took place on September 2011 reveals interesting patterns in public opinion. According to this survey, 61% of the population evaluate public health as "terrible" or "bad". However, the higher the income and educational level of the respondent, the more negative is the evaluation. In other words, people who can afford and use private health systems tend to evaluate the public system more negatively. Moreover, it is very revealing that respondents who use the public system evaluate it much more positively than those who do not. When those who had used SUS in the last 12 months were asked about its quality, 48% evaluated it as "excellent" or "good", in contrast to only 10% of the general population (CNI, 2012).

Paradoxes in public perceptions about the public health system suggest that the movement's growing emphasis on general and non-controversial issues like health and education is related to a middle- and upper-class sensibility, rather than to personal experiences with these systems. We argue that social media platforms like Facebook were instrumental in offering these publics a forum where this perspective could thrive and spread to the streets.

The protestors that gathered in the climax of the movement were predominantly young (43% were 14-24 years old), highly educated (43% had a college degree) and more affluent (the family income of 49% of them corresponded to 5 or more minimum wages).<sup>12</sup> Sherry Turkle's (2011) research about social media use by similar publics in the United States shows that young people's subjectivity is often characterized by a "collaborative self", in which feelings and thoughts are discovered and explored by sharing them in digital platforms like Facebook. According to Turkle, such technologies encourage a sensibility in which validation of a feeling (and we would add, of a political opinion) becomes part of establishing it.

---

12 <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>

A 2013 national survey conducted in the United States by the Pew Research Center about the Snowden-NSA revelations provides further evidence of the contradictory nature of political discussions mediated by social media (HAMPTON et al., 2014). The study found that the only settings where most people were not willing to discuss their opinion on the issue was on Facebook and Twitter. The study therefore suggests that, compared to offline settings, social media are less welcoming to debate when the topic of discussion is controversial. The survey also suggests that Facebook users are more likely to share their views if they think their network of family and friends agrees with them. Moreover, people who used Facebook's "like" button more frequently were more likely to think that friends and family members agreed with them. As the report about the survey states, "[r]eading content contributed by other users, actively clicking the like button, as well as receiving feedback in response to status updates, provides for enhanced observation of others and confirmatory feedback from friends and family" (HAMPTON et al., 2014, p. 23).

Although no similar data exists about the 2013 protests in Brazil, we argue that related dynamics can be identified. When developing strategies of self-presentation in platforms like Facebook and Twitter young people often feel the pressure to post contents that conform to the logic of that particular platform and to perceived dominant values and opinions in online networks of friends. For example, users will often post messages, videos and photographs with the goal of attracting the largest possible amount of "likes", comments, shares and retweets. This permanent search for validation tends to reinforce commonsensical political opinions among users. In a context where younger and more affluent individuals dominated online interactions, social media platforms were less welcoming to discussions about more "controversial" and "distant" topics, such as the quality and cost of public transportation or the human rights violations related to the World Cup. With the exception of the more restricted networks of activists linked to social movements and political parties, these topics were not likely to attract significant confirmatory feedback. Conversely, strategies of self-presentation that relied on the expression of opinions about non-specific demands (such as "better" and

“more” public education and health or less corruption), which in turn expressed the sensibilities of affluent groups, tented to be favored in social media interactions. By posting pictures of creative posters with these banners, users were often able to receive broad endorsement from their middle- and upper-class peers, reinforcing the changes in the agenda of street demonstrations.

## **Online strategies of key political actors**

The online strategies of key actors is another significant factor that helps explain the shifts in the agenda of social media discussions about the protests. One first aspect is the absence of a coordinated and sophisticated strategy of online mobilization by the social movements that organized the first demonstrations, particularly the Free Fare Movement – MPL. To organize the first demonstrations in early June, MPL launched Facebook pages with invitations that were able to attract significant levels of presence confirmation, including 20,500 confirmations for the June 6 rally, 6,200 confirmations for the June 7 rally, 13,000 confirmations for the June 11 rally and 28,000 confirmations for the June 13 rally (PIMENTEL; AMADEU, 2013). However, the Movement did not go much beyond that, failing to develop a strategy in the use of hashtags and other tools that would allow it to shape online discussions in a more systematic way. As a result, the MPL gradually lost ground as an “authority” in social media discussions, since the percentage of people sharing its postings declined over time (*ibid.*).

While the MPL lost ground in social media debates, other actors became influential authorities by having a higher number of people share their postings in online networks. Some of these actors were created in the momentum of the protests, such as ChangeBrazil, which appeared on June 15 combining criticism to politics and politicians. Others existed before, such as the Movement Against Corruption and AnonymousBrasil, but had a significant increase in their numbers of followers at this point. AnonymousBrasil was one of the profiles with greater ability to impact social media discussions and the agenda of the protests, especially after

June 18, when they disseminated a video entitled “The five causes”. The video quickly reached over 1 million views and emphasized the five following demands: rejection of the Proposal of Constitutional Amendment - PEC 37, which intended to remove the investigative powers of the Public Prosecutor’s Office – MP; the immediate removal of Renan Calheiros as President of the National Congress; immediate investigation and punishment of irregularities found in construction works for the World Cup; approval of a new law to classify corruption as a heinous crime. Through viral messages and videos like this, the Anonymous profile was able to remain as one of the top authorities in social media discussions through the most intense period of the demonstrations (PIMENTEL; AMADEU, 2013). The actors with a more sophisticated and systematic online strategy were able to generate a virtuous circle, incorporating ideas that emerged in the streets and in the mainstream media, while reinforcing their presence in the agenda of the demonstrations.

## **Conclusion**

This chapter offers two main contributions to debates about the relationship between social media and political protest. First, its results corroborate research that identifies the strong mobilization potential of digital platforms. As in other recent processes of mass protest around the world (JURIS, 2012; BENNETT; SEGERBERG, 2013), platforms like Facebook and Twitter allowed Brazilian organizations and individuals to quickly, cheaply and effectively disseminate vast amounts of alternative information and to produce large, record-breaking mobilizations. However, we also suggest that the impact of social media should not be overestimated. The study highlights the importance of seven elements of the political context that help interpret the strength and scope of the 2013 protests in Brazil. Moreover, the intensification of social media use tended to follow, rather than precede, increases in protest participation. Social media use alone cannot therefore explain the causes and consequences of the 2013 wave of political mobilization.

A second main contribution of this chapter is to highlight the contradictory nature of political contestation in the digital era. The mobilization of “crowds of individuals” (JURIS, 2012) in “crowded enabled networks” (BENNETT; SEGERBERG, 2013) can result in the rise of massive street demonstrations. However, this type of contentious politics can also result in the mobilization of actors with little previous political experience and with diverse political orientations. In the 2013 protests in Brazil, this type of political mobilization fragmented the agenda of the protests, diluted the political and ideological identify of participants, and marginalized organizations, such as the MPL, that had played a leading role in the initial demonstrations.

The creative acts of individuation that dominated social networks and the streets turned the movement more attractive to young and affluent individuals, but it also contributed to provoke substantial changes in its agenda. The larger crowds of protestors that joined the movement had little in common with the leftist vanguard organizations that led the first rallies. These organizations had previously succeeded in putting the cost and quality of public transportation, as well as human rights violations related to the World Cup, at the center of the national agenda. However, the new publics that joined the movement tended to emphasize instead general, unspecific and less controversial demands for better education and health systems, while endorsing populist calls for the end of corruption. Social media platforms allowed these “crowds” to validate their strategies of self-presentation in online networks of family and friends, which in turn reinforced the shift in the movement’s agenda. The absence of a coordinated and sophisticated strategy of online mobilization by the social movements that organized the first demonstrations, particularly the Free Fare Movement – MPL, also contributed to the fragmentation of the protests’ agenda. This facilitated the growing influence of more internet savvy groups in social media debates about the protests. In these and other ways, the 2013 protests in Brazil illustrate the contradictory nature of political mobilization in the digital era.

## Appendix

Data from the Platform *Causa Brazil* (Figure 1)

The platform *Causa Brasil* (<http://www.causabrasil.com.br>) was established by three companies that specialize in advertising and social media monitoring: W3haus, Seekr and HUIA. The platform presents the results of a classification of the topics of all “mentions” related to the protests in Facebook, Twitter, Instagram, Youtube and Google. The system identifies these mentions based on a list of hashtags related to the protests, as well as on more than 100 keywords related to the protests.

Figure 1 presents the results of three periods: June 16-17, June 18-19 and June 20-21. It is important to stress that in each period the platform presents the results in more than one point of time. Figure 1 includes data time points with the highest number of mentions for the respective period: 3:00 p.m. for June 16-17, which includes 2,879 mentions; 8:00 p.m. for June 18-19, which includes 54,401 mentions; and 8:00 a.m. for June 20-21, which includes 228,434 mentions.

The following subject headings are the same used in the platform: “President Rousseff” (*Governo Dilma Rousseff*); “Democracy” (*Democracia*) and “Public Security” (*Segurança*). The subject heading “Transportation Quality and Cost” adds up the mentions to two topics: “Transportation Fares” (*Preço das Passagens*) and “Quality of Public Transportation” (*Qualidade do Transporte Público*). The subject heading “Public Spending and World Cup Cost” adds up the mentions to two topics: “Expenses of World Cup Construction Projects” (*Gastos das Obras da Copa*) and “Public Spending” (*Gastos Públicos*). The category “Health and Education” adds up the mentions to two topics: “Health” (*Saúde*) and “Education” (*Educação*). The subject heading “Corruption and PEC 37” adds up the mentions for two topics: “Fight against Corruption” (*Combate à Corrupção*) and “PEC 37”.

Although the selected subject headings of Figure 1 do not exhaust all the topics of online discussions, they account for the great majority of them: 79.8% of all mentions in June 16-17; 73.4% of all mentions in June 18-19; and 70.5% of all mentions in June 20-21.

## References

- BENKLER, Y. *The wealth of networks*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BENNETT, L.; SEGERBERG, A. *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- CNI. *Pesquisa CNI-IBOPE: Retratos da sociedade brasileira: Saúde pública*. Brasília: CNI, 2012.
- CONDE, M.; JAZEEL, T. Kicking off in Brazil: Manifesting democracy. *Journal of Latin American Cultural Studies*, vol. 22, n. 4, p. 437-450, 2013.
- CURRAN, J. Reinterpreting the internet. In: CURRAN, J.; FENTON, N.; FREEDMAN, D. (Eds.). *Misunderstanding the internet*. New York: Routledge, 2012. p. 3-33
- FENTON, N.; BARASSI, V. Alternative media and social networking sites: the politics of individuation and political participation. *The Communication Review*, vol. 14, n. 3, p. 179-196, 2011.
- FONSÊCA, D. *You cannot not see: The media in the June 2013 demonstrations*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.
- GLADWELL, M. Small change. *New Yorker*, 4 oct. 2010.
- HAMPTON, K. N. et al. *Social Media and the 'Spiral of Silence'*. Pew Research Center, Washington, DC, 2014. Available at <<http://www.pewinternet.org/2014/08/26/social-media-and-the-spiral-of-silence/>>. Accessed on: 20 sep. 2017.
- HOWARD, P.; HUSSAIN, M. The upheavals in Egypt and Tunisia: The role of digital media. *Journal of Democracy*, vol. 22, n. 3, p. 35-48, 2011.
- JOSEPH, S. Social media, political change, and human rights. *Boston College International and Comparative Law Review*, vol. 35, n. 1, p. 145-188, 2012.
- JURIS, J. Reflections on #Occupy Everywhere: Social media, public space, and emerging logics of aggregation. *American Ethnologist*, vol. 39, n. 2, p. 259-279, 2012.
- MARKHAM, T. Social media, protest cultures and political subjectivities of the Arab spring. *Media, Culture and Society*, vol. 36, n. 1, p. 89-104, 2014.
- PIMENTEL, T.; AMADEU, S. Cartografia de espaços híbridos: As manifestações de junho de 2013. *Interagentes*, 2013. Available at <<http://interagentes.net/?p=62>>. Accessed on: 20 sep. 2017.
- ROMAN, A. *The class cleavage, minority influence, and Brazil's 2013 protests*. Paper presented at the ECPR General Conference, Bordeaux, 2013.
- TURKLE, S. *Alone together*. New York: Basic Books, 2011.
- WOLFSFELD, G.; SEGEV, E.; SHEAFER, T. Social media and the Arab Spring: Politics comes first. *The International Journal of Press/Politics*, vol. 18, n. 2, p. 115-137, 2013.

# Os protestos cidadãos na era das redes sociais: estratégias comunicativas e organizativas do ativismo político *on-line*

Andreu Casero-Ripollés

## Redes sociais, ativismo cidadão e estratégias comunicativas<sup>1</sup>

As redes sociais estão contribuindo para transformar e redefinir o ativismo político e os protestos cidadãos. Casos como o Occupy, o 15-M ou a primavera árabe são relevantes exemplos desse fenômeno. Esses movimentos renovaram a participação política e o compromisso cívico da cidadania. A internet está abrindo novas oportunidades e cenários, apesar de também implicar em riscos, para que os cidadãos desenvolvam novos repertórios de ação tanto no âmbito da organização e da mobilização quanto no da comunicação.

As tecnologias digitais são uma característica essencial dos protestos sociais contemporâneos e são inseparáveis dos seus valores, identidades,

---

1 Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa CSO2014-52283-C2-1-P, financiado pelo Ministério da Economia e Competitividade (MINECO) do Governo da Espanha. Ele também é parte do projeto de pesquisa *Medios sociales y activismo político en Internet: hacia una redefinición de los vínculos entre la comunicación y la democracia en la era digital*, beneficiário da I Convocatoria de Ayudas Fundación BBVA a Investigadores, Innovadores y Creadores Culturales concedida em 2014. A Fundação BBVA não se responsabiliza pelas opiniões, comentários e conteúdos incluídos neste capítulo, nem pelos resultados dele obtidos, que são de total e absoluta responsabilidade do autor.

ações, interesses e estilos políticos (CASTELLS, 2009). As redes sociais estão ocupando, por esse motivo, um lugar central no ativismo político, a ponto de alguns autores afirmarem que esse fato leva ao surgimento dos denominados novos movimentos sociais (JURIS, 2008; LIEVROUW, 2011). Seu traço diferencial é o uso intensivo da tecnologia, algo que pode, inclusive, fazer com que seu surgimento seja produzido na internet. O ativismo político *on-line* se define por empregar, ou modificar, artefatos comunicativos e práticas sociais ligadas às tecnologias digitais para desafiar ou alterar as maneiras dominantes, esperadas ou aceitas pela sociedade, cultura e política (LIEVROUW, 2011).

As redes sociais introduzem diversas novidades tanto no campo organizativo como comunicativo dos protestos cidadãos. O objetivo deste capítulo é analisar esses aspectos. Para isso, examinamos o caso espanhol, marcado pelo movimento 15-M, uma série de protestos que ocorreram em 2011, quando os cidadãos ocuparam as praças de diversas cidades do país reivindicando uma regeneração da democracia e criticando os efeitos sociais da crise econômica internacional iniciada em 2007 (CASERO-RIPOLLÉS, 2015).

O capítulo se divide em três seções principais. A primeira seção analisa a incidência dessas plataformas tecnológicas na organização e no funcionamento dos protestos cidadãos. A segunda seção trata do âmbito comunicativo e analisa como as redes sociais modificam a relação entre os ativistas políticos cidadãos e as mídias tradicionais. Por fim, a terceira seção analisa as novas práticas e estratégias comunicativas que as redes sociais permitem introduzir nos protestos cidadãos. Esse percurso permite comprovar como essas tecnologias digitais estão introduzindo importantes novidades na comunicação política e nas democracias atuais.

## **Redes sociais e organização dos protestos cidadãos**

Um dos aspectos centrais relativos às redes sociais durante os protestos cidadãos é o da organização. O uso desses instrumentos tecnológicos permite a criação, de modo fácil, rápido e barato, de comunidades *on-line*

formadas por cidadãos que têm interesses compartilhados (GARRETT, 2006). Essas plataformas digitais facilitam o acesso a um grande número de contatos e pessoas. Desse modo, permitem que os cidadãos entrem em contato com as redes dos movimentos sociais e criem um sentimento de identidade coletiva a partir de interesses comuns e de uma agenda compartilhada (LOMICKY; HOGG, 2010). A internet, inclusive, é uma via que conecta pessoas não afiliadas e não mobilizadas aos ativistas organizados (MERCEA, 2016). Em consequência disso, as redes sociais facilitam a ampliação da rede de cidadãos com participação política e a sua articulação organizativa (BENNETT; SEGERBERG, 2013). Essas tecnologias digitais geram a interconexão e a cooperação entre os cidadãos que compartilham objetivos em comum, incrementando assim os seus recursos organizativos graças a essas ferramentas (CASTELLS, 2009). Nesse sentido, o Facebook e o Twitter desempenham papéis diferenciados. O primeiro é usado como uma plataforma de recrutamento para atrair novas pessoas para o ativismo, enquanto que o segundo é usado como uma forma de coordenação interna entre a comunidade ativista (GERBAUDO, 2012).

As redes sociais também introduzem novos parâmetros na articulação da ação coletiva (OLSON, 1965), ocasionando o que Bennett e Segerberg (2013) denominam de “ação conectiva”. Essas tecnologias digitais favorecem o predomínio da política personalizada, que também está ligada à fragmentação social e ao declínio das fidelidades políticas. Nesse contexto, os marcos individuais e personalizados de ação de cada cidadão deslocam os marcos coletivos com base no interesse público ou geral. Cada cidadão adapta a ação política ao seu estilo de vida e às suas preferências ou prioridades. As redes sociais potencializam essa mudança na organização política coletiva, uma vez que é o indivíduo que participa diretamente por meio da *Web 2.0*, interconectando-se livremente com outras pessoas.

Dessa forma, as redes sociais produzem formas organizativas mais flexíveis, descentralizadas, interconectadas em rede, em grande escala, personalizadas e com alguns marcos de ação inclusivos e individualizados. A chave para ativar um protesto cidadão de grandes proporções, como no caso do 15-M, é costurar marcos de ação inclusivos e em massa que sejam mais fáceis de adaptar aos marcos individuais de cada cidadão. A

indignação diante dos cortes de gastos realizados, da política de austeridade e da constatação de que os cidadãos acabariam pagando pelos efeitos da crise econômica global – que eles não haviam provocado – foi o que moveu milhares de espanhóis a se organizar por meio das redes sociais no 15-M. Cada indivíduo tinha um motivo específico de preocupação (a saúde, a educação, o descontentamento com a classe política, e a falta de mecanismos de participação política eficazes, entre outros), mas todos convergiam dentro do mesmo marco global: a indignação. Tal indignação foi um ponto central para que esse protesto cidadão surgisse e pudesse se organizar.

As tecnologias digitais também oferecem um amplo repertório de táticas aos protestos cidadãos no plano organizativo e de mobilização. Essas táticas incluem as petições de empresas *on-line*, o hacktivismo (que põe a cultura *hacker* a serviço do ativismo social), as doações financeiras, as ocupações virtuais, os boicotes, as mídias alternativas ou as páginas *web* e perfis dos protestos (VAN LAER; VAN AELST, 2010; EARL; KIMPORT, 2011). Isso demonstra a importância das redes sociais na dimensão organizativa dos novos movimentos sociais, a ponto de as redes terem se convertido no terreno onde se desenvolve a organização política dos protestos cidadãos (BENNETT; SEGERBERG, 2013).

Ainda que as redes sociais tenham passado a desempenhar um papel central para a articulação de protestos cidadãos, graças à sua capacidade de interligar pessoas geograficamente dispersas, com interesses distintos e previamente desconhecidas entre si, esses movimentos não operam unicamente no cenário digital. Ao contrário do que se poderia pensar, uma parte importante do seu sucesso está na sua capacidade de combinar os ambientes *off-line* e *on-line*, isto é, de misturar as redes sociais e as ruas. Esse foi o caso da mobilização 15-M na Espanha, que alcançou uma notável dimensão na internet, mas também se destacou por sua contundente presença no espaço público, ocupando, com multidões de cidadãos acampados, as praças das principais cidades espanholas, como Madri, Barcelona, Sevilha e Valência. Graças às redes sociais, os protestos cidadãos aplicam uma estratégia de camadas múltiplas, própria da tecnopolítica, que é consistente em estabelecer uma dinâmica interativa entre o espaço digital e o espaço físico urbano (TORET, 2015).

As redes sociais têm um uso voltado à organização e coordenação no seu emprego pelos protestos cidadãos. Elas atuam como forma de agregação coletiva, facilitando a interconexão e a convergência de indivíduos dispersos no espaço e socialmente diversos, em torno de símbolos e lugares comuns, propiciando a sua unidade apesar da sua dispersão. E criam entre os ativistas cidadãos um sentido de pertencimento a uma comunidade. As redes sociais são condutos emocionais pelos quais o ativismo cidadão condensa os sentimentos individuais e pessoais de indignação e raiva, e os transforma em paixões políticas direcionadas a ativar processos de mobilização política nas ruas (GERBAUDO, 2012). Porém, diversos estudos afirmam que, uma vez que os protestos cidadãos chegam às ruas, as redes sociais perdem importância frente às formas interpessoais de comunicação, sejam elas formas diretas face a face, ou formas tecnologicamente mediadas, como o correio eletrônico ou os telefones celulares (WILSON; DUNN, 2011; FUCHS, 2014b).

Apesar das facilidades de participação oferecidas pelas redes sociais, alguns autores criticam a sua capacidade de gerar o comprometimento cívico ou político dos cidadãos. As principais limitações estão ligadas ao fato de que as redes sociais constroem laços frágeis, uma vez que o ativismo digital implica que os seus participantes não assumam grandes riscos (GLADWELL, 2010). Essa característica o converte em algo inofensivo, que pode ser facilmente ignorado pelos poderosos (FUCHS, 2014a). Por essa perspectiva, surge o assim chamado *slacktivism*, “ativismo da sala de estar” (MOROZOV, 2011). Os seus praticantes apenas interagem por um dispositivo tecnológico, como um computador ou um *tablet*, a partir dos seus lares, sem assumir os riscos de sair às ruas em defesa de suas crenças. O resultado é um compromisso cívico mínimo e um mínimo impacto político e social dos protestos.

## **Os protestos cidadãos e os meios de comunicação convencionais: da desconfiança à subversão**

As relações dos protestos cidadãos e do ativismo digital com os meios de comunicação convencionais e os jornalistas têm sido tradicionalmente

difíceis. Os ativistas têm habitualmente visto as mídias convencionais com hostilidade, em um antagonismo que se reproduz no ambiente digital (MCCURDY, 2010). Três motivos explicam tal situação.

### **Três motivos para a hostilidade**

O primeiro motivo está ligado ao fato de que os ativistas políticos cidadãos veem as mídias convencionais como uma parte fundamental que contribui à manutenção e perpetuação do capitalismo e das elites dominantes. Por isso, eles as associam ao sistema que querem derrubar ou modificar, entendendo que a ação dessas mídias perpetua o *status quo* e freia a mudança social. Tal visão é uma herança pós-althusseriana que vê os meios de comunicação como um aparato ideológico dominado pelo Estado e pelos interesses capitalistas, que são estruturalmente enviesados contra os movimentos sociais e os protestos (CAMMAERTS, 2012). Isso faz com que a primeira reação dos ativistas cidadãos em relação às mídias convencionais esteja baseada na desconfiança.

A segunda razão deve ser buscada no fato de que os ativistas políticos criticam que as mídias convencionais realizam uma cobertura informativa tendenciosa e pouco equilibrada dos movimentos sociais e dos protestos (RUCHT, 2004). Prevalece, em geral, o “paradigma do protesto” na cobertura noticiosa das mídias tradicionais (GITLIN, 1980; HARLOW; JOHNSON, 2011). Assim, essas mídias focalizam o espetáculo dos protestos, ressaltando detalhes sensacionalistas como a violência, o drama ou os comportamentos estranhos ou incomuns. Com isso, fomentam a deslegitimação e até mesmo a demonização dos protestos, que são apresentados negativamente nas notícias. As pesquisas prévias afirmam que as notícias não apenas influenciam a percepção cidadã dos protestos e suas demandas, mas também o apoio público que eles recebem (MCLEOD; DETENBER, 1999). Porém, alguns autores indicam que as mídias convencionais não são sempre negativas em relação aos protestos, uma vez que elas não são um ator monolítico (CAMMAERTS; CARPENTIER, 2009). Isso faz com que algumas ocasiões ofereçam coberturas favoráveis aos movimentos sociais.

A defesa dos interesses corporativos dos meios de comunicação, tanto no plano econômico como no político, está por trás da cobertura midiática negativa baseada no “paradigma do protesto”. Isto se deve ao predomínio da mercantilização e da politização ideológica das mídias tradicionais (MOSCO, 2009). Os ativistas cidadãos consideram que o financiamento das mídias convencionais prejudica a qualidade de suas notícias, uma vez que essas mídias se orientam mais à busca de benefícios econômicos do que a benefícios sociais. Por esse motivo, 74% dos ativistas norte-americanos e 49% dos ativistas latino-americanos consideram que as mídias convencionais ameaçam a democracia e a justiça social (HARLOW; HARP, 2013). Isto revela que ativistas cidadãos têm uma forte desconfiança e muito pouca fiabilidade no sistema convencional de mídias, por considerá-lo pouco independente. Um exemplo desse fato pôde ser visto no 15-M, quando, na Plaza del Sol em Madri, os ativistas criaram um espaço onde expunham os principais jornais sob o cartaz: “*El rincón de las mentiras*” [“O canto das mentiras”].

A terceira razão que sustenta a hostilidade dos ativistas cidadãos em relação às mídias convencionais está ligada ao acesso ao espaço informativo. Esses ativistas acusam as mídias convencionais de silenciá-los e torná-los invisíveis perante a sociedade ao excluí-los das notícias, negando-lhes assim o acesso à esfera pública e condenando-os à marginalidade. Essa queixa é herança dos movimentos sociais tradicionais, que sempre denunciaram suas dificuldades a fim de introduzir as suas reivindicações na agenda midiática e a exclusão das vozes dissidentes (GAMSON; WOLFSFELD, 1993). Tal situação se baseia na premissa de que o acesso à mídia é assimétrico e desigual, uma vez que alguns atores sociais, especialmente os ligados às elites políticas e sociais, têm mais poder e oportunidades do que outros para ser ouvidos e expressar sua voz na sociedade, graças a essas mídias (SILVERSTONE, 2007). O acesso aos canais de comunicação, em particular às mídias convencionais, para difundir suas reivindicações e expandir suas reclamações ao conjunto da sociedade é especialmente importante para os protestos cidadãos (GITLIN, 1980).

## O desenvolvimento de um sistema de mídias alternativas

Diante da negação do acesso pelas mídias convencionais, os ativistas políticos buscam espaços alternativos de comunicação. Esses espaços tradicionalmente têm sido representados pelas mídias alternativas ou radicais (DOWNING, 2001). Os ativistas cidadãos as veem como um remédio, em termos de política de resistência (ATKINSON, 2010), diante das mídias convencionais controladas por interesses corporativos das elites. As mídias alternativas representam a oposição e a resistência frente às estruturas comunicativas e de poder dominantes (ATTON, 2002). Por esse motivo, os ativistas cidadãos as incentivam e favorecem dentro de suas estratégias comunicativas.

As mídias alternativas combinam duas características: a participação do cidadão de base no âmbito comunicativo (ATTON, 2002; HARTLEY, 2009) e a produção de conteúdos críticos e contraideias que são expressão dos interesses dos dominados, questionando as estruturas de exploração capitalistas e mostrando possibilidades de existência suprimidas pelas mídias convencionais, além dos modos alternativos de desenvolvimento (FUCHS, 2010). Essas mídias facilitam a produção, o controle e a disseminação rápida e barata da mensagem ativista, isto é, de seus próprios temas e enquadramentos discursivos. Por isso, elas desempenham um papel-chave não apenas na difusão da mensagem ativista, mas também como uma fonte de informações, e em sua própria configuração e construção. Elas envolvem a ativação de processos de automediação (CAMMAERTS, 2012) baseados na auto-organização da produção de informações em pequena escala (FUCHS, 2010).

A internet pressupõe uma revitalização das mídias alternativas paralelamente ao auge do ativismo político. As facilidades que se apresentam no contexto digital e as mídias sociais, ao aumentar o acesso do público à livre expressão de suas opiniões (SHIRKY, 2011), além da desconfiança dos ativistas cidadãos em relação às mídias convencionais (que analisamos na seção anterior), traduziram-se em um incentivo para esses tipos de mídias no ambiente digital. O surgimento de mídias ativistas ligadas

aos protestos, como o sítio *madrilonia.org*, em sintonia com o movimento 15-M na Espanha, ou The Occupied Times of London, criado a partir do movimento Occupy, provê exemplos nesse sentido. Aliás, os próprios ativistas se convertem em mídias, difundindo histórias de pessoas e as informações que obtêm *on-line* por meio da *Web 2.0*, ativando assim as suas redes de contatos pessoais. Os ativistas têm a firme crença de que a internet cumpre um papel importante na construção de um sistema de mídias alternativas. Tal circunstância enfraquece as mídias alternativas tradicionais, ligadas ao contexto analógico, que são percebidas pelos ativistas como instrumentos ineficientes que não foram capazes de sair da marginalidade e estão aprisionadas em um gueto (HARLOW; HARP, 2013). Essa situação poderia reduzir o protagonismo das mídias alternativas tradicionais frente às digitais no futuro.

Apesar do seu surgimento, as mídias alternativas digitais são insuficientes para dar visibilidade social aos protestos cidadãos, garantir a difusão de suas demandas e viabilizar o seu potencial de sucesso. Tanto as pesquisas anteriores (MICÓ; CASERO-RIPOLLÉS, 2014; RUCHT, 2013) quanto os próprios ativistas cidadãos (HARLOW; HARP, 2013) apontam que as mídias convencionais, a despeito de sua imagem negativa aos olhos dos ativistas, são necessárias para promover as causas ou as lutas dos movimentos sociais e expandi-las a um público amplo. Apesar da existência da internet e das redes sociais, as mídias convencionais continuam ocupando um lugar central na configuração do debate e da agenda pública em nossas sociedades. Longe de promover uma desintermediação, o ambiente digital continua mantendo o protagonismo do paradigma da midiaticização da política, que outorga às mídias convencionais, especialmente à televisão, um papel central na articulação da socialização e da comunicação política (CASERO-RIPOLLÉS; FEENSTRA; TORMEY, 2016).

As principais limitações das mídias alternativas digitais para alcançar um público amplo – o que evitaria aos ativistas cidadãos a obrigação de contar com as mídias convencionais em suas estratégias comunicativas – são duas. Em primeiro lugar, elas são mídias pouco conhecidas pelo público em geral. Em um contexto marcado pela superabundância de informações, tal desconhecimento público dificulta que elas capturem a

atenção de amplas camadas da sociedade acostumadas a concentrar-se nas grandes marcas e mídias tradicionais, como The New York Times, Wall Street Journal, The Guardian, CNN ou BBC, que graças à internet podem ser consumidas globalmente (HINDMAN, 2009). As mídias alternativas digitais sofrem uma desigualdade em relação às grandes corporações de mídias tradicionais motivada, em grande parte, por uma falta de recursos tanto econômicos como simbólicos. Tal situação as situa em uma posição marginal no conjunto do sistema comunicativo.

A segunda limitação está ligada ao forte componente ideológico dos conteúdos das mídias alternativas digitais. Por definição, o jornalismo alternativo afirma que não é necessário separar os fatos das opiniões, uma vez que as opiniões são elementos-chave para entender os fatos (ATTON, 2002). Isto faz com que esse tipo de mídias deixe de lado alguns valores e padrões profissionais do jornalismo convencional, principalmente os ligados à imparcialidade e à neutralidade. Como consequência, as mídias alternativas incluem uma visão ideológica explícita em seus conteúdos informativos, uma vez que estão voltadas principalmente à crítica (FUCHS, 2010). Isto faz com que os cidadãos que não se simpatizam com o movimento ativista as vejam como instrumentos fortemente ideologizados e não lhes concedam a sua confiança, ao vê-las como mídias parciais e afastadas da neutralidade. Isso gera um problema de credibilidade, que limita a ação e a expansão das mídias alternativas digitais. Só as consideram críveis e dignas de confiança as pessoas envolvidas nos protestos ou no movimento ativista. Essa circunstância as converte em mídias de consumo interno do círculo ativista, que só conseguem influir situando os temas e enquadramentos discursivos ativistas dentro do próprio movimento, e encontram sérias dificuldades para sair dessa esfera e alcançar um público mais amplo.

## **A subversão da lógica midiática**

Rucht (2004) afirma que as estratégias midiáticas tradicionais dos movimentos sociais são caracterizadas pelos quatro “A”s. Os dois primeiros

“A”s estão ligados à desconfiança dos ativistas em relação às mídias convencionais: a “abstenção” (a frustração com a cobertura informativa negativa ou a ausência de cobertura, que provoca a renúncia aos esforços de influir nas mídias convencionais) e o “ataque” (impelir campanhas para denunciar o viés das notícias das mídias tradicionais). O terceiro “A” é a “alternativa”, que se concretiza na criação de mídias alternativas digitais, que, não obstante, são insuficientes, como analisamos acima. Por fim, o quarto “A” é a “adaptação”, que supõe a aceitação das regras do jogo das mídias convencionais para ser capaz de atrair a sua atenção e aparecer nas notícias.

Essa quarta opção é fonte de intensos debates e tensões entre os ativistas cidadãos protagonistas dos protestos, uma vez que eles veem as mídias convencionais com desconfiança e se situam em campos diferentes e até mesmo opostos (CAMMAERTS, 2012). Para os ativistas cidadãos, entrar no jogo das mídias implica em incorporar elementos da gestão informativa e das relações públicas em suas estratégias de comunicação. Esses elementos se concretizam no uso de porta-vozes, na concessão de entrevistas, na realização de conferências de imprensa, na geração de subsídios informativos ou no estabelecimento de relações formais ou informais com os jornalistas, entre outras ações. A aceitação desses mecanismos envolve assumir a lógica midiática (ALTHEIDE; SNOW, 1979) e acatar os princípios da mediatização da política (STRÖMBÄCK; ESSER, 2014) por parte dos movimentos de protesto cidadão.

Apesar de essa ser uma possibilidade para alguns ativistas cidadãos, o cenário digital abre novas vias alternativas de relações com as mídias convencionais. Isto possibilitou que alguns protestos cidadãos surgidos do ambiente digital nos anos recentes implementassem uma nova estratégia: a subversão da lógica midiática. Tal subversão implica em romper com os princípios da gestão informativa, ligados às relações públicas, e não adotar as regras da mediatização da política, porém sem renunciar a manter uma relação com os meios de comunicação. Isto se concretiza em três dimensões, que possuem consequências práticas. A primeira está ligada à ausência de personalização. Os ativistas cidadãos que aplicam essa estratégia não têm porta-vozes estáveis que se encarreguem das relações

com a mídia, sejam elas formais ou informais, tampouco contam com líderes externamente identificáveis que permitam às mídias fazer uma personalização. No caso do movimento 15-M na Espanha, os jornalistas se queixavam de que os porta-vozes improvisados que os atendiam em um dia já não respondiam, no dia seguinte, às suas ligações e pedidos (MICÓ; CASERO-RIPOLLÉS, 2014).

O segundo efeito prático da subversão da lógica das mídias está ligado a questões formais, uma vez que os ativistas cidadãos não usam mecanismos convencionais para se relacionar com as mídias. Eles não convocam conferências de imprensa, mantêm pouco contato pessoal com os jornalistas e não oferecem subsídios informativos, entre outras características. Isto não significa que eles atribuam pouca importância às comunicações e não estejam organizados no campo comunicativo, e sim o contrário. No caso do 15-M, os ativistas criaram comissões de comunicação encarregadas de elaborar conteúdos informativos relativos à sua causa e difundi-las à cidadania por diversos canais informativos, principalmente pelas redes sociais (MICÓ; CASERO-RIPOLLÉS, 2014). Além disso, essas comissões eram formadas por pessoas com habilidades especializadas no campo da comunicação, sendo, muitas delas, jornalistas simpáticos aos protestos.

Por fim, a terceira dimensão da subversão da lógica midiática está ligada a um deslocamento. Os ativistas cidadãos buscam transpor a relação com os jornalistas para o campo das redes sociais. Para os protestos cidadãos, as plataformas digitais não são apenas um canal informativo, mas também o campo real e prático no qual o ativismo é criado e se desenvolve. Nesse sentido, as redes sociais constituem uma “lógica cultural do trabalho em rede” (JURIS, 2008) que engloba todos os valores, códigos e ações do ativismo cidadão. Ao deslocar a relação com as mídias convencionais para o espaço das redes sociais, os ativistas cidadãos dessituam os jornalistas, tirando-os da sua lógica cultural e das suas rotinas e levando-os ao seu próprio terreno, buscando contar com vantagens no relacionamento com eles. O uso das redes sociais torna-se, assim, um elemento-chave para possibilitar a subversão da lógica das mídias.

Com essa estratégia comunicativa, os ativistas cidadãos renunciam a adaptar-se aos critérios impostos pela lógica midiática e buscam fazer com

que os jornalistas adotem as suas regras do jogo. Diferentemente de outros atores políticos, como os governos, os partidos políticos ou os sindicatos, que se adaptam aos parâmetros da mediatização (STRÖMBÄCK; ESSER, 2014), os protestos cidadãos que emergem na era digital buscam estabelecer as suas próprias regras. Surge, assim, a lógica ativista em contraposição à lógica midiática, isto é, em termos antagônicos. A primeira questiona os princípios da gestão informativa impostos pelas mídias e abre uma perspectiva de redefinição desses princípios, em um sentido crítico.

O objetivo da lógica ativista é acionar novas dinâmicas de formação da agenda pública, mais abertas e flexíveis, que permitam aos protestos cidadãos expandir os seus temas e enquadramentos discursivos para alcançar um público mais amplo. Ela busca incorporar as reclamações dos ativistas cidadãos ao debate público e fazer com que elas sejam introduzidas nos processos decisórios comandados pelo sistema político.

## **As redes sociais e as estratégias comunicativas dos protestos cidadãos na era digital**

As redes sociais são um componente indispensável para os protestos cidadãos na era digital (CASTELLS, 2009; LIEVROUW, 2011). De fato, junto com os acampamentos nas praças, elas são uma das marcas distintivas do ativismo cidadão na atualidade (GERBAUDO, 2012). É ingênuo considerar que as redes sociais são intrinsecamente democráticas em si mesmas (LOADER; MERCEA, 2012), que elas espontaneamente propiciaram protestos recentes como as primaveras árabes, o movimento Occupy e o 15-M (FUCHS, 2014a). Porém, não há dúvida de que elas desempenham um papel importante no ativismo cidadão em um duplo sentido: na aut mediação dos protestos cidadãos e na articulação de novas formas de construção da agenda pública.

## A aut mediação dos protestos cidadãos por meio das redes sociais

O outro uso que os ativistas cidadãos estão dando às redes sociais diz respeito à aut mediação (CAMMAERTS, 2012). A *Web 2.0* permite que cidadãos se convertam em produtores e difusores de conteúdos. Ela oferece a possibilidade de dar voz aos que não a têm, e permite que estes exerçam um papel de oposição frente às elites dominantes (FUCHS, 2014a). Dessa forma, o ativismo cidadão é capaz de criar e por em circulação informações e notícias relativas aos protestos de forma autônoma, sem depender das mídias convencionais. Ele pode aspirar a situar os seus temas e enquadramentos discursivos no debate público valendo-se das redes sociais. Por essas plataformas, ele pode produzir contranarrativas e contraenquadramentos que façam frente às narrativas e aos enquadramentos promovidos pelos centros de poder sociais e políticos.

Isto pode favorecer a expansão social e a transferência dos protestos. Contudo, as elites têm uma maior facilidade para distribuir seus temas e marcos discursivos graças ao maior acesso que elas têm às mídias convencionais (BENNETT, 1990). Além disso, as redes sociais têm limitações para fazer chegar a sua mensagem e as reivindicações ativistas a um público amplo em consequência do hiato digital, pelo qual nem toda a sociedade tem acesso à internet, e do fato de que as redes sociais estão mais voltadas ao entretenimento do que à política (FUCHS, 2014a). Assim, os ativistas cidadãos estão em uma situação de desigualdade quando querem promover processos de aut mediação. Outra limitação é a dependência que os protestos cidadãos têm em relação às redes sociais das plataformas comerciais, como o Facebook e o Twitter. Isto gera um risco em termos de aut mediação, pois essas corporações empresariais, para proteger seus interesses econômicos, podem encerrar as contas dos ativistas, censurar o seu conteúdo, violar a sua privacidade ou submetê-los à vigilância digital (CAMMAERTS, 2012).

Juntamente com a difusão de informações e das notícias relativas aos protestos, o uso das redes sociais pelo ativismo cidadão contém uma novidade em termos de estratégia comunicativa: a aut mediação voltada

ao monitoramento. Os ativistas podem utilizar as tecnologias digitais para reportar situações de abuso de poder, corrupção ou falta de transparência que antes eram, em muitos casos, invisíveis para os cidadãos (SCHUDSON, 1998; KEANE, 2009). A onipresença dos dispositivos de foto e vídeo e de telefones móveis inteligentes (*smartphones*) permite registrar facilmente tudo o que acontece. E o surgimento de redes sociais como o Facebook e a Tuenti, dos serviços de microblogs como o Twitter e o Weibo, e dos sítios sociais, onde se compartilham conteúdos, como o YouTube, o Flickr e o Instagram, permite compartilhar conteúdos na *Web 2.0* e circulá-los socialmente. O ativismo cidadão pode apresentar, por exemplo, evidências para denunciar comportamentos ilícitos ou antiéticos de atores políticos, econômicos ou midiáticos e para documentar, por exemplo, situações de brutalidade policial. A Espanha, com o 15-M, tornou-se um exemplo de monitoramento pelos cidadãos para questionar os poderes políticos. Iniciativas que questionam a responsabilidade dos gestores financeiros pela crise econômica e pedem que eles sejam processados, como a campanha 15-MpaRato, ou a criação de sítios que fiscalizam a atividade dos parlamentares, como o *Que hacen los diputados*, ou os salários dos políticos espanhóis, como o *sueldospublicos.com*, ilustram o potencial de monitoramento que as redes sociais e a *Web 2.0* põem ao alcance dos ativistas cidadãos (FEENSTRA et al., 2016).

## **Redes sociais e novas dinâmicas de construção de agenda nos protestos cidadãos**

As duas dimensões da automediação (informação e monitoramento) que as redes sociais facilitam ao ativismo cidadão podem confluir para a implantação de novas dinâmicas de construção da agenda pública. A principal delas é a definição inversa da agenda pela internet (SUNG-TAE; YOUNG-HWAN, 2007). De forma individual ou em grupo, os cidadãos podem circular notícias e conteúdos gerados pelos usuários nas redes sociais. Assim, eles podem buscar a atenção das mídias convencionais, especialmente se, ativando uma dinâmica viral, forem capazes de

compartilhar essas notícias e conteúdos com muitos cidadãos e gerar um “tema do momento”, ou *trending topic*. Dessa forma, as reivindicações dos protestos podem ser mais facilmente introduzidas na agenda midiática. Se isso acontece, os ativistas cidadãos obtêm sucesso em fazer com que as mídias tradicionais incorporem os seus temas, queixas e demandas, e até mesmo os seus marcos discursivos. Nesses casos, as mídias convencionais se convertem voluntária ou involuntariamente em porta-vozes ou caixas de ressonância que ampliam o volume e expandem o alcance da mensagem dos protestos. Um exemplo de sucesso é o da Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), que foi capaz de introduzir no debate público espanhol o direito à habitação e a denúncia das condições abusivas dos bancos nesse tema (ALONSO-MUÑOZ; CASERO-RIPOLLÉS, 2016).

Sob esses parâmetros, impelidas pelas redes sociais, as agendas cidadãos e ativistas influenciam a agenda midiática e condicionam a sua formação (CASERO-RIPOLLÉS; FEENSTRA, 2012). O público se situa, nesses casos, como um fator condicionante da agenda das mídias, junto com outros fatores habitualmente considerados, como as rotinas de trabalho das mídias, os jornalistas individuais, questões organizacionais e empresariais das mídias, as instituições políticas e sociais e, por fim, os aspectos culturais e ideológicos (SHOEMAKER; REESE, 2014). Esse cenário comporta duas mudanças substantivas.

Em primeiro lugar, os cidadãos deixam de desempenhar um papel passivo, que os situa em uma posição marginal no campo da comunicação política frente às mídias e aos políticos, e passam a buscar construir ativamente suas agendas com relativa autonomia e de forma proativa no terreno das redes sociais. Em segundo lugar, as mídias convencionais e os atores políticos perdem o monopólio da decisão a respeito do que é notícia e na produção de informações. Com isso, o processo de definição da agenda, ou *agenda-setting*, abre-se a novos atores sociais, como os ativistas políticos. Porém, como o objetivo da definição inversa da agenda pela internet é influenciar as mídias, estas continuam tendo um papel central na articulação da agenda pública e na gestão da visibilidade dos assuntos políticos em nível social. Definitivamente, as redes sociais continuam confirmando que são as mídias convencionais, tanto *off-line* quanto *on-line*,

que dominam a atenção do público em relação às notícias e aos assuntos públicos (HINDMAN, 2009).

As redes sociais são elementos-chave na ativação da definição inversa da agenda pelos protestos cidadãos na internet, uma vez que permitem aos ativistas iniciar processos comunicativos e circular temas e enquadramentos discursivos. Porém, a sua capacidade de ter sucesso nesse sentido depende de dois fatores que condicionam as suas possibilidades de forma decisiva. O primeiro é a estrutura de oportunidade política, entendida como os aspectos do ambiente político externos ao ativismo cidadão, que afetam suas expectativas de sucesso ou fracasso (MEYER; MINKOFF, 2004). A capacidade de conectar os marcos discursivos do protesto com os climas de opinião preexistentes e predominantes em uma sociedade, que são amplamente compartilhados, é essencial. Um exemplo é o lema dos “indignados” promovido pelo 15-M, que foi associado **à ira e ao cansaço gerados na população como resultado do mau funcionamento do meio político e das injustiças sociais derivadas dos efeitos da crise econômica e das políticas de austeridade do governo.** Essa conexão facilita o apoio de amplas camadas de cidadãos à causa dos protestos.

O segundo fator é a estrutura de oportunidade midiática (CAMMAERTS, 2012) que determina as possibilidades de acesso dos protestos cidadãos às mídias convencionais para introduzir os seus temas e enquadramentos discursivos na agenda midiática e, assim, influenciar o debate público. Pesquisas detectaram temas ou situações específicas nas quais as mídias tradicionais foram influenciadas pelas redes sociais, facilitando a introdução das reclamações dos ativistas cidadãos nas notícias. Os escândalos ou comportamentos indevidos de atores políticos, como a corrupção (SUNG-TAE; YOUNG-HWAN, 2007), por um lado, e os temas sociais e de ordem pública (RUSSELL NEUMAN et al., 2014), como crimes ou desastres naturais, por outro, permitem às redes sociais gerar mais ressonância e ativar uma definição inversa da agenda. Porém, isto não é por si só uma garantia, uma vez que não existe uma dinâmica de causa e efeito que assegure a sua realização, por conta do alto grau de complexidade da formação da agenda pública nas sociedades atuais.

## Conclusões

Graças às redes sociais, os ativistas cidadãos estão introduzindo importantes novidades nos protestos cidadãos. A principal delas é o uso das tecnologias digitais como plataformas de destaque para a circulação e canalização de suas práticas comunicativas, por um lado, e organizativas, por outro. As redes sociais assumem, assim, um papel central e decisivo nos protestos cidadãos na era digital. Sem a sua existência, dificilmente seria possível entender e caracterizar essas novas formas de ativismo político.

As redes sociais permitem que os ativistas cidadãos iniciem processos de automediação, oferecendo-lhes um interessante potencial para acionar estratégias comunicativas voltadas ao monitoramento cidadão dos centros de poder (KEANE, 2009; SCHUDSON, 1998). Os ativistas cidadãos têm a seu alcance ferramentas para denunciar abusos de poder e comportamentos ilícitos ou eticamente duvidosos. Podem, assim, exercer uma nova forma de participação política, ligada à vigilância digital, e potencializar uma visão crítica da sociedade e da democracia. Do mesmo modo, o uso da *Web 2.0* pelos ativistas oferece a possibilidade de definição inversa da agenda pela internet (SUNG-TAE; YOUNG-HWAN, 2007), para que eles busquem fazer com que as mídias convencionais incorporem à sua agenda os temas e enquadramentos discursivos dos protestos cidadãos e convertam-se em porta-vozes inesperados das reivindicações dos ativistas caso a sua estratégia seja bem-sucedida. Esse processo pressupõe a abertura de novas dinâmicas de construção da agenda pública no ambiente digital.

Ao converterem-se em sua plataforma comunicativa proeminente, as redes sociais se tornam um espaço de resistência para os ativistas cidadãos. Nesse sentido, elas dão forma tanto à sua identidade organizativa quanto às suas práticas comunicativas, com dinâmicas como o monitoramento e a definição inversa da agenda. Assim, a partir da *Web 2.0* e por meio dela, os ativistas cidadãos buscam incidir no âmbito público convencional, dominado pelas mídias convencionais e pelos atores políticos. Mais do que concentrar unicamente os seus esforços em impor uma nova contraesfera pública proletária (FUCHS, 2014a), opositora e alternativa, os ativistas cidadãos buscam influir na estrutura, nos debates e nas dinâmicas da

esfera pública convencional para transformar, a partir de dentro, a política e a sociedade.

Outra novidade significativa, fruto das estratégias comunicativas dos protestos cidadãos na era digital, está na sua relação com as mídias convencionais. Apesar do receio e da desconfiança que existem entre ambas as partes, os ativistas cidadãos estão conscientes de que precisam das mídias convencionais para expandir a sua luta e suas reivindicações a um público mais amplo (MICÓ; CASERO-RIPOLLÉS, 2014). Mas a sua estratégia passa por subverter a lógica midiática, a fim de impor a lógica ativista. Eles assumem que as mídias tradicionais estão no centro do campo da comunicação política, mas renegam as formas tradicionais de relações ligadas à mediatização (STRÖMBÄCK; ESSER, 2014). Por isso, apostam em estabelecer um novo marco de relações no qual as redes sociais cumpram um papel-chave como espaços onde se busca um deslocamento da interação. Assim, as práticas e estratégias comunicativas e organizativas dos protestos cidadãos na era digital estão incorporando dinâmicas inovadoras e transformadoras no campo da comunicação política, que, por sua vez, estão indubitavelmente ligadas à democracia e ao pluralismo.

## Referências

- ALONSO-MUÑOZ, L.; CASERO-RIPOLLÉS, A. La influencia del discurso sobre cambio social en la agenda de los medios. El caso de la Plataforma de Afectados por la Hipoteca. *Obets. Revista de Ciencias Sociales*, vol. 11, n. 1, p. 25-51, 2016.
- ALTHEIDE, D. L.; SNOW, R. P. *Media logic*. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.
- ATKINSON, J. D. *Alternative media and politics of resistance: A communication perspective*. New York: Peter Lang, 2010.
- ATTON, C. *Alternative media*. London: Sage, 2002.
- BENNETT, W. L. Toward a theory of press-state relations in the United States. *Journal of Communication*, vol. 40, n. 2, p. 103-127, 1990.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. New York: Cambridge University Press, 2013.

- CAMMAERTS, B. Protest logics and the mediation opportunity structure. *European Journal of Communication*, vol. 27, n. 2, p. 117-134, 2012.
- CAMMAERTS, B.; CARPENTIER, N. Blogging the 2003 Iraq War: Challenging the ideological model of war and mainstream journalism? *Observatorio*, vol. 3, n. 2, p. 1-23, 2009.
- CASERO-RIPOLLÉS, A. Estrategias y prácticas comunicativas del activismo político en las redes sociales en España. *Historia y Comunicación Social*, vol. 20, n. 2, p. 533-548, 2015.
- CASERO-RIPOLLÉS, A.; FEENSTRA, R. A.; TORMEY, S. Old and new media logics in an electoral campaign. The case of *Podemos* and the two-way street mediatisation of politics. *The International Journal of Press/Politics*, vol. 21, n. 3, p. 378-397, 2016.
- CASERO-RIPOLLÉS, A.; FEENSTRA, R. A. The 15-M movement and the new media: A case study of how new themes were introduced into Spanish political discourse. *Media International Australia*, n. 144, p. 68-76, 2012.
- CASTELLS, M. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DOWNING, J. *Radical media*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- EARL, J.; KIMPORT, K. *Digitally enabled social change. Activism in the internet age*. Cambridge: MIT Press, 2011.
- FEENSTRA, R.; TORMEY, S.; CASERO-RIPOLLÉS, A. Y; KEANE, J. *La reconfiguración de la democracia: el laboratorio político español*. Granada: Comares, 2016.
- FUCHS, C. *Social media: A critical introduction*. London: Sage, 2014a.
- FUCHS, C. *OccupyMedia! The Occupy movement and social media in crisis capitalism*. Winchester: Zero Books, 2014b.
- FUCHS, C. Alternative media as critical media. *European Journal of Social Theory*, vol. 13, n. 2, p. 173-192, 2010.
- GAMSON, W. A.; WOLFSFELD, G. Movements and media as interacting systems. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 528, n. 1, p. 114-125, 1993.
- GARRETT, R. K. Protest in an information society: A review of literature on social movements and new ICTs. *Information Communication e Society*, vol. 9, n. 2, p. 202-224, 2006.
- GERBAUDO, P. *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. London: Pluto Press, 2012.
- GITLIN, T. *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.
- GLADWELL, M. Small change. Why revolution wil not be tweeted. *The New Yorker*, October, p. 42-49, 2010.

- HARLOW, S.; JOHNSON, T. Overthrowing the protest paradigm? How The New York Times, Global Voices and Twitter covered the Egyptian revolution. *International Journal of Communication*, vol. 5, n. 16, 2011. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1239>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- HARLOW, S.; HARP, D. Alternative media in a digital era: Comparing news and information use among activists in the United States and Latin America. *Communication and Society*, vol. 26, n. 4, p. 25-51, 2013.
- HARTLEY, J. Journalism and popular culture. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.). *The handbook of journalism studies*. London: Routledge, 2009. p. 310-324.
- HINDMAN, M. *The myth of digital democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- JURIS, J. S. *Networking futures: The movements against corporate globalization*. Durham: Duke University Press, 2008.
- KEANE, J. *The life and death of democracy*. London: Simon and Schuster, 2009.
- LIEVROUW, L. *Alternative and activist new media*. Cambridge: Polity, 2011.
- LOADER, B. D.; MERCEA, D. *Social media and democracy: Social media innovations in participatory politics*. London: Routledge, 2012.
- LOMICKY, C. S.; HOGG, N. M. Computer-mediated communication and protest: An examination of social movement activities at Gallaudet, a university for the deaf. *Information, Communication e Society*, vol. 13, n. 5, p. 674-695, 2010.
- MCCURDY, P. Breaking the spiral of silence: Unpacking the 'media debate' within global justice movements. A case study of Dissent! and the 2005 Gleneagles G8 summit. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, vol. 2, n. 2, p. 42-67, 2010.
- MCLEOD, D. M.; DETENBER, B. H. Framing effects of television news coverage of social protest. *Journal of Communication*, vol. 49, n. 3, p. 3-23, 1999.
- MERCEA, D. *Civic participation in contentious politics: The digital foreshadowing of protest*. Basingstoke: Palgrave, 2016.
- MEYER, D. S.; MINKOFF, D. C. Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, vol. 82, n. 4, p. 1457-1492, 2004.
- MICÓ, J. L.; CASERO-RIPOLLÉS, A. Political activism online: organization and media relations in the case of 15-M in Spain. *Information Communication & Society*, vol. 17, n. 7, p. 858-871, 2014.
- MOSCO, V. *The political economy of communication*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.
- MOROZOV, E. *The net delusion: The dark side of internet freedom*. New York: Public Affairs, 2011.
- OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

RUCHT, D. The quadruple “A”: Media strategies of protest movements since the 1960’s. In: VAN DE DONK, W.; LOADER, B.; NIXON, P.; RUCHT, D. (Eds.). *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. London: Routledge, 2004. p. 29-54.

RUCHT, D. Protest movements and their media usages. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (Eds.). *Mediation and protest movements*. Bristol: Intellect, 2013. p. 249-268.

RUSSELL NEUMAN, W.; GUGGENHEIM, L.; MO JANG, S.; BAE, S. Y. The dynamics of public attention: Agenda-setting theory meets big data. *Journal of Communication*, vol. 64, n. 2, p. 193-214, 2014.

SCHUDSON, M. *The good citizen: A history of American civic life*. New York: Martin Kessler Books, 1998.

SHIRKY, C. The political power of social media. *Foreign Affairs*, vol. 90, n. 1, p. 28-41, 2011.

SHOEMAKER, P. J.; REESE, S. D. *Mediating the message in the 21st century: A media sociology perspective*. New York: Routledge, 2014.

SILVERSTONE, R. *Media and morality*. Cambridge: Polity, 2007.

STRÖMBÄCK, J.; ESSER, F. Mediatization of politics: Towards a theoretical framework. In: ESSER, F.; STRÖMBÄCK, J. (Ed.). *Mediatization of politics: Understanding the transformation of Western democracies*. Palgrave Macmillan, 2014. p. 3-28.

SUNG-TAE, K.; YOUNG-HWAN, L. New functions of Internet mediated agenda-setting: Agenda-rippling and reversed agenda-setting. *Korea Journalism Review*, vol. 1, n. 2, p. 3-29, 2007.

TORET, J. (Coord.). *Tecnopolítica y 15-M: La potencia de las multitudes conectadas*. Barcelona: UOC.

VAN LAER, J.; VAN AELST, P. Internet and social movement action repertoires: Opportunities and limitations. *Information Communication & Society*, vol. 13, n. 8, p. 1146-1171, 2010.

WILSON, C.; DUNN, A. Digital media in the Egyptian revolution: Descriptive analysis from the Tahrir data set. *International Journal of Communication*, n. 5, p. 1248-1272, 2011.

## **IV**

Participação política,  
cidadania e internet



# Cidadania e participação na internet: experiências brasileiras

Caroline Kraus Luvizotto

## Introdução

Muitas ações de caráter político-social se fortaleceram e se potencializaram à medida que a internet deu suporte a elas, utilizando sua arquitetura em rede para disseminar informação e promover a discussão coletiva. A partir dessa ferramenta, foi possível propor e organizar ações e ampliar os canais de participação.

A participação é uma ação social coletiva que possui em sua gênese uma série de características, dentre as quais, podemos destacar suas estratégias de ação, sua organização, a historicidade, os laços e identidades compartilhadas. Essas características somadas a um projeto de sociedade é que levam os atores sociais a se aproximarem dessas ações coletivas e atuarem ativamente ou ocasionalmente junto aos movimentos sociais, aos espaços de deliberação política e aos mais diversos contextos onde se faz necessária uma ação democrática e cidadã (LUVIZOTTO; SERIDÓRIO, 2016).

Pode-se afirmar que as ações coletivas são sadias dentro de um ambiente político e social plural como o brasileiro e projetam atores políticos, que passam a exigir do poder público a efetivação de direitos civis, políticos e sociais garantidos por lei (ROTHBERG; LUVIZOTTO; VANZINI, 2014). Trata-se de um componente advindo do amadurecimento das

democracias. “A mudança no entendimento da organização e ação dos coletivos sociais ocorreu, em grande parte, em decorrência das transformações no cenário político internacional”, destaca Machado (2007, p. 254), que salienta a intensificação de forças verificada quando, “com o fim da guerra fria e o surgimento da simbiose entre democracia ocidental e capitalismo, os movimentos sociais passaram gradualmente a ser considerados atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania” (idem, p. 254).

A sociologia clássica confere complexidade ao estudo de ações sociais coletivas. Segundo Max Weber (1978, p. 139), por ação social deve ser entendida toda ação “com sentido próprio, dirigida para a ação de outros”. O sentido é atribuído pelo ator à ação, que o leva a escolher princípios, procedimentos e finalidades. A ação social difere de todas as outras formas de ação porque seu agente tem consciência daquilo que escolhe, e as ações podem ser apreciadas conforme o grau de consciência do agente sobre seu significado. Identidades compartilhadas podem fortalecer o sentimento de pertencimento, que tenderia a encorajar a participação. Peruzzo (2013) destaca que tais ações indicam a existência de uma organização coletiva que implica identidades compartilhadas e estratégias de mobilização e comunicação.

As ferramentas *Web 2.0* estão organizando e fomentando o desenvolvimento de novas mídias digitais e redes sociais virtuais, à medida que são reduzidos os custos da mobilização de atores sociais. A ação política através das tecnologias “torna-se mais barata, rápida e por consequência mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado”, segundo Pereira (2011, p. 14). As redes que integram essa lógica possuem potencial articulador e mobilizador e, segundo Scherer-Warren (2006, p. 115), “por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações – e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores”.

Os recursos da *Web 2.0* facilitaram a criação e a circulação de conteúdos aos usuários da internet, que podem atuar como leitores, autores, produtores e editores de conteúdo informacional multimídia. O usuário não é mais pensado como agente passivo, mas como desenvolvedor de conteúdo.

A *Web 2.0* é considerada a segunda geração de ferramentas *on-line*, caracterizada pelas mídias digitais que potencializam as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de expandir os espaços para a colaboração entre os participantes. Essa tecnologia reforça a promessa de criação de inteligência coletiva (LÉVY, 1994), ou construção coletiva do conhecimento. Por meio da interação, comunidades formadas em torno de interesses específicos poderão apoiar uma causa, discutir temas individuais ou de relevância coletiva, levar a opinião pública à reflexão e disseminar informações políticas e sociais (VALENTE; MATTAR, 2007). Com as novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), espera-se, de acordo com o seu potencial, disseminar os conteúdos informacionais com o máximo de intercâmbios, buscando a interação, o apoio, as críticas, as sugestões que, no caso do ativismo social, traduzem-se em expressar por meio de seus atores, da forma mais diversa e abrangente possível, a luta pela concretização da cidadania (MORAES, 2000).

Para compreender como as ferramentas da internet e as mídias digitais contribuem para esse cenário de participação política e social no Brasil, foram identificados dois *websites*: o primeiro, de iniciativa privada, caracterizado por ser um canal de participação de cidadãos em questões governamentais, objetivando fortalecer a luta pela cidadania e justiça social: o *Vote na Web*; o outro, de iniciativa governamental, lançado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Participatório (Observatório Participativo da Juventude), que tem como objetivo a produção de informação sobre a juventude a partir da participação dos próprios jovens, configurando-se num canal de participação dos jovens em questões governamentais. A partir dos exemplos do *Vote na Web* e do Participatório, este estudo objetiva refletir sobre a utilização da internet para a criação, organização e disseminação da participação político-social *on-line* no Brasil.

## Participação, ativismo e internet

A participação está intimamente ligada à cidadania e vai mudar de acordo com a possibilidade de atingir diferentes sujeitos sociais que se

identificam com determinada causa, ou simplesmente têm consciência de seu papel como cidadãos e têm a necessidade de participar. Para Bordenave (1983, p. 23), “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Para ele, de nada adianta fazer parte sem tomar parte, como, por exemplo, alguém que faz parte de um grupo mas não toma parte das suas decisões. A participação está ligada à atividade e ao engajamento. A participação seria inata ao ser humano devido às suas necessidades criativa e racional, e a democracia seria um estado da participação (BORDENAVE, 1983).

O Brasil é marcado por uma história recente de ditadura militar. Estamos aprendendo a viver em democracia, e esse não é um processo rápido, tampouco simples. É verdade, porém, que hoje o povo brasileiro tem maior poder de participação, mas a herança da ditadura ainda se faz presente, contrastando com a busca pela democracia efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a participação é um mecanismo de fortalecimento do convívio em sociedade.

Para Demo (1996, p. 19-20) “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o exercício da cidadania passa diretamente pela participação de um povo e suas demandas. De acordo com o autor, participação é um processo e uma conquista e, nesse sentido, está “em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (DEMO, 1999, p. 18). Demo também afirma que por meio da participação seria possível o Estado e a sociedade civil governarem juntos o país, os estados e os municípios, pois, segundo ele, “participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas outra forma de poder” (DEMO, 1999, p. 18).

De acordo com Fonseca (2011, p. 70), os meios de comunicação mobilizam opiniões com o objetivo de “[...] difundir informações, estimular os vínculos de solidariedade, favorecer os laços de identidade e promover o engajamento e a co-responsabilidade, no sentido de articular os sujeitos e estimular a participação [...]”. Porém, o papel dos meios de comunicação no cenário da participação política e social aumentou e ganhou maior ressonância com o advento da internet e de suas ferramentas da *Web 2.0*.

É possível notar que as gerações atuais exercem parte de seus direitos expressivos por meio da internet. A *Web 2.0* serve de grande atrativo para a

articulação dos movimentos sociais, dos ativistas e dos cidadãos em geral, pois nela é possível a interação coletiva por intermédio de comunidades formadas em torno de interesses específicos, dar apoio a causas, além de discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública a reflexão e disseminar informações políticas e sociais (LUVIZOTTO, 2015).

A relação entre participação e os meios de comunicação já foi debatida e estudada por diversos autores, entre eles Joaquim Paulo Serra, que estabeleceu três modalidades de participação:

- a) Participação política nos *media*: “os media como a arena em que se desenvolve (e em que se assiste) a luta política, a luta entre os argumentos e contra-argumentos dos vários atores políticos” (SERRA, 2012, p. 129). O autor considera essa uma modalidade dialética;
- b) Participação política através dos *media*: “os media usados como meios para atingir uma determinada audiência, que se pretende influenciar num ou noutro sentido”, considerada uma modalidade retórica (SERRA, 2012, p. 129);
- c) Participação política para os *media*: “os media como o ecrã que torna visível (isto é, ‘real’) o espetáculo da política”, a modalidade cênica (SERRA, 2012, p. 129).

Em complemento a essas modalidades, refletindo especificamente sobre a internet, podemos citar Gomes, que em 2005 abordou as expectativas para esse meio de comunicação. De acordo com o autor, “quase todas as formas de ação política por parte da esfera civil podiam agora ser realizadas mediante a internet”, ações como “contato e pressão sobre os representantes eleitos, até a formação da opinião pública, engajamento e participação em discussões sobre os negócios públicos até a afiliação a partidos ou movimentos da sociedade civil” podiam ser realizadas com o auxílio das ferramentas da *Web 2.0* (GOMES, 2005, p. 64). Ainda, o autor destaca outras ações de caráter político-social que poderiam ser potencializadas na internet: “manifestação à mobilização, da interação com candidatos até a doação para fundos partidários ou de organizações civis, da intervenção

em fóruns eletrônicos sobre matéria da deliberação da sociedade política até a intervenção em plebiscitos on-line” (GOMES, 2005, p. 64).

A expectativa era bastante favorável, uma vez que o meio utilizado, a internet, possui ferramentas que possibilitam essas ações. Porém, para que esse tipo de participação se efetive, é preciso que haja uma cultura de participação, uma educação para a cidadania e mecanismos de mobilização social *off-line*, ou seja, fora da internet.

Refletindo sobre mobilização social, destaca-se Scherer-Warren, que apresenta uma organização da sociedade civil mobilizada em três níveis:

- O primeiro nível – associativismo local: movimentos comunitários e as próprias ONGs que lutam por “causas sociais ou culturais do cotidiano” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Como exemplo desse nível, a autora destaca os núcleos dos movimentos sem-terra, sem-teto, piqueteiros, empreendimentos solidários e associações de bairro.
- O segundo nível – organizações interorganizacionais: “fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111), que se articulam para empoderar a sociedade civil. Nesse nível, ocorre a mediação necessária para parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade e o Estado.
- O terceiro nível – mobilização na esfera pública: a articulação de todos esses atores sociais que buscam algo além da organização institucional conciliatória e partem para grandes manifestações, tendo em vista visibilidade midiática e exercer pressão política (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111). Como exemplo do terceiro nível, indica-se a Marcha das Vadias, a Parada do Orgulho LGBTT, e as próprias Manifestações de Junho de 2013 no Brasil em um nível ainda mais extremo.

Com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa –, e passam a ser mais participativas e democráticas. Mesmo que de maneira limitada, considerando os

problemas de acesso à rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, a internet possibilita participação e interação entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. Esse ambiente *on-line* modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam as suas demandas políticas e sociais. Nesse contexto, surge o ativismo, que ganha espaço privilegiado na internet, e a atuação dos movimentos sociais passa a ser mais abrangente, ocupando os espaços *on-line* (na internet) e *off-line* (nas ruas) (LUVIZOTTO et al., 2016).

Os recursos e ferramentas tecnológicas de informação foram aprimorados rapidamente, democratizando de maneira inédita o acesso à informação. Com o advento da internet e das ferramentas da *Web 2.0*, a informação deixa de se concentrar na mídia de massa e nos grandes conglomerados midiáticos e se oferece a possibilidade de produção, seleção e interação aos seus usuários, gerando novos conteúdos e fontes de informação. Hoje, ONGs, movimentos sociais e ativistas podem propagar suas ideias para todo o mundo, oferecendo a informação à sua maneira. Agências de notícias alternativas e independentes surgem para contestar as versões da imprensa tradicional, como é o caso da Mídia Ninja, Jack Mídia Independente e diversos *blogs* e *websites* contra-hegemônicos.

Rigitano (2003, p. 3) indica que os ativistas utilizam a rede mundial de computadores para “poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos *on-line* e *off-line*”. A esse tipo de ativismo nomeia-se ativismo digital ou *on-line*. Ou seja, o ativismo *on-line* ocorre da apropriação das ferramentas disponíveis na internet para articulação, organização, discussão e comunicação entre os ativistas na defesa de suas demandas.

Nesse cenário, destaca-se a presença de movimentos sociais que sempre estiveram presentes na sociedade, atuando e mobilizando a sociedade civil por causas sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas, dentre muitas outras. O avanço tecnológico e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiram a aproximação dos diversos movimentos existentes com seus apoiadores e uma nova forma

de se manifestar. A internet e o ciberespaço possibilitaram que pessoas de qualquer lugar do mundo, que se identificam e lutam pela mesma causa, unissem-se virtualmente para mobilizar, disseminar informações e lutar pelos diversos direitos dos cidadãos (LUVIZOTTO et al.; 2016).

Para Gohn (2011, p. 336), os movimentos sociais “realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. Tais ações são potencializadas pela organização e pelo discurso presentes e até permanentes que permeiam um movimento social e são fortalecidas pela utilização de ferramentas *on-line*, que atingem um número maior de pessoas, possibilitando uma maior participação político-social.

A internet e as mídias digitais possibilitam uma nova compreensão e sentido para a participação, para a democracia, para o ativismo e para as identidades coletivas. A partir das ferramentas *Web 2.0*, caracterizadas pela interação e colaboração, é possível participar de ações sociais coletivas de modo *on-line* e *off-line* (ROTHBERG; LUVIZOTTO; VANZINI, 2014): *on-line*, uma vez que a estrutura de conectividade da internet permite derrubar a barreira do tempo e do espaço, possibilitando a qualquer ator social se manifestar e deliberar sobre os mais diversos assuntos e contextos sociais. É possível fazer parte de grupos virtuais que possuam uma motivação, uma identidade coletiva e ali se autorrepresentar, discutir, propor, aprender e organizar ações; *off-line*, uma vez que, fazendo parte de um grupo social com vínculo indenitário, o sujeito social pode participar de manifestações, atos, reuniões, assembleias e pode utilizar os recursos da internet para postar vídeos, fotos e todo tipo de conteúdo informacional em tempo real e tornar público aquele momento que somente os participantes presentes teriam condições de conhecer, mas com o uso da internet passa a ser de domínio público, instrumentalizando a participação político-social.

Esse cenário pode parecer bastante motivador e propício para ações de caráter político e social. Entretanto, precisamos analisar criticamente o universo digital, uma vez que ele reproduz todas as tensões, conflitos e disputas de poder do universo *off-line*. Os autores Landry, Aubin e Sénécal

(2015) alertam para o problema da concentração midiática e do controle exercido por empresas privadas no universo *on-line*. Esse controle sugere que a internet não é um meio tão democrático quanto parece. Ainda, os autores afirmam que pode ocorrer três tipos de controle na internet, cerceando os direitos do cidadão: o controle estatal, que mantém a vigilância das informações fornecidas pelos cidadãos; o controle técnico, exercido por desenvolvedores *web*, que teriam o objetivo de limitar as ações nas plataformas; e o controle judiciário, responsável por penalizar ações na internet de acordo com a legislação de cada país (LANDRY; AUBIN; SÉNÉCAL; 2015).

Após discorrer sobre a participação e como as mídias digitais dão suporte a essas ações político-sociais, apresentam-se dois exemplos de ambientes informacionais digitais que se autointitulam ambientes de participação cidadã: o Vote na Web e o Participatório – Observatório Participativo da Juventude. A partir desses exemplos, espera-se compreender como as mídias digitais estão alterando e contribuindo para o cenário de participação no Brasil.

## **Website Vote na Web**

O Vote na Web ([www.votenaweb.com.br](http://www.votenaweb.com.br)) é um *website* criado em novembro de 2009 para tornar público projetos de lei do Congresso Nacional do Brasil, onde o cidadão pode conhecer os projetos por meio de um breve resumo e votar, simbolicamente, se concorda ou não com as proposições dos parlamentares.

O *site* foi desenvolvido por uma empresa que tem como foco o emprego de tecnologias digitais para a criação de canais de participação de cidadãos em instituições, privadas ou governamentais, chamada Webcitizen. Uma das principais características do site é o fato de que os projetos de lei do Congresso Nacional são traduzidos para uma linguagem mais simples e objetiva, permitindo que os usuários acompanhem as discussões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em maio de 2010, o projeto foi convidado a ser apresentado no evento Gov 2.0 Expo, em Washington, D.C., o qual é coproduzido pela O'Reilly Media Inc. e UBM TechWeb. De acordo com informações disponíveis no próprio *website*, o Vote na Web foi o único representante brasileiro convidado a participar desse evento, que teve como objetivo divulgar ferramentas de internet que estimulam a participação da sociedade na política. Após a apresentação do projeto em Washington, a Webcitizen foi convidada pela ONU a participar também de um *workshop* sobre engajamento cívico em Barcelona entre os dias 21 e 23 de junho denominado “Envolvendo os cidadãos na Gerência de Desenvolvimento e Governança Pública para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Segundo dados coletados em 25 de agosto de 2016, o *website* reúne mais de 740 mil usuários cadastrados, mais de 10 milhões e 500 mil votos computados, mais de 340 mil comentários e 6.340 projetos cadastrados. Esses números sugerem que o *website* possui uma visibilidade relevante e que possibilita a interação entre os usuários, dado que pode ser verificado pelo grande número de comentários deixados nos projetos de lei em todo site. Muitos desses comentários foram feitos por usuários que pretendiam dialogar uns com os outros e opinar, concordando ou não, com o comentário de outro cidadão.

O Vote na Web se apresenta como um site de engajamento cívico e partidário, que tem como objetivos promover a participação cidadã e se compromete em levar os resultados da participação civil ao Congresso. O site, além de tornar público projetos de lei do Congresso Nacional do Brasil, possibilita que o cidadão vote, simbolicamente, se concorda ou não com as propostas dos parlamentares. O resultado da votação, sim ou não, pelos usuários, é visualizado em gráficos. Além disso, é possível que os internautas comparem seus votos entre si e com os dos deputados e senadores. Os projetos são lidos por analistas, que produzem um sumário e um resumo de cada um deles. São, então, abertos à votação por parte dos usuários e atualizados com os votos dos deputados e senadores tão logo passem pelas casas do Congresso.

Uma de suas principais características são os resumos apresentados, formulados por analistas – a partir do texto do projeto de lei original –,

que buscam traduzir os termos utilizados para uma linguagem mais próxima à do público. Quando a lei é apreciada por votação na Câmara e no Senado, o site apresenta uma comparação entre o voto dos legisladores e dos usuários.

Um ponto importante da arquitetura do *website* Vote na Web é que ele permite que se visualize a computação dos votos em um parâmetro geral dos usuários, mas também divididos em categorias de gênero, idade e estado. Além dessas possibilidades, há um mapa do Brasil com a divisão de votos por estado, que apresenta as diferenças da votação por escala de cores. Outros aspectos da arquitetura do referido *site* podem ser citados, como, por exemplo, a divisão dos projetos de lei apresentados em categorias como economia, saúde, trabalho, cidades, cultura, esporte, transporte, entre outras. No *site* também há duas ferramentas de busca, por filtros preestabelecidos ou por palavras-chave.

O Vote na Web pretende ser um portal interativo, informativo, participativo e utiliza ferramentas da *Web 2.0* para cumprir sua proposta. Seu design é simples e intuitivo, de modo que os usuários não possuem grandes dificuldades e obstáculos para utilizá-lo. Após votar se aprova ou não o projeto de lei, o usuário pode classificar o projeto de acordo com seis categorias: urgente, relevante, corajoso, inviável, irrelevante e sem noção. Ainda, é possível que o cidadão comente o seu voto e/ou dialogue com outros usuários. Essa ferramenta permite a interação entre os usuários, mas é importante destacar que nem todos os usuários respeitam o debate e utilizam a ferramenta de modo adequado.

As informações são colocadas de maneira objetiva, sem excesso, e ferramentas são disponibilizadas para agilizar o acesso, fornecendo um *link* para o projeto de lei na íntegra e, caso o usuário esteja procurando por uma lei ou parlamentar específicos, também há um mecanismo de busca para auxiliar. Após um *login*, que pode ser feito através de cadastramento ou por meio das redes sociais Facebook ou Google+, pode-se navegar livremente pelo site e utilizar todos seus recursos.

Apesar de ser um site de fácil interação, é preciso se perguntar como os resumos dos projetos são elaborados e qual a eficácia dessas informações para estimular e esclarecer o cidadão na hora de votar e de comentar.

Uma vez que o resumo é elaborado a partir da lógica subjetiva de alguém, é necessário se perguntar quais elementos são representativos para esse sujeito, a ponto de integrarem o resumo. É possível que outros elementos do projeto de lei na íntegra, também relevantes, fiquem de fora desse resumo, pois ele segue a lógica subjetiva de alguém e pode não contemplar a lógica de outros cidadãos.

## ***Website* Participatório – Observatório Participativo da Juventude**

Os protestos e manifestações ocorridos no Brasil em junho e julho de 2013 foram sucedidos por reações diversas de mandatários nos diferentes níveis de governo. Naquele momento, houve uma oportunidade de que alguns setores da comunicação pública concretizassem seus projetos. Assim surgiu o *website* “Participatório: Observatório Participativo da Juventude”, uma plataforma *on-line* lançada em agosto de 2013 como parte da resposta da Secretária-geral da Presidência da República aos protestos que tomaram as ruas brasileiras em meados daquele ano.

Criado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão da Secretária-geral da Presidência da República, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria 42, o Participatório (<http://participatorio.juventude.gov.br>) é uma “plataforma virtual interativa voltada à produção do conhecimento sobre a juventude e para a própria juventude, mediante participação e mobilização social” (Artigo 2º da Portaria 42), que “pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos para temas relacionados às políticas públicas de juventude” (Artigo 3º).

O Participatório relaciona sua criação como resposta ao recente fenômeno de visibilidade da insatisfação de setores sociais com a vida pública, já que o *website* poderia ajudar a mediar a insatisfação que tomou as ruas, ao propor um método supostamente organizado de canalizar a participação política e acolher o desejo de influenciar os rumos das políticas públicas que importam aos jovens.

Aparentemente, segundo a lógica subjacente ao argumento oficial, o Participatório viria a constituir mais uma etapa no percurso de participação iniciado pelo governo federal, em um leque de oportunidades que poderia tornar desnecessárias outras formas de mobilização, como as manifestações autônomas observadas nas ruas (ROTHBERG; LUVIZOTTO; VANZINI, 2014). A comunicação pública digital exerceria o papel de catalisar e organizar a expressão política juvenil, afastando assim o risco de manifestações não submissas, por meio da oferta de canais alegadamente permanentes e confiáveis: “o Participatório fará consultas públicas, sobre temas que estejam na pauta da SNJ, a fim de conhecer a opinião da juventude e, nesse sentido, os jovens e as jovens poderão, de fato, subsidiar as ações da Secretaria e a formulação das políticas públicas” (PARTICIPATÓRIO, 2013). Ou seja, ao propor um método supostamente organizado de canalizar a participação política e acolher o desejo de influenciar os rumos das políticas públicas que importam aos jovens, o Participatório poderia ajudar a esfriar a insatisfação que tomou as ruas.

O *website* Participatório apresenta menus laterais, com destaque para três seções principais: Participatório: o que é, notícias, biblioteca digital, centro de documentação, revista eletrônica, boletim juventude informa, rede de pesquisadores, parceiros, contato, debates, divulgue esta página; Assuntos: segurança, educação, trabalho e renda, cultura, campo e cidade, comunicação e tecnologia, diversidade e igualdade, esporte e lazer, meio ambiente, participação social, saúde; Centrais de conteúdo: áudios, vídeos, imagens, publicações, legislações, editais, biblioteca digital, dados estatísticos.

Além disso, apresenta um menu inferior com quatro opções, com destaque para duas: Portal da juventude: sobre o portal, termos de uso, órgãos responsáveis, legislação, Participatório, Conjuve, Coijuv, juventude viva, estação juventude, juventude rural, política internacional; e Redes sociais: Facebook, Twitter, YouTube, Flickr, Issuu, RSS, o que é?

Atualmente, o *website* possui mais de 24.500 usuários cadastrados, divididos em 540 comunidades. De forma geral, verifica-se que o compartilhamento de recursos e troca de informações entre usuários nas páginas do *website* é baixo: muitas comunidades possuem apenas um membro,

aquele que a criou, e não são verificadas interações. Embora a verificação das atividades e dos recursos utilizados no *website* possam sugerir um potencial de ativismo *on-line*, a participação mais ativa na forma da inserção e troca de conteúdos não pode ser negligenciada como indicador efetivo de interesse e engajamento.

O Participatório apresenta-se como ferramenta que se beneficia das tecnologias de informação e comunicação (TIC), ainda que sejam necessários aperfeiçoamentos, a serem desvendados por pesquisas futuras. Apesar de o Participatório utilizar as TIC para o incremento do engajamento e da participação política, com a promessa de aproximar os jovens das discussões políticas e sociais propostas pelo governo federal, observa-se o que seu uso foi insuficiente até o momento, tendo em vista o baixo número de usuários cadastrados, e isto indica que muitos esforços devem ser empregados para atingir os objetivos que o *website* pretende atingir.

## À guisa de conclusão

A dinâmica social contemporânea encontra-se tracionada pela participação dos sujeitos em movimentos e projetos político-sociais que se configuram em fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes de caráter democrático e cidadão, justificando a realização de análises que privilegiem o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos sujeitos em sua prática cotidiana. O estudo de tais redes torna-se, assim, essencial para compreender os fatores que contribuem para desencadear aprendizagens e o surgimento ou a intensificação de valores de cultura de participação.

A internet proporciona aos seus usuários a capacidade de produzir informação e não somente consumi-la. Observa-se que as plataformas *on-line* da *Web 2.0* e as mídias digitais foram tomadas por discussões e debates dos mais variados temas e representando a diversidade e a pluralidade de sujeitos sociais. Entende-se que, mesmo que de maneira limitada devido à sua infraestrutura de conectividade e a aspectos relativos à arquitetura da informação do *website*, como por exemplo a acessibilidade e a usabilidade,

a internet possibilita participação e interação real entre seus usuários, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas e temporais.

Atualmente, parte significativa dos movimentos e grupos político-sociais articula suas ações por meio da internet, passando a configurar o chamado ativismo social *on-line*. A infraestrutura de conectividade em rede, característica da *web* atual, as novas tecnologias de informação e comunicação e as mídias digitais revelam-se um aparato tecnológico que permite a comunicação de atores sociais no processo de criação, organização e disseminação de suas demandas políticas e sociais.

Iniciativas governamentais e não governamentais como a do Participatório e do Vote na Web espalham-se pelo mundo. É possível citar, dentre as inúmeras iniciativas, o NHS Citizen da Inglaterra (<https://www.nhscitizen.org.uk>), um programa nacional que visa a participação do cidadão em questões relacionadas à saúde; o Question Bridge dos Estados Unidos da América (<http://questionbridge.com>), uma plataforma *on-line* para homens negros de todas as idades e origens se manifestarem sobre a vida na América, sobre os mais diversos aspectos; e o Voice of Kibera de Nairobi, na África (<http://voiceofkibera.org>), um projeto em parceria com várias organizações não governamentais que visa dar voz aos moradores de Kibera, uma das maiores favelas da África, através da agregação de relatórios, mídias comunitárias, notícias e informações relevantes e troca de experiências entre os cidadãos. Ao verificar rapidamente os *websites* NHS Citizen, Question Bridge e Voice of Kib e ao comparar a sua arquitetura com a arquitetura dos *websites* Participatório e Vote na Web, percebe-se que todos eles apresentam ferramentas da *Web 2.0* e que, em sua gênese, foram desenvolvidos para favorecer a participação dos cidadãos em assuntos das mais diversas instâncias sociais. Possuem acesso expressivo, mas, assim como nos casos brasileiros, observa-se que as ferramentas de conversação poderiam ser melhor utilizadas.

Os ambientes informacionais digitais devem ser pensados e programados de maneira que auxiliem as interações entre os sujeitos. Portanto, além de permitir a livre conversação entre usuários, eles devem fornecer ferramentas que auxiliem no processo de participação, sendo ambientes

adequados para que movimentos sociais e ativistas exponham suas demandas e ampliem seu alcance e as discussões. Essas ferramentas relacionam-se intimamente com a arquitetura do *site* e com a informação disponibilizada para fomentar o debate, já que o participante também precisa ter acesso a informações que permitam a crítica e a tomada de decisão. Este estudo sugere que, no caso brasileiro, as tecnologias da *Web 2.0* auxiliam o processo de participação política e social, servindo aos movimentos sociais e ativistas quando são utilizadas em sua totalidade, usando todo o potencial das ferramentas de interação e construção coletiva do conhecimento. Porém, nada disso tem efeito sobre a participação se não houver a disposição e a mobilização do cidadão em participar.

Conclui-se que os *websites* apresentados possuem limitações e que as ferramentas *on-line* não são utilizadas em sua potencialidade. Mas, a partir de um contexto de cidadania e de participação *on-line*, é possível verificar que a arquitetura dos *websites* favorece a participação, mesmo sem o engajamento cívico, e que os processos comunicativos e interativos inerentes a essa plataforma *on-line* são um passo em direção a uma prática cidadã mais ampla. É preciso, antes de tudo, desenvolver uma cultura de participação e fortalecer os mecanismos de participação existentes em nossa sociedade, nas escolas, nas associações de bairro, nas organizações da sociedade civil e em todas as instâncias governamentais.

## Referências

BORDENAVE, J. e D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FONSECA, A. A. da. A comunicação nos movimentos sociais: do panfleto de protesto à educação para a cidadania. *Espaço Acadêmico*, n. 126, p. 67-71, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspaçoAcademico/article/viewFile/12748/8145>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

LANDRY, N.; AUBIN, F.; SÉNECAL, M. *Médias et Mouvements sociaux: pratiques de mobilisations collectives*. RCÉM automne: 2015.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LUVIZOTTO, C. K. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. *Liinc em Revista*, v. 11, p. 14-27, 2015.

LUVIZOTTO, C. K.; SERIDORIO, D. F. Movimentos sociais, ativismo e participação na sociedade da informação. In: LUVIZOTTO, C. K.; LOSNAK, C. J.; ROTHBERG, D. *Mídia e sociedade em transformação*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica - Editora Unesp, 2016.

LUVIZOTTO, C. K. et al.; Ativismo socioambiental on-line: uma análise do movimento “Uma gota no oceano”. *REVISTA GEMInIS*, v. 7, p. 75-100, 2016.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 18, p. 248-285, 2007.

MORAES, D. de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 23, n. 2, p. 142-155, jul./dez. 2000.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In: *IV Encontro da Compolítica*, 2011, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. *Matrizes*, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

RIGITANO, M. E. C. *Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente*, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ROTHBERG, D.; LUVIZOTTO, C. K.; VANZINI, K. V. As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude In: *Liinc em Revista*, vol. 10, n. 1, p. 227-240, 2014.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SERRA, J. P. Novos media e participação política. *Observatorio Journal*, v. 6, n. 2, p. 127-155, 2012.

VALENTE, C.; MATTAR, J. *Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias*. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

WEBER, M. Ação e relação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.



# **Cidadania Global: uma contribuição de Social Watch**

Maximiliano Martín Vicente

## **Introdução**

O presente trabalho é o resultado de um estudo relacionado com a questão da cidadania na atualidade. Para isso, discute-se, num primeiro momento, o conceito de cidadania, a forma como foi entendida no transcorrer do tempo e seus desdobramentos na atualidade. Como exemplo dessa nova concepção, apresenta-se a Rede Social Watch, organização que congrega organizações não governamentais preocupadas em avaliar as políticas públicas de cunho social implementadas pelos poderes públicos instituídos. Finalmente, como exemplo dessa nova manifestação da cidadania, estudam-se os boletins publicados por essa entidade em agosto de 2014, onde se comprova, efetivamente, o caráter inovador e o compromisso com a cidadania global por parte de Social Watch.

## **Cidadania, um conceito em construção**

A cidadania é um dos problemas mais complexos enfrentados pelos regimes democráticos. Fórmulas absolutistas e autoritárias ignoraram os procedimentos democráticos de governar, nos quais a participação social

nas questões públicas é levada em consideração. Apenas na contemporaneidade, portanto muito recentemente, num contexto de profundas mudanças culturais, jurídicas, éticas, políticas, econômicas e sociais, revertem-se os moldes conservadores de governar para uma pequena elite, em detrimento dos governados, vistos como entes passivos e incapazes de entender a “coisa pública”.

Não existe um consenso em relação ao que se entende por cidadania. Numa rápida passagem pelos autores preocupados com a questão da implementação das práticas cidadãs na sociedade, é possível identificar alguns momentos expressivos para a compreensão desse termo. Na visão liberal clássica, principalmente entre seus representantes no século XIX, a preocupação com a cidadania se concentrou sobre as diversas formas de evitar que o poder do Estado se sobrepusesse aos direitos dos indivíduos. Dessa forma, realizaram-se esforços significativos para dividir o poder estatal, além de promover a criação de instituições, tanto desde o Estado como da sociedade civil, para garantir a efetividade das iniciativas dos cidadãos. A partir de um posicionamento oposto ao modelo liberal, o socialismo postulava que as mesmas formas que tinham conseguido certa liberdade do homem pré-moderno criaram novas maneiras de opressão, das quais este só poderia liberar-se por uma emancipação social e humana, emancipação esta que deveria chegar ao Estado, responsável final pela manutenção dos direitos sociais alcançados pela luta da maioria da população.

Um autor referencial na conceituação da cidadania, como foi Marshall, pensava que os direitos civis e os políticos, conquistados durante os séculos XVIII e XIX, não tinham eliminado a contradição entre o princípio de igualdade e o de desigualdade. (MARSHALL, 1967). Ademais, acreditava que os direitos sociais podiam estabelecer, de fato, um processo de igualdade social suficientemente sólido, capaz de minimizar os conflitos de classe originados pelo capitalismo e pela sociedade moderna por ele implantada.

Nos anos 1970 e 1980, iniciou-se outro debate de caráter filosófico sobre a natureza do indivíduo e de seus direitos em relação ao Estado, à comunidade, à cultura e à questão da ética e dos fundamentos da filosofia

política, ou seja, sobre as múltiplas dimensões que poderia adquirir a noção de cidadania (DALLARI, 1998). A disputa congregou, principalmente, duas correntes conhecidas como comunitarista e individualista, que defendiam visões e pontos de vista antagônicos quando o assunto era a cidadania. Os comunitaristas sustentavam que os vínculos sociais determinavam às pessoas e que a única forma de entender a conduta humana seria relacioná-la a seus contextos sociais, culturais e históricos. Os individualistas, por sua vez, propunham que a comunidade se constituía a partir da cooperação para a obtenção de vantagens mútuas, e que o indivíduo portava a capacidade de atuar livremente, independentemente do lugar e da cultura que tinham determinado sua existência.

Divergências à parte, o que nos interessa extrair desse confronto se encontra na discussão criada sobre a maneira como o direito deve, ou não, regulamentar as concepções inerentes à cidadania. Afinal, sem as garantidas para poder exercitar de maneira livre e desimpedida as manifestações sociais, não se pode falar em cidadania. Por sua vez alguns dos direitos afiançados legalmente colocam entraves e limites para as reivindicações dos movimentos sociais.

Tal problemática tem despertado o interesse pelos estudos da cidadania neste começo de século XXI, notadamente depois que as manifestações públicas, em praticamente todos os países, evidenciaram os limites da democracia como forma política capaz de dar respostas às demandas levantadas pelos movimentos sociais nas mais diversas partes do planeta. Nesse sentido, a cidadania pode ser considerada como uma construção de baixo para cima, onde se utilizam as mais variadas formas de expressão.

Mas qual seria a lógica seguida pelos movimentos sociais para ampliar o conceito de cidadania? Castells (2013), um dos pesquisadores preocupados com a sociedade em rede e seus desdobramentos para a sociedade, entende que os movimentos sociais contemporâneos se originam de forma espontânea, ou seja, não emanam do sistema político ou de qualquer outra forma de entidade político-social como poderiam ser os partidos ou os sindicatos. Via de regra, o estopim é gerado pela veiculação de alguma imagem que mostra a opressão ou a injustiça sofrida pela população. Tal imagem se espalha rapidamente nas redes virtuais, originando

as manifestações no espaço público, onde afirmam sua presença e desafiam a ordem estabelecida, procurando estabelecer um diálogo com as autoridades constituídas. No âmbito local, com frequência, as causas se direcionam na luta contra a corrupção, contra o sucateamento dos serviços públicos, a indignação pelo desemprego e contra o apoio oficial aos especuladores financeiros. Em outras ocasiões, a movimentação se dá em função de assuntos de interesse mundial como a ecologia, a questão da mulher ou os direitos da criança.

Castells destaca pontos em comum identificáveis nesses movimentos sociais na luta pela implementação da cidadania. Enfatiza a importância das ferramentas digitais e das redes sociais *on-line* (Facebook, Twitter, Livestream e YouTube) na mobilização e difusão de informação necessária para alimentar os movimentos; em muitos deles se percebe a ausência de um líder ou de uma corrente política específica. Ao contrário, ocorrem a aglutinação de diferentes correntes sociais unidas pelo desejo de radicalizar a democracia e torná-la mais participativa e, assim, ampliar a cidadania. Acreditam que somente a partir da intervenção direta de suas ações poderão ter força necessária para a promoção de mudanças sociais, econômicas e políticas.

Um aspecto importante estudado por Castells diz respeito à organização dos movimentos. Eles se estruturam e organizam sem que exista uma liderança capaz de controlar as ações de seus comandados. Na ausência de uma liderança permanente, o que vigora são os processos deliberativos, onde se exercitam novas formas de democracia e de cidadania. Dessa forma, criam-se e facilitam os laços de solidariedade, pois instituem, sobretudo, o sentimento de estar juntos. Basta estar ali para poder falar, não precisa de filiação ou representação.

Nas palavras do autor:

O que muda atualmente é que os cidadãos têm um instrumento próprio de informação, auto-organização e automobilização que não existia. Antes, se estavam descontentes, a única coisa que podiam fazer era ir diretamente para uma manifestação de massa organizada por partidos e sindicatos, que logo negociavam em nome das pessoas. Mas, agora, a capacidade de auto-organização

é espontânea. Isso é novo e isso são as redes sociais. E o virtual sempre acaba no espaço público. Essa é a novidade. Sem depender das organizações, a sociedade tem a capacidade de se organizar, debater e intervir no espaço público (CASTELLS, 2013, p. 35)

Com enfoque diferente, Boaventura de Souza Santos prefere interpretar os atuais movimentos sociais como uma evidência do fracasso do modelo atual de democracia, uma vez que não solucionou os problemas sociais no transcorrer do tempo. Por isso, insiste que a grande luta que vivemos no mundo atual envolve dois tipos de democracia: a de baixa intensidade, a que temos, e a outra de mais altas intensidades, democracias de tipo participativo.

Mas a questão da nova cidadania, para Santos, implica em condenar o modelo atual capitalista, algo não muito claro na contribuição de Castells. Ao contrário do que prometeu, como igualdade e solidariedade, o capitalismo provocou a separação e segregação total da população. A clássica expressão “os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobre” pode ser considerada como a melhor definição do capitalismo globalizado no âmbito mundial. Salienta o pensador português a necessidade de se olhar para as práticas dos movimentos sociais e das formas criativas como reinventam o mundo no dia a dia. Obviamente algumas dessas práticas se encontram na rede, mas é bom ampliar a visão e descobrir outras formas de exercitar a democracia e a cidadania na atualidade. Um dos exemplos vivos seriam cooperativas que estão produzindo bens seguindo uma lógica não capitalista. Seriam organizações que vão além da mera visão econômica e propõem uma abordagem crítica da cultura e da própria política. Inclui, dentro dessa questão econômica, o comércio justo entendido como uma prática na qual os bens que circulam pelo mercado devem ter sido produzidos pagando um salário justo, em condições marcadas pelo respeito ao meio ambiente.

Uma grande novidade relacionada à nova cidadania seria o que ele denomina de cidadania multicultural, ponto não tocado em profundidade por Castells. De forma contundente, afirma que tanto o liberalismo como o socialismo apenas reconhecem a igualdade e não a diferença. Nem todos os homens e mulheres são iguais. Questões como o gênero, a diversidade

cultural, as nuances de cada país ou região determinam comportamentos e valores que nem sempre podem ser considerados universais e válidos por todas as sociedades. Esse respeito à diversidade gera o que Santos conceitua de cidadania multicultural, na qual as minorias étnicas, os povos indígenas, o movimento negro e outras múltiplas manifestações de diversidade devem ser respeitadas e ouvidas. As pessoas querem pertencer, mas querem ser diferentes. É necessário um multiculturalismo que crie novas formas de hibridização, de interação entre as diferentes culturas. Cada cultura é que deve definir até onde quer se integrar.

A adoção dessas premissas no seu pensamento gera um conceito já consagrado e que se define como sendo as Epistemologias do Sul. Por esse conceito, Santos (2010, p. 7) entende um

...conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes

Podem ser observados nessa definição alguns dos itens virais da obra de Santos e que já traçamos brevemente nas linhas anteriores. Embora o mundo possa ser visto pela ótica da multiculturalidade, prevaleceram as versões que não respeitaram a diversidade e a riqueza de povos tão diferentes espalhados pelo planeta. Com isso, tolheu-se qualquer forma emergente de manifestação não permitida pela visão dominante. Entretanto, sugere Santos, devemos entender o que esconde essa não proliferação das culturas e seu reconhecimento. Nada mais seria que a predominância exercida pelo mundo ocidental, que precisou silenciar a humanidade diante de saberes emergentes.

Essa prática hegemônica proveniente da adoção da ciência moderna, executada pelo Ocidente, é denominada por Santos de pensamentos abissal. Tal pensamento é uma característica da modernidade ocidental, que consiste num sistema de distinções, visíveis e invisíveis, que dividem a

realidade social em dois universos ontologicamente diferentes. O lado de cá da linha, correspondendo ao Norte imperial, colonial e neocolonial, e o lado de lá da linha, que corresponde ao Sul colonizado, silenciado e oprimido. O que caracteriza esse pensamento abissal é a impossibilidade de copresença entre os dois lados referidos.

Como superar tal impasse? O pensador português indica um caminho bastante claro e não menos radical: a ecologia de saberes. Por esse termo deve se entender

um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clama sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais (SANTOS, 2006, p. 154).

De forma sucinta, poderíamos dizer que na ecologia de saberes se encontram embutidos alguns dos componentes fundamentais da proposta de Santos: o reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos. Mas não se aceitaria, apenas, o reconhecimento, cada um deles deveria ser considerado autônomo e articulado com os que defendem sua forma de atuação, criando, dessa forma, um saber marcado pela horizontalidade e respeito pelas diferenças, sem o qual nem se pode falar em cidadania. Assim, se chegaria a uma emancipação desejada, capaz de assentar novos parâmetros de atuação.

Evidentemente, as classes populares ganham protagonismo dentro dessa ótica. As colocações de Peruzzo sugerem uma outra forma de se expressar, e que ela conceitua como comunicação popular e alternativa – componentes fundamentais na adoção da cidadania –, entendida como

expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e

educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2004, p. 4)

Implícita nessa afirmação se encontra pelo menos uma característica dos movimentos populares. Os movimentos seriam forças autônomas agindo num espaço não coberto por partidos e sindicatos e, com isso, adquirem relevância por se manifestarem não nos espaços “permitidos” e regulamentados pelo poder oficial, embora possam, eventualmente, fazer-se presentes em alguns deles. E, assim, os movimentos sociais populares, apesar de suas limitações, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania, mas uma cidadania emanada nas bases e promovida por agentes sociais que atuam à margem do espaço público oficial. Trata-se de um processo que envolve a diversidade, porque nossa sociedade é pluralista demais para afunilar-se sob a direção de uma única organização político-partidária.

Para Peruzzo, a comunicação popular, tal como apresentada anteriormente, caracteriza-se não como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. O sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização, visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.

A cidadania na atualidade adquire uma dimensão multifacetada que não pode ignorar as questões levantadas pelos autores anteriormente citados. A questão ultrapassa a simples luta para conseguir e garantir direitos. Por um lado, não podem ignorar os avanços tecnológicos utilizados como ferramentas de divulgação e congregação dos movimentos a favor de uma cidadania plena. Por outro lado, as questões culturais embutidas nas práticas cotidianas da população precisam ser levadas em consideração também. Mais ainda, devem ser decodificadas à luz da proposta de Boaventura dos Santos, pois a complexidade dos fenômenos culturais

ultrapassa de longe a externalização das suas manifestações. Assim, emerge a necessidade de se usar a tecnologia, a comunicação popular e a diversidade cultural como componentes fundamentais para o exercício crítico da cidadania, que, além de ser local, tem repercussão e alcance global. Uma das organizações com espaço reservado para essas manifestações de cidadania é Social Watch, como veremos a seguir.

## **Social Watch: pensando no global**

Num mundo globalizado, nada mais plausível do que podermos imaginar uma ação coordenada mundialmente para defender os direitos da sociedade civil perante a hegemonia das ações mundiais alinhadas com o modelo capitalista. Imbuídos desse espírito, nasceu, em 1995, depois de vários encontros e reuniões preparatórias, a rede social Social Watch ([www.socialwatch.org](http://www.socialwatch.org)) concebida como um ponto de encontro para as Organizações Não Governamentais (ONGs) preocupadas com o desenvolvimento social e a discriminação de gênero e comprometidas com a monitorização das políticas que visam combater a desigualdade entre as pessoas e a pobreza.

Social Watch entende que a ação principal para atingir a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero e a justiça social ocorrem principalmente em nível local e nacional e, portanto, suas atividades internacionais e suas estruturas estão a serviço dos grupos nacionais e locais, e não ao inverso. Assim, sua organização se baseia no caráter democrático-participativo, e a tomada de decisões se fundamenta em princípios igualitários e de respeito à autonomia de seus membros, que se encontram presentes em mais de 60 países interligados via *web*. A rede criada se estrutura em torno de três órgãos: a Assembleia de Social Watch, o Comitê Coordenador e o Secretariado Internacional.

A Assembleia Geral é o máximo órgão de governo da rede Social Watch. É o âmbito de debate político e de planejamento estratégico de médio e longo prazo, que serve como um foro de tomada de decisões. Realiza-se a cada dois ou três anos, e a única condição solicitada para que

seus membros participem é que enviem relatórios descrevendo as ações e resultados nacionais exercidos pela entidade. Dessa Assembleia surgem as ações que deverão ser promovidas a médio e longo prazo, além de eleger os membros do Comitê Coordenador, órgão que exerce as funções de coordenar todos os intercâmbios realizados via rede entre os membros participantes de Social Watch. Em cada Assembleia Geral, definem-se os princípios norteadores para o triênio, que deverão fundamentar as ações dos associados.

Definidos os princípios, a instituição colocou como prioridades de ação as seguintes ações: reconhecer a ONU como instituição universal legítima para solucionar os conflitos; denunciar os países poderosos que insistem em aplicar de forma livre as finanças, o meio ambiente e o uso da força militar; apoiar a criação e o fortalecimento de alternativas regionais que reflitam as aspirações das populações pobres e marginalizadas; realizar alianças com sindicatos, organizações de agricultores, meios de comunicação independentes, movimentos sociais e outras organizações e redes da sociedade civil, em particular as que trabalhem em prol da defesa da justiça e da preservação do meio ambiente; trabalhar em defesa de fontes inovadoras de financiamento para a erradicação da pobreza, incluindo impostos às transações financeiras e a eliminação da evasão fiscal internacional e da lavagem de dinheiro; agir contra a exclusão social das comunidades migrantes e para a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos dos Migrantes e, finalmente, defender a autodeterminação das pessoas e o pleno controle sobre seus recursos, como uma forma crucial de proteger seus direitos sociais e econômicos.

## **Análise dos boletins**

No total, foram publicados, em agosto de 2014, cinco boletins com periodicidade semanal (dias: um, oito, 15, 22 e 29), com quinze notícias publicadas, numa média de três por boletim, como pode ser verificado em BOLETINES (2017). Para realizar um estudo quantitativo e qualitativo

das mesmas, inspiramo-nos num método híbrido que congrega elementos da teoria do enquadramento e da análise do conteúdo.

Em função do espaço, não exploraremos esses dois métodos, e sim apresentaremos a definição e o entendimento de cada método seguido nas análises. Entman (1993, p. 52), um dos autores mais citados na hora de conceituar enquadramento, define-o da seguinte maneira: enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes num texto comunicativo de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento.

Enquadrar envolve o ato de selecionar (escolher dentre várias alternativas) e de tornar saliente, distinguir, evidenciar aspectos relevantes das matérias. Por meio do enquadramento, poderemos, portanto, definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos e sugerir medidas reparadoras. Para definir um dado enquadramento, é preciso realizar análises que ponham em evidência de que forma os meios estão narrando determinado acontecimento.

Já a análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin (2009), uma das explicadoras desse método, seria um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Como menciona a autora, a análise de conteúdo não se baseia apenas em dados quantitativos. A análise possui uma fase qualitativa, com a interpretação dos dados coletados, ou seja, é possível fazer inferências com base nos materiais coletados. Para isso, sugere que se criem categorias que expliquem o sentido contido nas matérias analisadas. Essa definição das categorias serviria para comprovar, ou não, se o conteúdo está coerente com os princípios anunciados pelo produtor do texto a ser avaliado.

Uma leitura inicial dos boletins mostra os seguintes dados: das quinze matérias publicadas, nenhuma é proveniente de agências de notícias tradicionais encontradas nos meios massivos. Predominam fontes alternativas, notadamente ONGs filiadas a Social Watch. Talvez por esse motivo,

numa pesquisa mais detalhada, conseguimos identificar, apenas três notícias veiculadas nos meios de comunicação massivos: uma relacionada aos BRICS (criação do Novo Banco do Desenvolvimento), outra envolvendo a problemática do Oriente Médio e, finalmente, a terceira ligada ao G-8 e sua preocupação em como combater a fome na África. Na nossa busca, as outras 12 restantes circularam, apenas, no Boletim de Social Watch.

Diante desse quadro, é possível definir algumas categorias, tal como sugerido pela metodologia utilizada, para avaliar mais analiticamente o conteúdo publicado nos informes do mês de agosto de 2014 de Social Watch. Estabelecemos quatro categorias por considerar que nelas se podem incluir todas as 15 matérias encontradas nos cinco boletins: **cidadania** (conceitos e processos que visam fundamentar uma política diferenciada, mais solidária, uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum e da criação de uma sociedade mais humana), **pobreza e exclusão social** (processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades, no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social), **políticas institucionais** (resoluções e medidas de caráter geral criadas por instituições representativas, com a finalidade de estabelecer políticas gerais e de âmbito local de cunho social). Salientamos que essas categorias, em algumas ocasiões, entrecruzam-se, mas como a intenção é ver como elas refletem e seguem uma lógica identificada com as questões sociais de Social Watch, não vemos que esse fator possa prejudicar a análise.

## Cidadania

As notícias relacionadas à cidadania trazem como protagonistas setores minoritários pronunciando-se sobre questões próprias do bem-estar coletivo, portanto, posicionam-se claramente contra todo procedimento que não venha e leve em consideração a totalidade. Um exemplo bem paradigmático dessa práxis se encontra na matéria do boletim de 22 de agosto

de 2014, e que tem como tema a participação das mulheres hondurenhas diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Não encontramos na mídia convencional referência a essa participação. No entanto, na notícia se encontram elementos que consideramos chaves na questão da defesa da cidadania e que passamos explicitar.

A participação é de coletivos hondurenhos (Foro de Mulheres pela Vida, CLADEM, Centro de Estudos da Mulher Honduras [CEM-H], a Rede Nacional das Defensoras, Centro de Direitos de Mulheres [CDM] e de Sócias pelos Justo [JASS]) que têm por preocupação a situação da mulher naquele país e não de expertos ou representantes do poder instituído. As pautas levantadas envolvem desde questões pontuais como: o *aumento* do feminicídio; o alto nível de impunidade dos agressores das mulheres; o fracasso das políticas de segurança; a pretensão de controlar o corpo das mulheres, negando-lhes o direito de decidir sobre sua reprodução e sexualidade, como é o caso da proibição das pílulas de anticoncepcionais, até a modificação das políticas públicas vigentes em Honduras.

Dentre as alterações solicitadas pelo coletivo das mulheres, destacam-se: o Estado tem a obrigação de gerar mudanças estruturais profundas no sistema de justiça; mudar o atual enfoque da política de segurança por um que privilegie os direitos e adotar as medidas necessárias para garantir que os casos de violência contra as mulheres sejam investigados com a devida diligência, que as pessoas responsáveis sejam castigadas e as vítimas recebam reparações, de acordo com as recomendações, além de solicitar que o Estado hondurenho proceda, sem demora, a anulação da proibição da anticoncepção de emergência e à aprovação do projeto de Lei que legaliza seu uso e, finalmente, que o Estado respeite os direitos humanos na sua totalidade.

O contraditório também se inclui na matéria veiculada no site Social Watch. O governo hondurenho, representado por três pessoas (o Procurador de Direitos Humanos, a embaixadora de Honduras em Guatemala, e o embaixador de Honduras em México, local onde acontecia o evento), fez questão de citar os inúmeros projetos enviados ao Congresso Nacional e que atenderiam, em parte, as demandas das associações das feministas. Temas considerados vitais pelos coletivos feministas, como a

distribuição de anticoncepcionais, nem sequer foram mencionados pelos representantes do governo hondurenho. O mesmo pode ser dito em relação aos crimes contra a mulher, que seriam incluídos no rol geral do combate à violência, sem que se apresentasse um projeto específico do poder público em relação a esse tema concreto.

## **Pobreza e exclusão social**

Essa categoria é, de longe, a mais citada em diversas notícias de Social Watch. Parte da explicação para que isso ocorra é que, por definição, só podem fazer parte dessa associação organizações que trabalhem com grupos e entidades voltadas para o combate à pobreza. Mesmo assim, com o intuito de verificar como se mostra, apresentamos algumas matérias com tal inquietação. No boletim do dia 29 de agosto, um assunto tratado diz respeito ao posicionamento do Congcoop guatemalteco no IV Congresso Nacional dos Povos e das Organizações, para encaminhar os graves problemas que o país enfrentava, mas via fortalecimento dos movimentos sociais.

No pronunciamento realizado, encontram-se como esse coletivo, que congregou 756 mulheres e homens, dirigentes sociais e populares, comunidades e 180 organizações de Autoridades Ancestrais, mulheres/feministas, camponesas, juventude e ONGs, colocou como base filosófica de atuação para alcançar o bem viver coletivo para que as decisões sejam tomadas com a participação dos povos indígenas, mulheres, camponeses, organizações sociais, para que possam agir pensando na busca de soluções, sem se esquecer dos princípios da equidade, preocupação ambiental, respeito à coletividade e a divisão igualitária das riquezas obtidas dentro desse parâmetros. Ainda, reivindica o direito de poder participar de lutas emancipatórias sem que sofram perseguição ou qualquer outro tipo de retaliação.

Interessante observar a colocação da Congcoop. A preocupação não é, apenas, de denunciar a pobreza, a corrupção, a fuga de capitais, a destruição do meio ambiente, o desrespeito das comunidades e culturas locais.

Sua demanda vai além, na medida em que o combate à pobreza e à exclusão se realizariam não só com a mudança estrutural, mas com a participação e inclusão de TODOS os cidadãos. Ressaltamos o termo todos porque, em momento algum, fala-se em deixar as elites, por exemplo, fora desse processo. Ao contrário, a sua inclusão deveria ser feita, mas baseada em outros moldes e princípios claramente inclusivos.

No boletim do dia 15 de agosto, ao se debruçar sobre os países árabes, Social Watch abre espaço para recolher o informe das organizações da sociedade civil, para estabelecer uma sociedade menos injusta, social e economicamente falando, do mundo árabe. Os procedimentos seguidos na matéria pouco diferem da anterior. Faz-se um apelo veemente para que, no pós-2015, toda a sociedade possa participar na elaboração das políticas públicas que beneficiem toda a sociedade. Para isso, conclama o respeito à tradição árabe, na qual inclui o elemento religioso. Ou seja, a inclusão social e o combate à pobreza não podem ir muito distantes do respeito dos costumes e tradições locais.

## **Políticas institucionais**

Se a pobreza e exclusão social é a categoria mais citada, as políticas institucionais se encontram em todas as notícias publicadas. Vale a pena lembrar que uma grande finalidade de Social Watch é questionar as políticas públicas dos poderes instituídos no combate à miséria e exclusão social. De todas as publicações relacionadas com o assunto, escolhemos as que dizem respeito aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do pós-2015 (BISSIO, 2014), que irão substituir os Objetivos do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000, e que tinham como prazo combater os oito problemas principais mundiais até 2015 (<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>).

Para Social Watch, a grande diferença entre os ODS e os ODM é que estes se referem quase exclusivamente a metas que os países pobres devem atingir, enquanto os ODS incluem várias metas importantes para os países ricos e de rendimentos médios, como a redução à metade em 2030 da pobreza medida segundo padrões nacionais (enquanto a pobreza extrema de

quem ganha menos de 1,25 dólares diários deverá ter sido erradicada em todo mundo até essa data), serviços de saúde universais e recenseamentos de produção e consumo sustentáveis. A palavra “para todos” aparece reiteradamente, vinculada à educação, água e saneamento, energia e emprego. O objetivo é a redução da desigualdade nos países e, entre eles, figura na lista e é uma de suas metas “melhorar a regulação e vigilância das instituições e mercados financeiros globais e fortalecer a implementação destas regulações”.

Social Watch critica os países que se opuseram à consolidação dos ODS e que isto pode ser considerado já um prenúncio de que eles não serão implementados por todos os países. No boletim de 1º de agosto, essa questão aparece. Ao incluir como meta os “direitos humanos sexuais e reprodutivos” das mulheres, países como Nigéria, Irã, Uganda, Honduras e alguns outros, apoiados pelo Vaticano e os fundamentalistas islâmicos e evangélicos, já evidenciaram que não irão realizar grandes esforços para que se alcance tal meta. Outro ponto polêmico foi a menção, no parágrafo 15 do preâmbulo, à “plena realização do direito à livre determinação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira” que deve ser “combatida e eliminada”, por ser “contrária ao direito internacional” e “incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana”. Israel, Estados Unidos, países da Europa e seus aliados viram nele um exagero, portanto, emerge como meta de difícil aceitação por esses países.

Uma outra forma de atuar é apelar para a comunidade internacional, para evitar os massacres em lugares determinados. Sempre que faz isso, Social Watch responde à movimentação das organizações locais filiadas. No boletim de 15 de agosto, temos um caso bastante ilustrativo desse procedimento. O caso envolve a Faixa de Gaza, que as ONGs palestinas queriam que fosse declarada zona internacional de desastre humano e, assim, acelerar o fluxo de assistência humanitária para evacuar aos feridos e para garantir proteção aos civis. Para conseguir tal feito, Social Watch apela para a sociedade civil no sentido de pressionar seus governos e para a comunidade internacional para pôr um fim a tal desastre. Destaca que se apela para a movimentação da sociedade civil e para todas as ONGs de Social Watch. Só para verificar o resultado, a matéria apresentada

anteriormente relacionada com a Congcoop de Guatemala, publicada em 29 de agosto, denunciou essa situação calamitosa do povo palestino.

## Conclusão

As notícias apresentadas corroboram a ideia de que Social Watch pode ser considerado um site alternativo, promotor da cidadania, por hospedar organizações e entidades que agem à margem do poder instituído e que tem como finalidade principal acompanhar e cobrar do poder público projetos destinados a fortalecer as demandas dos setores excluídos e marginalizados na sociedade. Social Watch explora ao máximo a possibilidade da Internet e cria uma rede global de entidades que se alimentam das experiências, projetos e conteúdos de outras entidades, criando assim uma relação de horizontalidade no intercâmbio de experiências, além de propor mudanças estruturais na e da sociedade atual. Ao defender uma política alternativa e contra-hegemônica do poder estabelecido, privilegia as ações que promovem a cidadania ativa, por atuar demandando do poder público ações que promovam a justiça e equilíbrio social.

As notícias e os conteúdos publicados se baseiam numa atitude crítica para com a realidade, ao mesmo tempo que se tornam canais de expressão dos grupos marginais e excluídos do sistema, bem como comporta materiais com sentido social que não encontram espaço, pois não são agendados pelos meios tradicionais. Basta lembrar que, das 15 notícias, apenas três foram cobertas pelos meios de comunicação massivos. Dessa maneira, o que sobressai nas notícias publicadas e o que se encontra em comum a todas elas é que são temas não usuais da mídia tradicional e oferecem uma ótica diferente, pois visam criar uma nova ordem mais justa e humana baseada no respeito à diversidade e na inclusão de pautas relacionadas com o meio ambiente, a ecologia, direitos humanos, minorias e questões de gênero.

## Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BISSIO, R. Habemus Metas. *Social Watch*, 2014. Disponível em: <<http://www.socialwatch.org/es/node/16587>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BOLETINES. *Social Watch*, 2017. Disponível em: <<http://www.socialwatch.org/es/taxonomy/term/461>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2013.

DALLARI, D. de A. *Cidadania e Direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, vol. 43, n. 4, p. 51- 58, 1993.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Porto São Paulo: Cortez, 2010.

# Troca de razões e mobilização política: explorando múltiplos espaços comunicativos da esfera pública

Rousiley C. M. Maia  
Larissa M. O. Arantes  
Thais Choucair

## Introdução

As pesquisas sobre os usos de mídias digitais por movimentos sociais, ONGs e agentes engajados em protesto de larga escala vêm se avolumando rapidamente na última década (BENNETT; SEGERBERG, 2012; BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2012; EARL; KIMPORT, 2011; MAIA, 2014; SHIRKY, 2010). Contudo, ainda são raros os estudos que buscam articular uma visão ampla sobre a comunicação desses agentes através de múltiplos contextos. Este capítulo tem por objetivo discutir as vantagens de se desenvolver uma abordagem ampliada de diferentes práticas de comunicação empreendidas pelos movimentos sociais (DELLA PORTA; MATTONI, 2015; MAIA; GARCÊZ, 2014; MATTONI, 2013; MCCURDY, 2013; TRERÉ, 2012). Defendemos o argumento que essa abordagem é importante para superar visões funcionalistas ou restritas das ações coletivas e para revelar os dilemas enfrentados pelos ativistas, a fim de construir estratégias adequadas a contextos comunicacionais distintos.

Partimos da premissa que diferentes espaços organizam as performances dos ativistas e definem os estilos para a expressão de experiências, opiniões e interesses. Assumimos que as ações estratégicas são cruciais não apenas para produzir visibilidade, mas também para configurar demandas públicas ou para promover as causas desses atores. Sustentamos, mais

especificamente, que os participantes de movimentos sociais também se esforçam por construir razões públicas. Em termos sintéticos, razões públicas podem ser definidas como explicações e justificativas que as pessoas oferecem para sustentar as suas demandas; essas razões devem ser compreensíveis e potencialmente passíveis de serem aceitas pelos demais. Joshua Cohen (1997, p. 74) propõe que uma deliberação é razoável quando as partes “apresentam razões para fazer avançar suas propostas, para embasá-las ou para criticá-las”. James Bohman define esse processo como “uma cooperação dialógica para examinar razões com o propósito de resolver situações problemáticas” (1996, p. 27; ver também ADAM, 2014). A troca de razões públicas contribui para que os participantes encontrem soluções mutuamente aceitáveis, esclareçam diferentes percepções sobre o conflito ou, ainda, estructurem o dissenso. A troca de justificativas e explicações pelos movimentos sociais, em espaços públicos distintos, é fundamental para construir quadros interpretativos de problemas de interesse geral. Advogamos que a troca de argumentos não se dá numa esfera pública abstrata, mas, sim, em espaços concretos, com normas, recursos e procedimentos específicos para a interação comunicativa. A fim de ilustrar as nossas reflexões, focalizamos o modo através do qual o Movimento Tarifa Zero, de Belo Horizonte, desenvolve distintas formas de comunicação, com lógicas próprias e com públicos diferenciados num ambiente híbrido e interconectado de *media*. Exploramos as seguintes modalidades comunicativas: i) a comunicação mediada pelos profissionais da chamada grande mídia; ii) a comunicação autônoma dos ativistas via Facebook; e iii) a comunicação face a face entre ativistas e o público local, em assembleias presenciais.

## **A ação de movimentos sociais num ambiente híbrido e interconectado de *media***

No ambiente organizado primordialmente pelas empresas de comunicação de massa, os estudos sobre os movimentos sociais tendiam a destacar as dificuldades desses agentes para tornar suas demandas visíveis e para estabelecer diálogo com diversos públicos. Nesse contexto, vários

pesquisadores enfocavam as diversas modalidades de comunicação alternativa, conceituada como comunicação radical, ativista, cidadã, contra hegemônica, etc. (DELLA PORTA; MATTONI, 2015; DOWNING, 2001). Contemporaneamente, os agentes cívicos operam num ambiente híbrido e interconectado de mídia, a fim de construir redes de interação, identificações coletivas, mobilizações e protestos. Contudo, muitos dos dilemas enfrentados tradicionalmente pelos movimentos sociais para organizar a comunicação pública continuam atuais.

Boa parte das pesquisas correntes sobre os movimentos sociais investiga como os ativistas utilizam as novas tecnologias, com o objetivo de fazer avançar seus interesses. As pesquisas empíricas nesse campo analisam tipicamente um único tipo de *media*, tais como *websites* (DELLA PORTA; MOSCA, 2005), *blogs* (PEREIRA, 2011), Facebook (PRUDÊNCIO, 2014) ou Twitter (PRUDÊNCIO; LEITE, 2013). Essas pesquisas, de modo geral, desenvolvem-se paralelamente a estudos que examinam a interação dos movimentos sociais com os veículos de comunicação em massa, enfocando as dinâmicas para produção de visibilidade ou os processos de mediação (como os padrões de reportagem e de enquadramento jornalístico sobre protestos) (MAIA, 2012; RYAN, 1991; SOBIERAJ, 2011). Essas linhas de investigação são obviamente fundamentais para aprimorar o conhecimento sobre as lógicas da comunicação de massa ou dar a ver como determinadas plataformas digitais operam. Contudo, esses estudos descortinam apenas uma “porção” do ambiente mediático e deixam de apreender as conexões existentes entre os diferentes tipos de *media* e de práticas comunicativas dos movimentos sociais.

De modo sintético, podemos conceituar um movimento social como “(a) uma rede de interação informal, baseada em (b) crenças compartilhadas, (c) cujos membros estabelecem solidariedade entre si e se mobilizam em torno de um tema polêmico (d) e desenvolvem diferentes formas de comunicação e protestos” (DELLA PORTA; MATTONI, 2015, p. 1.496). É crucial manter em mente que esses agentes coletivos interagem seletivamente com um conjunto de públicos. A depender de seus objetivos, eles constroem estratégias comunicativas específicas para endereçar grupos ou pessoas que constituem alvos de suas mobilizações, tais como

potenciais aliados, grupos oponentes, audiências neutras, etc. (DELLA PORTA; DIANI, 2006; GAMSON, 1992). Estudos baseados em um único tipo de *media* – seja a comunicação dos *media* de massa, seja a comunicação digital – restringem a investigação a apenas um determinado conjunto de estratégia. Tendem, assim, a negligenciar o espectro mais amplo de práticas comunicativas utilizadas pelos movimentos sociais, bem como os *trade-offs* entre essas práticas.

Adotar um modelo ampliado de análise é relevante para capturar diferentes formas de comunicação e lógicas comunicativas de um dado movimento social (DELLA PORTA; MATTONI, 2015; MATTONI, 2013; MCCURDY, 2013; TRERÉ, 2012). Nesse sentido, é preciso superar a visão de que os *media* de massa e a comunicação digital ou as modalidades alternativas dessas práticas estariam separadas. Assumimos, ao invés disso, que o ambiente híbrido e interconectado incorpora múltiplas formas de comunicação em que os *media* tradicionais e as novas tecnologias coexistem e interagem entre si. Há mais de uma década, um conjunto de estudos vem tratando da “convergência” entre diferentes tipos de tecnologias, de modo que um mesmo conteúdo é processado e re combinado através de diferentes plataformas e dispositivos (JENKINS, 2006). A hibridização entre “antigas” e “novas” tecnologias – em termos de *designs*, formas de organização e contextos (CHADWICK, 2010) – produz um “entrelaçamento” entre os papéis de produtores, transmissores e receptores. Conteúdos de fontes diversas circulam em uma rede de públicos (BENNETT et al., 2004; CHADWICK, 2010; COTTLE, 2008; MAIA, 2014).

O ambiente interconectado de *media* incorpora obviamente uma vasta variedade de tecnologias de comunicação, com a pluralização de plataformas digitais, aplicativos e dispositivos móveis. É preciso ter claro, contudo, que cada tipo de *media* opera segundo recursos tecnológicos específicos, mas também com expectativas de comportamento e com normas sociais que “configuram” as interações diante de públicos particulares (ADAM, 2014; MAIA; REZENDE, 2016; MAIA et al., 2015). Assim sendo, é crucial distinguir adequadamente entre as especificidades de cada ambiente que engendram “diferentes práticas de *media*” (COULDRY, 2012). Por exemplo, os agentes dos movimentos sociais enviam *releases* aos jornais através de

*e-mails* ou Twitter; agem como fontes de matérias jornalísticas, através de interações face a face ou mediadas; criam e administram *websites* ou páginas de Facebook; monitoram conteúdo comunicacional oriundo de fontes diversas. Esses agentes interagem, através de diferentes dispositivos, com representantes da esfera política institucional formal, com redes de movimentos sociais e com audiências diversas num contínuo de práticas políticas.

Um modelo ampliado de análise de distintas modalidades de comunicação contribui para dar a ver como os integrantes de movimentos sociais desenvolvem um conhecimento prático acerca do ambiente diversificado de *media*, num processo contínuo de adaptação. Alice Mattoni (2013, Kindle Locations 999-1001) introduz o conceito de “repertório de comunicação” a fim de enfatizar que os ativistas constroem um mapa semântico “de todo o ambiente de *media*, o qual inclui conjuntos de premissas, predisposições e atitudes em relação a diferentes tipos de veículos de *media*, de tecnologias e mesmo de profissionais”. De modo semelhante, Patrick McCurdy (2013) desenvolve o argumento de que os ativistas criam “teorias leigas” acerca do funcionamento de diferentes tipos de *media* e das práticas que atravessam processos *on-line* e *off-line*, através de múltiplas tecnologias e plataformas. Os participantes dos movimentos, nas palavras do autor, “interagem e reagem aos *media* reflexivamente, e com frequência simultaneamente, com diferentes níveis de atenção através de múltiplos contextos e múltiplas plataformas midiáticas” (McCurdy, 2013, Kindle Locations 1195-1199). Costanza-Chock (2012, p. 1) adota uma visão ampla da cultura de *media*, definida como “o conjunto de ferramentas, habilidades, práticas sociais e normas que os participantes dos movimentos empregam para criar, circular, organizar e amplificar o movimento através de todas as plataformas disponíveis”.

Adotar uma perspectiva ampliada das práticas comunicativas permite entender mais adequadamente a complexidade do ambiente mediático e da ação coletiva. Obviamente, os estudos empíricos exigem, de maneira prática, que delimitemos o campo de observação e a coleta de evidências. Nosso argumento aqui é o de que a análise comparativa de distintos ambientes comunicativos ajuda a superar a percepção restrita de “uma única lógica” de um determinado meio de comunicação. Ela permite apreender,

de maneira mais sofisticada, as estratégias dos movimentos e a troca de argumentos em diversos contextos do sistema político. Os movimentos sociais, enraizados em uma dada conjuntura social, histórica e institucional, devem ser examinados num contínuo de práticas no sistema político.

## O movimento Tarifa Zero

A luta do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte faz parte da realidade brasileira, numa rede de outros coletivos na América Latina que reivindicam melhores condições de vida. Esse movimento demanda o direito à gratuidade da passagem de ônibus para a população e coloca em debate a questão da mobilidade urbana. Essas reivindicações estão associadas às lutas por garantias de direitos, entendidas aqui em sentido amplo como direito à cidade – o direito de ir e vir e circular livremente nos diferentes espaços da cidade; o direito ao espaço público, seu uso e apropriação; e o direito a acessar os serviços e equipamentos públicos. Como salienta Maria da Glória Gohn, os movimentos dessa natureza lutam não apenas por necessidades básicas e nem somente reagem às políticas do poder público. Ao invés disso, “muitos deles apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática” (GOHN, 2010, p. 16). O Tarifa Zero busca o reconhecimento dos cidadãos como agentes de contestação de um problema comum e de transformação do sistema vigente.

O debate sobre a possibilidade de extinção das tarifas do transporte público surgiu em 1990, em São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina (PT). Um projeto de lei elaborado pela administração municipal previa que a passagem passaria a ser financiada por um Fundo de Transportes, que recolheria partes de uma cobrança progressiva do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para o custeio das tarifas de toda a população. A proposta, ainda que derrotada na Câmara Municipal, continuou a inspirar diversas iniciativas, como os movimentos Passe Livre e o Tarifa Zero em São Paulo – os quais foram replicados em diversas cidades do país.

Em Belo Horizonte, o movimento Tarifa Zero é oriundo de um coletivo ativista, o Assembleia Popular Horizontal (APH), que surgiu nos

protestos de junho de 2013. O APH se estruturou em torno de 11 eixos temáticos, incluindo o de mobilidade urbana. Em setembro de 2013, o movimento Tarifa Zero tornou-se independente dessa organização mais ampla. No Facebook<sup>1</sup>, esse coletivo se define como: “Tarifa Zero é uma proposta de mudança na forma de financiamento do transporte público. Ao invés de se cobrar no momento do uso, o transporte deve ser financiado como os outros serviços públicos: por toda a sociedade”. Além de reivindicar a gratuidade do acesso aos ônibus de Belo Horizonte, esse movimento passou a defender diversas causas relacionadas à mobilidade urbana.

O Movimento Tarifa Zero advoga que o transporte coletivo deveria ser tratado como prioridade pelo poder público, como determina a Constituição Brasileira. Diversos especialistas em mobilidade urbana apontam que o alto custo das passagens é um dos fatores que mais afasta os cidadãos das formas coletivas de deslocamento (CONFEA, 2011; FGV, 2014). Segundo o relatório do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), quanto maior o custo e menor a quantidade de passageiros pagantes, mais cara se torna a tarifa. Esse relatório afirma que a qualidade do serviço de transporte urbano tem sido cada vez menor e que a expansão das cidades provocou um aumento nas distâncias percorridas pelos ônibus. Como não houve um incremento nas frotas, o intervalo de tempo entre as viagens aumentou. Estudos sobre a mobilidade urbana (CONFEA, 2011; FGV, 2014) sustentam que os benefícios sociais trazidos pelo uso do transporte público coletivo são positivos para toda a população, e não apenas para aqueles que utilizam os ônibus. Sugerem que tais aspectos sociais devem ser levados em consideração para definir os valores das passagens. Ao tratar do modo como a tarifa é calculada e os impactos da tarifação nas condições socioeconômicas das famílias, esses estudos indicam a possibilidade de organizar distintos modelos de financiamento com base em experiências de outras cidades do mundo.

---

1 O Tarifa Zero ... Página no Facebook do Movimento Tarifa Zero, 19 de abril de 2016.

## Estudando diferentes ambientes comunicativos

Nesta seção, observamos três contextos comunicativos do Movimento Tarifa Zero – matérias jornalísticas, Facebook e reuniões abertas dos ativistas. Embora uma pesquisa mais sistemática esteja sendo realizada nesse sentido, nosso propósito aqui é meramente ilustrativo. Optamos por delimitar a coleta de material a períodos de efervescência do movimento, isto é, momentos caracterizados por intensa mobilização dos integrantes do coletivo e demais simpatizantes. Assim, selecionamos os meses de agosto, setembro e outubro de 2015 – um período marcado por diversos acontecimentos que afetaram diretamente as bandeiras do Tarifa Zero. São eles: a) o protesto contra o aumento da passagem de ônibus que provocou violenta reação da Polícia Militar de Minas Gerais no mês de agosto; b) a derrubada do aumento das tarifas, a partir de uma ação do movimento junto à Defensoria Pública ocorrida no mês de setembro; e c) o momento em que a Justiça autoriza novamente a elevação nos preços das tarifas no mês de outubro.

Nossa análise incluiu os principais jornais impressos de Belo Horizonte, *Estado de Minas* e *O Tempo*, e assim como as matérias veiculadas em seus portais. Decidimos não incluir o jornal *Hoje em Dia* no corpus, uma vez que este possui baixa circulação. De acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a principal referência em análise de circulação de jornais em todo o país, o jornal *O Tempo* apresentou em julho de 2015 uma média de vendagem de 60.693 exemplares por dia. O jornal *Estado de Minas*, segundo colocado no ranking do IVC, possui circulação impressa de 49.812 exemplares por dia. O *Hoje em Dia* aparece em terceiro com 9.888 exemplares vendidos por dia. Foram coletadas, no total, 104 matérias<sup>2</sup>, incluindo todas as reportagens referentes ao aumento das passagens, às mobilizações contrárias ao reajuste, às iniciativas do Tarifa Zero (e de outros movimentos) sobre o tema em questão e às ações da Defensoria Pública.

No Facebook, selecionamos a página “Tarifa Zero BH”, criada em meados de 2013, ano de origem do movimento. A página é ativa desde

---

2 As palavras de busca foram: tarifa zero; reajuste; passagem; ônibus e protesto.

então e possui atualmente 21.695 curtidas. Basicamente, são divulgadas as iniciativas do coletivo, assim como temas que tenham relação com a discussão sobre mobilidade urbana em Belo Horizonte e no país. Foram coletados, no total, 189 *posts* no período de análise.

A pesquisa abrange, ainda, os debates face a face em reuniões semanais do movimento Tarifa Zero. Os encontros são abertos, e as convocações são públicas. Além dos líderes e integrantes do movimento, qualquer pessoa pode acompanhá-las. Nessas reuniões, usualmente com duração de duas horas, diversos assuntos são debatidos. No total, foram analisadas três reuniões, uma em cada mês em que ocorreram os episódios escolhidos. A primeira reunião, de agosto de 2015, aconteceu na parte externa da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As duas seguintes, em setembro e outubro, ocorreram no prédio da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. As reuniões foram gravadas em áudio, a partir de um acordo com os integrantes do coletivo. Esse material foi posteriormente transcrito para análise. A primeira reunião teve 56 minutos de gravação, correspondendo a 24 páginas de transcrição. A segunda teve duas horas e três minutos de gravação, com 47 páginas transcritas. E a terceira, com uma hora e três minutos de gravação, deu origem a 22 páginas transcritas<sup>3</sup>.

Partimos da premissa que os movimentos sociais estabelecem tanto uma comunicação externa com diferentes públicos, como já mencionado, quanto uma comunicação interna com membros do próprio movimento. A fim de ilustrar a importância da abordagem ampliada ou sistêmica de diferentes arenas, a nossa análise focalizou três tipos de argumentos que circulam nos três ambientes. Esses argumentos buscavam justificar as seguintes questões: o direito à cidade; a inadequação da política vigente e o papel do poder público.

---

3 Em poucos momentos, os membros do movimento pediram para que algumas falas não fossem gravadas por não se sentirem confortáveis em terem suas palavras registradas. Nessas situações, eles solicitavam que a gravação fosse interrompida e indicavam quando podia ser retomada. Os momentos de interrupção foram bem raros e concentrados na primeira reunião.

## Os *media* de massa

Os *media* de massa, ao se dirigirem a uma audiência de amplo alcance, apresentam-se como uma relevante oportunidade discursiva para os movimentos sociais (FERREE et al., 2002; GAMSON, 1992; MAIA, 2012). Uma vasta literatura indica que os esforços dos ativistas permanecem, em grande medida, invisíveis. Ainda que os ativistas busquem agressivamente a cobertura dos *media*, suas demandas tipicamente recebem pouca atenção de jornalistas de grandes empresas mediáticas. Estudos apontam que os ativistas precisam planejar demonstrações ou criar táticas e dramatizações, a fim de adquirir valor-notícia e romper com a rotina dos eventos (ESSER; STRÖMBÄCK, 2014; RYAN, 1991; CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013). Os padrões de reportagem sobre protestos geralmente se dão a partir da simplificação das demandas coletivas, da espetacularização ou da ridicularização das ações. No período analisado, os temas relacionados ao Tarifa Zero que receberam cobertura jornalística mais intensa correspondem aos episódios selecionados para a pesquisa: a) o protesto contra o aumento da passagem de ônibus que provocou violenta reação da Polícia Militar de Minas Gerais no mês de agosto; b) a derrubada do aumento das tarifas, a partir de uma ação do movimento junto à Defensoria Pública ocorrida no mês de setembro; e c) o momento em que a Justiça autoriza a elevação nos preços das tarifas no mês de outubro.

Este estudo busca observar a configuração dos argumentos do movimento. A Tabela 1 apresenta exemplos de como os argumentos do Tarifa Zero são expressos no espaço jornalístico.

Tabela 1 – Argumentos presentes na mídia

Tipos	Exemplos de argumentos na mídia
Direito à cidade	“O transporte segregava a cidade, e para ter uma cidade menos desigual, com acesso livre a todos, a tarifa zero tem que funcionar. Mas as pessoas não entendem como, então um dos desafios é fazer que elas entendam que é possível e justo”, explica Juliana Galvão, 26”. Juliana Galvão é identificada na matéria como integrante do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte (Debate rende bons resultados. <i>O Tempo</i> , 28/09/2015).
Inadequação da política vigente	“No contrato das empresas de ônibus estabelece que os aumentos devem ocorrer sempre no dia 29 de dezembro. No entanto, há uma ressalva quando ocorrer desequilíbrio econômico, ou redução de demanda ou em função de custo operacional. Porém, as empresas não alegaram nenhum desses fatores, então, entendemos que esse ajuste é ilegal”, encerrou Annie”. Annie é identificada na matéria como integrante do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. (PM atira balas de borracha contra manifestantes no centro de BH. <i>O Tempo</i> , 12/08/2015).
O papel do poder público	“Em mais uma ação por baixo dos panos, a Prefeitura de BH entrou com pedido direto para o presidente do Tribunal de Justiça de MG, desembargador Pedro Bitencourt, pedindo o aumento imediato das passagens. A justificativa para o pedido permanece desconhecida, até mesmo para a Defensoria Pública, afirma o movimento em nota” (Prefeitura obtém vitória na Justiça e passagens podem voltar a subir. <i>O Tempo</i> , 21/10/2015).

Fonte: Grupo de Pesquisa Eme/UFGM.

No espaço jornalístico dos *media* de massa, as pessoas convidadas a se expressarem sobre os assuntos em pauta apresentam suas opiniões para a sociedade em geral, incluindo representantes políticos e grupos oponentes. Os excertos mostrados na Tabela 1 indicam que os participantes do movimento buscam articular seus interesses e suas demandas fundamentais como um bem comum – por exemplo, como o direito à cidade, incluindo reais condições de ir e vir e de circular livremente nos diferentes espaços da cidade. No espaço jornalístico, a reivindicação do Tarifa Zero tende a ser configurada a partir da perspectiva do que é bom para toda a sociedade, e não apenas do que é bom para um determinado grupo. Ademais, presume-se que o benefício da gratuidade possa ser dissociado, em certa medida, dos indivíduos que atualmente apresentam tal demanda.

Nas matérias jornalísticas, as crenças, os valores e as reivindicações dos ativistas competem com as perspectivas e os discursos de outros atores

políticos, geralmente agentes com mais recursos financeiros e organizacionais, com credenciais institucionais e com maior poder de influência nas tomadas de decisão política. Assim, não é de se estranhar que os ativistas, nesta arena, busquem respaldar suas posições em normas legais ou em outras fontes de autoridade. Os exemplos dispostos na Tabela 1 mostram que os argumentos que contestam o aumento tarifário e as ações da prefeitura vêm acompanhados da menção às normas vigentes, a fim de fundar de maneira sólida a interpretação de que essas normas foram violadas. Ademais, os argumentos são articulados de maneira respeitosa, para demonstrar a expectativa que os cidadãos têm, nas sociedades democráticas, de que os governantes devem intervir nas situações políticas com o objetivo de assegurar o bem-estar dos cidadãos. Falhas nesse sentido abrem brecha para questionamentos das decisões e minam a legitimidade das autoridades públicas. Há, assim, relativa preocupação em considerar de modo mais explícito as normas correntes e os poderes oficiais, com vistas a desafiar os entendimentos hegemônicos.

Como discutido anteriormente, os movimentos sociais possuem pouca capacidade de influenciar a cobertura dos *media* de massa. Há, frequentemente, complexas negociações entre os ativistas e os jornalistas sobre o que se torna notícia (CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013; RYAN, 1991; SOBIERAJ, 2011). Nesse sentido, as falas dos membros dos movimentos convidados a prover suas interpretações aos jornalistas são selecionadas e editadas. Não obstante, deve-se considerar que os próprios ativistas, cientes das normas de funcionamento, dos poderes e do público dos jornais, configuram as suas falas a fim de apresentar justificativas robustas, de maneira respeitosa e, ainda, levando em consideração (ainda que de maneira implícita) perspectivas divergentes e demandas concorrentes.

## **A comunicação digital**

Desde os primórdios da internet, diversos autores vêm destacando o potencial dos meios digitais para os movimentos sociais promoverem a comunicação de larga escala, em alcance transnacional, e de baixo custo (DAHLGREN, 2013; HILL; HUGHES, 1998; JURIS, 2005; RHEINGOLD,

1993; SHIRKY, 2010; TRERÉ, 2012). Esse tipo de comunicação auxilia os ativistas a disseminar, de maneira relativamente autônoma, suas causas e a diminuir a dependência dos *media* tradicionais. A comunicação digital favorece a discussão e a construção de comunidades de interesse, a coordenação da ação, a mobilização e a propagação de táticas de protesto.

As tecnologias digitais modificaram dramaticamente as relações dos movimentos sociais com os profissionais dos *media* e com as audiências. Como uma série de estudos apontam, os públicos não são tratados como audiências passivas, mas, ao invés disso, como agentes que interagem ativamente com os ativistas, através de *blogs*, Facebook, Twitter, etc. Os públicos se engajam em discussões, reconfiguram e ressignificam criativamente as mensagens dos movimentos sociais e atuam eles próprios, em muitos casos, como ativistas em processos de mobilização e protesto. Pesquisas nessa área demonstram que a comunicação digital se torna mais personalizada e descentralizada (BENNETT; SEGERBERG, 2012; BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2012).

Exemplos de como os argumentos do movimento Tarifa Zero são configurados no Facebook podem ser vistos na Tabela 2.

Tabela 2 – Argumentos presentes no Facebook

Tipos	Exemplos de argumentos na mídia
Direito à cidade	<p>“BH TEM UMA DAS TARIFAS MAIS CARAS DO MUNDO e ela impacta principalmente os mais pobres. Não é só o preço da tarifa que é alto é o quanto ela representa nos ganhos da população. Se comparada com o salário médio de cada cidade o impacto da tarifa é um forte impedimento do direito de ir e vir do cidadão. Para poder circular na cidade alguém que recebe um ~salário médio~ demora 20 minutos para ganhar o suficiente pra pagar UMA tarifa. Imagine se pegar mais de um ônibus ou pagar transporte para a família. Não para os governantes busão é só pra ir e vir do trabalho e olhe lá.. Para a grande maioria da população que recebe salário mínimo esse tempo sobe pra quase 50 minutos. O aumento é um ROUBO contra a população e a tarifa é um absurdo. Por isso estamos mobilizados para barrar esse aumento! Fique atento para as próximas manifestações nessa semana! #ContraOAumento #ContraATarifa (as fontes: Para salário médio de cidades brasileiras - Pesquisa Mensal de Emprego IBGE - <a href="http://bit.ly/SrWZJo">http://bit.ly/SrWZJo</a> para salário médio e tarifa cidades estrangeiras - reportagem da Folha de São Paulo - <a href="http://bit.ly/1K0928y">http://bit.ly/1K0928y</a> )”</p> <p>(PÁGINA TARIFA ZERO BH – em 16/8/2015)</p>

Tipos	Exemplos de argumentos na mídia
Inadequação da política vigente	<p>“355 MIL REAIS POR DIA* É essa a bolada que as empresas de ônibus estão querendo levar TODO DIA da população de BH com o aumento da tarifa para R\$3 40. Valor que seria pago majoritariamente pela população mais pobre da grande BH. É essa conquista da Defensoria Pública na justiça e que a prefeitura está tentando derrubar com seus advogados. Conquista que temos e vamos garantir nas ruas! Esse valor infelizmente é só uma parcela dos mais de 3 6 MILHÕES DE REAIS que os usuários de ônibus pagam POR DIA enquanto os mais ricos têm isenção de impostos circulam em carros cada vez maiores (para não falar dos jatinhos e helicópteros) congestionando o trânsito e consumindo a cidade. Por isso a luta pela Tarifa Zero é uma luta por justiça social. Uma luta para que pague pelo sistema quem se BENEFICIA dele. E não apenas quem o utiliza. Essa quarta-feira tem Aulão contra o aumento. <a href="https://www.facebook.com/events/851711684919454/">https://www.facebook.com/events/851711684919454/</a> Cola com nós e fique atento nas mobilizações. *(A conta pode ser feita nesse link com a média ponderada dos passageiros equivalentes para o dia útil do mês de maio (pag. 17) - <a href="http://bit.ly/1sIhG0Y">http://bit.ly/1sIhG0Y</a>)” (PÁGINA TARIFA ZERO BH - em 5/8/2015)</p>
O papel do poder público	<p>“A TARIFA É ABUSIVA - SOMOS CONTRA! Demonstre sua indignação e contribua para a ação judicial da Defensoria Pública assinando aqui: <a href="https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura_de_BH_e_BHTRANS_O_aumento_de_tarifas_de_onibus_e_abusivo/?nKKKNfb">https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura_de_BH_e_BHTRANS_O_aumento_de_tarifas_de_onibus_e_abusivo/?nKKKNfb</a> O aumento das passagens de ônibus para R\$3 40 além de ser feito por justificativas ilegais fere diretamente o disposto pela Lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Contrato de Concessão! Segundo eles a política de tarifas DEVE GARANTIR VALORES MÓDICOS de pagamento! Mas o que vemos é que a Prefeitura de Belo Horizonte ignora mais obrigações legais ao autorizar mais um aumento ABUSIVO de tarifas de ônibus e sem pensar em outras possibilidades para a situação. Envie também uma reclamação para a BHTRANS com cópia para o inbox do Tarifa Zero BH ou do Movimento Passe Livre - BH para demonstrarmos ainda mais nossa insatisfação! <a href="http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublicodl/funcionalidade/faleconosco/transporte coletivo">http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublicodl/funcionalidade/faleconosco/transporte coletivo</a> Esse é só um começo da mobilização vamos para as ruas! #3 40 nem tenta!” (PÁGINA TARIFA ZERO BH - em 8/8/2015)</p>

Fonte: Grupo de Pesquisa Eme/UFGM.

Não é de se estranhar que a comunicação digital se apresente como mais plural que aquela observada nas matérias jornalísticas. Nessa arena, a comunicação é marcada pelo tom pessoal – já que é direcionada a um grupo de pessoas que nutrem vínculos mais ou menos fortes em círculos amigos, na família ou no trabalho. Os ativistas do Movimento Tarifa Zero, cientes de que suas mensagens circulam através das redes sociais,

apresentam seus argumentos a partir de uma clara divisão entre as classes sociais. Como se pode notar na Tabela 2, ao tratar do direito à cidade, os ativistas estabelecem uma distinção entre “os mais pobres”, “quem ganha um salário médio”, “as pessoas que andam de busão”, de um lado, e “os ricos”, “as pessoas que andam de carro cada vez maiores” ou de “jatinhos e helicópteros”, de outro. Assim sendo, o direito à cidade, diferentemente da noção de bem comum expressa nos extratos das matérias jornalísticas, é enquadrado como uma luta contínua por justiça social e distribuição de recursos. A comunicação focaliza os ônus e os benefícios do aumento da tarifa de ônibus numa sociedade dividida.

Estudos sobre movimentos sociais vêm destacando que, antes de provocar uma ação coletiva, os participantes de um movimento social precisam definir coletivamente suas situações como injustas, no sentido de determinar que uma dada questão existente é errada, uma vez que causa prejuízos ou sofrimentos aos cidadãos e deve, portanto, ser transformada (GAMSON, 1992; MCADAM, 1996). Através de *posts* contínuos no Facebook, os ativistas do Tarifa Zero descrevem vários alvos concretos de indignação moral e de injustiças que possivelmente geram revoltas no íntimo dos indivíduos: a relação entre o baixo salário da maioria da população e o alto custo das passagens; o lucro exorbitante de “quem se beneficia do sistema”, a usurpação, o “roubo”, o “absurdo” que impõe severas restrições às pessoas. Como se pode notar na Tabela 2, os membros do movimento tomam os representantes políticos como abertamente indiferentes, negligentes ou inimigos. Eles são vistos como responsáveis pela situação e, portanto, como alvos concretos da indignação e da insatisfação dos ativistas. O provimento de razões não é linear – movendo-se logicamente das premissas para as evidências e conclusões, como nas matérias jornalísticas –, mas imbrica-se com vários recursos, como o cinismo, a ironia, o sarcasmo, o humor. Nos *posts* do Facebook, os argumentos baseiam-se em exemplos do dia a dia, com detalhes palpáveis acerca dos danos que a alta tarifa de ônibus causa na vida das pessoas, com explicações minuciosas sobre maneiras alternativas de custear a tarifa. Essas observações sugerem que a comunicação dos ativistas, nessa rede digital interconectada de pessoas, busca desencadear a reflexão através do provimento de elementos

cognitivos e emocionais para que a denúncia não seja vazia e nem a indignação, difusa.

Ademais, a comunicação do Facebook imbrica-se com convocações entusiasmadas e enfáticas para que as pessoas participem das manifestações e reuniões do movimento, para compartilhar petições ou para enviar mensagens de protesto às autoridades públicas (BENNETT; SEGERBERG, 2012; MUTZ, 2006; SHIRKY, 2010). Nesse sentido, as questões de interesse do movimento são debatidas de modo relativamente fragmentado, num fluxo contínuo. Ainda que nosso estudo, no atual estágio, não permita caracterizar o grau de homogeneidade dessa rede *on-line*, os argumentos dos membros do Tarifa Zero são articulados a partir de uma perspectiva que considera os interlocutores como pessoas que compartilham de crenças semelhantes, que estão igualmente preocupados e afetados pelo problema em questão. Diferentemente da audiência heterogênea dos jornais, os participantes do Facebook são vistos como potenciais ativistas, que podem se engajar nos processos de mobilização para provocar mudança social.

## **A Comunicação em Assembleias de comunicação interpessoal**

A comunicação em assembleias é pública por natureza. É um importante local em que os membros do movimento se encontram e constroem demandas que visam representar os interesses do coletivo. A comunicação na rede de interações informais de um movimento social é fundamental para que pessoas que comungam de valores e ideias comuns alcancem concepções compartilhadas do problema em tela, para que se posicionem num campo de aliados e oponentes e para que organizem seus recursos e potenciais para maximizar estrategicamente as forças e o poder de influência do coletivo (DELLA PORTA; DIANI, 2006; DELLA PORTA; MATTONI, 2015; GAMSON 1992). Como adequadamente aponta Charlotte Ryan (2013, Kindle Locations 2799-2805),

a organização do movimento envolve não apenas a ação, mas constantemente também o pensamento, a escuta e a discussão – os organizadores examinam possíveis alianças e oportunidades, planejam e executam estratégias proativas e defensivas, testam enquadramentos alternativos para transmitir essas estratégias a aliados e adaptam táticas para rodadas futuras de engajamento.

A Tabela 3 exemplifica argumentos que são trocados nas reuniões abertas do movimento Tarifa Zero. Eles estão presentes nas narrativas, na articulação de demandas, no escrutínio e na tomada de decisão.

Tabela 3 – Argumentos presentes nas reuniões abertas

Tipos	Exemplos de argumentos nas reuniões abertas
Direito à cidade	<p>“A pauta do aumento ela é difusa no sentido de que ela transcende a necessidade do cê ter um partido político que sustente isso ou algo do gênero. Tipo assim, é aquela história da gente ser um coletivo, que a gente não tenha um grupo específico, porém, que tem a ver com todos os demais grupos que tão aí fazendo coisas de caráter mais difuso mais amplo. Então, tipo assim, pra além do problema concreto, eu acho que a gente tem um problema conceitual mesmo de que o ônibus é pra todo mundo, vei. É pra quem trabalha, pra quem é do sindicato, pra quem é classe média, pra minha mãe, pra estudante, pra todo mundo” (Participante na Reunião 3)</p> <p>“A pauta mobilidade ela tem seus pontos bons e pontos ruins. Ela é boa porque abrange todo mundo [...] Todo mundo se sente representado, mas ao mesmo tempo não se sente porque é uma coisa muito ampla” (Participante na Reunião 2)</p>
Inadequação da política vigente	<p>“Tem muita gente que acha que um processo de tarifa zero devia estatizar o transporte ou entregar completamente pra iniciativa privada sem licitação. Assim, os dois grandes extremos né a gente” (Participante na Reunião 2)</p> <p>“A ideia do Tarifa Zero parte desse pressuposto e esse conceito vem de um lugar muito simples, pelo menos na minha visão. Na nossa cidade, eu não tenho condição de ir andando pros lugares, e eu preciso me mover pra outros lugares. Em geral, eu preciso me mover muito, caso eu more longe das coisas que eu faça, como trabalhar. Enfim, então, inevitavelmente a mobilidade ela é direito e a mobilidade nos termos coletivos ela é fundamental porque não tem como todo mundo ter carro, moto...” (Participante na Reunião 2)</p>
O papel do poder público	<p>“Existe uma intransigência decretada, assim, da Prefeitura. Não existe nenhum grau de ‘melhorabilidade’, entendeu? Nem da Prefeitura, muito menos da Câmara dos Vereadores, entendeu?” (Participante na Reunião 3)</p>

Fonte: Grupo de Pesquisa Eme/UFMG.

Nas assembleias, os membros do Movimento Tarifa Zero desempenham o papel de representantes cívicos, não eleitorais, numa performance face a face (MAIA, 2012b; PARKINSON, 2012). As dificuldades inerentes aos processos de construção de identificações compartilhadas e de ações coletivas são particularmente percebidas nessas reuniões semanais. Pode-se notar que a troca de argumentos entre os participantes para decidir sobre o que fazer e o que não fazer ocorre de maneira mais aberta nas reuniões do coletivo em comparação com os outros dois espaços analisados. Diferentemente das opiniões firmes oferecidas aos jornalistas ou da disseminação de informação e dos comandos assertivos no Facebook, os ativistas nas reuniões presenciais mostram-se incertos sobre a melhor maneira de enquadrar seus interesses e suas demandas diante dos acontecimentos diários. Nesse espaço, os ativistas escrutinam os problemas, apresentam avaliações e possíveis soluções. Como se pode ver na Tabela 3, as considerações e os argumentos são expressos, frequentemente, como um convite para que os participantes entendam os pontos de vistas uns dos outros, a fim de delimitar as suas pautas, formar conclusões ou produzir decisões. As pessoas utilizam marcadores – por exemplo, “na minha visão”, “penso que”, “entendeu?” – que sinalizam como elas situam e ressituaem seus pontos de vista nesse espaço de entendimento produzido de maneira conjunta pelos interlocutores. Os argumentos mobilizados nessa arena não são lineares e, assim como no Facebook, misturam-se com histórias pessoais, humor, sarcasmo, etc. Experiências vividas são usualmente evocadas e compartilhadas. Contudo, diferentemente dos convites entusiasmados à mobilização expressos na rede social *on-line*, os ativistas aqui se perguntam se suas causas são bem entendidas pelas outras pessoas, se eles devem ou não organizar manifestações ou eventos específicos ou se convém ou não alterar as suas táticas. Para balancear alternativas ou escrutinar os problemas enfrentados no dia a dia da ação coletiva, os participantes constroem seus entendimentos tipicamente de modo colaborativo.

O espaço das reuniões presenciais do movimento Tarifa Zero, ainda que público, não alcança alta visibilidade. Em certa medida, a discussão se dá entre pessoas que pensam de modo semelhante e que apoiam a causa comum da redução das tarifas de ônibus, como um direito à cidade.

Como se pode notar na Tabela 3, a distinção entre “nós” e “eles” (as autoridades públicas, as elites, as classes abastadas) é central à comunicação, assim como nos posts do Facebook. Como apontado, os participantes do movimento, nas reuniões, não parecem vocalizar comandos e nem direcionar os demais a seguir certas ações. Ao invés disso, eles se mostram interessados em trocar opiniões e testar se suas considerações são compartilhadas. Assim, as reuniões semanais se apresentam como um espaço para que os membros do movimento raciocinem com os demais sobre as suas motivações, ações e estratégias e o significado dos eventos correntes, para que estabeleçam pontes entre as suas diferenças e para que fortaleçam vínculos de solidariedade entre si. De certa maneira, a configuração dos argumentos, das táticas e das performances dos ativistas nas demais arenas depende dessa modalidade de comunicação, com vistas a produzir transformações na sociedade na direção pretendida.

## Conclusão

Os estudos que focalizam um único tipo de *media* tendem, não raro, a celebrar as inovações tecnológicas e a enfatizar excessivamente os potenciais ou os obstáculos de um dado meio de comunicação. Ao contrário, pesquisas que buscam examinar ambientes de comunicação sob uma perspectiva ampliada tendem a lidar com as tensões que são introduzidas pelas novas tecnologias e a coevolução de velhas e novas práticas. Essa abordagem é particularmente rica para que se possa apreender o repertório de comunicação dos movimentos sociais, tendo em vista os objetivos, os recursos e as oportunidades de comunicação em diferentes situações.

Ao se adotar uma abordagem integrada, é possível observar com maior acuidade a porosidade entre as fronteiras entre os diferentes tipos de práticas de *media*. Pode-se acompanhar, por exemplo, a passagem de um conteúdo de um tipo de mídia para outro. Em igual medida, fica claro que os agentes coletivos desenvolvem um conhecimento prático das premissas, predisposições e atitudes em relação a diferentes tipos de *media*. Examinar as variações da comunicação política de um dado movimento social permite perceber de que modo a argumentação se imbrica dinamicamente

com a construção de estratégias e de performances. A análise comparativa de diferentes ambientes comunicativos constitui-se como um desafio para fazer avançar uma inovadora agenda de pesquisa.

## Referências

- ADAMS, B. E. Reason-Giving in Deliberative Forums. *Journal of Public Deliberation*, vol. 10, n. 2, 2014.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, Cambridge (UK), v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- BENNETT, W. L. et al. Managing the Public Sphere: Journalistic Construction of the Great Globalization Debate. *Journal of Communication*, Hoboken (NJ), v. 54, n. 3, p. 437-455, 2004.
- BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. *Collective action in organizations: interaction and engagement in an era of technological change*. New York, NY: Cambridge University Press, 2012.
- BOHMAN, J. *Public deliberation: Pluralism, complexity and democracy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- CAMMAERTS, B.; MCCURDY, P.; MATTONI, A. (Eds.). *Mediation and social movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd, 2013.
- CHADWICK, A. *The hybrid media system: politics and power*. Oxford, UK: Oxford, 2010.
- COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REGH, W. (Eds.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press, 1997. p. 67-92.
- CONFEDERAÇÃO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (Confea). *Mobilidade Urbana e Inclusão Social*, 2011. Disponível em: <[http://www.confea.org.br/media/confea\\_mobilidade\\_urbana\\_miolo.pdf](http://www.confea.org.br/media/confea_mobilidade_urbana_miolo.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- COSTANZA-CHOCK, S. Mic check! Media cultures and the Occupy movement. *Social Movement Studies*, Oxford (UK), v. 11, n. 3-4, p. 375-385, 2012.
- COTTLE, S. Reporting demonstrations: The changing media politics of dissent. *Media, Culture & Society*, Thousand Oaks (CA), v. 30, n. 6, p. 853-872, 2008.
- COULDRY, N. *Media, society, world: social theory and digital media practice*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.
- DAHLGREN, P. Occupy Wall Street: discursive strategies and fields. In: DAHLGREN, P. *The political web: media, participation and alternative democracy*. New York, NY: Palgrave MacMillan, 2013. p. 67-87.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. 2. ed. Oxford, UK: Blackwell, 2006.

DELLA PORTA, D.; MATTONI, A. Social movements. In: MAZZOLENI, G. et al. (Ed.). *The international encyclopedia of political communication*. Padstow, UK: Wiley-Blackwell, 2015. p. 1496-1504.

DELLA PORTA, D.; MOSCA, L. Global-net for global movements? A network of networks for a movement of movements. *Journal of Public Policy*, Cambridge (UK), v. 25, n. 1, p. 165-190, 2005.

DOWNING, J. *Radical media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.

EARL, J.; KIMPORT, K. *Digitally enabled social change: online and offline activism in the age of the internet*. Cambridge, MA: MIT Press, 2011.

ESSER, F.; STRÖMBÄCK, J. *Mediatization of politics: understanding the transformation of western democracies*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2014.

FERREE, M. M. et al. *Shaping abortion discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Mobilidade Urbana e Cidadania: percepções do usuário de transporte público no Brasil*, 2014. Disponível em: <<http://www.fetranspordocs.com.br/downloads/06MobilidadeUrbanaeCidadania.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GAMSON, W. A. *Talking politics*. New York, NY: Cambridge University Press, 1992.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HILL, K. A.; HUGHES, J. E. *Cyberpolitics: citizen activism in the age of the internet*. New York, NY: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

JENKINS, H. *Fans, bloggers, and gamers: exploring participatory culture*. New York, NY: University Press, 2006.

JURIS, J. S. The new digital media and activist networking within anti-corporate globalization movements. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia (PA), v. 597, n. 1, p. 189-208, jan. 2005.

MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2014.

\_\_\_\_\_. *Deliberation, The Media and Political Talk*. New York: Hampton Press, 2012.

\_\_\_\_\_. Non-electoral political representation: expanding discursive domains. *Representation*, 2012b, n. 48, p. 429-443.

MAIA, R. C. M. et al. Sobre a importância de se examinar diferentes ambientes online em estudos de Deliberação a partir de uma abordagem sistêmica. *Opinião Pública*, Campinas (SP), v. 21, p. 490-513, 2015.

MAIA, R. C. M.; GARCÊZ, R. L. O. Recognition, feelings of injustice and claim justification: A case study of deaf people's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, Cambridge (UK), v. 6, n. 3, p. 359-382, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1755773913000143>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: Examining multiple paths of political talk. *Journal of Computer-Mediated Communication*, State College (PA), v. 21, n. 2, p. 121-139, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/jcc4.12155>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MATTONI, A. Repertoires of communication in social movement processes. In: CAMMAERTS, B.; MCCURDY, P.; MATTONI, A. (Ed.). *Mediation and social movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd, 2013. p. 39-56.

MCADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the American civil rights movement. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1996. p. 338-355.

MCCURDY, P. Mediation, practice and lay theories of news media. In: CAMMAERTS, B.; MCCURDY, P.; MATTONI, A. (Ed.). *Mediation and social movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd, 2013. p. 57-74.

MUTZ, D. *Hearing the other side: deliberative versus participatory democracy*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2006.

PARKINSON, J. *Democracy and public space: the physical sites of democratic performance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte (MG), v. 18.2, p. 10-33, 2011.

PRUDÊNCIO, K. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. *Revista Compolítica*, Rio de Janeiro (RJ), v. 2, p. 88-110, 2014.

PRUDÊNCIO, K.; LEITE, W. D. Comunicação e mobilização política na campanha Fora Ana de Hollanda. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba (PR), v. 14, p. 444-461, 2013.

RHEINGOLD, H. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1993.

RYAN, C. *Prime time activism: media strategies for grassroots organizing*. Boston, MA: South End Press, 1991.

SHIRKY, C. *Cognitive surplus: creativity and generosity in a connected age*. New York, NY: Penguin Books, 2010.

SOBIERAJ, S. *Soundbitten: the perils of media-centered political activism*. New York, NY: New York University Press, 2011.

TRERÉ, E. Social movement as information ecologies: exploring the coevolution of multiple internet technologies for activism. *International Journal of Communications*, Los Angeles (CA), v. 6, p. 2.359-2.377, 2012. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1681/797>>. Acesso em: 10 set. 2017.

V – Jornalismo político



# As notícias e seus críticos: a complementaridade entre regulação e autorregulação como mecanismo de defesa

Danilo Rothberg  
Bibiana Alcântara Garrido

## Introdução<sup>1</sup>

Ainda são esperados estudos científicos que tragam uma compreensão aprofundada do problema, mas as críticas à cobertura jornalística do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff disseminadas na blogosfera independente no Brasil em 2016 já foram suficientemente convincentes em ao menos um ponto: elas indicaram como os enquadramentos favoráveis ao *impeachment* estiveram associados à prevalência de uma narrativa dominante específica, segundo a qual a única e justa saída para a alegada crise do país seria a derrubada da Presidência, com o suposto crime de responsabilidade e a incompetência de sua gestão cabalmente demonstrados como razão para o expurgo.

O predomínio sistemático de enquadramentos dominantes também foi identificado em outro acontecimento do mesmo ano: o referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. No entanto, a resposta da sociedade se diferencia em cada caso. Enquanto dispositivos de regulação e autorregulação podem ser capazes de empoderar os cidadãos britânicos para a demanda por pluralidade, equilíbrio e contextualização, no Brasil

---

1 Uma versão anterior deste texto foi apresentada no 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em Palhoça, SC (2016).

uma situação de impotência e desconhecimento de mecanismos de exigência de responsabilidade social da mídia ainda espera por ser transformada.

Este capítulo revisa a literatura sobre instrumentos de autorregulação de mídia, de forma geral, e rastreia seu avanço contemporâneo no Reino Unido, em particular, a fim de indicar como eles, ao se associarem às formas regulatórias legalmente estabelecidas, constituem-se como dispositivos inovadores de fortalecimento da cidadania para a afirmação do direito à informação.

No percurso aqui desenvolvido, em primeiro lugar, são recuperadas as críticas centrais à cobertura midiática dos episódios enfocados no Reino Unido e no Brasil. Em segundo lugar, a literatura sobre regulação e autorregulação é brevemente revisada, de modo a situar o avanço do Reino Unido em seu Press Recognition Panel, iniciativa autorregulatória em elaboração. Tais práticas e instrumentos são posicionados como maneira de empoderamento da sociedade na exigência de responsabilidade da mídia. Considerações finais sintetizam a contribuição do capítulo ao raciocínio que sustenta a autorregulação como caminho plausível.

## **As notícias e seus críticos**

Rapidamente, tornou-se objeto de pesquisa científica a cobertura da imprensa ao referendo que, em 23 de junho de 2016, indicou a maioria de 51,89% dos britânicos (17.410.742 votos) a favor da saída (*Brexit*) do Reino Unido da União Europeia, contra 48,11% (16.141.241 votos) favoráveis à permanência (*Remain*), em um pleito que teve 72,21% de comparecimento às urnas.

Estudo do Reuters Institute for the Study of Journalism (2016), realizado com a empresa de sondagem de opinião pública Prime Research, abrangeu 928 matérias publicadas por nove jornais de circulação nacional, em dois dias por semana, durante dois meses do período de campanha do referendo. O estudo indicou que apenas 9% dos textos da amostra não exibiram enquadramentos dominantes favoráveis a uma das posições em disputa; 45% dos textos da amostra apresentaram enquadramentos favoráveis

à saída, 27% foram favoráveis à permanência, e 19% não puderam ser classificados nas demais categorias (REUTERS, 2016).

A literatura científica sobre enquadramento indica que a perspectiva hegemônica de um texto jornalístico estará centrada em um eixo que organiza a realidade sob determinadas ênfases, saliências e exclusões, de modo a estabilizar quadros de valores, crenças e associações por meio dos quais fatos e acontecimentos são representados simbolicamente. A articulação orgânica dos elementos assim dispostos em um enquadramento pode ser entendida como narrativa, em função da relação aparentemente harmônica que o narrador logra construir entre os componentes simbólicos. Nesse sentido, um enquadramento dominante tende a ser percebido como perspectiva genérica que *explica* dada circunstância de forma cabal, reduzindo a possibilidade de que eventuais lacunas perturbem a suposta clareza do argumento oferecido (ENTMAN, 1993, 2007; SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007).

Já a BBC recebeu críticas por alegadas infrações ao seu código editorial, que determina a obediência aos procedimentos da imparcialidade devida (*due impartiality*). Uma das mais prestigiadas corporações de mídia contraria o senso comum vigente entre os jornalistas de países de tradição cultural desfavorável à existência de pluralismo midiático, como o Brasil, segundo o qual a imparcialidade como meta deveria ser enterrada, por ser um mito (HALLIN; MANCINI, 2004, 2012; ROTHBERG, 2011). Para a BBC, a obediência à imparcialidade não é um mito e está inscrita em seu código editorial como dever legal, ao qual está sujeita em função do compromisso assumido com telespectadores que pagam a taxa anual para seu funcionamento.

Operacionalmente, imparcialidade significa pluralidade, equilíbrio e contextualização. Os demais radiodifusores que exploram concessões públicas no Reino Unido também estão obrigados por lei a incorporar em seus manuais editoriais o compromisso formal com a imparcialidade, e são fiscalizados em seu cumprimento pelo órgão regulador nos termos da seção 5 do Código de Radiodifusão, intitulada “Imparcialidade devida, acuidade devida e indevida predominância de visões e opiniões” (OFCOM, 2016a).

De maneira paradoxal, alguns até consideraram as normas legais que determinam a imparcialidade da BBC como um obstáculo à escolha da frente de batalha que viam como justa, no caso a permanência na União Europeia. Ocupante de uma das cadeiras da câmara alta (não eleita) do Parlamento britânico, David Puttnam sustentou que a busca pelo equilíbrio, visível no permanente contraste igualitário entre posições em embate nas matérias jornalísticas da BBC, dificultou que houvesse um escrutínio mais intenso de alegações da campanha pelo *Brexit* que mais tarde teriam se revelado falsas ou imprecisas (PLUNKETT; MARTINSON, 2016). Puttnam inclusive comparou a cobertura do referendo àquela sobre a cobertura da mudança do clima planetário. Sobre esse tema, a BBC, admitindo implicitamente a existência de um robusto consenso geral, exibiria rotineiramente enquadramentos dominantes favoráveis à tese de que o aquecimento global é causado pelo homem, apesar de haver cientistas de credibilidade que militam pela visão oposta. Para Puttnam, os defensores do *Remain* teriam provido evidências tão sólidas quanto aquelas da mudança climática antropogênica, de modo que seria justificável enfocá-las de forma favorável.

Mas, talvez, a defesa do *Remain* tenha ocorrido. News-watch, organização social que monitora o cumprimento da normal legal de imparcialidade devida pelos radiodifusores no Reino Unido, realizou um estudo sobre 40 edições do *Newsnight*, programa jornalístico da BBC exibido na faixa das 22h, veiculadas entre 16 de janeiro e 12 de março de 2016. Resultado: os defensores do *Remain* teriam conquistado o dobro do tempo obtido pelo *Brexit* para ventilar suas visões ao público (MADDOX, 2016).

Segundo Maddox (2016), a BBC se defendeu e alegou que a News-watch tinha uma “agenda própria” de ataques à corporação, o que pode ser verdade se for considerado o blog mantido pela News-watch exclusivamente dedicado a recolher reclamações contra a alegada tendenciosidade da BBC, tida pela organização social como um fato.

Para além dos embates circunscritos, esse cenário indica o intenso envolvimento da sociedade britânica com formas sistemáticas ou não de monitoramento da obediência à norma legal de imparcialidade jornalística pela radiodifusão pública, em específico, e com a pluralidade e

o equilíbrio do jornalismo, em geral. Quase um ano antes do referendo, o ministro da pasta de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido havia endereçado uma carta pública ao conselho superior da BBC, chamando a atenção da presidente daquela instância gestora (BBC Trust) para a exigência de a BBC ater-se ao seu código editorial na cobertura do tema (UNITED KINGDOM, 2015). O ministro também instou a BBC a apurar e responder, em até 24 horas, eventuais reclamações sobre a cobertura do referendo recebidas por meio de seus canais usuais de comunicação com o público. O próprio BBC Trust é uma forma específica de gestão representativa da sociedade instituída em 2006, na época tida como novidade importante para socializar e ampliar o controle público sobre a corporação (COLLINS, 2007; CUSHION; LEWIS; RAMSAY, 2012). E o primeiro-ministro em pessoa criticou publicamente a BBC quando o apresentador de um influente programa jornalístico de uma de suas rádios sugeriu que a maioria dos pequenos e médios negócios seria favorável ao *Brexit*. Um instituto de pesquisa tido como confiável detectara o contrário (MANCE; PICKARD, 2016).

No Brasil, a vigilância sobre a qualidade da mídia tende a não atingir tanta repercussão. O direito à informação não é necessariamente percebido como intrínseco à cidadania (MENDEL, 2009). O questionamento da qualidade da cobertura jornalística sobre sua própria crise doméstica esteve restrito à blogosfera independente, entendida como diversidade de fontes que, apesar de possuir crescente influência no país, não alcança a projeção das mídias de corporações historicamente consolidadas (GUAZINA, 2013; SOUZA; PENTEADO, 2013).

O alegado crime de responsabilidade das pedaladas fiscais foi amplamente sustentado e, segundo analistas, teve sua validade raramente posta sob escrutínio pelas mídias hegemônicas (FERES JR., 2016; LIMA, 2016; MOURÃO, 2016).

Hanzen (2016) sustenta que o jornalismo brasileiro mais uma vez provou ser difícil ultrapassar o conflito entre interesses individuais e coletivos para alcançar uma fase orientada pelo “senso de utilidade social”, com o reconhecimento das “obrigações morais para com a comunidade humana, independente de uma lei ou cultura particular”. Haveria, segundo Hanzen

(2016), uma cobertura desacostumada a explorar de forma consistente as contradições do contexto político, como o fato, no caso, de parlamentares apoiadores do *impeachment* serem investigados por corrupção.

O *impeachment* teria se sustentado, em parte, graças a um discurso repetitivo que se amparou na suposta verossimilhança das acusações contra a Presidência, com textos que não pouparam “expressões e adjetivos pejorativos” (MOURÃO, 2016).

Estimativas de público em atos pró-*impeachment* pareceram exageradas, enquanto a intensidade de protestos em sentido contrário teria sido minimizada. “A Globo montou um circo [...]. O canal Globo News está cobrindo em tempo real uma manifestação em frente do Congresso em Brasília, que tem em torno de mil pessoas, mas dizendo que tem dez mil” (FERES JR., 2016).

Muitos alegam ter notado uma tendência de a mídia apresentar o *impeachment* como “única saída para a crise” (LIMA, 2015), na defesa de uma pretensa legitimidade que Glenn Greenwald, em seu *theintercept*. com e depois em entrevista a Duarte-Plon e Meireles (2016), passou a questionar ao assistir ao “Jornal Nacional fazendo uma leitura do diálogo entre o ex-presidente e Dilma Rousseff como se fosse de novela”. Mais uma vez, recursos narrativos teriam sido usados para simplificar, reforçar polarizações e obscurecer complexidades. O cenário político teria sido caracterizado como uma disputa de “personagens posicionados como vilões ou como heróis”, em uma narrativa “semelhante a uma obra de ficção, (...) com pontos de tensão e de virada, (e) o dia após a votação do *impeachment* pode ser considerado o dia do final feliz” (MIRANDA, 2016).

Para Mourão (2016), a mídia hegemônica, em sua posição conservadora, deveria ser considerada agente político central na compreensão histórica dos acontecimentos. “Os editoriais de O Globo, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo, cada qual à sua maneira, constroem a noção de legitimidade do *impeachment*”. A Folha de S. Paulo foi acusada de “fraude jornalística” ao indicar 50% dos brasileiros como favoráveis à continuidade de Temer no poder até 2018 (GREENWALD; DAU, 2016).

Cabe questionar: como a cidadania, no Brasil, oferece meios de defesa contra a atuação de mídias que promovem sistematicamente a construção

e a veiculação de enquadramentos dominantes favoráveis a determinada perspectiva, com escassos ou ausentes diferenciais de pluralidade, equilíbrio e contextualização? Existem mecanismos de regulação e autorregulação eficazes? As respostas a essas questões, embora já conhecidas no meio acadêmico do país, serão brevemente recapituladas na próxima seção, como parte do argumento do capítulo, centrado em indicar como avanços contemporâneos que combinam características regulatórias e autorregulatórias no Reino Unido podem ajudar a obter indicações para o percurso brasileiro de fortalecimento da cidadania enquanto direito à informação.

## **Políticas regulatórias e autorregulatórias**

Nas democracias contemporâneas, a regulação da mídia tende a se diferenciar em função do suporte midiático. A radiodifusão, por explorar o uso de um bem público limitado – o espectro magnético ou sinal digital de rádio e televisão –, é regulada sob um regime de concessões de faixas e sinais, pois dados o seu alcance e “seu poder peculiar, o direito internacional permite a imposição de regras de conteúdo mais invasivas sobre as emissoras” (MENDEL; SALOMON, 2011a, p. 14). Tal regime pode ser influenciado por aquilo que a literatura científica assinala como paralelismo político: os regimes de concessões são orientados por relações entre mandatários, partidos políticos e mídias (HALLIN; MANCINI, 2004, 2012; ALBUQUERQUE, 2012, 2013; AZEVEDO, 2006).

No Brasil, a concessão dos serviços de radiodifusão a um número seleto de grupos econômicos, que “se fortalece através da política de aquisições e fusões” no mercado da mídia, é um efeito do paralelismo político e “configura um aprofundamento da propriedade cruzada dos meios de comunicação de massa” (AZEVEDO, 2006, p. 101).

Para Ramos (2006), a fragmentação política é usada como instrumento de defesa de interesses hegemônicos para a manutenção dos privilégios dos grupos detentores das concessões em radiodifusão no Brasil, o chamado “coronelismo eletrônico” (GÖRGEN, 2008; LIMA, 2011), que coibiu iniciativas do Estado que poderiam mudar a configuração de concentração

e oligopólio. A visão de uma comunicação voltada ao interesse público e à instrução educativa e cultural se torna subordinada aos interesses de mercado determinados por corporações nacionais e globais (RAMOS, 2006; BOLAÑO, 2015).

Lima (2011) aponta as reformulações regulatórias como necessidade para estabelecer o equilíbrio na democracia. Na Constituição de 1988, depois de processos personalistas de concessão de radiodifusão durante o Regime Militar, foram mantidos intactos os diretamente beneficiados, e as iniciativas rumo à democratização da comunicação, como a criação do Conselho de Comunicação Social, órgão que administraria a atividade da mídia e a situação de oligopólio midiático existente no país, acabaram enfraquecidas (LIMA, 2011).

Já a regulação da mídia impressa tende a se caracterizar como autorregulatória, posição em que a mídia administra sua atividade a fim de evitar incorrer em infrações da legislação pertinente de direito de resposta segundo a Lei Federal 13.188/2015 (BRASIL, 2015); em crimes de calúnia, difamação e injúria, segundo os artigos 138 a 140 do Código Penal (BRASIL, 1940); e em ofensa contra o Presidente da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados ou Supremo Tribunal Federal, conforme o artigo 26 da Lei Federal 7.170/1983, conhecida como Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1983).

Diante das dificuldades de avançar uma agenda de formulação de práticas regulatórias no Brasil, as iniciativas de autorregulação são meios de busca por qualidade do jornalismo que não podem ser ignorados. Elas incluem sistemas de gestão de qualidade, instrumentos de responsabilização da mídia (*media accountability instruments*), códigos editoriais e de ética (MENDEL; SALOMON, 2011a).

Como elementos da autorregulação, Puddephatt (2011, p. 14) inclui o estabelecimento de diretrizes profissionais pelas empresas e organizações de comunicação, na forma de códigos editoriais e declarações de valores.

Tais instrumentos são definidos como meios independentes do Estado utilizados para induzir a mídia a prestar serviços públicos de qualidade, e são classificados em: a) internos: carta do editor, código de ética, espaço de correção, pesquisa sobre os leitores, comitê da redação, entre outros;

b) externos: grupos de consumidores da mídia, incentivos à criação de ONGs, projetos de mídia alternativa, pesquisas sem fins lucrativos; e c) cooperativos: carta ao editor, *ombudsman*, encontro com o público, conferências, prêmios e recompensas, etc. (BERTRAND, 2002; EBERWEIN; FENGLER; LAUK; LEPPIK-BORK, 2011).

Sistemas de gestão de qualidade jornalística também fazem parte de uma composição autorregulatória, na qual cabe às empresas de mídia estabelecer critérios de atuação e meios para cumprir e verificar padrões de qualidade no jornalismo (GUERRA, 2016). A qualidade se reflete em maior credibilidade para o campo, uma vez que “quanto melhor o desempenho em direção à qualidade, maior o potencial de reconhecimento por parte dos seus públicos de interesse” (CERQUEIRA, 2010, p. 5).

Para Fengler et al. (2015), persiste o dilema entre as rotinas industriais de produção da notícia, com suas hierarquias que tendem a dificultar questionamentos éticos, e a deontologia do jornalismo. Se o mercado pode falhar na busca de qualidade, “a indústria da mídia deveria monitorar constantemente a qualidade da autorregulação de seus sistemas de mídia” (FENGLER et al., 2015, p. 262); assim, “criar incentivos para as companhias midiáticas investirem em *media accountability* seria um forte compromisso político”.

No Reino Unido, a autorregulação da mídia impressa é pauta da agenda política desde a segunda metade do século XX. Com a constatação de “um declínio progressivo no caráter pessoal dos editores e na qualidade do jornalismo britânico” (TOMLINSON, 2014, p. 7), diversas foram as iniciativas de comissões específicas para o aprofundamento da qualidade e precisão no jornalismo (JEWELL, 2013).

Sem um resultado efetivo e após a revelação de práticas envolvendo o rastreamento ilegal de chamadas telefônicas de fontes como políticos, policiais e celebridades por jornalistas, conforme apurado e exposto pelo Leveson Inquiry (UNITED KINGDOM, 2012), uma determinação oficial estabeleceu em 2014 a criação do Press Recognition Panel, órgão de gestão independente do governo para a regulação dos meios impressos. Sua novidade está em trazer para a mídia impressa uma prática criada pelo órgão regulador da radiodifusão, qual seja, a elaboração, por instâncias

democráticas, de um código editorial abrangente e a simultânea exigência de que as corporações de mídia criem e sigam códigos editoriais próprios que incorporem as provisões legais estabelecidas pelo órgão regulador (OFCOM, 2016a; TOMLINSON QC, 2014).

O Press Recognition Panel (PRP) torna-se responsável legalmente por supervisionar o estabelecimento e o cumprimento de práticas autorregulatórias em mídias impressas, com a emissão de relatórios periódicos sobre suas atividades (TOMLINSON QC, 2014). O órgão fornecerá um reconhecimento oficial aos documentos que estabelecerão como cada veículo exercerá sua autorregulação, verificando sua adequação a critérios especificados formalmente, como objetividade de códigos de ética e requisitos de independência e transparência, e acompanhará seu cumprimento.

Nesse sentido, o PRP se alinha à tradição britânica de regulação estatal que determina a obrigatoriedade do estabelecimento de práticas autorregulatórias pelas próprias emissoras integrantes de seu sistema público de radiodifusão, segundo a qual o órgão regulador Ofcom determina que o conteúdo de seu código editorial seja incorporado aos próprios códigos internos das emissoras (OFCOM, 2016a).

Reclamações e denúncias do público em geral sobre possíveis infrações ao código, incluindo a veiculação de enquadramentos dominantes indevidamente favoráveis a determinada perspectiva, com escassez ou ausência de pluralidade, equilíbrio e contextualização, são apuradas pelo órgão regulador, que analisa sua procedência em relação às normas editoriais previamente elaboradas e aceitas. Essa singular articulação entre práticas regulatórias e autorregulatórias, originada com a própria criação da BBC em 1922, adotou sua forma atual em 2003, com a criação do Ofcom, a partir da reorganização do aparato regulatório existente anteriormente (COLLINS, 2007). Boletins mensais são produzidos e divulgados *on-line* pelo Ofcom, tornando público o resultado da apuração de reclamações e denúncias (OFCOM, 2016b). Repreensões, advertências, multas e, em última instância, suspensão ou cassação de concessões são penalidades possíveis.

A definição das regras de atuação do PRP contou inclusive com consultas públicas. O órgão, ao invés de regular diretamente as mídias impressas, deverá chancelar a adequação de práticas de autorregulação com as quais

cada mídia se comprometerá publicamente, por meio da revisão e da emissão de relatórios sobre seu cumprimento. Durante os primeiros anos de atividade, relatórios anuais serão publicados para acompanhamento das atividades do PRP e o custo das avaliações das práticas autorregulatórias não será cobrado das empresas de mídia. Oportunamente, uma consulta pública deverá colocar em questão a cobrança pelos serviços (WOLFE, 2016).

## Considerações finais

No Brasil, o Programa Permanente de Autorregulamentação da ANJ, criado em 2011 (ANJ, 2011a), é uma iniciativa potencialmente capaz de dialogar com aparatos de supervisão externa similares ao Press Recognition Panel. A Cartilha da ANJ tem inspirado exemplos que incluem a atuação de instâncias como conselhos de leitores, obviamente com papéis apenas consultivos (ANJ, 2011b), e manuais editoriais como o das Organizações Globo e RBS permanecem no âmbito de declarações formais de intenções com efeitos práticos ainda a serem estudados. Há espaço para o avanço de práticas autorregulatórias mais efetivas.

A adoção de iniciativas autorregulatórias inovadoras que contemplem a utilização de instrumentos de responsabilização da mídia geridos pelo poder público e sistemas internos de gestão de qualidade pode oferecer uma opção relevante para o aperfeiçoamento do jornalismo nas sociedades contemporâneas, nas quais interesses políticos e econômicos têm se imposto sobre as demandas por informação e a sustentação da pluralidade necessária à manutenção da vitalidade democrática.

Naturalmente, seria ingênuo supor que no Brasil as empresas de comunicação venham a ser receptivas à instalação de qualquer forma de supervisão externa de sua atividade. Rapidamente, elas se aliarão a um público que desconhece em absoluto a experiência internacional de regulação de mídia para reagir a um movimento que denunciariam como tentativa de obstruir a liberdade de expressão. Reação significativa também foi vista no Reino Unido, mas foi contraposta por uma ação regulatória vigorosa.

Cabe sustentar que sugerir a relevância de instrumentos de autorregulação de mídia diante dos desafios atuais aqui apontados não implica capitular diante das alegações típicas no Brasil de que regular equivaleria à volta da censura no país. Tais argumentos costumam estar associados a opiniões de setores proprietários de mídia, obviamente interessados em manter o ambiente livre de impedimentos aos seus desígnios, como de resto outros setores empresariais também o fazem. A literatura científica recomenda circunscrever tais alegações ao campo das perspectivas atadas a interesses que não favorecem necessariamente o desenvolvimento de um ambiente regulatório saudável no Brasil (LEAL FILHO, 2006; REBOUÇAS, 2006; MENDEL; SALOMON, 2011b).

Ser favorável à autorregulação também não implica desconsiderar que o jornalismo como *habitus* tem valorizado historicamente atitudes de cinismo e desconfiança em relação às instituições políticas formais, que levam os profissionais a discriminar sistematicamente os políticos em geral como seus adversários. Sob esse raciocínio, os mandatários estariam sempre dispostos a esconder o que fazem para defender seus próprios interesses, em confronto permanente com o interesse público; ser cínico e desconfiado seria obrigação do jornalista profissional.

A chamada visão adversarial, segundo a qual jornalistas e políticos seriam adversários por princípio e os jornalistas deveriam empregar todos os esforços para não serem manipulados pelos políticos, no entanto, tem se revelado não necessariamente compatível com as perguntas relevantes, em uma pauta jornalística, ao desenvolvimento de abordagens plurais e contextualizadas, e tem sido flagrada, com frequência, motivando trabalhos seletivos de reportagem. Ou seja, estudos indicam que a visão adversarial tende a ser exercida seletivamente para desafetos de um dado comando editorial, ao passo que apaniguados e protegidos raramente seriam vítimas dela (BLUMLER; GUREVITCH, 1995; SCHUDSON, 1999; BARROS FILHO; MARTINO, 2003; ROTHBERG, 2011).

Autorregulação eficaz, em particular com arranjos criativos como o Press Recognition Panel, pode ser útil para limitar o impacto da visão adversarial e obrigar os jornalistas a fazer questionamentos que conduzam a

uma cobertura plural, equilibrada e com contexto adequado à afirmação do direito à informação intrínseco à cidadania na atualidade.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A. On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective. In: HALLIN, D. C.; MANCINI, P. (Orgs.). *Comparing media systems beyond western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 72-95.
- ALBUQUERQUE, A. Media/politics connections: beyond political parallelism. *Media, Culture & Society*, v. 35, p. 742-758, 2013.
- ANJ. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. *Cartilha do Programa Permanente de Autorregulamentação da ANJ*. 2011a. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/cartilha-autoregulamentacao/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- ANJ. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. *Exemplos de aplicação do Programa de Autorregulamentação*. 2011b. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/exemplos-2/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v.12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006.
- BARROS FILHO, C.; MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BERTRAND, C. *O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. *The crisis of public communication*. Londres: Routledge, 1995.
- BOLAÑO, C. *The culture industry, information and capitalism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848*, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 7.170*, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: 1983.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 13.188*, de 11 de novembro de 2015. Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Brasília, DF: 2015.
- CERQUEIRA, L. A. E. Qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores. *Série Debates CI Unesco*, n. 6, 2010.
- COLLINS, R. The BBC and public value. *Medien und Kommunikationswissenschaft*, v. 65, n. 2, p. 164-184, 2007.

CUSHION, S., LEWIS, J., RAMSAY, G. N. The impact of interventionist regulation in reshaping news agendas: a comparative analysis of public and commercially funded television journalism. *Journalism*, v. 13, n. 7, p. 831-849, 2012.

DUARTE-PLON, L.; MEIRELES, C. “Tudo ficou mais claro: é golpe”. *Carta Capital*, São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/904/201ctudo-ficou-mais-claro-e-golpe201d>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

EBERWEIN, T.; FENGLER, S.; LAUK, E.; LEPPIK-BORK, T. (Eds.). *Mapping media accountability – in Europe and Beyond*. Köln: Halem, 2011.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

\_\_\_\_\_. Framing bias: media in the distribution of power. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.

FENGLER, S. et al. How effective is media self-regulation? Results from a comparative survey of European journalists. *European Journal of Communication*, v. 30, n. 3, p. 249-266, 2015.

FERES JR, J. No calor da hora do golpe jurídico-midiático. *Jornal GGN*, São Paulo, 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/no-calor-da-hora-do-golpe-juridico-midiatico-por-joao-feres-jr>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

GÖRGEN, J. Apontamentos sobre a regulação dos sistemas e mercados de comunicação no Brasil. In: SARAVIA, E.; MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Orgs.). *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. p. 197-221.

GREENWALD, G.; DAU, E. Folha comete fraude jornalística com pesquisa manipulada visando alavancar Temer. *The Intercept*, Rio de Janeiro, 20 jul. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/07/20/folha-comete-fraude-jornalistica-com-pesquisa-manipulada-visando-alavancar-temer/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GUAZINA, L. S. Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros “progressistas”. *Brazilian Journalism Research*, v. 9, n. 2, p. 68-87, 2013.

GUERRA, J. L. Qualijor: sistema de gestão da produção jornalística orientado para a qualidade editorial: pesquisa aplicada e de desenvolvimento experimental em jornalismo. *E-compós*, v. 19, n. 3, p. 1-26, 2016.

HALLIN, C. D.; MANCINI, P. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Comparing media systems beyond the western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HANZEN, E. Como avaliar o comportamento da mídia na crise do impeachment. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 16 maio 2016, edição 903. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-comportamento-etico-da-imprensa-na-crise-do-impeachment/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

JEWELL, J. “How many drinks in that ‘last chance saloon’?” The history of official inquiries into the British press. In: MAIR, J. (ed). *After Leveson: the future for British Journalism*. London: Abramis, 2013.

LEAL FILHO, L. *TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão*. São Paulo: Summus, 2006.

LIMA, S. O impeachment da mídia. *ObjETHOS – Observatório da Ética Jornalística*. Florianópolis, 7 dez. 2015. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2015/12/07/comentario-da-semana-o-impeachment-da-midia/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

LIMA, V. A. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

\_\_\_\_\_. Existe limite para a atuação da mídia? *Carta Maior*, São Paulo, 2 fev. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Existe-limite-para-a-atuacao-da-midia-/12/35420>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MADDOX, D. Another BBC Brexit ‘bias’ row: ‘Clear evidence’ of Beeb ‘in favour’ of remaining in EU. *Daily Express*, Londres, 19 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.express.co.uk/news/politics/653836/BBC-biased-Brexit-EU-referendum-Newsnight-Question-Time>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MANCIE; H., PICKARD, J. BBC faces challenges from all sides over Brexit coverage. *Financial Times*, Londres, 22 mar. 2016. Disponível em: <<https://next.ft.com/content/be9338b4-ed1e-11e5-bb79-2303682345c8>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MENDEL, T. *Liberdade de informação: um estudo de direito comparado*. Brasília: Unesco, 2009.

MENDEL, T.; SALOMON, E. Liberdade de expressão e regulação da radiodifusão. *Série Debates CI Unesco*, n. 8, 2011a.

\_\_\_\_\_. *O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros*. Unesco: Brasília, DF, 2011b.

MIRANDA, A. A narrativa do impeachment – hegemonia na formação da opinião pública. *ObjETHOS – Observatório da Ética Jornalística*. Florianópolis, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2016/04/18/comentario-da-semana-a-narrativa-do-impeachment-hegemonia-na-formacao-da-opinio-publica/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MOURÃO, M. Os editoriais e a construção de legitimidade do golpe. *Blog Intervozes, Carta Capital*. São Paulo, 12 maio 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-editoriais-e-a-construcao-de-legitimidade-do-golpe>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

OFCOM. OFFICE OF COMMUNICATIONS. *The Ofcom Broadcasting Code*. Londres, 2016a. Disponível em: <[http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/broadcast/code-may16/Ofcom\\_Broadcast\\_Code\\_May\\_2016.pdf](http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/broadcast/code-may16/Ofcom_Broadcast_Code_May_2016.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *Broadcast and on demand bulletins*. Londres, 2016b. Disponível em: <<http://stakeholders.ofcom.org.uk/enforcement/broadcast-bulletins/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

PLUNKETT, J., MARTINSON, J. TV's failure to properly scrutinise Boris Johnson's EU claims a 'criminal act'. *The Guardian*, Londres, 29 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2016/jun/29/tvs-failure-to-properly-scrutinise-boris-johnsons-eu-claims-a-criminal-act>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

PUDDEPHATT, A. A importância da autorregulação da mídia para a defesa da liberdade de expressão. *Série Debates CI Unesco*, n. 9, 2011.

RAMOS, M. C. Crítica do ambiente político-regulatório da comunicação social eletrônica brasileira: fragmentação política e dispersão regulamentar. In: CHAGAS, C. M. DE F.; ROMÃO, J. E. E.; LEAL, S. (Orgs.). *Classificação indicativa no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2006. p. 49-64.

REBOUÇAS, E. Estratégia retórica dos "donos" da mídia como escudo ao controle social. *Líbero*, v. 9, n. 17, p. 41-49, 2006.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. *Study shows that majority of press coverage in EU referendum campaign was heavily skewed in favour of Brexit in first two months of campaign*. Londres: Reuters, 2016. Disponível em: <<http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Pressrelease-EUReferendummediacoverage.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

ROTHBERG, D. *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Unesp, 2011.

SCHEUFELE, D. A.; TEWKSBURY, D. Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.

SCHUDSON, M. Social origins of press cynicism in portraying politics. *American Behavioral Scientist*, v. 42, n. 6, p. 998-1008, 1999.

SOUZA, P. R. E.; PENTEADO, C., L., C. Blogs e contrainformação política: redescobrimo uma forma de luta simbólica na blogosfera. In: *Anais do V Congresso da Compólitica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política)*. UFPR, Curitiba, 2013.

TOMLINSON QC, H. *The New UK Model of Press Regulation*. LSE Media Policy Brief 12, March 2014. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/media@lse/documents/MPP/LSE-MPP-Policy-Brief-12-The-New-UK-Model-of-Press-Regulation.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

UNITED KINGDOM. *Letter from Culture Secretary to the BBC Trust*. Londres, Department for Culture, Media & Sport, 2015. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/458269/DCMS\\_to\\_BBC\\_Trust.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/458269/DCMS_to_BBC_Trust.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *Leveson Inquiry. An inquiry into the culture, practices and ethics of the press*. London: The Stationery Office, 2012. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/270939/0780\\_i.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/270939/0780_i.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2016.

WOLFE, D. *Consultation on reviewing approved regulators. Press Recognition Panel. Webinar online video*. Londres, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://event.webcasts.com/viewer/event.jsp?ei=1096962>>. Acesso em 28 mar. 2016.

# A Blogosfera Progressista e a reeleitura do modelo de jornalismo independente no Brasil

Eleonora de Magalhães Carvalho  
Afonso de Albuquerque

Para que servem os sites progressistas? Por que existem? A sociedade sabe as respostas para ambas as questões, mas a mídia tradicional insiste em tentar manipular as pessoas.

Os sites progressistas servem, fundamentalmente, para dar pluralidade ao mercado de notícias e opiniões. E existem por causa disso: porque há uma expressiva parcela de brasileiros que não se satisfazem com o que lhes é oferecido, ou impingido, pela Globo, pela Veja, pela Folha e por aí vai. É, no fundo, uma questão de mercado (NOGUEIRA, 2015)

Ao longo da última década, a chamada Blogosfera Progressista (BP) ganhou uma importância crescente como ator do cenário político-midiático brasileiro. Surgida em 2006, como uma aliança precária entre um punhado de blogueiros de esquerda, ela se desenvolveu e se transformou em uma rede complexa de agentes midiáticos que vai muito além do suporte *blog* e inclui outras mídias sociais, como Twitter, Facebook e Instagram, além de relações próximas com agentes de suportes mais tradicionais como o meio impresso e a televisão. A atuação da BP ganhou uma importância particular no processo de radicalização política que marcou a campanha eleitoral de 2014, na qual Dilma Rousseff conquistou a reeleição para a presidência, e se seguiu a ela, com a contestação dos resultados da eleição e tentativa de abertura de um processo de *impeachment* contra a presidenta

e os diversos processos de corrupção movidos preferencialmente contra políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A importância da BP se tornou ainda mais evidente em face das inúmeras críticas feitas à atuação das empresas da chamada grande imprensa nesse período, frequentemente reputada extremamente parcial contra o PT. Progressivamente, essas críticas ultrapassaram o círculo restrito dos petistas e simpatizantes do governo de modo geral, e passaram a ser veiculadas por críticos da mídia e jornalistas de perfil mais moderado. Por exemplo, em novembro de 2015, o jornalista Sidney Rezende publicou um texto em seu *blog*, no qual criticava a obsessão da mídia com as más notícias sobre o governo federal. Rezende não era um jornalista qualquer, e definitivamente não se destacava pelo seu perfil rebelde e contestador. Desde a inauguração da Globonews, e pelas duas décadas seguintes, Rezende foi apresentador dos telejornais do canal *all-news* das Organizações Globo. Ele foi demitido logo em seguida à publicação do seu texto. À medida que o equilíbrio da cobertura jornalística da grande imprensa – isto é, seu pluralismo interno – se tornava objeto de dúvidas crescentes, a avaliação da atuação da BP evoluiu de uma cobertura “ideologicamente orientada”, em oposição ao “jornalismo factual” da grande imprensa, para um agente de pluralismo externo.

O objetivo central deste capítulo é discutir o desafio que a BP apresenta no panorama do jornalismo brasileiro contemporâneo. O papel desempenhado pelos *blogs* como elemento de renovação do jornalismo tradicional tem sido objeto de uma atenção considerável por parte dos pesquisadores, no Brasil e no exterior. A primeira geração desses estudos enfocava principalmente os *blogs* como mídia pessoal (QUADROS; ROSA; VIEIRA, 2005; SILVA, 2003). Uma segunda linha de investigação se concentrou na discussão sobre as fronteiras, crescentemente nebulosas, entre as atividades dos blogueiros e dos jornalistas (BAILEY; MARQUES, 2012; CARLSON, 2007; KARLSSON, 2011; PRIMO, 2011). Um terceiro conjunto de pesquisas tem se detido especificamente sobre a relação que se estabelece entre os *blogs* políticos e o jornalismo tradicional (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2007; DAVIS, 2009; GUAZINA, 2013; SINGER, 2005; REESE et al., 2007). Diferentemente deles, este trabalho se propõe a discutir a BP como um ecossistema midiático, que envolve outras plataformas de comunicação,

para além dos *blogs*, em vez de tomar os *blogs* isoladamente. Em particular, ele se propõe a discutir os fatores que possibilitaram a constituição desse espaço comunicativo e categorizar os principais tipos de agentes que tomam parte dele.

## **Os precursores da Blogosfera Progressista: a imprensa alternativa no Brasil**

A BP não seria possível na ausência de um conjunto de dispositivos tecnológicos – “os *blogs*”, “a internet”, “computadores ligados em rede”, ou seja, qual for o modo como queiramos chamá-los – capaz de permitir a veiculação de mensagens para um vasto público a um custo bastante reduzido. Contudo, a inspiração fundamental por detrás da BP é mais antiga. Ela remete à experiência da chamada imprensa alternativa, que vicejou no país durante o Regime Militar, e à desconfiança que muitos jornalistas passaram a nutrir em relação às empresas jornalísticas depois dele.

O advento do regime autoritário no país teve como consequência uma drástica redução na autonomia dos jornalistas brasileiros. Enquanto alguns jornais, como a Folha da Tarde, aderiram entusiasticamente ao regime (KUSCHNIR, 2004), outros foram submetidos à censura prévia (AQUINO, 1999). Em boa parte dos casos, contudo, os veículos atuaram em um sistema de autocensura, motivado por uma sensação de medo difusa (SMITH, 2000). Para Kucinski (1998), esse último modelo de atuação foi, dentre os três, o que deixou o legado mais perverso para o jornalismo brasileiro, uma vez que a cultura da autocensura sobreviveu à ditadura e se tornou prática corrente nas redações. Nesse contexto, a imprensa alternativa se apresentava como o caminho natural para aqueles que desejavam exercer o jornalismo para além das amarras que se apresentavam na imprensa tradicional. Contudo, os veículos da imprensa alternativa tiveram, em sua grande maioria, vida curta, acoitados que eram pela repressão do regime e pela sua frágil situação econômica (KUCINSKI, 1991).

Ao final do Regime Militar, as desconfianças recíprocas entre as organizações jornalísticas e muitos dos jornalistas que trabalhavam para elas

– e os sindicatos de jornalistas em particular – haviam se tornado significativas, tanto por motivos econômicos quanto políticos. Muitos deles viam o processo de redemocratização como uma oportunidade para o exercício de um jornalismo mais ativo e engajado, e percebiam a lógica empresarial das organizações jornalísticas e seus compromissos com as classes dominantes como um empecilho à realização da verdadeira vocação emancipadora do jornalismo. Esses conflitos levaram a uma greve dos jornalistas em 1979 e estabeleceram as bases de um afastamento político persistente entre os “patrões” e a base “emancipadora” constituída por jornalistas de esquerda, dos quais muitos eram alinhados ao PT (ROXO, 2013).

## O jornalismo político e a “virada à esquerda”

O advento da BP como um ator significativo no panorama jornalístico brasileiro não seria possível na ausência de um conjunto de fatores recentes que estimularam o desenvolvimento de uma lógica partidária/polarizada no jornalismo. O fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Nos Estados Unidos, por exemplo, o modelo de jornalismo informativo ancorado na ideia de objetividade entrou em franco declínio a partir da década de 1980, como resultado de inúmeros fatores, dentre os quais o “fim do consenso da guerra fria” (HALLIN; MANCINI, 2004). No decorrer desse século, a tendência de polarização política do jornalismo americano se aprofundou consideravelmente, o que resultou no aumento de veículos dirigidos a nichos políticos específicos (STROUD, 2011).

A questão ganha um contorno particular no contexto da América Latina e, em especial, dos países que experimentaram o processo de virada à esquerda (*left turn*) no início do século. A bem da verdade, o significado da “virada à esquerda” varia consideravelmente nos diferentes países da região. Castañeda (2006), por exemplo, distingue dois tipos de processos claramente distintos no contexto da virada à esquerda. De um lado estariam países como o Chile, o Uruguai e o Brasil, mais próximos de uma tradição socialdemocrata. De outro lado, países como Venezuela e Equador, cujo socialismo de cunho populista apresentaria componentes autoritários

e anti-institucionais. Embora essa perspectiva tenha se tornado objeto de diversas críticas (cf. CAMERON, 2009; LUPIEN, 2013), tanto no que concerne à nitidez da distinção estabelecida, quanto às suas premissas ideológicas, ela serve ao menos para atentarmos sobre a necessidade de entender o processo em termos mais complexos do que o de um processo homogêneo supostamente seguido pelo conjunto dos países da região.

A “virada à esquerda” alterou os padrões de relacionamento entre os governos e as organizações midiáticas em diversos países latino-americanos. Como regra geral, os meios de comunicação da região são controlados por oligarquias familiares (SINCLAIR, 2002) com sólidos vínculos com grupos da elite política, o que, historicamente lhes garantiu um tratamento privilegiado por parte das autoridades na concessão de serviços, verbas de publicidade, empréstimos públicos, dentre outras vantagens (GUERRERO; MARQUEZ RAMIREZ, 2014). Como regra geral, a imprensa da região adota uma perspectiva orientada para a elite, e associa a defesa da democracia ao compromisso com a agenda do Ocidente (AZEVEDO, 2011). A chegada ao poder de um novo conjunto de agentes, que historicamente ocuparam um papel marginal no cenário político, levou a que a imprensa progressivamente adotasse um papel ativo de oposição. Em diversos países, a tensão entre governos e imprensa chegou às portas de uma guerra aberta, envolvendo acusações recíprocas de comportamento antidemocrático, cancelamento de licenças de transmissão televisiva e leis de regulamentação dos meios de comunicação (CAÑIZALES; LUGO-OCANDO, 2008; MAUERSBERGER, 2012).

No Brasil, a virada à esquerda aconteceu em 2003, com a posse de Luis Inácio Lula da Silva como presidente do país. As tensões latentes com a imprensa explodiram após o escândalo do Mensalão, que veio à tona em 2005 e se tornou uma pauta permanente da imprensa desde então. Para desencanto de muitos jornalistas e lideranças da mídia tradicional (PORTO, 2011), tal cobertura negativa não teve um impacto decisivo nas eleições: o presidente Lula se reelegeu com alguma facilidade, ainda que no segundo turno, e teve sua candidata à sucessão, Dilma Rousseff, eleita presidente do país em 2010 e reeleita em 2014. A percepção, por parte desses setores da imprensa, de que sua influência junto à opinião pública estava em declínio

– ou pelo menos havia se tornado incapaz de impactar no resultado das eleições – e de que os partidos políticos de oposição se encontravam fragilizados levou a que alguns setores da imprensa reivindicassem o exercício de um papel ativo na oposição ao governo petista. Tais mudanças serviram de base a uma série de acusações, por parte de setores da mídia tradicional, de que o governo e, ainda mais, os militantes do PT – ou, como se tornou corrente dizer, o “lulopetismo” – estaria engajado em práticas sistemáticas de ameaça à liberdade de imprensa. (ALBUQUERQUE, 2016). São essas circunstâncias que ofereceram um ambiente bastante fértil para o surgimento e expansão da Blogosfera Progressista.

## A Blogosfera Progressista

A Blogosfera Progressista brasileira deve ser entendida enquanto articulação em rede de diferentes agentes, que incluem jornalistas-blogueiros, geralmente no papel de protagonistas, compartilhando o ciberespaço com outros agentes, tais como blogueiros não jornalistas e organizações noticiosas vinculadas ao modelo tradicional de mídia. De modo geral, todos os blogueiros reivindicam formas de financiamento da blogosfera e responsabilizam o Estado (ou a administração do PT) como seu fomentador, devendo este “adotar políticas que incentivem a diversidade e a pluralidade, conforme previsto na Constituição” (AZENHA, 2013). Porém, é possível identificar três vertentes de posicionamento adotadas pelos “blogueiros progressistas” em matéria de financiamento: 1) *blogs* que não aceitam verbas do governo federal (apesar de reivindicarem o incentivo para os demais), de empresas ou estatais. Caso do Viomundo, que desde 2013 passou a ser mantido por financiamento coletivo (*crowdfunding*) e do Maria Frô, que pede ajuda dos internautas para manter a página; 2) *blogs* custeados via edital público, por publicidade pública ou de empresas privadas, como o Conversa Afiada; 3) *blogs* ou portais mantidos por entidade política, caso do Vermelho.org.

A despeito de características particulares que distinguem seus agentes, um dos principais valores aglutinadores da BP é a articulação de seus componentes enquanto oposição ou alternativa à grande mídia. Entre os

catalisadores que precipitaram a entrada de jornalistas de renome para esse movimento, estavam demissões, motivadas por crises nas empresas jornalísticas ou divergências desses profissionais com a linha editorial adotada pelo órgão noticioso em que trabalhavam, acentuadas à época das eleições presidenciais de 2006, em que o candidato do PT concorria à reeleição com amplas chances de vitória. Nesse momento, a existência de um suporte amplamente acessível (tanto a emissores quanto a receptores) para a veiculação das notícias, na forma dos *blogs*, possibilitado pelos avanços na comunicação em rede, aliado ao ideal construído durante o Regime Militar de “imprensa alternativa”, propiciaram a migração de jornalistas de renome para a blogosfera, como o sentimento de que ali era o lócus para a consolidação do projeto de jornalismo político independente, o que não exclui o aspecto mercadológico da BP.

Assim, a eleição de 2006, bem como a de 2010, foram períodos importantes para o reconhecimento dos blogueiros e fortalecimento da atuação coletiva deles. Esta última foi particularmente expressiva para a história da BP, quando o PT buscava o terceiro mandato consecutivo por meio da candidatura de Dilma Rousseff, e, como observou Guazina (2013, p. 77), “as experiências individuais dos jornalistas-blogueiros ganharam contorno mais acentuado de atuação coletiva e/ou colaborativa, compartilhando da tendência de fortalecimento da participação política por meio das redes sociais on e offline”. A expansão desse ecossistema midiático se deu através do estabelecimento de laços entre os blogueiros – característica da “ação coletiva” do grupo –, os quais foram se tornando mais fortes, a ponto de, em agosto de 2010, o I Encontro dos Blogueiros Progressistas reunir cerca de 300 blogueiros “com a finalidade de materializarem uma entidade, inicialmente abstrata, dita Blogosfera, a qual vem ganhando importância no transcurso desta década devido à influência progressiva que passou a exercer na comunicação e nos grandes debates públicos” (BORGES et al., 2010).

Entendemos a BP brasileira enquanto “ecossistema midiático” por se tratar de um grupo assaz heterogêneo, composto por agentes com os mais diversos perfis e capitais simbólicos (conforme exemplificado pela Tabela 1), os quais acabam por contribuir para a construção de graus de distinção no interior do movimento. Além disso, ao longo dos anos, ela se desenvolveu e

se transformou em uma rede complexa de agentes midiáticos que vai muito além do suporte “*blog*”. Levando isso em consideração, buscamos estabelecer categorias visando melhor compreender os integrantes da “blogosfera de esquerda”. Foram elaboradas duas classificações mais “amplas”, sendo uma composta prioritariamente por blogueiros que atuam sozinhos ou que contam com poucos colaboradores para a feitura do *blog*, os quais se dividem em: a) jornalistas; b) ativistas; c) políticos; e d) intelectuais; e a outra formada por *sites* agregadores de mais agentes para sua confecção, páginas mais robustas, cuja institucionalização é maior, podendo ser subdividida em sites: a) institucionais (que abarcariam desde os relacionados a partidos políticos, como PT na Câmara, o portal Vermelho, do PCdoB, e o Centro de Estudos em Mídia Alternativa Barão de Itararé; e movimentos sociais, como Movimento dos Sem Terra – MST); e de b) organizações noticiosas (como as revistas Fórum e Carta Capital, e o jornal digital Brasil 247 – que ocupa um lugar intermediário ou ambíguo entre a mídia tradicional e os “*blogs progressistas*”). Além disso, a BP agrega meios de comunicação pertencentes a organizações de setores da “mídia tradicional” (como as redes Band e Record) e mesmo veículos internacionais (como a venezuelana Tele Sur e a versão brasileira do Le Monde Diplomatique).

Tabela 1 – Blogosfera Progressista no Brasil

Blog/Mídia	Responsável	Profissão	Ranking Brasil
Barão de Itararé	Altamiro Borges	Ativista Político	15.901º
Blog da Cidadania	Eduardo Guimarães	Ativista Político	3.949º
Blog do Miro	Altamiro Borges	Ativista Político	4.229º
Brasil 247	Leonardo Aturch	Jornalista	457º
Carta Capital (site)	Mino Carta	Jornalista	894º
Carta Maior (2001)	Marco Aurélio Weisshheimer	Jornalistas e intelectuais	1768º
Conversa Afuada	Paulo Henrique Amorim	Jornalista	735º
Escrivinhador (Portal Fórum)	Rodrigo Vianna	Jornalista	319º
Luis Nassif Online (Jornal GGN)	Luis Nassif	Jornalista	718º
Maria Frô (Revista Fórum)	Conceição Oliveira	Historiadora	319º
O Cafezinho	Miguel do rosário	Jornalista	1936º
Rede Brasil Atual	Juwandia Moreira e Rafael Marques	Sindicalistas	1.925º
Revista Fórum	Renato Rovai	Jornalista	319º
Sul 21	Carmen Crochemore, Ana Ávila, entre outros	jornalistas	3.816º
Tijoloço	Fernando Brito	Jornalista	1.248º
Vermelho.org	José Reinaldo	Jornalista	1.333º
Viomundo	Luiz Carlos Azenha	Jornalista	1.772º

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados das páginas; o *ranking* é feito pelo site Alexa, a partir do tráfego de dados (consulta: 5 mar. 2016).

## Blogs de jornalistas

Os blogueiros progressistas com maior visibilidade são, majoritariamente, jornalistas; e formam um subgrupo definido menos em relação à formação universitária em Comunicação/Jornalismo e mais quanto à experiência do blogueiro como jornalista e a um *status* conquistado por ele em virtude da atividade profissional na imprensa tradicional (e que, portanto, precede a sua entrada na blogosfera). Entre os mais populares ou expoentes estão os *blogs* de Luís Nassif (hospedado na página do Jornal GGN), Paulo Henrique Amorim (Conversa Afiada) e Luiz Carlos Azenha (Viomundo, feito com a contribuição da também jornalista Conceição Lemes). A subcategoria blogueiros-jornalistas se distingue dos demais por ser composto por “jornalistas profissionais” – o que engloba o título de bacharel em Jornalismo (diploma), mas principalmente a prática profissional forjada em anos de redação (o que configura “experiência”). O currículo com passagens pelos principais jornais, revistas e emissoras de TV do país (Tabela 2) costuma ser evidenciado pelo blogueiro, seja em seu perfil no *blog*, seja quando para reafirmar seu lugar de “autoridade” (ZELIZER, 1992). São, portanto, jornalistas que carregam certo capital social para a blogosfera e se valem dele para demarcar um território de centralidade em meio às relações estabelecidas com os demais agentes, caracterizam-se como intérpretes influentes dos acontecimentos, espécie de “núcleo duro” da BP.

Ao lado de profissionais já conhecidos do público, habitam essa categoria jornalistas que, a partir da atuação como blogueiros, conseguiram “progredir” dentro da hierarquia da Blogosfera Progressista. Um bom exemplo é o *blog* O Cafezinho, que até 2013 participava de forma modesta da blogosfera, mas foi alçado à centralidade do movimento ao dar início às denúncias de sonegação fiscal envolvendo a Rede Globo – caso que ficou conhecido “*Globogate*” ou “*Globoleaks*”. A partir da exposição do caso pelo *blog* de Miguel do Rosário, outros blogueiros, como Azenha, também participaram do trabalho de apuração e “viralização” da notícia negativa em torno da emissora carioca. Naquele ano, Rosário também entrou para o grupo do qual alguns do núcleo duro da BP fazem parte: o de blogueiros progressistas processados pelo diretor de jornalismo da Globo, Ali Kamel.

Além disso, em maio de 2014, foi um dos convidados para participar do IV Encontro Nacional de Blogueir@s e Ativistas Digitais promovido pelo Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé e também fez parte do seletivo grupo de componentes da BP que entrevistaram com exclusividade o ex-presidente Lula, em 8 de abril daquele ano, e a presidente Dilma Rousseff, em 26 de setembro.

Tabela 2 – Histórico profissional de blogueiros-jornalistas expoentes

<b>Blogueiro-jornalista</b>	<b>Vínculo profissional com a “grande mídia”</b>
Luiz Carlos Azenha	Manchete, SBT, Folha de S. Paulo, Rede Globo e Record (atualmente)
Paulo Henrique Amorim	Manchete, Revista Realidade, Veja (prêmio Esso), Exame, Jornal do Brasil, Rede Globo, CNN, Band TV, Cultura e Record (atualmente)
Luís Nassif	TV Cultura
Rodrigo Vianna	Folha de S. Paulo, TV Cultura, Rede Globo e Record (atualmente)

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados fornecidos pelos blogs.

## Ativistas

Os blogueiros-ativistas se caracterizam por possuírem um histórico de militância política ou social, ou por assim se definirem. Suas páginas, entretanto, não necessariamente tiveram em sua gênese um fim ligado ao ativismo. Um exemplo é o Maria Frô, de Conceição Oliveira, “historiadora, educadora, formadora, autora de coleções didáticas (Prêmio Jabuti 2005 e 2008), ativista da educação para igualdade étnico-racial, feminista e feminina” (SOBRE MIM, [S.d.]). A página surgiu em 2005, mas antes de ser um *blog* de política, as primeiras postagens a aproximavam do conceito mais tradicional de *blog* (CARLSON, 2007; GARDEN, 2011), sendo organizado como um “diário pessoal”, com textos que versavam sobre assuntos de foro mais “íntimo”, como viagens em família. Ainda naquele ano começaram as postagens ligadas ao ativismo político-social, e durante a

corrida presidencial de 2006 passou a participar de forma mais ativa da BP, principalmente por meio do compartilhamento de textos de colegas como Altamiro Borges e Carlos Azenha.

Outros blogs, porém, já nascem com a proposta de fazerem crítica e serem alternativa à cobertura política feita pela “imprensa golpista” (“opositora do governo do PT”), como o blog Por 1 novo Brasil, da enfermeira Jussara Seixas, criado também em 2005. Alguns blogueiros-ativistas, por sua vez, carregam para a BP a força da instituição “partido político”. É o caso de Altamiro Borges (Blog do Miro), jornalista, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé – página que institucionalmente reúne os blogueiros progressistas – e militante filiado do PCdoB desde o fim dos anos 70.

## Políticos

Na categoria “políticos”, encontramos *blogs* protagonizados por políticos ou mesmo por jornalistas, reconhecidos não pelo diploma em Comunicação, mas pela atividade política que exercem. É o caso do Tijolaço, *blog* de bastante visibilidade dentre os da “blogosfera de esquerda”, criado por Brizola Neto (PDT) em 2009, com a colaboração do jornalista Fernando Brito. Nesse exemplo particular, é o passado político da família Brizola, e não o currículo de um jornalista, que é utilizado como credencial para o *blog*. Ele nasceu já carregando um forte capital simbólico, vinculado à memória de Leonel Brizola, acionada por seus principais agentes, ou seja, os responsáveis pelo *blog*: o neto e aquele que por anos foi “voz” do político trabalhista, quando este ainda era vivo. Entre 2012 e 2013, a página ficou fora de atividade, depois que Brizola Neto foi nomeado Ministro do Trabalho do governo Dilma Rousseff. Quando foi retomada, em 2013, ficou sob a responsabilidade exclusiva de Fernando Brito, um dos autores do histórico direito de resposta de Brizola, então governador do Rio de Janeiro, lido por Cid Moreira no Jornal Nacional em 15 de março de 1994.

## Intelectuais

A construção da BP brasileira se dá não apenas no campo político, do ativismo político-social e do jornalismo; ela se apresenta também como grupo de elite, como críticos “à esquerda” do governo petista. Parte desse capital simbólico é obtido por meio da incorporação de *blogs* de intelectuais à BP, como o do doutor em Ciências Sociais Rudá Ricci (De esquerda em Esquerda) e do doutor em Teologia Leonardo Boff (*blog* de mesmo nome). Este último, colunista do Carta Maior, portal *on-line* que reúne “nomes de destaque da intelectualidade brasileira e internacional” (QUEM SOMOS, [s.d.]).

## Articulação em rede

É possível verificar a atuação desses múltiplos agentes, por meio de laços que conectam um *blog* ao outro, dando contornos mais definidos à “rede progressista”. Esses laços de solidariedade com outros blogueiros não apenas contribuem para a construção da chamada Blogosfera Progressista, mas atuam na demarcação de seu território e favorecem a organização da BP segundo uma lógica coletiva – em detrimento de uma ação “conectiva”, cujo contexto seria a fragmentação social e o declínio das lealdades de grupo (cf. BENNET, 2012; BENNETT; SEGERBERG, 2012; GRANOVERTER, 1983). Para tanto, uma característica dos *blogs* habilmente empregada em favor do reforço da “autoridade jornalística” dos blogueiros é o uso de *links* e citações mencionando postagens presentes nas páginas uns dos outros. Isso contribui para validar o conteúdo, bem como a perspectiva adotada e defendida como certa ou “a verdadeira” pelos blogueiros, promovendo coletivamente a autoridade interpretativa da blogosfera. A presença de *links* conectando diferentes *blogs* funciona, ainda, como vínculos de estabilidade que, ao se sobreporem e somarem-se uns aos outros, agregam paulatinamente novos *blogs*, construindo a estrutura desse espaço de convivência e produção de sentido que é a BP – e que a amplia. Além disso, a articulação da BP se dá em torno de algo que aparece como dado entre os blogueiros progressistas: a partidarização dos

principais veículos de comunicação brasileiros, colocando-se em oposição ao governo do PT a fim de preencher o que se considera uma lacuna deixada pelo enfraquecimento dos partidos de direita. Uma expressão recorrente utilizada para se referirem à grande mídia, em especial à Rede Globo, à revista *Veja* e aos jornais *Folha de S.Paulo* e *Estado de S. Paulo*, é a sigla PIG (Partido da Imprensa Golpista). Porém, a BP não deve ser entendida como um elemento à parte do sistema midiático brasileiro. Pelo contrário, é interessante encará-la como parte de uma ecologia da mídia contemporânea no país.

E é a ação coletiva que transforma um punhado de *blogs* de política em verdadeiro ecossistema midiático, capaz de se estruturar sobre a influência de instituições cuja existência antecede a blogosfera, tais como partidos políticos (principalmente PT e PCdoB), movimentos sociais (como o MST) e organizações noticiosas (como a rede Record). A presença da BP no Facebook apresentada pela Figura 1, além de sugerir capilaridade, também aponta para a utilização da rede social como ferramenta para ampliar a BP. O grafo apresentado foi feito a partir de 32 páginas de membros da BP identificadas no Facebook, e a coleta dos dados foi realizada em 3 de março de 2016. Para o tratamento dos dados que nos permitiu a criação do mapa, foi utilizado o algorítmico Force Atlas 2 (JACOMY et al., 2011) do programa Gephi.



ao jornalismo brasileiro, ao serem capazes de produzir não apenas contrainformação, como promoverem investigações independentes das disponibilizadas pelas grandes organizações noticiosas às quais a BP se opõe. Um exemplo foi a cobertura em torno do caso que ficou conhecido como “helicoca”, quando um helicóptero carregado com 445kg de pasta base de cocaína foi apreendido na região serrana do Espírito Santo, em novembro de 2013. O assunto foi noticiado sem muito alarde pela imprensa em geral, apesar da informação de que o helicóptero pertencia à família do senador do partido da base aliada do governo Dilma, Zezé Perrella (PDT). A Blogosfera Progressista, por outro dado, começou a produzir conteúdo que relacionava a família Perrella ao aliado político Aécio Neves, então pré-candidato à presidência. O Portal Fórum foi um dos primeiros a mencionar o envolvimento dos Perrella com Aécio Neves e a questionar a cobertura dada pela “grande imprensa” ao incidente: “a questão é que a cobertura midiática só tem se interessado por aquilo que leve à criminalização do PT. Independente do mérito. O que importa não é mais o crime, mas a legenda do criminoso” (ROVAI, 2013). O caso continuou em pauta na BP, sendo retomado de forma incisiva entre agosto e novembro de 2014, o que incluiu a produção de uma série de reportagens, composta de três documentários, feitas via *crowdfunding* pelo Diário do Centro do Mundo.

## Conclusão

Tornou-se canônica no Brasil a versão de uma “história natural” do jornalismo, segundo a qual ele evoluiu de um modelo de jornalismo “político”, regido pela lógica do interesse partidário, para um jornalismo de tipo “informativo”, organizado em torno dos códigos da objetividade. Essa mudança apontaria para um salto qualitativo do jornalismo brasileiro, que teria trocado um modelo amadorístico e eticamente problemático por outro legitimamente profissional (LAGE; FARIAS; RODRIGUES, 2004; RIBEIRO, 2007). Contudo, os recentes desenvolvimentos que tiveram lugar no jornalismo brasileiro deixaram patente que, se essa interpretação foi um dia válida para dar conta do modo como o jornalismo é praticado

no país, claramente ela não é mais. O advento da BP dá conta de uma transformação fundamental no panorama do jornalismo brasileiro.

O primeiro ponto a se destacar é que a BP não pode ser corretamente considerada de maneira isolada, sem referência a transformações que recentemente afetaram a mídia tradicional e a levaram a assumir uma atitude de oposição radical aos governos petistas. Igualmente, a BP não constitui um fenômeno inédito, mas retoma, em novos termos, a tradição de jornalismo independente que se estabeleceu no Brasil durante o Regime Militar. Contudo, ao se valer das oportunidades proporcionadas pela internet – o universo dos *blogs* e as mídias sociais – os agentes comunicativos da BP conseguiram obter uma eficácia comunicativa que faltou aos seus predecessores. Além disso, os integrantes da BP foram capazes de se articular em rede e, desse modo, foram capazes de potencializar o alcance e o impacto de sua ação comunicativa em oferecer uma alternativa relativamente eficaz para a mídia tradicional.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A. Voters against Public Opinion: Press and Democracy in Brazil and South Africa. *International Journal of Communication*, v. 10, p. 3042, 2016.
- ALDÉ, A.; CHAGAS, V.; ESCOBAR, J. A febre dos blogs de política. *Famecos*, Porto Alegre, v. 1, n.33, p. 29-40, ago. 2007.
- AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- AZEVEDO, F. A. Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. *Revista USP*, n. 90, p. 84-101, 2011.
- AZENHA, L. O leitor que me fez mudar de ideia. *Viomundo*. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/opiniao-do-blog/on-leitor-que-me-fez-mudar-de-ideia.html>>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos de construção do “jornalismo moderno”. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 118-145, 2007.
- CAMERON, M. A. Latin America's Left Turns: beyond good and bad. *Third World Quarterly*, v. 2, n. 30, p. 331-348, 2009.

CANIZALES, A.; LUGO-OCANDO, J. The media in Venezuela: the revolution was televised, but no one was really watching. In: LUGO-OCANDO, J. *The media in Latin America*. Maidenhead: Open University Press, 2008.

CASTAÑEDA, J. Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs*, v. 3, n. 85, p. 28-43, 2006.

CARLSON, M. Blogs and journalistic authority: the role of blogs in US Election Day in 2004. *Journalism Studies*, England, University of Leeds, v. 8, n. 2, 2007.

DAVIS, R. *Typing politics: the role of blogs in American Politics*. New York: Oxford University Press, 2009.

BAILEY, O; MARQUES, F. J. Brazilian News Blogs and Mainstream News Organizations: tensions, symbiosis, or independency?. In: SIAPERA, E; VEGLIS, A (Org.). *The Handbook of Global Online Journalism*. West Sussex: Willey-Blackwell, 2012. v. 1. p. 395-411.

BENNETT, W. The Personalization of Politics: Political Identity, Social Media, and Changing Patterns of Participation. *The ANNALS Of The American Academy Of Political And Social Science*, n. 644, v. 1, p. 20-39, 2012.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BORGES, A. et al. Carta dos Blogueiros Progressistas. *Viomundo*, 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/carta-dos-blogueiros-rogressistas.html>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological theory*, v. 1, n. 1, p. 201-233, 1983.

GUAZINA, L. Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros “progressistas”. *Brazilian journalism research*, v. 9, n. 2, p. 68-87, 2013.

GUERRERO, M. A.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. The “captured-liberal” model: Media systems, journalism and communication policies in Latin America. *The International Journal of Hispanic Media*, n. 7, p. 53-64, 2014.

HALLIN, D.; MANCINI, P. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

JACOMY, M. et al. *A Graph Layout Algorithm for Handy Network Visualization*. 29 ago. 2011. Disponível em: <[http://webatlas.fr/tempshare/ForceAtlas2\\_Paper.pdf](http://webatlas.fr/tempshare/ForceAtlas2_Paper.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

KARLSSON, M. The immediacy of online News, the visibility of journalistic process and a restructuring of journalistic authority. *Journalism*, v. 12, n. 3, p. 279-295, 2011.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

\_\_\_\_\_. *A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no Jornalismo Brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

KUSCHNIR, B. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LAGE, N.; FARIAS, T.; RODRIGUES, S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 1, p. 132-144, 2004.

LUPIEN, P. The Media in Venezuela and Bolivia: Attacking the “Bad Left” from Bellow. *Latin American Perspectives*, v. 3, n. 40, p. 226-246, 2013.

MARCHI, R. With Facebook, Blogs, and Fake News, teens reject journalistic “objectivity”. *Journal of Communication Inquiry*. Sage, n. 36, v. 2, p. 246-262, 2012.

SOBRE MIM. *MariaFrô*. [sd] Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/about-2/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

MAUERSBERGER, C. To be prepared when the time has come: Argentina’s new media regulation and the social movement for democratizing broadcasting. *Media, Culture & Society*, v. 5, n. 34, p. 588-605, 2012.

MUNDIM, P. Tomando partido ou competição midiática? Uma análise do viés da cobertura dos jornais nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. In: *V Compôlitica* (anais), Curitiba, 2013, 29p.

NOGUEIRA, P. Para que servem e por que existem os sites progressistas? *Diário do Centro do Mundo*, 2015. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/para-que-servem-e-por-que-existem-os-sites-progressistas-por-paulo-nogueira/>>. Acesso em: 5 mar. 2016

PORTO, M. *Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability*. NY: Routledge, 2011.

PRIMO, A. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. *Intertexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 130-146, dez. 2011.

QUADROS, C.; ROSA, A. P.; VIEIRA, J. Blogs e as transformações do jornalismo. *E-Compós* (Brasília), Salvador, v. 3, n. 1, p. 1-21, 2005.

QUEM SOMOS. *Carta Maior*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

REESE, S. et al. Mapping the blogosphere: professional and citizen-based media in the global news arena. *Journalism*, v. 8, n. 3, p. 235-261, 2007.

RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers. 2007

ROVAI, R. Na mídia, a história dos 450 kg de cocaína no helicóptero dos Perrella virou pó. *Blog do Rovai*, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/11/27/na-midia-a-historia-dos-450-kg-de-cocaina-no-helicoptero-dos-perrella-virou-po/>>. Acesso em: 17 mar. 2017

ROXO, M. *Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979*. Niterói: Ed. da UFF, 2013.

SILVA, J. Weblogs: múltiplas utilizações e um conceito. In: *Intercom 2003*, Belo Horizonte. Intercom 2003, 2003.

SINCLAIR, J. Mexico and Brazil: The Aging Dynasties. In: FOX, E.; WAISBORD, S. *Latin Politics*, Global Media. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 123-136.

SINGER, J. The political j-blogger: "normalizing" a new media form to fit old norms and practices. *Journalism*, v. 6, n. 2, p. 173-198, 2005.

SMITH, A. *Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOBRE MIM. *Maria Frô*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/about-2/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

STROUD, N. *Niche News: the politics of news choice*. New York: Oxford University Press, 2011.

ZELIZER, B. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1992.



## Sobre os autores

**Afonso de Albuquerque**, doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor Titular do departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF. Pesquisador do CNPq desde 1998, atua principalmente nas áreas de Comunicação Política, Jornalismo e Comunicação Comparada. É responsável pelo Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide/UFF).

**Andreu Casero-Ripollés**, formado em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona e doutor em Jornalismo pela Universidade Pompeu-Fabra de Barcelona. Professor e coordenador da Licenciatura em Jornalismo da Universidade Jaume I de Castelló (UJI) e codiretor do doutorado em Novas Tecnologias e Processos de Inovação em Comunicação da UJI. Autor de vários livros e artigos científicos publicados em revistas reconhecidas, tem centrado suas pesquisas sobre a transformação do jornalismo no ambiente digital e comunicação política. Professor convidado da Università degli Studi di Milano-Bicocca, Université Paris 8 e Universidade Estadual Paulista – Unesp (Brasil).

**Bibiana Alcântara Garrido**, graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo e mestranda em Comunicação pela Faculdade

de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista), em Bauru, SP. E-mail: bibiana.garrido@hotmail.com.

**Camila Mont’Alverne**, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE/UFPR). Bolsista Capes. E-mail: camilapessoa31@gmail.com.

**Carlo José Napolitano**, doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, docente do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp/Bauru e pós-doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E-mail: carlonapolitano@faac.unesp.br.

**Caroline Kraus Luvizotto**, socióloga, doutora em Ciências Sociais. Docente do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faac (Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação) da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), campus de Bauru. Líder do Grupo de Pesquisa COMMOV (Comunicação Midiática e Movimentos Sociais) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Mídia e Sociedade.

**Claudio Bertolli Filho**, cientista social e historiador, mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e livre-docente em Antropologia pela Universidade Estadual Paulista. Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru.

**Danilo Rothberg**, Livre-docente em Sociologia da Comunicação pela Unesp. Docente do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade

de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista), em Bauru, SP. E-mail: danilo@faac.unesp.br.

**Edilson Montrose** é mestre em Ciência Política pela PUC-SP com a pesquisa *Interesses da fração bancário-financeira no Congresso Nacional (2003-2015)*. Atualmente é doutorando em Ciência Política no programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR.

**Eleonora de Magalhães Carvalho**, doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e sócia-diretora da startup Vértice, empresa incubada na Agência de Inovação (Agir) da UFF. Desde 2006, atua como professora do ensino superior e se dedica à pesquisa acadêmica, tendo como principais temas de trabalho Comunicação Política, Jornalismo e Novas Tecnologias. É membro do Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide/UFF).

**Fernando Lattman-Weltman**, sociólogo e cientista político, professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor e coautor, entre outros artigos, dos livros *A política domesticada* (2005) e *A imprensa faz e desfaz um presidente* (1994). Foi também um dos coordenadores do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, da Fundação Getúlio Vargas, e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica).

**Francisco Paulo Jamil Marques**, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Professor e pesquisador da UFPR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE/UFPR). E-mail: marquesjamil@gmail.com. Site: <https://ufpr.academia.edu/marquesjamil>.

**Isabele Batista Mitozo**, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Grupo de Pesquisa em

Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE/UFPR). Bolsista Capes.  
E-mail: [ibmitozo@gmail.com](mailto:ibmitozo@gmail.com).

**Jefferson O. Goulart**, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutoramento pela Universidad Complutense de Madrid (UCM). Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Urbano Contemporâneo (GPDUC).

**João Brant**, graduado em Comunicação Social com Habilitação em Rádio em TV pela Universidade de São Paulo e mestre em Regulação e Políticas de Comunicação pela London School of Economics.

**Larissa M. O. Arantes** é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG e integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública – EME/UFMG. A sua dissertação de mestrado explora a teoria de movimentos sociais, o provimento de razões na esfera pública, sistema deliberativo e o Movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte.

**Mauro P. Porto**, graduado em Comunicação pela Universidade de Brasília, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Comunicação pela University of California, San Diego. Professor do Departamento de Comunicação da Tulane University, Nova Orleans, Estados Unidos.

**Maximiliano Martín Vicente**, graduado em História pela Universidade do Sagrado Coração (1982), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Livre-docente em História do Brasil em 2008. Atualmente é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atua no programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Unesp, campus de Bauru, onde orienta pesquisas na área

de processos midiáticos e práticas socioculturais. Leciona a disciplina Comunicação e História na Nova Ordem Internacional. Desenvolve pesquisa relacionada ao jornalismo alternativo, com ênfase no *Le Monde Diplomatique*.

**Murilo C. Soares**, doutor em Ciência da Comunicação (ECA-USP, 1995), com pós-doutoramento pela UFSCar, mestre em Tecnologia Educacional (INPE/CNPq, 1978). Professor adjunto, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da Faac/Uneso. É docente do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faac/Unesp. Integrante do grupo de pesquisa Mídia e Cidadania.

**Othon Jambeiro**, graduado em Jornalismo (UFBA), mestre em Ciências Sociais (USP), doutor em Comunicação (University of Westminster, Londres), professor titular da Universidade Federal da Bahia, docente-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom/UFBA).

**Rousiley C. M. Maia** é professora titular no Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública – EME/UFMG. É doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham, Inglaterra. **É editora associada da *The International Encyclopedia of Political Communication* (ICA/Wiley-Blackwell)**. E-mail: rousiley@fafich.ufmg.br.

**Sérgio Braga** é professor de Ciência Política no Departamento de Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFPR. É autor de diversos trabalhos científicos nas áreas de internet e política; elites, instituições e tecnologias digitais; análise de processos decisórios e comportamento legislativo.

**Thaís Chouair** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). Pesquisa atualmente questões relativas a enquadramento, sistema

deliberativo, ativismo e internet. Participa do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), coordenado pela professora Rousiley Maia. Graduada em Comunicação Social por essa mesma universidade, foi bolsista de Iniciação Científica no Projeto “A negociação de conflitos em sociedades divididas: uma investigação dos Momentos Transformativos na Deliberação”, realizado pelo Grupo EME em cooperação internacional com a University of North Carolina. Com o trabalho de Iniciação Científica, foi destacada no prêmio de Relevância Acadêmica na XXIV Semana de Iniciação Científica da UFMG.

**Vinicius Carrasco**, jornalista, doutorando em Comunicação na Universidade Estadual Paulista e mestre pela mesma instituição. Docente na Universidade do Sagrado Coração (Bauru) e nas Faculdades Integradas de Jaú. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais, do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista.



**CULTURA  
ACADÊMICA**

*Editora*

Editora UNESP  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo - SP  
[www.editoraunesp.com.br](http://www.editoraunesp.com.br)  
[feu@editora.unesp.br](mailto:feu@editora.unesp.br)

**Sobre o livro**

*Formato* 15,5x23 cm

*Tipologia* Minion (texto)  
Helvetica Neue Lt Std (títulos)

*Papel* Off-set 75g/m<sup>2</sup> (miolo)  
Cartão triplex 250g/m<sup>2</sup> (capa)

*Projeto Gráfico* Canal 6 Editora  
[www.canal6.com.br](http://www.canal6.com.br)

*Diagramação* Erika Canal Woelke



As recentes crises políticas e sociais brasileiras, como foram os casos das jornadas de junho de 2013 e o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff (2015/2016), bem como as eleições presidenciais de 2014, evidenciaram as relações íntimas entre mídia e política nas sociedades democráticas, em especial, em momentos de crise.

Tendo como pano de fundo as crises e o processo eleitoral mencionados, o Grupo de Pesquisa “Mídia e Sociedade”, do Departamento de Ciências Humanas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Bauru, grupo consolidado e atuante desde 2002 com investigações relacionadas à sociabilidade contemporânea e sua relação com a cultura midiática, organiza a publicação deste livro temático sobre comunicação e cidadania política.

O livro apresenta trabalhos que ajudam a compreender o papel dos meios de comunicação em situações de crise política, no intuito de evidenciar o estado do conhecimento universal sobre a temática proposta, como também apresentar trabalhos de natureza empírica, focalizando a atual conjuntura política brasileira.

**CULTURA  
ACADÊMICA**

*Editores*

ISBN 978-85-7983-891-0



9 788579 838910